

S. P. N.

N V M M V S
N V M M V S
N V M M V S

VOL IX

NVMMVS



VOL. IX

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.ºs 29-30

VOL. IX-1 e 2

MAIO 1968

PORTO

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME IX — 1 e 2 N.^{os} 29-30

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PAGINAS

Condições de assinatura para 1968:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Morais Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort
Dr. Mário de Castro Hipólito
Dr. Raul Ferreira Gonçalves

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.^o — PORTO

Composição e impressão

TIPOGRAFIA MARCA

Rua de Morgado Mateus, 55 — PORTO

SUMÁRIO

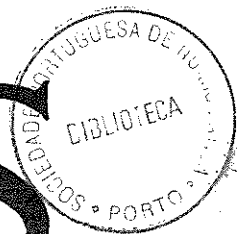
	Págs.
Rosto e contra-rosto	1-2
Pedro Batalha Reis (Grande Luminar da Numismática Nacional), <i>pele Dr. Arnaldo Brazão</i>	3-48
Da contribuição do mar para o estudo da numismática, <i>por Raul Ferreira Gonçalves</i>	49-62
Solidos... in aderato pretio, <i>por Felipe Mateu y Llopis</i>	63-68
Algumas moedas cunhadas no Porto no reinado de D. João I, <i>por J. A. Pinto Ferreira</i>	69-79
Nótulas e considerandos sobre o tostão de D. João III, N. ^o 19 de Teixeira de Aragão. À memória do Dr. Pedro Batalha Reis, <i>por José Tomás da Graça</i>	81-85
Um Calaim inédito, dos fins do século XVI, <i>por Joaquim Fronteira</i>	87-93
A quebra de escudos e de cunhos e as moedas híbridas, <i>por Paulo Ferreira de Lemos</i>	95-96
Variantes inéditas de moedas portuguesas da 4. ^a dinastia, <i>por J. O. de Sousa Nunes</i>	97-100
Um pardau São Tomé, perdido, <i>por José Maria Folgosa</i>	101-102
Motivos Numismáticos, <i>por Carlos Sousa Santos</i>	103-104
«Paralelas» de rio sob D. João P. Regente, <i>por L. Nogueira da Gama Filho</i>	105-118

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

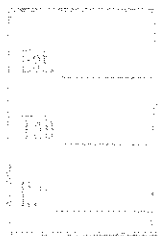
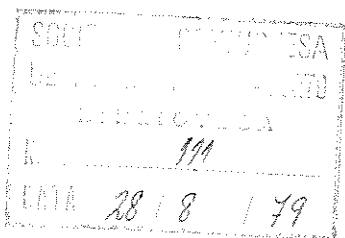
Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS



BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.ºs 29-30

VOL. IX-1 e 2

MAIO 1968

P O R T O

A memória de

PEDRO BATALHA REIS

*Grande Luminar
da Numismática
Nacional*

Homenagem da Sociedade Portuguesa de Numismática



PEDRO BATALHA REIS

PEDRO BATALHA REIS

GRANDE LUMINAR DA NUMISMÁTICA NACIONAL

Pelo: DR. ARNALDO BRAZÃO

Numa manhã cálida de Agosto do ano findo, quando de partida para gozo de férias e descanso em região termal do centro do país, fui surpreendido muito desagradavelmente, em plena viagem, com a notícia do falecimento de Pedro Batalha Reis.

Aquelas tardias e resumidas linhas, impostas seguramente pela modéstia do homenageado, anunciavam o desaparecimento de uma das mais laboriosas figuras do nosso meio artístico e literário, e particularmente dada à Numismática, que foi ciência absorvente de toda a sua actividade, por dilatado tempo, desde os bancos universitários.

A notícia veio prepositadamente atrasada, por querer sossego em redor do seu corpo inerte, quem levou uma vida de excessivo trabalho e de grande dedicação ao estudo da moeda, seus derivados e seus sucedâneos.

Se, de facto, foi grande o choque moral recebido por tal notícia, logo recordei algumas passagens da sua vida de mestre e a sua operosa actividade de divulgação cultural quanto a este ramo da História — a Numismática.

Recordei ainda de quanto seria difícil a preparação daquelas suas grandes obras, e uma só chegaria para consagrar um homem, tais como os *Morabitinos Portugueses*, *Moedas de Toró*, ou a profunda *Numária de El-Rei Dom António* ou ainda a monumental *Cartilha da Numismática Portuguesa*.

Se aquelas três primeiras alcançam elevada categoria histórico-científica, erguendo às culminâncias académicas o nome do seu Autor como homem de letras e como investigador incansável, a última mencionada documenta um espírito dado à divulgação, de carácter essencialmente cultural e popular.

Perante estas quatro pilastras da sua portentosa obra eu pasmo, e admiro todas aquelas qualidades e a sua constante persistência na difusão da ciência numismática. Aquelas três primeiras obras afirmam uma excepcional erudição e o seu profundo saber que lhe granjearam as palmas académicas, pelos seus pares tão justamente impostas a quem tão dignamente as mereceu, e sempre honrosamente ilustrou e dignificou.

A figura de Pedro Batalha Reis impôs-se no nosso meio social como homem de profundo saber em matéria de não fácil alcance, mesmo por aqueles

que são dados ao coleccionamento de numismas. Nele havia aquela disciplina mental de que tira grande proveito o trabalhador incansável dado a qualquer matéria, seja ela científica, literária ou artística; nele havia também ciência de fundo, recebida de cátedra universitária, sábia e metódicamente exercida pelo grande vulto da Ciência e jamais esquecido, o Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos; e foi digno continuador de uma pleiade de grandes figuras dadas à Numária Nacional.

Fica bem aqui transcrever uma opinião de um crítico literário e que muito cultivou a História.

Alfredo Pimenta, apreciando os *Morabitos Portugueses* em longo artigo dado à publicidade no *Diário de Notícias* (15-IX-1941), dizia que «entre os numismatas portugueses mais jovens destaca-se, pela sua laboriosidade proba e pelo seu desejo tenaz de acertar e concluir, o Sr. Pedro Batalha Reis.» E logo mais adiante assegura que «na História da Numismática o livro do Sr. Batalha Reis ficará ao lado dos melhores — até mesmo porque nalguns pontos os corrige.»

Para dar mais realce a estas palavras e destacar o que já anteriormente havia salientado, eu não quero deixar no olvido, nesta hora de consagração, aquelas quatro grandes figuras da Numismática Nacional que Ele igualou, honrando os mestres e a Ciência ou a Arte que serviu tão apaixonadamente.

Recorda-se, em primeiro lugar e por direito de antiguidade, o académico D. António Caetano de Sousa com a sua *História Genealógica* e é de salientar aqui o que somente diz respeito à Numismática, o IV Tomo. Ao seu cuidado de rebuscador de arquivos se deve o salvamento de muitos escritos que dormiam o eterno sono dos esquecidos e servindo, simultâneamente, de pasto às traças e à rataria. Foi obra benemérita e nunca esquecida, mas não arrancando aos outros o seu mérito. No seu riquíssimo armazém, assim se pode apelidar o seu precioso Tomo IV, lá se encontra uma colectânea de trabalhos desconhecidos uns e pela primeira vez trazidos à luz da publicidade, reimprimidos outros nas suas principais passagens, mas sempre indicando a fonte onde os foi buscar, e jamais negando ou ocultando a paternidade de cada um deles.

Uma outra figura e de primeira grandeza, marcando lugar destacado nesta marcha através do tempo, aparece Manuel Bernardo Lopes Fernandes. Foi coleccionador apaixonado, estudioso e sabedor. Das suas peças arrancou duas obras que se avantajam à de D. António Caetano de Sousa, pelo método de apresentação e apreciação. Servindo-se do seu conjunto monetário, moedas e medalhas, elabora dois notáveis trabalhos: a *Memória das moedas correntes em Portugal* e a *Memória das medalhas e condecorações portuguesas*, hoje ainda muito apreciadas porque delas muito se aproveita e já constituem rari-

dade bibliográfica, alcançando elevado preço no mercado livresco. Comparando estas obras com a anterior já referida, é de confessar que se nota uma superioridade no método de exposição e de estudo. Caminha-se a passos largos para a sistematização científica que se vai verificar posteriormente. Lopes Fernandes ganhou o seu grau académico com aquela sua primeira memória, e de portas a dentro da Academia, ocupando lugar destacado no sector numismático, deixa-nos dois manuscritos respeitantes ao numofilácio daquele douto estabelecimento. O conjunto daquelas duas peças poderia e deveria ser considerado como um terceiro volume, produto da sua actividade de numismólogo dos mais ilustres. Mereciam melhor sorte da que têm: descanso eterno numa gaveta de reservados.

Augusto Carlos Teixeira de Aragão aparece seguidamente, e é ainda considerado a trave mestra em que assenta este moderno edifício — a Numismática Nacional, histórica e cientificamente estudada. Se eu soubesse de segurança, que estas minhas linhas não iam mais além do restrito campo onde gravitam os confrades numismógrafos de alta valia, passaria adiante por considerar desnecessária esta minha apreciação. Basta, porém, que haja um só leitor que esteja fora dos limites agora apontados, para haver a obrigação de dizer algumas palavras deste grande mestre e verdadeiro fundador da Numismática Portuguesa. Situações oficiais diferentes daquelas dos seus antecessores, estudo profundo dos materiais por eles apurados, modernos métodos de averiguação, arquivos oficiais abertos às suas investigações, tudo se congregou para lhe dar aquelas possibilidades que determinaram, afinal, o aparecimento da sua grande obra a *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, em 3 grossos volumes, publicados dentro do período de 5 anos, entre 1875 e 1880. O quarto e último volume pode ser que ainda apareça dado a boa vontade do responsável pela 2.^a edição, já concluída, desta monumental obra. Outros trabalhos de não menos valor lhe pertencem, mas não são aqui chamados para maior valorização de tão ilustre personalidade. Seria um *pleonasm*o, se fosse permitido o uso deste vocábulo com referência à obra de Aragão, enumerando essas outras obras que tanto o distinguiram mesmo além fronteiras.

Como não se trata de uma biografia deste mestre, não se persistirá nesta orientação. Pretende-se tão-sómente realçar, se for coisa possível, a figura gigantesca de Aragão, para assim se justificarem aquelas afirmações anteriormente feitas que nos atiraram para este campo e dele não será possível sair sem lograr o que se pretende.

Na sequência desta orientação que poderá ser fastidiosa para uns, mas é, seguramente, de grande valia para outros e isto é o que interessa, segue-se

nesta ordem de ideias a figura daquele incansável trabalhador e respeitável mestre, o Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos. Não o conhecemos pessoalmente, foi contudo, como catedrático um professor insigne que soube criar discípulos, colaboradores e admiradores. Se foi grande na Etnografia e na Arqueologia, não foi pequeno na Numismática. Deixou uma obra que não será fácil igualar. Se a sua robustez física de beirão lhe facilitou o seu trabalho de investigador e de arrumador, as excelsas qualidades de sábio universalista o impuseram à consideração e respeito de nacionais e estrangeiros.

Nesta hora sômente se pretende salientar a sua obra em prol da Numismática, num aproveitamento e apuramento do que vinha sendo trazido ao conhecimento do homem por aqueles que passaram e não foram esquecidos. Como cientista eminente fez da Numismática Nacional uma Ciência ou uma Arte, conforme queiram, difundida da cátedra universitária e pela imprensa, principalmente o seu *Arqueólogo Português*, onde os estudos monetários tiveram guarida destacada e muito acolhedora.

E não se encerra esta sucinta apologia sem falar da sua grande obra de fundo — *Da Numismática em Portugal*, monumento literário, histórico e científico, hoje existente só nos arquivos oficiais ou em bibliotecas particulares favorecidas. Fonte de boa água cristalina, ali se vai mitigar a sede de saber que devora o estudioso insaciável.

E feito assim, esquemáticamente, o esboço daquelas 4 figuras mestras da numária nacional, opinião meramente pessoal, pretende-se agora pôr em confronto a figura do numismata Pedro Batalha Reis.

Ele teve a seu lado as obras deixadas por aqueles insignes académicos que, numa sequência notável se aperfeiçoavam, como se fosse imperiosa lei do homem, se não divina. Os meios materiais para realizar uma grande obra de metódico organizador, também chegaram às suas mãos e todos nós, hoje, nos aproveitamos dessa feliz circunstância.

As luzes recebidas nas lições do seu respeitável e querido mestre, Dr. José Leite de Vasconcelos, na cadeira de Numismática, da Faculdade de Letras de Lisboa, onde foi aluno laureado, não se ofuscaram quando a par daquelas estrelas de primeira grandeza, aqui já relacionadas, em boa camaradagem e numa justa homenagem. (Estampas I e II).

Quis também a força das circunstâncias que pudesse dispor de bom acolhimento nos mais importantes órgãos da imprensa diária onde vinha, muitas vezes, para estabelecer contacto com o grande público leitor das suas crónicas, e debater os problemas adstritos à Numismática ou dela dimanados.

E se o elevado grau científico daquelas suas obras é de um valor incontestável, esta faceta da sua operosidade numismática, dedicada à massa

popular, não é menos notável e é de grande proveito para o culto da moeda, ou da medalha. Estou seguro que a febre de colleccionamento monetário e medalhístico que hoje se observa, muito lhe deve. Sempre foram algumas dezenas de anos, tanto Lisboa como no Porto, mas principalmente na capital, que a sua autorizada voz se fez escutar.

Hoje é difícil, se não quase impossível, relacionar com segurança e por completo, os seus artigos tão pròdigamente espalhados, como dádiva graciosa, a bem do povo. Mas, ainda assim, sempre se conseguiu alguma coisa como é fácil ver na lista bibliográfica que se apresenta em anexo. As revistas de essência cultural, históricas e literárias, tiveram nele um grande Mecenas. As separatas ainda nos dão a ideia do seu grande entusiasmo pela difusão dos temas numismáticos e medalhísticos.

A *Nummus* também foi contemplada, viu as suas colunas honradas e refulgidas pela colaboração de elevado nível que Ele lhe concedeu e fácil de provar, bastando tão-sòmente compulsar a colecção que é já preciosa.

Se fizermos uma revista retrospectiva de tudo que ficou dito nestas linhas, talvez não haja divergência quanto à essência dos conceitos firmados.

Num decurso de mais de 2 séculos, 228 anos, a evolução da ciência numismática acentuou-se de maneira sistemática, progressiva, disciplinada, sempre com segurança e num constante aproveitamento e aperfeiçoamento que consola e deleita quem se debruçar da janela do passado, divisando essa marcha que vem de longe e não pára através dos séculos.

Saudosamente se recordam os seus obreiros e se presta respeitosa homenagem à sua memória.

★

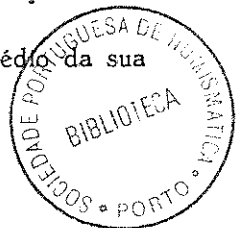
Para completar o que foi dito, esquemáticamente, quanto à actividade numismática de tão illustre obreiro, é preciso, assim se entende, acrescentar o que realizou no meio científico, aquém e além fronteiras.

Pedro Batalha Reis, além de fabricante de grandes e notáveis obras, foi propagandista da ciência das moedas e das medalhas, foi colaborador e insigne associado das mais categorizadas colectividades dadas ao estudo da História, da Arqueologia e da Numismática, nacionais e estrangeiras.

Com a ajuda de vários elementos, uns fornecidos por sua viuva, outros respigados das suas obras, principalmente a *Cartilha*, e alguns outros vindos de outras origens, podem ser referidas as seguintes:

— Academia Portuguesa de História onde as suas comunicações eram escutadas atentamente;

— Associação dos Arqueólogos Portugueses, e por intermédio da sua



Secção de Numismática, ali muito illustrou o seu nome a par das mais distinguidas figuras, nela colaborantes;

— Instituto Português de Etnografia, História e Arqueologia, onde prestou brilhantes provas da sua actividade e muito estudo;

— Real Academia de la Historia de Madrid que o recebeu com vivo interesse pela sua actividade de numismata consagrado.

Colectividades houve que lhe concederam o diploma de sócio honorário como sejam:

— Sociedade Portuguesa de Numismática, que sempre se honrou com a sua colaboração nas colunas da *Nummus* e honra agora a sua memória com este seu número especial e com a presença de muitos numismatas de renome a prestarem as suas últimas homenagens ao que foi grande mestre e companheiro leal e probo, tão cedo desaparecido, quando ainda havia muito a esperar do seu saber;

— Sociedade Ibero-Americana de Estudos Numismáticos, de Madrid, onde colaborou destacadamente como se prova através do órgão associativo *Numisma*;

— Sociedade Numismática Brasileira que também muito se dignificou concedendo-lhe o grau de sócio honorário.

A sua grande paixão pelos estudos numismáticos e medalhísticos não se quebrou ao concederem-lhe as palmas académicas, ou outras elevadas honorarias, antes aparece espelhado também naquelas outras reuniões científicas ou históricas.

Quanto às primeiras, Ele está presente nos Congressos das Comemorações Nacionais (1947), sendo um dos seus mais entusiastas animadores. Aparece no Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo e no Congresso da União Nacional (1951).

No referente aos segundos comparece no VIII Congresso Internacional das Ciências Históricas, de Zurich (1938), onde lhe foi confiada a presidência da Secção de Medalhística, e nesta mesma reunião apresenta uma comunicação para ser criada a Federação Internacional de Numismática, nela confiando grandes esperanças. Até hoje, porém, esta federação ainda não deu sinal de vida, e nem os Estados, nem as organizações de alta cultura, então representados, deram os primeiros passos nesse sentido. Pelo menos assim se nos afigura. Está também presente no Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (1944).

Colaborando nas exposições de natureza oficial há que distinguir a Exposição Histórica da Ocupação, a Exposição da União Nacional e a Exposição de Ouro na Nau Portugal das quais nos deixou duas preciosas espécies

bibliográficas — *Ouro Português Amoedado e Exposição do Ouro na Nau Portugal*.

Na qualidade de perito qualificado da casa Almeida, Basto & Piombino & C.^a, tem a seu cargo e responsabilidade, a organização da exposição monetária quando da Exposição da Ourivesaria Portuguesa (1947), da Exposição das Moedas da Colecção Guinle (1948), e de uma Exposição de Medalhas no S. N. I. (1959). Delas nos deu 3 espécies bibliográficas, mais adiante assinaladas.

Creio que se comprova que Pedro Batalha Reis, como astro de primeira grandeza adentro da Numismática Nacional, foi homem de gabinete e homem de acção.

★

Não foi assim tão fácil, como se poderá imaginar à primeira vista, a elaboração da bibliografia numismática de Pedro Batalha Reis, quando havia a pretensão — e justa pretensão na verdade, — de apresentar uma obra digna de tão alta e destacada figura de intelectual do nosso meio científico e, muito particularmente, o dedicado à Numismática.

Só quem é dado a buscas e rebuscas em bibliotecas e arquivos, sejam públicos ou particulares, pode bem avaliar dos esforços que se tornaram necessários, e da melhor vontade foram eles dispendidos, para se apresentar o mais completo possível a actividade de tão conceituada personalidade.

Quanto às suas obras de fundo não havia dificuldades, está bem de ver. No referente à colaboração em revistas culturais, literárias, históricas, arqueológicas e numismáticas, foi tudo facilitado com as numerosas separatas, sendo a fonte de uma delas bem difícil de descobrir, mas sempre se alcançou tal desígnio. A grande dificuldade, porém, aparece quando se pretende anotar toda a sua actividade jornalística, tão intensa ela foi, e desde já se ressalvam essas falhas que possam aparecer.

E assim, todo o nosso esforço teve por base o existente na Biblioteca Nacional e mais aquelas espécies que Batalha Reis ofereceu a nosso pedido e que nós ali entregamos em fins de 1963. (Estampas III e IV). Seguidamente foram também consultadas as fichas da Academia das Ciências, da Academia Portuguesa de História, da Faculdade de Letras de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Associação dos Arqueólogos, do Secretariado Nacional de Informação, e da Casa da Moeda.

Para assegurar maior rigor a este nosso esforço de natureza essencialmente bibliográfico, servimo-nos ainda do livro *Numismólogos contemporâneos e a sua actividade cultural* da nossa autoria, e da *Bibliografia numismática*

portuguesa dos últimos trinta anos, aparecida na *Nummus* (1959, n.º 18, pp. 81-95).

Não satisfeitos com estas fontes, ainda nos socorremos da preciosa biblioteca do ilustre numismata sr. José Maria Serrano Vieira que muito gentilmente foi posta à nossa disposição.

Do espólio literário de Pedro Batalha Reis, se colheram alguns elementos, e bem valiosos eles foram, quanto à colaboração aparecida na imprensa diária, com o auxílio de muitos recortes de jornais, embora se possa julgar incompleta como já se afirmou.

É justo também dizer que se colheram alguns elementos naquelas suas obras de grande vulto como sejam *Moedas de Toro*, *Morabitinos Portugueses*, *Numária de El-Rei Dom António* e *Cartilha Numismática Portuguesa*.

Do consagrado numismata, sr. José Oliveira de Sousa Nunes, recebemos uma lista de alguns jornais onde aparecem artigos de grande actualidade, e tudo conjugado com os apontamentos extraídos daquele precioso espólio já referido, determinaram boa colheita. Os elementos fotográficos que ilustram este estudo foram obsequiosamente cedidos pela família do ilustre Mestre, pelo seu amigo e conceituado numismata, sr. João Carpenter Robertson, pela casa bancária Almeida, Basto & Piombino & C.^a, onde prestou assinalados serviços como perito abalizado, pela Livraria Fernando Machado & C.^a (Porto), editora da 2.^a edição do *Preçário*, e outros retirados do nosso arquivo particular.

Aqui patenteamos o nosso sincero agradecimento a todas aquelas pessoas, funcionários do Estado, ou de organismos particulares, pelas facilidades recebidas e pela boa vontade que demonstraram no aplanamento de alguma contrariedade que, por ventura, tivesse surgido.

Todas estas explicações são necessárias à justeza deste trabalho e para melhor garantir a veracidade de tudo que apresentamos.

★

Qualquer trabalho literário, científico, histórico ou mesmo artístico deve ser elaborado com certo método, ter sequência assegurada e uma arrumação notável, a fim de se alcançar aquele expoente máximo para uma boa aceitação por parte do público leitor. Entre tantas outras coisas, deve-se evitar repetições que vão desde a frase ao vocábulo, ou desde a ideia à sua finalidade.

Embora se tenha procurado seguir este esquema na execução deste trabalho, vamos abrir uma excepção, e é de supor que os leitores possam melhor apreciar a actividade numismográfica de Pedro Batalha Reis, desde a sua saída da Universidade até à sua última morada.

No seu espólio literário foi encontrado, escrito em francês, o seu *curriculum-vitae*, possivelmente para ser difundido naquelas numerosas reuniões internacionais, aonde acorria dignamente, ou para ser entregue a colectividade categorizada nos meios científicos internacionais, dados à Numismática, que desejasse possuir nos seus arquivos esses elementos, sempre tão necessários, para se traçarem umas breves linhas biográficas.

Não nos dispensamos de o transcrever, nele se salientam tão-sómente as suas funções, pois à actividade de escritor adiante se dá devido relevo.

Ora veja-se o seu *curriculum-vitae*:

- Nascido em Lisboa, a 22 de Fevereiro de 1906.
- Bacharel em Letras: Filosofia e Ciências Históricas (1930).
- Curso de biblioteconomia (1930).
- Membro efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1930).
- Fundador do Museu Numismático Português e seu primeiro Conservador (1932).
- Colaborador da Exposição da União Nacional (1933).
- Secretário do Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro (1935).
- Secretário do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Oliveira Salazar (1936).
- Bolsas de Estudo do Instituto de Alta Cultura (1937, 1943 a 1946).
- Delegado de Portugal à Comissão Internacional das Ciências Históricas.
- Colaborador da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, desde o seu início.
- Membro fundador do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.
- Representante de Portugal ao Congresso Internacional de Numismática, de Londres (1936).
- Membro do Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo.
- Membro da Academia Portuguesa de História.
- Delegado Oficial de Portugal ao VIII Congresso Internacional de Ciências Históricas.
- Colaborador da Exposição de História da Ocupação Portuguesa.
- Membro da Comissão Organizadora dos Congressos das Comemorações Nacionais (1940).
- Membro Honorário da Sociedade Numismática Brasileira.
- Organizador da Exposição do Ouro na Nau de Portugal (1940).

- Membro da Real Academia de História de Madrid.
- Membro do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (1944).
- Primeiro Prémio de História do S. N. I. — Prémio Alexandre Herculano (1947).
- Vice-presidente da Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Membro Honorário da Sociedade Ibero-Americana de Estudos Numismáticos.
- Relator Oficial da Presidência do Conselho ao Congresso da União Nacional, em Coimbra (1951).
- Membro Honorário da Sociedade Portuguesa de Numismática.
- Membro do Júri Internacional da Exposição Internacional de Medalhas, em Madrid (1951).
- Presidente da Delegação Portuguesa à S. I. A. E. N.
- Presidente da Secção de Medalhística do Congresso Internacional de Paris (1953).
- Autor de numerosos trabalhos de Filosofia, História, Literatura, Arte, Música, Numismática e Medalhística.

Com a divulgação deste relato de tão honrosas como numerosas funções, tivemos a intenção de garantir passagens já anteriormente referidas e assinalar, uma vez mais, a sua conduta de homem dado às letras, às artes e às ciências.

Ele deu, pois, boas provas em todas estas manifestações em que desdobrou a sua notável actividade, e justo é de salientar uma vez mais, a sua grande paixão pela Numismática.

Coleccionador de moedas desde os 7 anos como noutro lugar se afirma, estudou a ciência dos numismas com rara distinção, e como académico universitário, foi estudante laureado da respectiva cadeira de Numismática.

★

Se for lançado um simples golpe de vista pela longa lista bibliográfica junta como anexo a este estudo, ora apresentado à apreciação dos leitores, dos mestres e confrades em Numismática, logo ressaltam alguns casos dignos de anotação para tirar fáceis conclusões.

E assim, embora Ele tenha deixado os bancos universitários em 1930, empunhando o clássico *canudo* com o seu diploma de licenciado em Letras, só iniciou, públicamente, a sua actividade de numismata dois anos mais tarde,

em 1932, com algumas comunicações feitas à Associação dos Arqueólogos Portugueses, por intermédio da respectiva secção de numismática.

Esta actividade ia crescendo à medida que os anos passavam céleres, e tudo em conformidade com as suas funções em organismos públicos ou particulares.

Com uma notável e marcante persistência, Ele consegue das esferas oficiais que se juntassem os conjuntos monetários espalhados por 4 centros culturais, conjuntos esses sem eficácia científica, nem eficiência educativa para o desenvolvimento do gosto e do culto pela moeda e pela medalha.

Aos seus grandes e porfiados esforços se deve, seguramente, a organização e a manutenção do Museu Numismático Português desde logo anexado à Casa da Moeda, e, como seu primeiro conservador, envida todas aquelas diligências necessárias a um bom começo de vida para tão jovem organização. Se os resultados desta pertinácia não lograram imediatamente aqueles resultados brilhantes para um cartaz de efêmera publicidade, o certo é que se salvaguardaram tão preciosos elementos materiais, como valiosos valores morais do património nacional, dispersos como estavam e, possivelmente, em risco de perdas irreparáveis, como já havia acontecido e por variadas vezes.

Se outras vantagens não adviessem, só esta bastaria para lhe ser prestado público reconhecimento. Todavia, nem sempre assim aconteceu. Veladamente, Ele afirmava, porque sentia, que a sua obra estava sendo minada. Atravessando um período de grandes contrariedades, lutando contra invisível adversário, um ou mais, possivelmente, abandonou a direcção daquele museu que tão amorosamente e esforçadamente criara, chamado a outras funções.

Era a sua primeira e grande realização adentro do campo da Numismática e o início de uma grande obra científica.

A sua actividade criadora e portentosa logo se manifesta com o aparecimento de *Moedas de Toro*, seguindo-se depois, em bom ritmo, *Morabitos Portugueses*, *A Numária de El-Rei Dom António* que lhe granjeou o prêmio Alexandre Herculano, concedido pelo S. N. I., em 1942, e, finalmente a *Cartilha da Numismática Portuguesa*.

Durante o período que decorre entre aquela primeira e esta última obra, a sua colaboração por jornais e revistas, magnanimamente se dispersa, atingindo o ponto culminante no período que decorre entre os anos de 1940 a 1947.

Outros estudos em que se embrenhara para mais largos voos e não conseguira concretizar, não lhe deixavam tempo para se dispersar, e a sua colaboração foi diminuindo a tal ponto que desapareceu no ano de 1965. É certo também que a doença estava minando aquele arcaboço de lutador

forte e audaz, incansável na perseverância e sempre leal à ciência dos numismas.

Por esta época, e bem se prova com os elementos fotográficos que adiante se reproduzem, gentilmente cedidos pela Livraria Fernando Machado & C.^a, do Porto (Estampas V, VI e VII), havia entrado em negociações com esta casa editora para se darem à publicidade três preciosos trabalhos:

- Origem das Quinas de Portugal
- Tractatus De Numismate
- A maior medalha de ouro do Mundo

Prepositadamente nos recusamos aprofundar este caso de natureza numismática e de interesse para todos quantos lidam neste campo. São assuntos essencialmente particulares, até familiares, por isso mesmo muito delicados. Sobre eles não deve recair qualquer investigação mesmo que seja só para dar uma boa nova. Compete isso às partes interessadas. Contudo, formulamos votos para que a bibliografia numismática portuguesa possa contar, em breve, com mais estas espécies, para enriquecimento das bibliotecas públicas, maior brilho das bibliotecas particulares e alegria de conceituados bibliófilos.

Ficaram incompletos ou em esboço, alguns trabalhos que viriam a ser de grande relevo seguramente, como o seu *Corpus Nummorum Portucalesium*, a sua grande paixão, e também o *Inventário Numismático Português, e Dinheiros e Medalhas de El-Rei D. Afonso Henriques* que deverão fazer parte do seu espólio literário, e só não foi possível consultar esta parte, por variadas razões de ordem meramente ocasional.

Não é também de esquecer a obra tão anciosamente esperada — o *Preçário das moedas ultramarinas portuguesas*, em preparação pela casa Almeida, Basto & Piombino & C.^a (Estampa IX).

Ainda se regista a sua última colaboração como se fosse o fecho da sua brilhantíssima carreira de conceituado numismata. Anota-se este facto como sendo a última aparição em público. Quero referir-me ao seu artigo *As quinas de Portugal e o seu significado*, aparecido nas colunas do *Diário de Notícias*, em 30-V-1965. Ao felicitá-lo por esta circunstância, recebemos o amável cartão que reproduzimos, conjuntamente, com outros elementos manuscritos do saudoso mestre. (Estampa VIII).

Perante a sua memória nos curvamos respeitosamente.

BIBLIOGRAFIA NUMISMÁTICA
DE
PEDRO BATALHA REIS

1932

«História da Casa da Moeda».

In *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, (Fasc.),
Vol. I, 1932, Fasc. III, p. 52.

Nota — Esta espécie bibliográfica, na Biblioteca Nacional, tem a cota
C. G. 2443 V.

«Considerações sobre o Museu da Casa da Moeda».

In *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, (Fasc.) 1932-
-1933, Fasc. IV, pp. 74 e 75.

Nota — Esta espécie bibliográfica, na Biblioteca Nacional, tem a cota
supra indicada.

«Nota sobre o *real grosso* que D. Afonso V mandou cunhar em 1476, após
a sua aclamação como Rei de Castela».

In *Diário de Notícias*, 2-VIII-1932.

Nota — É uma comunicação feita ao Instituto Português de Arqueologia,
História e Etnografia.

1933

«A moeda de Angola» — 1933. (Separata do Cat. do Banco de Angola).
«O Museu Numismático Português».

In *O Coleccionador*, 1933, n.º 4, p. 101, e n.º 5, p. 135.

Nota — É nesta revista, então como sócio n.º 210 do Clube Internacional
de Trocas (C.I.T.), que inicia a publicação do seu estudo subor-
dinado àquele título, e constituído por dois artigos. Foi director
da secção numismática desta mesma revista

«Considerações sobre a criação do Museu da Casa da Moeda, a visita à coleção numismática da mesma casa, e o achado, em Coimbra, de uma moeda de D. Afonso Henriques, pelo coleccionador sr. Alfredo de Almeida Rebelo».

In *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, (Fasc.), Vol. I, 1933, Fasc. V, p. 87.

Nota — Esta espécie bibliográfica, na Biblioteca Nacional, tem a cota C. G. 2443 V.

«Moedas de Toro» — 1933. 1.^a edição.

«Numária de El-Rei D. Afonso V» (com gravura).

In *Coleccionador*, 1933, n.º 6, p. 165.

1934

«O sistema monetário de Angola».

In *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, (Fasc.), Vol. I, 1934, Fasc. VII, VIII e IX, p. 127.

Nota — Esta espécie bibliográfica, na Biblioteca Nacional, tem a cota C. G. 2443 V.

«Moedas de Celpes e não Cilpe».

In *Revista de Arqueologia*, 1934, Tomo II, p. 118.

«Das moedas de Toro».

In *Revista de Arqueologia*, 1934, Tomo II, pp. 146 e 188.

«Da crítica das moedas de Toro».

In *Revista de Arqueologia*, 1934, Tomo II, p. 282.

«Nova concepção da política económica de D. Afonso V».

In *A Voz*, 10-IV-1934 e *Diário de Notícias*, 12-IV-1934.

Nota — Sob esta epigrafe, o capítulo *Política Colonial*, do livro *Moedas de Toro* foi apresentado à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, na sua sessão de 4-IV-1934.

«Medalhas comemorativas».

In *Diário de Notícias*, 11-IV-1934.

Nota — Como Conservador do Museu Numismático Português, veio a terreiro defender a ideia, e que se devia generalizar, de todos os acontecimentos notáveis da nossa terra serem assinalados pela medalha. Assim se tem feito ultimamente e ainda bem.

«Práticas antigas... que deviam renascer».

In *Diário de Notícias*, 14-VII-1934.

Nota — Nova carta como que aditamento à que trata de *Medalhas comemorativas*.

«Notícia histórica da moeda de Angola».

In *Diário de Notícias*, 29-VII-1934.

Nota — Comunicação feita à secção de Numismática, da Associação dos Arqueólogos Portugueses. É de presumir que tenha ligação íntima com aquele outro trabalho já indicado sob a rubrica *O sistema monetário de Angola*.

«Um magnífico *Aes Libralis* do Museu Numismático Português».

In *Diário de Notícias*, 24-XI-1934 (ilustrado).

Nota — Alegrementemente e até com citações históricas sobre a raridade desta moeda, Pedro Batalha Reis torna público ter sido autorizado, pelo Ministério das Finanças, a aquisição da raríssima *Aes libralis*, talvez única conhecida em todo o mundo, e em óptimo estado de conservação. Este artigo deu origem a uma virulenta campanha contra as diligências de Pedro Batalha Reis para a aquisição da referida peça numismática. E assim, logo no dia seguinte, na primeira página do jornal, publicava-se uma carta de Mário Ferreira, Vivenda Maria Luísa, Dáfundo, informando que estivera em Roma em 1925 e ali vira exemplares semelhantes, mas os numismatas italianos consideravam-nos como recentes falsificações. Pura insinuação.

Como era de esperar, Pedro Batalha Reis veio à estacada, replica em 28 do referido mês e ano, repelindo a insinuação, e mantendo o seu primitivo parecer: a *Aes libralis* em causa era verdadeira.

O estado em que ficou situado este problema e a sua delicada posição, levou a Administração Geral da Casa da Moeda, em 5-XII-1934, a comunicar terem sido tomadas providências a fim

de serem consultadas entidades competentes em numismática, nacionais e estrangeiras, antes de se efectivar a compra para o seu museu

Pedro Batalha Reis não se conforma, e no dia seguinte, em carta, informa que o tal Mário Ferreira, residente no Dáfundo não existe, pelo que se está em presença de uma vil acusação anónima. Claramente, afirma haver alguém que tem interesse em deslustrar a sua acção como organizador do Museu.

Por sua vez, a 7 do mesmo mês, António Pimentel Saraiva vem secundar o mestre Batalha Reis, contesta a opinião de Mário Ferreira e lamenta a resolução aèreamente tomada pela Casa da Moeda.

No dia seguinte, isto é, a 8 do citado mês, ainda sobre este assunto da *Aes libralis*, o jornal publicava uma carta da firma comercial Almeida, Limitada, hoje Almeida, Basto & Piombino & C.^a onde se informa que a moeda era vendida ao Museu por 750\$00, como se havia estabelecido, de certo uma transacção comercial verdadeiramente ruínosa, e que havia comunicado à Administração da Casa da Moeda que retirava a sua oferta por não querer sujeitar-se às intenções daquele departamento do Estado.

«A moeda da Conceição».

In *A Voz*, 8-XII-1934.

1935

«Moedas de Toro» — 1935 (2.^a edição).

«Dobrões dos tempos manuelinos».

In *Diário de Notícias*, 17-III-1935.

Nota — A propósito de um achado de moedas de ouro, em Inglaterra, e que o jornal informava serem *dobrões de D. Manuel I*, Pedro Batalha Reis, em carta dirigida àquele jornal, vem informar que no tempo de D. Manuel I, não havia *dobrões* nem as moedas tinham gravadas o busto do soberano, prática essa que só se generalizou no tempo de D. João V.

1936

«Numária de Pax Julia».

In *Revista de Arqueologia*, 1936, Tomo III, p. 61.

«De la Numismatique au Portugal».

Nota — Comunicação ao Congresso Internacional de Londres. Há separata.

«A Casa da Moeda de Lisboa. Sua localização».

In *O Coleccionador*, II série, 1936, Julho-Agosto, n.º 4, p. 55.

Nota — Este artigo havia sido escrito, anos antes, para um volume do *Guia de Portugal Artístico* que ainda não havia sido publicado até então.

«Os patacos de Bordalo Pinheiro».

In *O Coleccionador*, II série, 1936, Novembro-Dezembro, n.º 6, p. 92.

Nota — A página onde se inicia a publicação não tem número, no seu verso lê-se o n.º 91, mas na seguinte já se encontra o n.º 93. Como não é fácil alcançar uma tal revista, aqui se deixa a sua cota na Biblioteca Nacional: J. 5221 B. Há separata.

1937

«Moedas coloniais».

In *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, 1937, Vol. II, p. 235.
Há separata.

«Processo de amoedação».

In *Feira da Ladra*, 1937, Tomo VIII, n.º 4, p. 158.

«Uma moeda inédita de El-Rei D. Afonso Henriques».

In *Diário de Notícias*, 20-I-1937.

«O Numismata».

In *Novidades*, 7-III-1937.

Nota — Este artigo é apresentado com outra colaboração de outros insignes mestres, discípulos, amigos e admiradores do Dr. Leite de Vasconcelos, quando da justa homenagem que lhe prestaram o Museu Etnológico e o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. O jornal *Novidades* publicou uma página especial, e muito notável pela qualidade e número dos respectivos colaboradores. Neste mesmo jornal foi publicada uma bela caricatura do ilustre mestre, devida ao lápis vigoroso e artístico de Francisco Valença, e um retrato do fotógrafo Sam-Payo.

«O primeiro congresso internacional da medalha».

In *Diário de Notícias*, 4-XII-1937.

Nota — A minúcia desta notícia leva-nos a supor ser da autoria de Pedro Batalha Reis e, por isso mesmo, sem qualquer relutância, se inscreve esta rubrica entre os seus numerosos trabalhos.

1938

«Les soldes d'or au Portugal».

Nota — É uma comunicação feita ao Congresso de Ciências Históricas, de Zurich, de 1938.

«Morabitanos de El-Rei D. Sancho II». Separata.

«Numária de El-Rei D. António. Uma peça inédita» (c/ gravura).

In *A Voz*, 8-IV-1938.

«As comemorações nacionais de 1939-1940».

In *A Voz*, 22-IV-1938.

Nota — Advoga a organização do Primeiro Congresso de Numismática Portuguesa; o lavramento de uma moeda de ouro com as características políticas dos *portugueses de D. Manuel I*; a cunhagem de uma ou mais medalhas comemorativas daquelas datas; e renovar a antiga prática de deitar nos alicerces das grandes construções uma colecção de moedas correntes.

«Morabitanos de D. Sancho II».

In *A Voz*, 17-VII-1938.

Nota — Comunicação feita ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, a propósito da descoberta, no estrangeiro, de tal valiosa peça numismática. Nesta sessão também se falou da projectada comemoração do centenário do nascimento do Rei D. Luís.

«Morabitino de D. Sancho II». (Uma descoberta numismática).

In *A Voz*, 29-VII-1938.

Nota — Neste artigo é dada a informação da descoberta de tão valiosa peça quando, em missão de estudo, visitava os principais museus da Europa. Propôs ao Estado a sua aquisição. Ignora-se se este morabitino foi comprado e se ele se encontra no museu da Casa da Moeda.

«O tesouro de Fortios» ou «Um tesouro de há 3.000 anos foi achado perto de Portalegre».

In *Diário de Notícias*, 2-VIII-1938.

Nota — Achado de 80 discos de ouro puro. Na opinião de Batalha Reis, trata-se de objectos de ornamento, não são pois de natureza numismática. Interessa sobretudo à Arqueologia.

«VIII Congresso Internacional de Ciências Históricas» (Zurich).

In *Diário da Manhã*, 22-IX-1938.

Nota — Entrevista concedida àquele jornal. É de grande interesse a sua leitura. A imprensa fez referências a esta importante reunião internacional onde se ventilaram problemas de numismática de muita relevância.

1939

«Nova classificação dos morabitinos portugueses».

Nota — Comunicação feita em 24-VI-1939, à Associação dos Arqueólogos Portugueses, reunida em assembleia geral. É de supor que seja a mesma que vem referida nos *Anais da Academia Portuguesa de História* (1940, Vol. II, pp. 197-322), sob o título *Morabitinos Portugueses* e adiante citada no ano seguinte de 1940. Esta anotação foi colhida num cartão de convite daquela colectividade e encontrado no espólio literário de Batalha Reis que nos foi dado consultar.

«À Volta de uma moeda. Um esclarecimento».

In *Jornal de Notícias*, 10-X-1939.

Nota — Fornece indicações sobre o *Escudo de Ouro* de D. Afonso V, comprado na Haia, para o Museu Municipal do Porto, pela Câmara Municipal. Foi achado em Elvas, em 1907, num prédio da Rua de Alcamim, e fazia parte de um tesouro cujas peças deviam ter sido emparedadas entre 1457 e 1472. O escudo foi adquirido pelo Dr. Francisco Cordovil de Barahona, de Portalegre, revertendo o produto para o Asilo da Infância Desvalida. Faz ainda alguns outros reparos. Este artigo veio a propósito de um outro assinado pelo conservador do Museu Municipal, Sr. Pinto do Couto sobre a aquisição da referida peça monetária.

«Conto para contar».

In *República*, 20-V-1939.

Nota — É uma informação prestada a pedido da redacção daquele jornal, sobre uma peça numismática e que um leitor de Espinho havia pedido para ser classificada. Foi dado aquele nome de *Conto para contar*, para se ficar logo sabendo do que se tratava.

1940

«Morabitinos Portugueses».

In *Anais da Academia Portuguesa de História*, 1940, Vol. II, pp. 197-322. Separata.

Nota — Esta obra foi recebida com os mais vivos encómios pela imprensa luso-espanhola.

«Ouro português amoedado».

Nota — Memória-guia da Exposição de Ouro da Nau Portugal. Este opúsculo foi bem recebido pela crítica. Veja-se a este respeito: *Diário de Lisboa*, 19-IX-1940, *A Voz*, 20-IX-1940, *Diário da Manhã*, 23-IX-1940 e *Diário de Notícias*, 3-XII-1940. Este último jornal, em 8-IX-1940, publica uma grande reportagem sobre a inauguração da Nau Portugal.

«Resenha das moedas portuguesas».

In *O Século*, (número comemorativo do duplo centenário da Fundação e da Restauração), 1940, Vol. I, p. 271.

Nota — A representação gráfica é constituída por 154 gravuras de moedas extraídas de Aragão, portanto, notável illustração. É uma resumidíssima história da moeda portuguesa, desde Afonso Henriques até à República (1940). Interessando sobremodo a sua leitura, colhem-se valiosos conhecimentos e que jamais se olvidam. Este trabalho está completamente esquecido da actual geração, não se ouve falar dele e nem se fazem referências ao que ali se afirma. Só a constância e a boa vontade de bem servir, determinaram a sua descoberta. Como trabalho deveras útil recomenda-se a sua leitura e para maior facilidade indicam-se as cotas em duas importantes bibliotecas, uma a nacional e a outra de uma colectividade de grande projecção no nosso meio científico. Eis as cotas: Biblioteca Nacional H.7563-A, e na Sociedade de Geografia 119-G-81.

«Codicilo ao testamento de El-Rei D. Afonso Henriques, sua interpretação monetária».

Nota — Comunicação enviada ao Congresso de História das Actividades Científicas, efectuado em Coimbra no ano de 1940. Não chegou a ser publicado nessa ocasião. Veja-se a referência feita no ano de 1945.

«Porque D. Afonso Henriques não cunhou moeda de ouro».

In *A Voz*, 12-I-1940.

Nota — Importante comunicação feita à Academia Portuguesa de História. A imprensa fez larga reportagem sobre esta comunicação, apresentada em sessão de 10-I-1940. No *Boletim* desta douta colectividade (Ano IV, 1940, p. 767) faz-se também digna referência.

1942

«Maravedis alfonsis».

In *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 7.^a série (Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses), Vol. VI, 1942, p. 9. Há separata.

«O Rei Numismata».

In *Feira da Ladra*, 1942, Tomo IX, n.º 3-5, p. 141. Há separata.

«Um coleccionador illustre: O Dr. Pompeu de Carvalho Mirabeau».
(Com fotografavura).

In *Diário do Alentejo (Beja)*, 26 e 27-II-1942.

«Uma relíquia da velha Siracusa».

In *Século*, 8-VII-1942.

Nota — Excerto de uma carta a propósito de uma correspondência, do Porto, apreciando a *Bractea de Siracusa*, pertencente ao Museu Soares dos Reis. Esta correspondência apareceu em 25-VI-1942.

1943

«O espírito cristão na Numismática Portuguesa».

In *Brotéria*, 1943, Vol. XXXVI, Fasc. 5, p. 499. Há separata.

Nota — Este trabalho, segundo nota no final da página, foi escrito originalmente em francês sob o título *L'Esprit Religieux de la Numismatique Portugaise*, para ser enviado para o estrangeiro, mas assim não aconteceu por ter sido substituído por outro. Foi também lido no Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, na sessão de 28-3-1943.

«O Prof. José Leite de Vasconcelos na Numismática».

In *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 7.^a série, Vol. VII, 1943, pp. 37-43. Há separata.

«Nova expressão da medalha em Portugal».

In *O Ocidente*, 1943, Vol. XX, n.º 61. Há separata.

«O Numismata Robert Shore».

In *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 7.^a série, (Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses), Vol. VII, 1943, p. 131. Há separata.

«A Numismática em Portugal» (entrevista).

In *Diário Popular*, 26-X-1943.

Nota — É preciosa esta entrevista pelos esclarecimentos que nos fornece quanto à sua própria personalidade e também no referente aos seus trabalhos.

Além de informar os leitores que iniciara o coleccionamento de moedas aos 7 anos, também se refere aos trabalhos que tinha em preparação como sejam *Dinheiros e Mealhas de El-Rei Dom Afonso Henriques, História dos Dinheiros em Portugal*, e ainda a *Numária de El-Rei Dom António*.

Refere-se à sua actuação na Exposição da União Nacional, no sector especial da moeda, dando-nos *O meio circulante do Estado Novo*, estudo comparativo do dinheiro antes e depois de 1926, através do mostruário exibido então. Enumera também as instituições científicas a que pertence.

Como programa, pretendia elaborar uma série de trabalhos preparatórios, em monografias especiais, que esclarecessem todos os pontos até aos últimos pormenores de técnica e projecção histórica dos exemplares em causa, para que um dia se possa levar a cabo a publicação de um grande *Corpus Nummorum Portucalesium*.

«A Numismática em Portugal» (carta).

In *Diário Popular*, 5-XI-1943.

Nota — Trata-se de uma carta respondendo, com acerba energia, a uma crítica feita pelo Dr. Damião Peres, e publicada no mesmo jornal, em 3 daquele mês. Alguns dias mais tarde, escreve nova carta com algumas rectificações sem importância de maior (9-XI-1943).

1944

«Carta aberta aos coleccionadores numismatas portugueses».

In *Diário Popular*

Nota — Está localizado o jornal onde foi publicada esta carta mas não o dia e o ano. Este recorte estava na mesma folha onde outros se encontravam, sendo um de 1-IV-1944 e dois outros de 4 e 6-II-1945, todos do *Diário de Notícias*.

«A medalha dos meninos órfãos».

In *A Voz*, V. I. 1944.

«Federação Internacional de Numismática».

In *A Voz*, 2-IV-1944.

Nota — É extracto da sessão da Academia Portuguesa de História, onde Pedro Batalha Reis propôs a criação de um organismo de acção internacional, a denominar Federação Internacional de Numismática. Informou ainda que estava procedendo à organização do *Inventário Numismático de Portugal*. Outros jornais também publicaram relatos desta sessão.

«Medalhística Olissiponense».

In *Revista Municipal*, 1944, n.º 22-23, p. 8. Há separata.

«Foi descoberta a primeira moeda colonial do Mundo».

In *Diário Popular*, 16-V-1944.

Nota — Este artigo foi transcrito pelo *Boletim da Agência Geral das Colónias* n.º 228, p. 80. Logo de começo informa ter em organização o *Inventário Numismático de Portugal*. A moeda a que se refere é um *real* de prata de D. Afonso V, cunhado em Ceuta.

«Inventário Numismático de Portugal».

In *Boletim da Academia Portuguesa de História*, Ano VII, 1944, p. 86.

Nota — Comunicação feita na sessão de 29-III-1944. Também submeteu à apreciação o projecto da criação da Federação Internacional de Numismática. Esta proposta foi discutida na sessão de 31-X-1945 e foi resolvido nomear-se uma comissão que tomou posse em 3-XI-1945, iniciando os seus trabalhos. A redacção definitiva da proposta veio publicada no mesmo *Boletim*, p. 139.

«Federação Internacional de Numismática» (Proposta para a sua criação).

In *Boletim da Academia Portuguesa de História*, Ano VIII, 1944, p. 73.

Nota — Foi apreciada em sessão de 3-VII-1945, do Conselho Académico, resolvendo-se apresentar o caso à apreciação ministerial. Veja-se ainda a anotação anterior que foi publicada no jornal *A Voz*, de 2-IV-1944.

«Médaille belge dédiée à Salazar».

In *Bulletin de la Chambre de Commerce Belge au Portugal*, 1944, Octobre, n.º 68.

Nota — Este artigo foi transcrito do *Diário da Manhã*, segundo informa aquele boletim mas não foi possível localizá-lo. O exemplar acima referido foi oferecido ao homenageado pela casa bancária Almeida, Basto & Piombino & C.ª.

1945

«Medalha comemorativa do centenário da passagem de Liszt por Lisboa em 1845».

In *Liszt na sua passagem por Lisboa em 1845*, p. 170 (ed. da Casa Sasseti & C.ª).

«Codicilo ao testamento de El-Rei D. Afonso Henriques, sua interpretação monetária», 1945.

Nota — Como já foi referido no ano de 1940, este trabalho havia sido enviado ao Congresso de História das Actividades Científicas e não chegou a ser impresso nessa ocasião. Aparece agora publicado e ampliado.

«Uma preciosidade histórica de D. Afonso Henriques».

In *Diário de Notícias*, 12-I-1945.

Nota — Neste artigo, analisando aquela preciosidade, afirma estar a trabalhar no *Inventário Numismático Português*, e diz ter entre mãos o estudo sobre *Dinheiros e Mealhas de El-Rei D. Afonso Henriques*, como complemento dos *Morabitinos Portugueses* e que viria a ser o primeiro capítulo do *Corpus Nummorum Portucalensium*.

«Revelação do verdadeiro significado dos «sinais ocultos» das moedas portuguesas».

Nota — Comunicação feita à Academia Portuguesa de História, em sessão de 3-II-1945. Esta comunicação está na «Cartilha» p. 299, sob o título *Sinais indicativos de lavramento*. Foi anotada pelo *Jornal de Notícias* (Porto), de 4-II-1945, em correspondência de Lisboa.

«Uma disposição secreta dos moedeiros do século XVI, que permite descobrir os falsários antigos e os falsários modernos».

In *Boletim da Academia Portuguesa de História*, Ano IX, 1945, p. 118.

Nota — Esta disposição secreta era dos moedeiros do Rei D. António para descoberta das falsificações da época e depois das que se seguiram, modernamente. Comunicação feita à sessão de 4-VII-1945.

«Um documento que andou nas mãos de toda a gente».

In *Vitória*, 18-IX-1945.

Nota — Este apontamento foi tirado da «Cartilha» p. 415, nota n.º 2. É referente ao meio circulante antes de 1926 e em comparação ao que se seguiu depois.

1946

«Defesa da reabilitação moral do Rei D. António, o ídolo do Povo!»

In *Boletim da Academia Portuguesa de História*, Ano X, 1946, p. 93. (Sessão de 13-III-1945).

Nota — Houve apreciação crítica por parte dos académicos Drs. Queirós Veloso e Gastão de Melo de Matos.

«Cartilha de Numismática Nacional». (Foi publicada em fascículos).

«La moneda española, por Filipe Mateus y Llopis».

In *Brotéria*, 1946, Vol. XLII, Maio. Fasc. V, p. 602. (Crítica bibliográfica).

«O culto de Nossa Senhora da Conceição na Numismática».

In *Brotéria*, 1946, Vol. XLIII, Dezembro, Fasc. 6, p. Há separata.

«A exposição de ouro na Nau Portugal».

In *Revista Municipal*, 1946, 1.º e 2.º trimestre, n.º 28-29, p. 17. Há separata.

«Moedas híbridas».

In *A Voz*, 12-I-1946.

«Foi encontrada uma segunda moeda conhecida do tempo de D. Afonso Henriques».

In *Diário de Notícias*, 14-I-1946.

Nota — Este artigo deu origem a uma curta polémica nas colunas do *Jornal de Notícias*, do Porto, com o ilustre numismata portuense sr. Alexandre Ferreira Barros, e determinou o artigo seguinte, resposta às afirmações deste senhor. Foi transcrito pela *Voz de Portugal* (Rio de Janeiro), em 12-V-1946.

«Considerações sobre uma moeda de D. Afonso Henriques».

In *Jórnal de Notícias*, 4-II-1946.

Nota — Longa refutação à crítica que lhe fora feita e acima referida.

«A organização de inventários numismáticos nacionais e a Federação Internacional de Numismática».

In *O Ocidente*, 1946, Vol. XXIX, n.º 98, p. 102.

Nota — Comunicação feita à Academia Portuguesa de História, segundo o relato publicado no *Diário de Notícias*, de 6-II-1945.

«Avivemos o passado para fazer justiça ao Presente». (Gravura de 5 moedas).

In *Vitória*, 8-11-1946.

Nota — Salienta o grave problema da desvalorização da moeda. Neste artigo, por lapso da redacção, a palavra *Avivemos* saiu como *Revivemos*. No recorte de que nós servimos para este extracto está feita a correcção pelo próprio punho do Autor.

«Nova concepção e novos horizontes da Numismática em Portugal».

In *Diário de Notícias*, 23-II-1946.

Nota — Comunicação feita à Academia Portuguesa de História na sessão de 20 do mesmo mês e nela se afirmava que, depois de Teixeira de Aragão, nada se havia feito nestes últimos 75 anos. Veja-se ainda o *Boletim da Academia Portuguesa de História*, Ano X, 1946, p. 86.

«Em defesa da reabilitação histórica de D. António».

In *Diário de Notícias*, 13-III-1946.

Nota — Comunicação à Academia Portuguesa de História como já foi anteriormente anotado. É capítulo da *Numária de El-Rei D. António*. Veja-se, mais adiante o artigo «O último rei da Dinastia de Aviz», em *Diário de Notícias*, de 31-VII-1947.

«As moedas árabes encontradas próximo de Nisa não são anteriores de três séculos à fundação de Portugal».

In *Diário de Notícias*, 4-IV-1946.

Nota — É uma informação prestada à face de um exemplar que lhe enviaram para apreciação, e pertencente ao tesouro achado na Tapada do Severino, em Monte Claro (Nisa).

«Uma moeda inédita e única no Mundo por um copo de vinho» ou «Um leal de D. Duarte Cunhado no Porto».

In *Diário de Notícias*, 8-XI-1946.

Nota — A moeda apresenta-se em bom estado de conservação. Comparando as moedas cunhadas no Porto e as de Lisboa, acaba por afirmar que os artistas daquela cidade eram mais hábeis que os desta última. Este artigo foi transcrito na *Voz de Portugal* (Rio de Janeiro), em 24-XI-1946.

«O mais antigo tratado de Numismática Portuguesa». (Inédito do reinado de D. Manuel I).

In *Boletim da Academia Portuguesa de História*, Ano X, 1946, p. 114.

Nota — Comunicação feita à sessão de 13-XI-1946 daquela douta Academia. Esta sessão foi anunciada pelo jornal *O Século* de 15-XI-1946 e *O Primeiro de Janeiro* de 16-XI-1946. Trata-se da descoberta de um códice da Biblioteca da Ajuda. Pedro Batalha Reis pretendia publicar este tratado, e estava trabalhando nesse sentido, quando o autor destas linhas lhe solicitara informações sobre tão importante problema para a Numismática Portuguesa, conforme se lê no documento que se reproduz. (Estampa IX).

«A moeda-medalha da *Conceição* e a sua projectada cunhagem».

In *Diário de Notícias*, 30-XI-1946.

Nota — Manifesta-se contrário ao uso dos cunhos existentes na Casa da Moeda para se proceder à recunhagem da *Conceição*. Este artigo foi escrito a propósito da notícia vinda a lume no próprio jornal do dia 27 anterior, onde se anunciava tal intenção.

1947

«A medalha de Nossa Senhora da *Conceição* comemorativa do III Centenário da Consagração de Portugal ao Padroado da Virgem».

In *O Ocidente*, 1947, Vol. XXXII, Julho, n.º 111, p. 119. Há separata.

«Numária de El-Rei Dom António».

Nota — Esta monumental obra, realizada como bolsheiro do Instituto de

Alta Cultura, faz parte das publicações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, da Academia Portuguesa de História. Fez-se uma tiragem especial de 300 exemplares numerados e rubricados pelo Autor.

«A medalha comemorativa do VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros e o concurso que precedeu à sua escolha».

In *Revista Municipal*, 1947, 1.º trimestre, n.º 32, p. 47. Há separata.

«A Numismática na Exposição da Ourivesaria Portuguesa».

Nota — Guia da exposição monetária organizada pela casa Almeida, Basto & Piombino & C.ª.

«O achado arqueológico de Monforte e o valor turístico da Arqueologia como património nacional».

In *Diário Popular*, 29-VI-1947.

Nota — Defende a ideia da formação de um museu regional tendo por fundo o riquíssimo achado.

«Meio tornez de D. Fernando I cunhado em terras de Castela».

In *Diário de Notícias*, 12-VII-1947.

Nota — É uma das moedas achadas no histórico Castelo de Faria.

«O último rei da Dinastia de Aviz».

In *Diário de Notícias*, 31-VII-1947.

Nota — Anuncia o aparecimento do verdadeiro retrato do Rei D. António.

«Quando Ceilão era português...»

In *Diário Popular*, 20-VIII-1947.

Nota — Refere-se a uma *meia tanga*, de prata, cunhada em Goa para Ceilão, quando reinava em Portugal Filipe III (1621-1640).

1948

«Guia de uma notável colecção de moedas portuguesas».

Nota — Trata-se de exemplares que pertenceram à colecção Guinle, e a exposição foi organizada pela casa Almeida, Basto & Piombino & C.ª.

«A moeda na vida social da humanidade».

In *O Ocidente*, 1948, Vol. XXXIV, n.º 117, p. 63.

Nota — Excerto da «Cartilha de Numismática Portuguesa», Vol. I, p. 195, foi publicado na revista *Mundo Ilustrado*, 1952, Ano I, n.º 1.

1949

«Raridades numismáticas no histórico Castelo de Faria».

In *Boletim do Grupo Alcaides de Faria* (Agregado à Associação dos Arqueólogos Portugueses), Ano I, n.º 2, p. 25. Barcelos, 1949. Há separata.

Nota — Este trabalho deu origem a uma troca amigável de cartas entre o Dr. Luís Pinto Garcia e o Dr. Pedro Batalha Reis. Essa correspondência, por comum acordo de ambas as partes, foi publicada na revista *Nummus*, 1954, Vol. II, n.º 5, p. 13, mas apareceu sob o título *Moedas da Corunha*.

«Introdução ao Catálogo de moedas portuguesas da colecção do Duque de Galliera».

Nota — A exposição foi organizada pela casa Almeida, Basto & Piombino & C.^a. Só um exemplar deste trabalho foi encontrado, mas na biblioteca da Academia das Ciências.

«Revelação de uma medalha inédita do Infante D. Cristóvão de Portugal».

In *Diário de Notícias*, 22-XI-1949.

Nota — É filho do Rei D. António este Infante de Portugal. Trata-se de uma peça única, uniface, de cobre fundido, de um acentuado e elegante sabor medalhístico do século XVII.

1950

«O achado de moedas nas grutas de Mira de Aire».

In *Diário de Lisboa*, 18-I-1950.

Nota — Carta explicativa negando antiguidade das moedas que não eram mais do que *mazunas* de cobre marroquinas, classificando o achado de grosseira mistificação.

«Origem das quinas de Portugal e sua representação simbólica».

In *Boletim da Academia Portuguesa de História*, 1950, p. 122.

Nota — Esta comunicação foi apresentada em sessão de 26-IV-1950, tendo sido publicado grande extracto. Na discussão intervieram vários Académicos. Os jornais *O Século* de 28, e o *Diário de Notícias* de 29, também fizeram referência a este estudo.

«As quinas de Portugal e a sua origem».

In *Diário de Notícias*, 15-V-1950.

Nota — A propósito da comunicação feita à Academia Portuguesa de História e a que se faz referência na anotação anterior, alguns leitores fizeram reparos. Respondendo a cada um deles, Batalha Reis diz da sua justiça. Embora esta colaboração não esteja assinada, é evidente que pertence ao saudoso mestre, ilustrando-a com as gravuras vindas a lume na sua «Cartilha».

«Medalha holandesa dedicada ao Dr. Oliveira Salazar desconhecida em Portugal».

In *O Ocidente*, 1950, Vol. XXXIX, Setembro, n.º 149, p. 101. Há separata.

«Nos confins da Tesserologia. Uma evocação filatélica».

In *Boletim do Clube Filatélico de Portugal*, 1950, n.º 19, p. 321.

«Uma reparação moral».

In *Moeda*, 1950, Novembro, n.º 57.

«Ao cavar-se a terra descobriu-se um morabitino desconhecido do tempo de D. Sancho II (c/ gravura)».

In *Diário de Lisboa*, 8-XII-1950.

Nota — Este artigo foi transcrito no *Boletim do Clube Filatélico de Portugal*, 1951, n.º 20, pp. 366 e 377.

1951

«Portugal e Sabóia — Medalha do projectado casamento da infanta de Portugal D. Maria Isabel com o Duque de Sabóia em 1662».

In *O Ocidente*, 1951, Vol. XLI, n.º 175, p. 237. Há separata.

«O morabitino de D. Sancho II».

In *Moeda*, 1951, n.º 63-64.

Nota — Prefácio do leilão 64.º da casa Molder, tendo ido à praça um morabitino de D. Sancho II que foi arrematado por 70.000\$00. É também publicada uma zincogravura do certificado de Pedro Batalha Reis, garantindo a autenticidade da peça monetária posta em almoeda. Antes de se iniciar o leilão foi lida uma carta do ilustre mestre ainda sobre a referida moeda. (Vidê *Moeda*, Maio, 1951).

«O numismata Augusto Viana de Moraes».

In *Moeda*, 1951, n.º 65.

«Uma medalha com o retrato de D. António, Prior do Crato».

In *Diário de Lisboa*, 8-I-1951.

Nota — A propósito desta peça alvitra que se erga em Lisboa, numa das suas praças, um bem merecido monumento.

1952

«A medalha da Rainha de Portugal D. Luísa de Gusmão e Bragança».

In *O Ocidente*, 1952, Vol. XLII, Março, n.º 167, p. 91.

«A medalha de S. Francisco Xavier».

In *O Ocidente*, 1952, Vol. XLIII, Dezembro, n.º 175, p. 237.

«Numária de El-Rei D. Afonso Henriques».

In *Nummus*, 1952, Vol. I, N.º 1, p. 44.

Nota — Foi feita separata, e em 1962 apareceu uma 2.ª edição.

«The coinage of the *Umayyades of Spain*», por George C. Miles.

In *O Ocidente*, 1952, Vol. XLII, n.º 165, p. 35. (Crítica bibliográfica).

«Importância da moeda na vida social da Humanidade».

In *Mundo Ilustrado*, Ano I, 1952, n.º 1.

Nota — Excerto da «Cartilha», Vol. I, p. 195. Também foi publicado no *O Ocidente*, 1948, Vol. XXXIV, n.º 119, p. 63.

«Uma moeda de alta raridade do tempo de D. Afonso Henriques achada em Óbidos».

In *Diário de Lisboa*, 25-X-1952.

«Moedas romanas no território de Portugal».

In *Lisbon Courier*, Maio, 1952.

Nota — O artigo é acompanhado de tradução em inglês. Este apontamento foi gentilmente fornecido pelo ilustre numismata sr. Canavarro Alfredo Mota, que foi companheiro do homenageado na Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

1953

«Apreço em Portugal dos *excelentes* dos Reis Católicos».

In *Numisma* (Madrid), Ano III, n.º 7, 1953. Há separata.

«Medalha comemorativa do duplo casamento dos filhos de D. João III com os infantes de Espanha».

In *Nvmmvs*, 1953, Agosto, Vol. I, n.º 3, p. 183. Há separata.

«O primeiro Tratado de Numismática impresso em Portugal».

In *Numisma* (Madrid), 1953, n.º 8, p. 103. Há separata.

«Triente inédito de Egica-Wittiza cunhado em Évora».

In *Terra Lusa*, 1953, n.º 3, p. 70.

Nota — Estudo dedicado ao Tenente-Coronel António Elias Garcia, devotado numismata da série visigoda.

«Une médaille en or se rapportant au mariage de Louis XIV».

In *A Voz*, 9-VII-1953.

Nota — Comunicação apresentada ao Congresso Internacional de Numismática (Paris). Deram também igual informação os jornais *Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias* de 9 e *Jornal do Comércio* de 10.

1954

«Carta ao Dr. Luís Pinto Garcia». (Resposta).

In *Nvmmvs*, 1954, Vol. II, Abril, n.º 5, p. 17.

«Medalha inédita de D. Maria II».

In *Nvmmvs*, 1954, Vol. II, Abril, n.º 5, p. 38.

«A Vitória de Samotrácia».

In *Diário de Notícias*, 1-XI-1954.

1955

«Moeda inédita da Companhia do Niassa».

In *Nommus*, 1955, Dezembro, Vol. III, n.º 10, pp. 147-150.

Nota — Em apontamento colhido em local agora difícil de recordar, falava-se de umas moedas do Cabo Delgado. Deve haver lapso, talvez confusão, pois estas moedas de Companhia do Niassa têm *Cabo Delgado* no exergo do anverso.

1956

«Preçário de moedas», 1.ª edição.

Nota — O I Vol. saiu em 1956 e o II Vol. em 1958.

«Estudos de Numismática Indo-Portuguesa», por H. T. Grogan e «Contribuições para o estudo da Numismática Indo-Portuguesa», por J. Gerson da Cunha. (Crítica bibliográfica).

In *O Ocidente*, 1956, Vol. LI, Dezembro, n.º 224, p. 206.

«Um triente visigodo coevo da conquista de Lisboa por Leovigildo em 580».

In *Boletim da Academia Portuguesa de História*, 1956, Vol. XX, p. 94.

Nota — Comunicação feita à Academia Portuguesa de História em sessão de 7-XII-1956.

A moeda tem no verso a cruz com altar de 4 degraus, no exergo *ONO*, reminiscência de *CONOB romano*. A leitura da legenda *S A F I E U S* ou *E L I S S A F I*, identifica-se com *ELSS Abona Felicitas Ivlia*, nome de Lisboa em tempos dos romanos e de Júlio César. Foi também publicado na *Nommus*, 1959, Vol. V, Dezembro, n.º 19, pp. 131-141, sob o título de *Elissabona Felicitas Julia — Nova oficina monetária dos visigodos*. Vidé 1959.

1957

«Moeda única de El-Rei D. João V, da primeira amoedação com a efigie real».

In *Lista n.º 6* da casa Almeida, Basto & Piombino & C.ª.

Nota — Nas listas n.º 4 e 5 aparece a declaração de que é seu director técnico o Dr. Pedro Batalha Reis.

«Como se deve orientar o coleccionador».

In *Diário Popular*, 9-V-1957.

Nota — Excerto da «*Cartilha*», Vol. I, p. 157.
«A Numismática no quadro das ciências históricas».

In *Diário Popular*, 13-VI-1957.

Nota — Excerto da «*Cartilha*», Vol. I, p. 157.

«O valor cultural da Numismática».

In *Diário Popular*, 11-VII-1957.

Nota — Excerto da «*Cartilha*», Vol. I, p. 164.

1958

«Palestra proferida no encerramento da exposição de Setúbal».

In *Boletim do Clube Filatélico de Portugal*, 1958, n.º 86.

1959

«Guia da mais notável colecção de medalhas portuguesas reunidas em Portugal».

Nota — Organização da casa Almeida, Basto & Piombino & C.^a. A exposição teve lugar nos salões do Secretariado Nacional de Informação. (Estampa X).

«Elissabona Felicitas Julia — Nova oficina dos visigodos».

In *Nvmmvs*, 1959, Dezembro, Vol. V, n.º 19, pp. 131-141.

Nota — Veja-se o que já foi dito em 1956.

1960

«Triente inédito de Ervígio».

In *Nvmmvs*, 1960, Julho, Vol. VI, n.º 20-21, p. 75.

Nota — Número especial da revista *Nvmmvs* dedicado à memória do Tenente-Coronel António Elias Garcia.

1962

«Numária de El-Rei D. Afonso Henriques». Separata, 2.^a edição.

In *Nvmmvs*, 1952, Vol. I, n.º 1, p. 44.

1964

«Preçário das moedas portuguesas». (2.^a edição num só volume).



1965

«As quinas de Portugal e o seu significado».

In *Diário de Notícias*, 30-V-1965.

Nota — É resposta ao artigo de A. da Silva de Azevedo, prof. da Universidade de S. Paulo, publicado naquele mesmo jornal em 26, e sob o título: *Vêde-o no vosso escudo*.

Falta localizar os seguintes artigos:

«As sapecas moeda corrente em Macau».

Nota — Foi tomado conhecimento da publicação deste artigo com o título supra indicado, segundo anotação tirada da «*Cartilha*», p. 371, nota n.º 1.

«Numismática... com vista ao Torel».

Nota — Este artigo foi publicado no *Diário de Notícias* em data ainda não apurada e chamava-se a atenção das autoridades competentes para o aparecimento de moedas puncionadas com a foice e o martelo. Esta nota foi tirada da «*Cartilha*», p. 392, nota n.º 1, embora aqui se diga que não fora publicado por motivos políticos.

«A medalhística ao serviço da Nação».

Nota — Este apontamento foi tirado da «*Cartilha*», p. 425, nota n.º 2.

«Em prol da Numismática».

NOTA DA REDACÇÃO

Fomos dolorosamente surpreendidos com a notícia do falecimento do autor deste trabalho, ocorrido no dia 10 de Março de 1968. Por motivos alheios à nossa vontade, este número de NVMMVS sai com alguns meses de atraso sobre a data prevista para o seu aparecimento. O Dr. Arnaldo Brazão já não teve a oportunidade e a alegria de assistir à publicação do seu valioso trabalho dedicado à memória de um, como ele, ilustre numismata. Sabemos do carinho que pôs na organização deste «In memoriam» e do entusiasmo com que aceitou a incumbência que a S. P. N. lhe entregou. Devotadamente, honestamente, com persistência, não se poupando a canseiras, que a sua já abalada saúde condenava, foi denodado e operoso artífice de uma obra que, honrando as colunas de NVMMVS, honra muito mais ainda o seu autor.

Que estas singelas notas, de homenagem à sua memória, traduzam o reconhecimento, a gratidão e a saudade daqueles que, como ele se devotou, dedicada e desinteressadamente, se votam à nobre causa da Numismática.



Dr. José Leite de Vasconcclos e Dr. Pedro Batalha Reis. Fotografia gentilmente cedida por Mme. Batalha Reis

Leite de Vas.
Tolosa (Gafete):
Alto Montejó

Autógrafo do Dr. Leite de Vasconcellos -
Morada para onde ele ia passar o Natal
de 1928 e para eu lhe escrever.

Autógrafo de 2 mestres (Leite de Vasconcelos e Batalha Reis), gentilmente cedido por Mme. Batalha Reis

PEDRO BATALHA REIS
LINGUA

Caracas, 17 de Agosto de 1968
Av. General Salgado, 10

Ex. sr. Sr. Dr. Arnaldo Buarque
e meu prezado colega em Humanidades:

Desde agradável, muito obrigado,
as suas amáveis e firmes palavras, que pelo
correu de tanto acher de receber. Inclusive e
hoje também uma informação que me é utilí-
sima; a lista dos meus trabalhos que foram a
Biblioteca Nacional. A vi, por isso, mais do que
a mim, ficaria ela devida a parte de outros
tantos trabalhos que enfileiraram junto de mim.

Os trabalhos também viés pelo início.
Lá no seu trabalho bibliográfico-administrativo,
de progressão tão útil, comendavelmente para
que interajam nos mesmos campos, como por
isso é um trabalho toda a informação de tra-
balhos que possuem, e onde não constam de a
sua relação.

Muito embora cada uma das duas instituições organizadas no que toca à minha bibliografia, — em nome de pessoas, e não de pan — esteja no momento ao cargo de H. E. e por as coisas, em me recordas.

É como não me é fácil transportar livros e papellada para qualquer lado, e não que de H. E. se puzeram dados incompletos e não até minha casa, aqui lhe mostraria o que tenho afortunado o por falta, e mostraria o que puzeram de H. E. concordar, o meu telefone é 247.2649 — e por ali estabeleceriamos a comunicação mais conveniente.

Em tratamento com os meus trabalhos agradecimentos, as subscricções com toda a consideração

Caros etc

17/11/63.

PEDRO BATALHA REIS
 AVENIDA GENERAL CAVALEIRO, 10
 LISBOA

Caracas, 10 de Março de 1961
 (carta enviada ao boato!)

Meus prezados Amigos:

O acaso, e a boa sorte para mim, fez chegar a uma carta quando em esse trabalho levantando há três dias, de pois de uma ausência interminável, feita por um motivo de causa bastante tempo.

O meu amigo veio ao conto me a trazer, quando me trouxe a dar-lhe para onde vão os meus trabalhos:

- Origens Das Cidades de Portugal
- Tractado de Navegação - de Dom Afonso de Albuquerque
- Manual de Navegação de Dom Afonso de Albuquerque

De que a parte de que se trata cada um dos livros, e de informações que devem ser no sentido de cultura. Se o meu amigo me não fale, mas de para a fundação Substituição, outro para o trabalho para a Carta Costeira, e outro para a fundação de Portugal - aquela a que se refere a mente me refere, pois o Tractado de Navegação pertence à Livraria de J. Alberto Reis e Manuel de, quem todavia faz parte de uma magnífica obra, por ter a sua respectiva com este feito posteriormente à publicação dela.

Tenho a dita carta brevemente arquivada, e se eu
 recomendará "Os Retratos originaes d'El-Rei D. João II".
 Como o meu amigo sabe, o Rei D. João II - um dos
 mais notáveis de nossa história - não se conserva nenhum
 retrato autêntico; ora eu já descobri quatro retratos de
 D. João II. Sempre se fez que publique a sua biographia.

Estes são as produções impressas, mas para bem de
 variados ter um esboço e se mostrar-lhe o que são
 os trabalhos; do mesmo modo o meu amigo ficará fazendo
 uma ideia um pouco mais clara.

Não que desfeita as seu pagamento, das edi-
 ções, pararia e ser intencionalividade a importância
 com a verdade por sempre. Seria mais conveniente
 para si e para a obra.

Aguardo pois as suas noticias, e creio-me
 com toda a simpatia seu amigo certo

Seu amigo
 Falla

NOTA S/ ALGUNS TRABALHOS

Comparações das Actas de Portugal: Como o meu livro e bem sabido as interpretações das Actas de Portugal não são mais variadas, não havendo de deliquermente nenhuma novidade, por se basearem tod'as em uma fundamentação ou fonte bem conhecida. Eu tive a sorte de encontrar o original de alguns, estudando tod'os os documentos que se referem à Fundação de Portugal, e fundando-lhes com a chave do problema, encontrando a sua origem e introdução através os deuses.

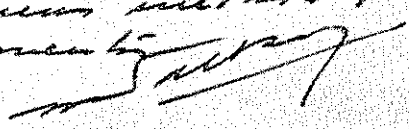
Este trabalho refere-se tanto a História, Geografia, Literatura, Bibliografia, viagens, etc. estrangeiras, Brasil, etc.

Trabalhos de Villanova: Este inconfundível, que de se tratar de o livro exemplar existente no Museu, e de que fizemos de novo uma edição fac-similada; e o mais antigo Tratado de História metódica impresso em Portugal, na Península, e um dos mais antigos do Mundo (isto: como tratado, e o primeiro, pois o que existe antes dele não é apenas escrito referente a nós). - Encontra-se de novo uma edição antiga com um belo retrato de D. Afonso de Portugal. Volume XV, no principio de Vol. XVII.

A grande medalha de ouro de Manuel: Esta medalha que se o chama um livro, trata de ouro, e para mais de João Ribeiro, pertence ao Tesouro de Nápoles, e uma peça única, foi mandada cunhar por Filipe II para comemorar o casamento de sua filha com o Rei Luis XIII de França. Trouxe-a Portugal que a levou à Espanha onde foi batida e à França foi ligada ao Rei Sol.

Devariamos fazer uma viagem em Portugal a este

Meu Ex. mo. Amigo:
É uma verdadeira
sensibilização que vem a
PEDRO BATALEA REIS
graduar-se as suas fam-
ilias, nos palcos, que
AVENIDA GENERAL GILHARDO, 10
CARCAVELOS T. 2479.647

Devo a amabilidade de
meus amigos, a propósito
de publicações de meus
estudos acerca das Quinas.
Os meus melhores
cumprimentos


Autógrafo pertencente ao Autor

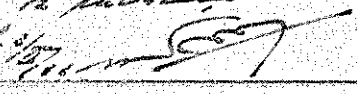
PEDRO BATALHA REIS

Começo de uma carta para o Sr. D. João de Deus, em 18 de maio de 1884, por ocasião da publicação da obra "As Relações Exteriores do Brasil no Império", de D. Afonso de Albuquerque, de acordo com o que se trata de um autógrafo de uma carta, assinada por ele mesmo, na publicação da obra.

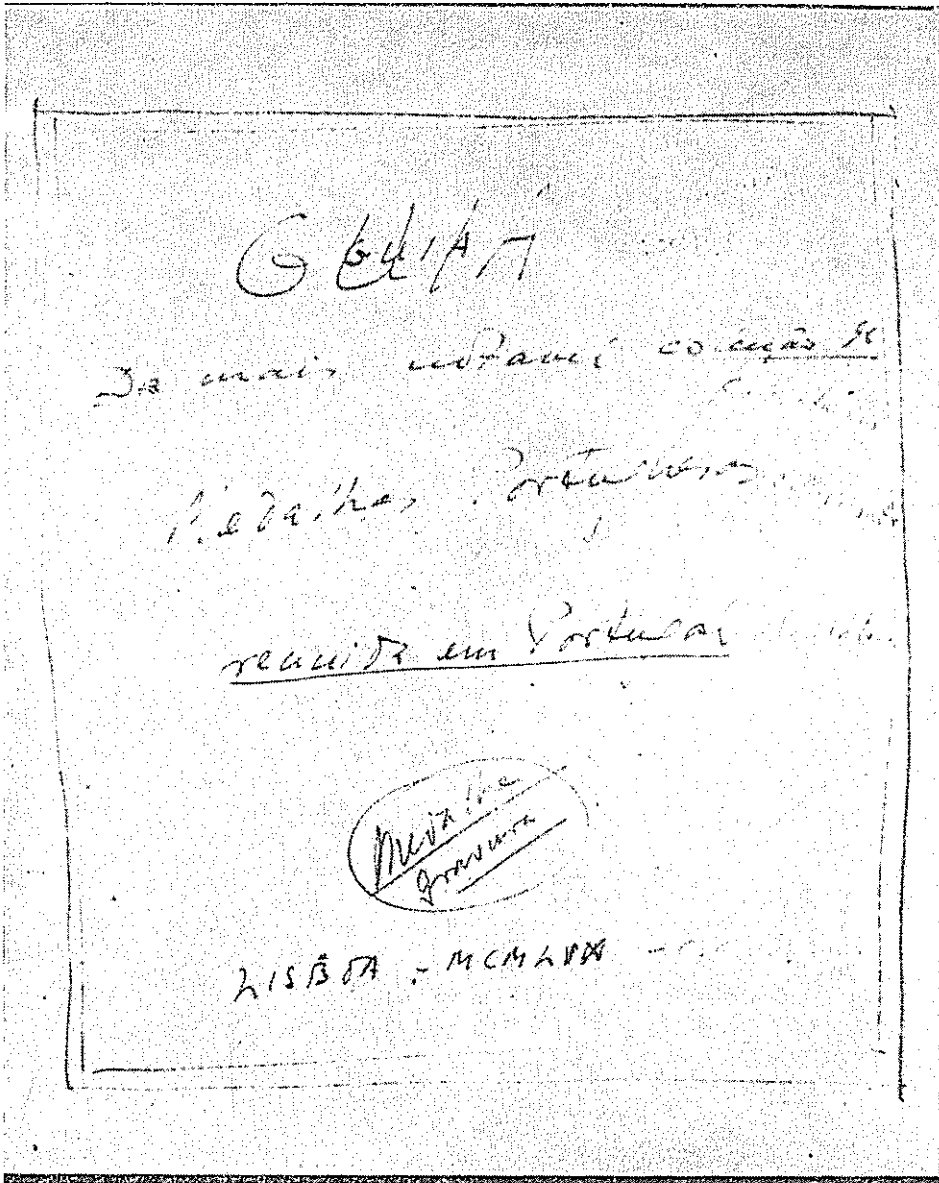
AV. E. U. AMÉRICA, J. R. L. 1
LIDURGA - TEL. 77 42 07

TORRE DE BEVIAE
FOZ DO ARELHO

*As relações exteriores do Brasil, com a
consequente intervenção de D. João de Deus,
de acordo com o que se trata de uma
obra intitulada "As Relações Exteriores do Brasil
no Império", de D. Afonso de Albuquerque,
de acordo com o que se trata de um autógrafo
de uma carta, assinada por ele mesmo,
na publicação da obra.*



Autógrafo pertencente ao Autor



Cópia do original pertencente ao ilustre numismata Sr. João Carperter Robertson e gentilmente cedido para ilustrar este trabalho

121 Rem - FALTA S. - $\frac{A \text{ de } 1710}{1711-1712}$

12 - D. João V - $\frac{1}{2}$ Xeraphim 1807/85

13 - D. João V - GOA - $\frac{1}{2}$ Xer 1652

24 - D. João V - GOA - Xeraphim 1688

21 - D. João V - GOA - $\frac{1}{2}$ Xeraphim 1651

22 - " " " " " "

~~17 - D. João V - GOA - Xeraphim 1652~~

41 - D. Felipe III - Malaca - Tangs

43 - " " " " - " (1746)

45 - D. João V - GOA - Rupis (1763)

49 - " " " " - " (1763)

Qual o peso do N.º 34 - $\frac{1}{2}$ Rupis 1738? "

16 - D. Felipe III - Duple Tangs 1640

Manuscrito gentilmente cedido pela casa bancária Almeida, Basto & Piombino & C.º

DA CONTRIBUIÇÃO DO MAR PARA O ESTUDO DA NUMISMÁTICA

Por: RAUL FERREIRA GONÇALVES

Em «*Da Numismática em Portugal*», referindo-se à publicação intitulada «*Libri V de asse et partibus eius*», de Guilherme Budé, dada à estampa em 1515, o prof. Doutor J. Leite de Vasconcelos diz: «*onde pela primeira vez se interpretam e comentam à luz da Numismática muitos factos da história antiga.*»

O mesmo douto professor referindo-se ao tradutor e copista do trabalho de Budé, para língua portuguesa, Pero de Moyna Angeli, põe mais uma vez em destaque os méritos da Numismática como valioso auxiliar das Ciências Históricas ao afirmar: «Ele tem consciência da importância da Numismática, pois declara no citado PRÓLOGO que não se podem conhecer bem os impérios antigos «sem entender suas moedas, medidas, pesos e números que usavam».

Ainda o mesmo autor em referência a Gaspar Estaço, diz-nos: «Assim se justifica plenamente o eu falar aqui de Gaspar Estaço. Possuidor de algumas moedas, que reputava raras, não alardeia a posse, não faz delas ostentação balofa, e muito pelo contrário utiliza-as como documentos arqueológicos. As moedas já não servem apenas como objectos de luxo em mãos de magnates, como em tempos passados; constituem fontes de erudição, quando se encontram ao alcance dos investigadores. E tanto o nosso autor tem consciência do que faz que algures escreveu: «Como elas sejam, mensageiras, que vem de longe, e nos tragam notícia de muitas cousas que nam sabemos, que engenho nobre ou alto espirito os nam estimará muito, pois tam natural é ao homem o desejo de saber?»

E mais adiante termina: «Organizando-o (o seu numofilácio) obedecia ao seu instinto e ao seu gosto de erudito, e ao mesmo tempo, como já observei, tirava dele proveito para documentar asserções históricas: isto mostra que ele não coleccionava por mero prazer, mas para se instruir e instruir os outros, o que, em tese, deveria ser sempre o fito de todos os coleccionadores.

★

Ramo das Ciências Históricas, a Numismática, contribui em larga escala para o estudo dos factos passados, habilitando os homens de hoje, dos tem-

pos modernos, a assentarem ideias sobre a forma como terão vivido os seus antepassados.

As Ciências Históricas, designação porque é conhecida nos nossos dias a História, — a esta correspondendo na realidade e na actualidade, pouco mais do que as narrativas que nos foram legadas pelos cronistas ou pelos historiadores através de manuscritos ou livros, ou pelas lendas ou tradições que até nós chegaram de geração em geração — permitindo ao homem moderno tomar contacto, «viver» a vida extinta há milhares de anos, trazem às civilizações actuais o contributo da experiência de outras civilizações que, embora ultrapassadas pelos progressos das técnicas, podem, pelas suas filosofias contribuir — e muito bem —, para o bem-estar da humanidade odierna que, no ansioso entusiasmo da vida vivida a velocidades ultrassónicas, esquece que a vida humana, para ser equilibrada, terá que pensar na sobrevivência, portanto no futuro encarado pelo homem como ser vivente, não ignorar o passado, para nele beber a ciência das lições mais salutares, de forma a que o presente se lhe depare calmo, ponderado, consciente perene de espírito de justiça, de igualdade e de compreensão.

Partindo da experiência do passado poderá, a Humanidade, viver com mais serenidade o presente, encarar com mais objectividade o futuro; poderá, digamos, construir em bases mais sólidas a sua felicidade.

A Numismática, dentro da sua missão de contribuir para a estruturação da História Ciência, constitui capítulo valioso da Sociologia, e, o seu estudo não pode encarar-se como passatempo de pouca valia, distração de ociosos, entretenimento para férias ou fins de semana, mas verdadeiramente como campo de trabalho onde a investigação científica, com as suas hipóteses e as suas teses, as suas ilacções e conclusões, as suas sementes e os seus frutos, seja para o seu cultor preocupação de todos os dias, motivo de cogitação, de locubrações, de raciocínios, conducentes à descoberta e confirmação das verdades históricas.

Assim encarada — e de outro modo não pode sê-lo — todas as fontes devem ser aproveitadas, todos os indícios explorados, todos os campos desbravados.

Sejam ofertas postas perante os nossos olhos, como no caso deste nosso modesto trabalho, ou segredos presentes à nossa inteligência para serem desvendados, como tantas vezes acontece, à custa de laboriosas investigações, tudo deve ser aproveitado, pois constituem valiosas achegas, para o seu estudo.

★

OS ACHADOS MONETÁRIOS — São contribuição valiosa para o

estudo das civilizações e dos factos históricos com elas relacionados. A sua recolha feita em bases científicas e nestas bases temos que entrar em linha de conta com o estudo do local do achado, do recipiente ou recipientes continentes do tesouro, a classificação do numofilácio antes da sua dispersão, etc., etc., impõe-se como factor de primordial importância para a desvenda dos segredos que no achado de um tesouro sempre se contém.

Infelizmente, a recolha nestas condições, muito raras vezes é possível. A regra geral consiste exactamente no contrário; segredo sobre o local do achado, partindo-se as mais das vezes do princípio — quase cem por cento errado — de que no local, ou suas proximidades, podem encontrar-se outros tesouros; inutilização dos recipientes onde as moedas se encontravam guardadas; dispersão, particularmente nos casos em que o achador é constituído por um grupo de indivíduos que entre si divide o achado e segredo da descoberta, mais ou menos bem guardado —, impedindo, para fugir à intervenção das autoridades financeiras, que outras autoridades muito mais interessadas, as científicas, deles tomem conhecimento e procedam ao seu estudo com utilidade.

Devemos considerar os achados de dois tipos distintos: em primeiro lugar aqueles que correspondem a *ocultações*, isto é, relativos a grupos de moedas, conjuntos monetários mais ou menos valiosos e numerosos, voluntariamente guardados em determinada época, por virtude de receios, por via de regra bem fundamentados, de cataclismos sociais que esbulhariam o seu proprietário ou proprietários, da sua posse e utilização; em segundo lugar, e estes muito menos valiosos, sob o ponto de vista científico, relativos a numismas isolados, autêntica moeda perdida, logo, valor de que o seu possuidor involuntariamente se separou.

A recuperação dos tesouros ocultos tem uma característica particular: não obedece, de forma alguma a planos pré-concebidos, a estudo orientado, conducente à sua descoberta; essa característica particular, sublinhemo-la bem aqui, é traduzida por circunstâncias fortuitas, imponderáveis e imprevisas que nos permitem afirmar que são quase sistematicamente obras do acaso.

A demolição de um prédio, como, por exemplo, o caso da rua da Arrábida, no Porto, ou do edificio para a sede do Clube dos Galitos, em Aveiro, para citar dois casos recentes onde apareceram moedas portuguesas e espanholas dos séculos XVIII e XIX, a renovação dos pavimentos ou modificação de esgotos de uma urbe edificada há longos séculos, como no caso de Setúbal, onde recentemente se recuperaram numerosos numismas romanos, a abertura de uma estrada, um tiro de uma pedreira, o desmoronamento de um muro ou de uma barreira no decurso de uma tempestade ou após longa estação

pluviosa, são exemplos frisantes e convincentes de que, na recuperação destes tesouros se encontra sempre o factor acaso.

As pesquisas arqueológicas, nas «estações» sujeitas a estudos, sistemática e cientificamente orientadas, embora ricas na colheita de «indícios» vários costumam, por via de regra, ser pobres na recuperação de numismas, não obstante os recuperados, poderem contribuir valiosamente para a interpretação dos dados obtidos nessas pesquisas.

Os achados de numismas isolados, as tais moedas perdidas a que atrás nos referimos, podem em certas circunstâncias contribuir também para estudos históricos, vindo provar, por exemplo, que determinada numária circulou em tal ou tal região do globo, revelando que o povo seu emissor ocupou essa região ou com ela teve contactos comerciais, ou outros.

Nos nossos dias, com a evolução das técnicas, particularmente aquelas que dizem respeito ao desvendar dos segredos do fundo dos mares, uma nova perspectiva se abre à recuperação de numismas. Na verdade, às moedas recuperadas pelos achados de tesouros ocultos e aos achados de numismas isolados, vem juntar-se um terceiro grupo, muito interessante, constituído pelos fabulosos tesouros há séculos sepultados no fundo dos oceanos. Digamos desde já que a designação de *fabulosos* que acabamos de empregar nada tem de exagerada; basta citar apenas o facto, ainda há pouco referenciado na imprensa mundial, de que o leilão da primeira parte dos tesouros arrancados por Kip. Wagner e seus colaboradores ao fundo do Atlântico, na Flórida, costa oriental da América do Norte, e, aos quais algo detalhadamente nos referiremos mais adiante, rendeu a bonita soma de cerca de meio milhão de contos.

A vida do homem fora do seu meio ambiental, em locais onde não há ar respirável, seja nos espaços siderais, seja no fundo dos mares ou dos rios, a utilização através de uma electrónica cada vez mais aperfeiçoada de aparelhos detectores de metais, o uso da fotografia sub-aquática e o estudo das sombras do fundo dos oceanos utilizando os aviões e, particularmente, os helicópteros, tudo nos faz prever que a localização e abordagem de barcos há muito naufragados, se tornará nos nossos dias problema de fácil solução, da qual depende a recuperação de avultadas riquezas que, não tendo aproveitado aos seus ajuntadores virão trazer aos homens do século XX e possivelmente do século XXI (a tarefa já não será totalmente realizável nos 33 anos que ao XX.º século restam) a justificação do provérbio que diz: «guardado está o bocado...».

Pois este «bocado», estamos disso crentes, dará contribuição valiosa para o estudo das Ciências Históricas. A História Trágico-Marítima diz-nos muito

dos numerosos naufrágios que as armadas de Portugal e da Espanha registaram da época de Quinhentos para cá e das avultadas riquezas que nesses naufrágios se perderam e que nos nossos dias podem ser recuperadas. Às naus e galeões luso-espanhóis do Atlântico, do Índico e do Pacífico, poderemos juntar as embarcações que, mercadejando no Mediterrâneo, fenícias, gregas ou romanas, de Atenas ou de Rodas, de Roma ou de Cartago, aí se perderam arrastando no seu naufrágio as suas preciosas cargas.

★

A PRAIA DO FURADOURO (OVAR) SEMEADA DE MOEDAS

— Não poderemos considerar esta expressão «semeada», como correspondendo, com propriedade, aos factos que com ela queremos relacionar. Na verdade a sementeira terá sido feita muitos anos antes, diremos mesmo ao longo de largos anos, não no local onde agora foram encontradas tais moedas, mas noutra, possivelmente a mais de uma centena de metros. No outono de 1965, procedeu-se à «colheita», recolheu-se a messe, como aliás se costuma fazer nesta época do ano, nesta zona temperada do hemisfério norte do nosso globo. O outono, com reservas para algumas excepções, é época de colher e não de semear.

Mas, narremos os factos. Um colega amigo, muito dedicadô à pesca desportiva, sabedor do nosso fraco pela numismática, trouxe-nos um dia a notícia de que durante a baixa-mar, na Praia do Furadouro, os pescadores estavam fazendo vasta recolha de moedas antigas de cobre, prata e ouro, e, ainda, de outros objectos dos mesmos metais. Terminava a notícia informando-nos do nome de um pescador que possuía muitas dessas moedas, as quais conservaria em seu poder por alguns dias, a seu pedido, sem proceder à sua venda, até que nós o procurássemos para delas tomarmos conhecimento.

Recebemos com alvoroço esta informação e no domingo imediato, logo pela madrugada (visto conhecermos os hábitos madrugadores dos pescadores), abalámos para o Furadouro onde fomos encontrar o homem das moedas. Diga-se, desde já, que adquirimos na sua totalidade as que ele possuía e ainda muitas outras que muitos pescadores e até muitos rapazitos tinham na sua posse, recolhidas nos últimos dias. Antes de nós, outros coleccionadores, simples curiosos e os ourives da região, já haviam adquirido larga soma delas.

Regressar ao Porto, deixando a recomendação de que nos escrevesse ou telefonasse logo que houvesse ou houvessem encontrado mais exemplares, era na altura a nossa maior preocupação para procedermos ao seu estudo e catalogação e daí tirarmos as ilacções que tal estudo proporcionasse.

Antes, porém, não quizemos deixar de ouvir das bocas dos achadores

a história que, com o aparecimento de tais moedas, se relacionava. É fenómeno telúrico conhecido aquele que, após modificações no porto artificial de Leixões e barra do rio Douro, determina largas erosões na costa marítima; as nossas praias da Granja e Espinho têm sido as maiores vítimas; ultimamente tocou a vez à praia do Furadouro.

Por alturas do equinócio do outono de 1965, nas marés vivas de então, o mar embravecido e fustigado por ventos de noroeste e sudoeste entrou de escavar a praia arrastando a duna e numerosos edificios sobre ela construídos. A parte sul da praia foi a mais atingida; o Armazém da Sardinha — assim era conhecido o edificio onde a empresa que explora a pesca de arrasto nesta praia tinha a sua sede e guardava os seus utensílios — foi totalmente destruído e com ele muitas habitações, especialmente casas de pescadores. Em poucos dias o mar conquistou à terra uma larga faixa com mais de cem metros de profundidade e arrastou uma massa de areias movediças com uma altura de cerca de dez metros. Milhões de metros cúbicos de areia foram arrastados para o sul, na direcção da praia da Torreira.

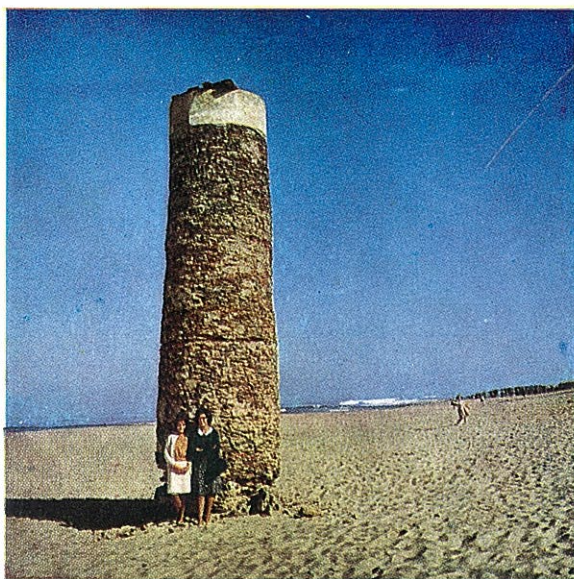
Ao arrastar as areias, por um fenómeno de decantação associado a joeira, ou crivagem, terá deixado, ou melhor depositado na praia os objectos mais pesados; as moedas, pela sua forma laminar que lhes não permite serem roladas, terão ficado, praticamente, no local onde se conservam há muito, daí o seu aparecimento na praia quando esta ficava descoberta na baixa-mar.

Antes de nos retirarmos fotografamos ainda um monumento curioso que aqui reproduzimos em fotogravura — nada mais, nada menos que o esqueleto do poço do citado Armazém da Sardinha —, que bem mostra a altura que neste local tinha a duna antes de arrastada pelo mar.

Em redução fotográfica apresentamos também alguns dos exemplares que se encontram em nosso poder. Abrangem mais de dois séculos as datas neles inscritas; dois são em ouro — cruzados novos —, um dos quais tão bem conservado que lhe poderemos dar a classificação de belo; vários são de prata, cruzados, meios cruzados, seis vinténs, etc., quinhentos, duzentos e cem réis, ainda um taler do tempo de Carlos V, de um estado da Europa Central, muitos de bronze e cobre incluindo desde JV coroados até 20 e 10 centavos do Estado Novo. Em resumo, uma panorâmica geral das cunhagens do país durante mais de duzentos anos. A presença de moedas estrangeiras deve ser considerada como circunstância de excepção.

Como explicar o aparecimento de tão grande número de moedas, súbitamente e durante algum tempo (cerca de três meses depois já não apareciam) numa praia onde anteriormente nada disto acontecia?

Sabemos do aparecimento de moedas arrojadas às praias, muitos anos



Poço do Armazém de Sardinha

após os naufrágios dos barcos que as transportavam; essas moedas registam sempre como data limite o ano do próprio naufrágio ou um dos anos que o precederam. São moedas de um determinado período que finda com a data do naufrágio em causa. No nosso caso, interessando a um largo período, não poderiam referir-se a um naufrágio e a hipótese de naufrágios repetidos tem de ser posta inteiramente de parte.

Também não podemos aceitar que as moedas estivessem nas casas arrasadas pelo mar e que os seus donos não tivessem tido tempo de as recolher. De forma nenhuma. Nestas circunstâncias apenas poderiam ter sido perdidas e, depois, devolvidas pelo mar, moedas em circulação na data da destruição dos edifícios, seja, moedas actuais.

Fica de pé a interrogação. Como explicar o aparecimento de moedas em tão grande número e atingindo um tão largo lapso de tempo?

A explicação que a seguir apresentamos em hipótese, iríamos mesmo dizer em tese, é baseada em dois factos que se conjugam nesta Praia do Furadouro:

- 1.º — É colónia piscatória, dedicada à pesca de arrasto;
- 2.º — É estância balnear importante.

O primeiro facto nada teria de valor se com ele se não conjugasse um terceiro; a existência de lota volante, sobre a areia, onde o peixe é leiloado logo depois de ser retirado da rede que o pescou. A esta lota concorrem almocreves e varinas, e, ainda, na época balnear, os veraneantes, os banhistas, que procuram abastecer-se de peixe. Este mercado ambulante, sobre a areia, é deveras favorável à perda de moedas porquanto estas, ao caírem, não fazem barulho; a pessoa que as perde, que as deixa cair, pode dar, acto contínuo, pela sua perda, mas estas, enterrando-se, com dificuldade serão recuperadas. Para além do movimento próprio da lota outro facto há, importante, que concorre para que a perda da moeda se avante e que é resultante da própria pesca.

Quem conhece o sistema de pesca de arrasto nas nossas praias da beira-litoral sabe quanto é aliciante o espectáculo que essa pesca representa. Numerosas pessoas se deslocam às nossas praias de Esmoriz, Cortegaça, Furadouro, Torreira, Costa Nova, Vagueira, Mira, Tocha, etc., para gozar tão atraente faina.

O sacco, a rede, transportada em barcos de alta proa, é largado no mar a uma distância de mil a mil e quinhentos metros; uma vez o barco regressado a terra começa a sua recolha a qual é feita a um ritmo lento, a passo de boi, pois que é mesmo a estes pachorrentos colaboradores do homem que incumbe a missão de a recolher.

Mas este ritmo nem sempre é lento. Enquanto o saco se conserva no mar alto o seu reboque faz-se com lentidão, mas, quando se aproxima de terra e as cordas são substituídas pelas «mangas» — duas bandas de rede de larga malha destinadas a reter o peixe cercado e fazê-lo entrar no saco — o ritmo começa de se acelerar; a fase final, acompanhada de alta vozearia e grande algazarra, faz-se a ritmo veloz, verdadeira correria com a agravante de, quase sempre, se deslocar ao longo da praia para acompanhar as correntes marítimas a fim de se evitar a destruição por tais correntes, de todo o aparelho. Os assistentes a este movimentado espectáculo, que, com muita frequência se encontram despreocupadamente sentados ou estendidos sobre a areia, são súbitamente surpreendidos pelas correrias dos bois, que para eles avançam ameaçadoramente tocados pelo aguilhão dos condutores. Erguem-se em alvoroço, abandonando o calçado e outros objectos que tinham junto de si para, fugindo, evitarem ser espezinhados pelos, ainda há pouco pachorrentos cornúpetos mas agora transformados em fogosas bestas apocalípticas.

Neste salve-se quem puder, muitas vezes se vão os anéis mas ficam os dedos, que neste caso quer dizer que muitas moedas se separam dos seus donos ficando sepultadas no areal.

Esta é a explicação que encontramos para os factos que vimos apontando. Reforçá-los-emos com a circunstância de estarmos em presença de uma estância balnear, muito frequentada, especialmente ao domingo, onde, no verão, se junta imensa gente. Gosta o nosso povo, especialmente rapazes e raparigas, de se divertir à sua maneira, brincando na areia; correr, saltar, experimentar forças, lutando, passar rasteiras, provocar que os outros tropeçando, se estatelem, são motivo de gáudio para a gente moça e até, para os mais idosos, mas, tudo isto faz também com que os mais variados objectos se percam. E as moedas são tão fáceis de perder!

É neste conjunto de circunstâncias que encontramos a explicação para esta colheita de moedas na Praia do Furadouro.

Algumas interrogações no entanto ficam de pé: por que não aparecem moedas de outros séculos, dado que por aqui terão andado outros povos antes mesmo de Portugal se ter constituído em nação independente? Gregos, fenícios, romanos, godos, árabes por aqui passaram.

Não terá a praia sido habitada e visitada senão a partir do século XVIII? A indústria da pesca só se terá estabelecido com a lota volante, apenas nessa altura?

Será que a praia teria, antes do XVIII século, a posição e configuração mais ou menos semelhante à que tem actualmente, a duna, que agora foi



Achado de Moedas no Furadouro

arrastada, terá sido até acumulada no início desse século por virtude de tempestades hoje ignoradas?

Aos estudiosos recomendamos a busca de resposta a estas perguntas.

★

GALEÕES AFUNDADOS RESTITUEM OURO ESPANHOL ⁽¹⁾

— É uma admirável história, verdadeiro e fascinante conto de fadas, digno de figurar nas Mil e Uma Noites, aquela que nas colunas do órgão do National Geographic Society, de Washington, nos conta o seu autor, que, de antiquário se transformou em pesquisador e recuperador de tesouros jacentes ao longo da costa atlântica dos Estados Unidos. Profusamente ilustrada, ocupa 37 páginas da interessante revista americana. Minuciosamente se descrevem os meios de ordem técnica de que o homem pode dispor para a recuperação das riquezas sepultadas no fundo dos mares com o naufrágio dos barcos que as transportavam.

Passeando numa praia da Flórida, em uma tarde de outono, após uma violenta tempestade de Nordeste, ficou espantado com a radical mudança que na praia notou: a duna fora arrastada pelas ondas e a areia, milhões de metros cúbicos, desaparecera. Em lugar de zona arenosa, com as suas veredas e vegetação que lhe era tão familiar e onde as ondas se vinham espriaiar, um barranco de alguns metros de altura e lá em baixo o mar batendo uma praia escavada de terreno duro. Percorrendo-a, um objecto brilhante chama a sua atenção. Baixa-se, recolhe-o, e, com grande surpresa verifica que tem na sua mão uma moeda de prata, de contorno irregular, com as dimensões e o peso aproximado de um dólar. Uma data gravada: 1715 — e as armas reais espanholas. Tratava-se de um «Real de Oito» de Filipe V, cunhado na cidade do México.

Continua na busca e nesse dia e nos seguintes consegue recolher mais de quarenta peças iguais. Um pequeno tesouro. De todas, as de data mais alta, eram de 1715 e as restantes dos anos anteriores.

Proveniência deste tesouro: investiga, estuda e conclui estar perante o local onde, nos baixios da costa, no outono de 1715 sossobrou toda uma armada espanhola constituída por duas séries de barcos, os *galeones de tierra firme* que em Nova Granada (hoje Colômbia), Cartagena e Portobelo reco-

⁽¹⁾ Em inglês «Drowned galleons yield Spanish gold» — Artigo publicado por Kip Wagner, com fotografias de Otis Imboden, no número de Janeiro de 1965, de National Geographic.

lhiam ouro, pedras preciosas (especialmente esmeraldas), pérolas e muita prata das minas do Perú e a *flota de la plata* ou armada da Nova Espanha, que em Vera Cruz, no Golfo do México, recolhia prata, cochonilha e indigo e ainda mercadorias que os galeões do Pacífico traziam do Oriente até Acapulco e aí, (ainda não existia o Canal de Panamá), eram carregadas, em grandes caravanas de mulas, para aquele porto. Assim chegavam a Espanha as porcelanas, sedas e especiarias vindas de Manilla.

As duas armadas reuniam-se em Havana e daí seguiam, sob forte escolta, para Espanha, procurando fazer a travessia dos estreitos caminhos da costa da Flórida antes que as traiçoeiras tempestades, os furacões, aí tão frequentes no outono, as viessem surpreender.

Nesse ano de 1715 as armadas, por qualquer razão, ter-se-ão atrasado, e, possivelmente, os temporais terão sido também precoces. O certo é que todos os navios sossobraram em Cap Canaveral (hoje Cap Kenedy), com todas as suas riquezas.

Com estes conhecimentos Kip Wagner toma uma decisão: resolve meter ombros à gigantesca empresa de recuperar os tesouros da *flota da prata*, há 250 anos sepultos na costa americana.

Ouve a opinião de um numismata, Robert J. Nesmith, uma das principais autoridades da América, em numária espanhola da época colonial que afirmou: «examinei as peças de prata de oito e quatro reais. As moedas são exactamente iguais às cunhadas na casa da moeda da cidade do México.»

«Este tipo de moedas foi feito durante os primeiros tempos das casas de moeda coloniais espanholas e, até ser instalada a prensa de estampar em 1732, foram batidas a martelo entre dois cunhos. Estas moedas rudes têm sido sempre raras, e, devido aos hábitos de as aparar em forma irregular ⁽¹⁾, raramente mostram a data, marca monetária, letra do gravador (J) ou qualquer parte da legenda.»

«Na minha opinião este é o achado mais importante da armada da prata espanhola da Flórida, quer histórica, quer numismáticamente, como o futuro se encarregará de demonstrar...»

O prosseguimento da empresa e os êxitos conseguidos haveriam de dar inteira, absoluta razão ao distinto numismata americano; a enorme quantidade de moedas de ouro e prata recolhidas do fundo do mar onde em 1715

(1) Deve querer referir-se ao cerceio. Daí, a sua afirmação de que o achado é histórica e numismáticamente importante pois se trata de moeda que não chegou a circular, portanto, não cerceada.



Moedas espanholas do achado da Florida

naufregaram os galeões espanhóis, vieram confirmar cabalmente as afirmações, digamos, os vaticínios de Robert Nesmith

Balanço do admirável trabalho de Kip. Wagner até ao outono de 1965: mais de três mil dobrões de ouro (8 escudos) em excelente estado de conservação; milhares de moedas de prata de 8, 4 e 2 reais, igualmente muito bem conservadas; lingotes de ouro e de prata com o peso de muitos quilogramas; cadeias de ouro (uma delas com cerca de 3 metros de comprimento, 2 176 elos em forma de flor e o peso superior a 200 grs), jóias, talheres em prata, vários instrumentos de navegação e ainda, intactos, vários serviços de delicadas porcelanas orientais da dinastia chinesa K'ang-hsi, etc., etc.

Não podemos resistir à tentação de transcrever aqui a tradução das palavras com que K. Wagner finaliza o seu artigo: *«ao escrever isto, tenho na minha frente, em cima da minha secretária, alguns dos exemplares dos achados, somente dos últimos meses. Aqui estão dois lingotes redondos, um com o peso de 3 e outro de 8 libras, de ouro puro. Um lingote de prata de 26 libras e uma barra do mesmo metal de 2 pés de comprimento, datada de 1659. Há anéis de ouro, medalhões religiosos e uma coleção de moedas de ouro. Mas, isto, são alguns exemplares. Como já disse, avaliamos hoje o total dos nossos achados, em mais de um milhão de dólares. Mas, quando volto os olhos para as nossas dificuldades durante estes anos passados, o valor em dinheiro parece quase insignificante: o verdadeiro tesouro é termos tocado a própria História com as nossas mãos.»*

«Vamos aos poucos preenchendo as lacunas que ainda existem no conhecimento das armadas da prata. E, não fizemos mais do que começar. Localizámos, já, definitivamente, vários outros naufrágios, e, em anos futuros, esperamos juntar mais peças deste enigma que tem sido a fascinação da minha vida.»

«A excitação da busca, os próprios meses de espera e desespero proporcionaram-nos momentos que nada há que os pague. Todos os achados se nos deparam como uma dádiva do mar e a nossa melhor recompensa será sempre o inesquecível prazer da descoberta.»

Resta dizer aqui que as moedas recuperadas por Kip. Wagner e seus colaboradores, na sua maioria foram retiradas do fundo do mar construindo blocos, que grosseiramente deveriam representar a forma das vazilhas (barris), em que vinham acondicionadas: blocos negros, de prata oxidada, no exterior, mas contendo no seu interior muitas moedas em perfeitíssimo estado como se houvessem saído naquele momento da ceca onde foram cunhadas.

Sendo assim, encontrando-se as moedas em blocos rígidos, rigidez determinada pela sua imobilização no fundo do oceano durante 250 anos, como

explicar o aparecimento de cerca de 40 exemplares, na praia, após a tempestade que arrastou a duna, deixando a praia escalvada?

Para nós a solução do problema é igual à do aparecimento das nossas moedas na praia do Furadouro. As moedas encontradas em Cap. Kenedy por Kip. Wagner e que o levaram à empresa da recuperação de tesouros sepultados no oceano encontravam-se há 250 anos enterradas na areia, na duna. A tempestade removendo as areias, pelo tal fenómeno de joeira e decantação, depositou as moedas no quebrar das ondas deixando-as a descoberto na maré-baixa.

Por que estariam essas moedas enterradas na areia? O próprio K. Wagner levanta uma ponta do véu que encobre tal mistério quando pelos estudos a que procedeu, nos vem dizer que logo após o enorme desastre os espanhois tentaram, com os recursos da época recuperar as fabulosas riquezas que as duas armadas guardavam nos seus bojos.

Logo que a tempestade o permitiu, lançaram-se à empresa, pois a frota transportava para cima de 14 milhões de pesos em prata. Sob a direcção do Sargento-mór de Havana, D. Juan del Hoio Solarzano, homem à altura da tarefa, utilizando sinos de mergulhador, os espanhois estavam realizando bom trabalho e tinham já reenviado para Havana alguns milhões de pesos, quando surgiu um novo concorrente a disputar-lhes a presa.

Uma notícia vinda a lume em 1725, na *História geral dos latrocínios e crimes dos piratas mais famosos* dá-nos conta da presença deste concorrente na pessoa de um pirata célebre, o inglês Henry Jennings, que se vinha celebrizando no mar das Bahamas. Surgiu com os seus barcos na costa da Flórida a disputar aos espanhois os tesouros afundados. Consta terem os espanhois cerca de 350.000 reales de 8, na praia, já recuperados quando Jennings desembarcou com 300 homens bem armados. Travou combate com a guarda espanhola, cerca de 60 homens, que pronto foi dominada. Na pressa de transportar as moedas para as suas embarcações, natural é que, na confusão, algumas se tenham perdido no areal aí se conservando até aos nossos dias.

Não se deverá ainda excluir a hipótese, pouco provável todavia, de que algum espanhol menos honesto, as tenha ocultado com o intuito de as vir buscar mais tarde.

O costume que tinham os piratas de passar tudo a fio de espada, terá gorado os seus intentos.

★

REALES DE 8 NAS ILHAS BAHAMAS — A referência embora sucinta regista-se a págs. 238 do n.º 2 — Vol. 131 — Fevereiro de 1967, de

National Geographic. Alguns operários de Miami, aí ocupados na construção de um grande hotel de turismo o Lucayan Beach, descobriram em 1964 um galeão espanhol afundado nos bancos de coral há mais de dois séculos. Aí foram recolhidos numerosas moedas de prata, na sua maioria 8 reais.

★

OURO NA PRAIA AO SUL DE MOÇAMEDES — Não queremos deixar de relatar aqui uma interessante história que nos foi narrada por um doente que tratámos durante algum tempo. O narrador e um seu irmão, quase da mesma idade, encontravam-se exercendo a sua vida de funante, no Sul de Angola, na segunda década deste século, quando em dada altura, os indígenas da região começaram a procurar adquirir as suas mercadorias pagando-as com boas moedas de ouro. Peças de D. João V ou D. João VI, não pôde precisar, pois já não possuía nenhuma. Procurou informar-se da sua proveniência e veio a saber que eram achadas ao longo da costa, aí arrojadas pelo mar. Este meu cliente e seu irmão, esquadrinhando a praia, ainda conseguiram encontrar grande número delas. Do facto de não ter nenhuma em seu poder deu a seguinte explicação, bastante plausível, mas também bastante curiosa.

Guardavam com grande sigilo o seu tesouro quando na primavera de 1916 Portugal entrou na primeira guerra mundial ao lado das nações aliadas. Foi necessário guarnecer a fronteira sul de Angola confinante com o Sudoeste Africano Alemão e aí combater. Os dois irmãos, com vinte e poucos anos, foram mobilizados. Antes de se apresentarem na unidade que lhes foi destinada, dirigiram-se a uma agência bancária, em Moçâmedes, onde depositaram o seu tesouro. Fimda a guerra, quando regressaram à vida civil, contentes por terem cumprido o seu dever para com a Pátria, embora à custa de muitos sacrifícios, procuraram reaver na agência bancária as moedas que aí haviam depositado. Foi-lhes entregue, em lugar de bom ouro com a efígie do «Magnânimo» ou do «Clemente», uns míseros rectângulos de papel com o desenho de um navio à vela e representando uns escudos desvalorizadíssimos. O ouro fora-se à vela! Bom pago para quem tanto se sacrificara em defesa do sagrado património dos portugueses. Os Henry Jennings, existiram em todos os tempos e em toda a parte!

★

PERSPECTIVAS DE FUTURO — Encerraremos este modesto trabalho no qual, despretenciosamente, procuramos mostrar que, com as actuais possibilidades técnicas, o mar nos pode dar valioso contributo para o estudo da

numismática, com uma notícia publicada pelos jornais de 8 de Julho de 1967 e que reza assim: «Londres-7 — Uma equipa de homens-rãs da Aeronáutica Naval britânica, da base de Coldrose, na Cornualha, garante que encontrou o casco da fragata «Association», navio-almirante da esquadra de «Sir» Claudslay Shovel, que se afundou em 1707, depois de encalhar num recife ao largo das Sorlingues.

A «Association» e mais três unidades da esquadra, que também naufragaram, regressavam de uma campanha de dois anos e meio no Mediterrâneo e parece que transportavam barras de ouro no valor aproximado de 2.500.000 libras (200.000 contos).

Os mergulhadores já localizaram uns quarenta canhões e trouxeram para terra uma moeda de ouro, de 1704 «provavelmente de origem portuguesa».

Não há dúvida que as perspectivas do futuro se mostram fortemente promissoras.

SOLIDOS... IN ADERATO PRETIO

*Notas sobre documentación goda y condal
(Siglos VI-X)*

Por FELIPE MATEU Y LLOPIS

La necesidad de conjugar los métodos interdisciplinarios en Historia es evidente y más aún salta a la vista si nos adentramos en la de la Península en los siglos anteriores al milenio.

La comprensión de lo que en este escenario ocurre desde 711 al 1000 será tanto más fácil cuanto más se ahonde en el conocimiento de lo que se operó desde la invasión de los pueblos germánicos, entre los que cupo a los visigodos llevar a cabo la creación de un estado profundamente organizado en un ambiente geográfico de la mayor diversidad pero con una tradición romana que le sirvió de inequívoca base.

Pre-téndese aquí, sintéticamente, recordar la concordancia de tres disciplinas, cada una de por sí cultivada con excesiva independencia pero que, conjugadas, darán evidentes resultados sobre lo que podría plantearse como supervivencia de lo goda en las raíces de las diversas organizaciones políticas que tendían, de norte a sur, a restaurar el Estado hundido en 711.

La Epigrafía, la Numismática y la Diplomática son aquellas tres ciencias instrumentales de la Historia a que se ha aludido. Adviértese desde ahora la innecesidad de aportar aquí todo un caudal bibliográfico difícil de resumir en el breve espacio de que se dispone, caudal por otra parte suficientemente conocido tanto por las obras generales sobre la Hispania goda como por las particulares sobre distintos aspectos de ésta.

Prueba del incesante enriquecimiento de la bibliografía es la aún reciente intervención de C. Sánchez Albornoz sobre la *Pervivencia y crisis de la tradición jurídica romana en la España goda*, habida en la «Settimana di studio del Centro italiano di studi sull'alto medioevo. IX. Il passaggio dall'antichità al medioevo in occidente», (Spoleto 6-12 aprile 1961), la enjundiosa colección de *Estudios visigóticos*, publicada por el Consejo Superior de Investigaciones Científicas (1956-1962) o la de los *Concilios visigóticos e hispanorromanos*, del mismo C.S.I.C. (1963).

I. Entrando en el tema o cuestión tomaremos de la Epigrafía los preciosos elementos que ha suministrado el maestro D. Manuel Gómez-Moreno al publicar *Documentación goda en pizarra*, en edición de la Real Academia de la Historia (1966).

Pero los textos utilizados van a ser reducidos a uniformidad gráfica con objeto de concordarlos con los que aportan las otras dos disciplinas invocadas, la Numismática y la Diplomática.

Vaya por delante que al decir Epigrafía hubiera podido consignarse, igualmente, Paleografía, pues que tarea propiamente de ésta ha sido la de descifrar y transcribir por el querido maestro los textos que por estar en material duro — semiduro, en rigor — parecen caer en el dominio de la Epigrafía pero que no salen del de aquélla, de la que son, como tan oportunamente se intitula el libro, *documentos* y de los más fehacientes.

Cuánto aportan también a la Diplomática lo evidencia el texto que menciona el *pedago*, esto es, el *pedaticum*, *pedagium* o peaje, perceptible en tierras de Extremadura (1).

Extráigase de tan insólita documentación del siglo V al VII, de entre Duero y Guadiana, términos monetales como *solidus* y *tremisses* y menciones de precios como *valente tremisse*, aunque la diptongación por localismo escribiera *valiente*, con *i* expletiva; y medidas de capacidad de áridos, cual el *modius* (2).

El requisito romano del *pretium certum*, de la estipulación del mismo en la compraventa, perdura a lo largo de los siglos. La fórmula *in adaerato et definito pretio*, venía de *adaerare*, *adaeratus*, esto es, tasar, evaluar, fijar un precio, de clara etimología, *ad y aes*, bronce y, genéricamente, moneda dinero, reducida en el latín godo y antemilenario a *aderato*, como *definitus* era cual «determinado» y «preciso», en la misma latinidad; siglos adelante, en la Baja Edad Media los *libri deffinitionum* serían los de contabilidad, registro de pagos, del Maestre Racional.

Aquella fórmula hispanorromanogoda, permanente en las cláusulas diplomáticas de carácter pecuniario. El romanismo del Código Euriciano ha sido puesto de relieve por Alvaro D'Ors que dice presentársenos «como un monumento de derecho romano vulgar con algunos elementos dependientes del público visigodo» (3).

Recuérdese la «compraventa romana de la época que se perfecciona por el pago del precio, forma derivada del requisito de la determinación del precio, en correspondencia con las fuentes romanas del siglo V (4).

Limitadas estas observaciones a cláusulas pecuniarias adviértese ya tempranamente la fórmula *taxato pretio*, en pizarras «sub diebus Reccaredi regis» (5).

Otro texto no otra cosa es que un *placitum* y de la Cancillería palatina, como señala Gómez-Moreno (6). Este rico repertorio es de un valor incalculable. Temprana mención también del *solidus aureus*, en consignación del

aderato et definito pretio, estipulado en *auri solidos tres*, en tierras de Salamanca y siglo VI (7); como se diría en las de Barcelona en el 900, con unidad base entre diferencias condales en el Este y reales en el Oeste.

Cuánto representaba el *sólidus* en la economía goda dícelo claro el *Forum iudicum*: «Flavius Chindasvintus rex. Ut solidum aureum integri ponderis nemo recuset. Solidum aureum integri ponderis cuiuscumque monetae sit, si adulterinus non fuerit, nullus ausus sit recusare nec pro eius commutatione aliquid monetae requirere, praeter hoc quod minus forte pensaverit. Qui contra hoc fecerit et solidum aureum sine ulla fraude pensantem accipere noluerit, aut petierit pro eius commutatione mercedem, districtus a iudice, ei cui solidum recusaverit, tres solidos cogatur exsolvere (8).

Las *cartulae vinditionis* godas no en otros valores operaban que en *solidos* y *tremisses* (9). Mediase la *cevaria* con *modios* y se pagaba con *tremisses* en tierras de Toledo y había variedad de cereales en los graneros, pues que *modios de trítico* se compraban también allí y entonces (10).

El repertorio de documentación goda en pizarras reunido por el maestro es de múltiple valor. Concuerdan sus intituciones, *Cindasvintus rex*, o *Cindasvintus*, con las monetales e igualmente las fechas personales, *anno regis*, o año del reinado que los monarcas restauradores de la época de la reconquista imitarían: *anno feliciter octavo decimo domini nostri Reccesvindi regis*, en la era *DCC tres*, concordable con el reinado de aquél 649-672, o sea el año 665, todo ello en *placitum* con testigos en fórmulas ablativas, *Trasericio teste*, *Emeterio teste*, como dirían los documentos posteriores a 711; y en aquel *placitum* la mención de las *auri uncias* en fórmula pecuniaria que repetirían después los *Usatici* barceloneses, con especiales menciones (11).

La metrología de que habla San Isidoro hispalense, consignada aquí en las pizarras documentales: *sestaria dua*, *emina una*, en contabiliades salmantinas (12); y menciones personales, *Ubamba*, *Ervigio*, cual las reales, clarísimas (13).

De nuevo el *modium* y la *quartaria* o *quartare* como dice el texto goda — un recuerdo para la *quartera* condal ahora, — y más *sestarias* de *cevaria* en pizarras del centro comercial de granos de Castillo de Diego Alvarez (14), como más *modios*, *sestarias*, *quartares* y *eminas* en el mismo lugar en el año 689 en texto, el último, fechado por la indicción (15); y una mención clara de base decimal, romana denarius, en cuentas de *sestarias* y *eminas* del tiempo de *Ubamba* (16).

Con persistencia estas medidas de árides en aquellas tierras, tanto que el excepcional repertorio agrupa en el cuarto lugar las inscripciones que llama «de sestaria (17).

En cuanto a estimaciones valorativas constante también en todo este corpus la fórmula *in aderato et definito pretio* que sería especificado en *solidos et tremisses*, que los hallazgos nos confirman y los repertorios numismáticos han descrito.

II. Tómese ahora, pues, de esta disciplina, la Numismática, o mejor la Historia monetaria, el valor de ambas especies áureas, el *solidus aureus* bizantino, imitado por los pueblos germánicos en afanes de sustitución imperial, y el *tremisse* de los visigodos, nacionalizado por Leovigildo principalmente (568-586), pero no se insistirá aquí en recordar abundantísima información impresa, porque ya se reunió en la *Bibliografía de la Historia monetaria de España y de los países con ella más relacionados*, que editó la Casa de la Moneda, en Madrid, en 1958, con escasa repercusión exterior, por cierto, y cuya continuación espera oportunidad para salir a la luz.

De lo godo en Portugal mucho es lo sabido; algo se recordó en homenaje a otro ilustre numismata desaparecido (20). Reciente el hallazgo de J. Fragoso de Lima, *Piedra visigótica del Valle de Vargo* (21) que pregona el *chrismon*, con las letras apocalípticas, en Lusitania, el mismo que se veía en tierras pirenaicas, donde luego fue trinitario, en vertientes del sur de la gran cresta peninsular, por donde ahora se descubren iglesiucas godas, desconocidas u olvidadas.

III. Viniendo aquí a la Diplomática recuérdese que si bien la documentación condal barcelonesa fue siempre conocida de todos los historiadores, ya en los tiempos de Marca (1688), ya en los del P. Villanueva — *Viage literario* —, corresponde a Balari con sus *Orígenes históricos de Cataluña* su utilización en fecundas síntesis (1899), habiéndose nos presentado, actualmente, copiosos repertorios de Abadal y de Vinyals y de Udina Martorell.

Va a bastar, en los estrechos límites impuestos aquí, el del último de estos autores, en su valioso libro *El Archivo Condal de Barcelona en los siglos IX-X* (1951) al que remiten las citas.

La fuerza de lo godo en la economía precarolina era muy grande. En el documento de la dotación de Santa Maria de Ripoll, de 20 de abril de 888, el conde Vifredo y su mujer Vinidilda dan a aquel cenobio «in comitatu Origello villam que dicitur Exeduci cum ipsa ecclesia» (22). El recuerdo que este topónimo trae lleva a la ceca ibérica *Arcedurgi*, con tentación irresistible, aunque nada quiera decir esto.

En 889 en escritura de venta el conde Vifredo «per precio quod inter nos bone pacis placuit atque convenit solidatas quadraginta in rem valentem...», con pena de *libras áureas*: «ad inrumpendum... duas libras áureas componere faciamus» (23).

De nuevo el *solidus*, aunque ya no el de oro sino su equivalencia, en escritura de 892: «*ipsa vinea et medio torculario... in aderato et definito precio... kaballos et some, valentes solidos triginta tantum*» (24).

Entre particulares y en el Condado de Ausona «*in valle que nominant Fecunde in villa que dicitur Vinea, ipsa terra... in aderato vel definito precio*», «*regnante Carulo rege filio Lodovici*» (25).

Solidos en las cláusulas de precio «*quod inter nos convenit... quod tu emtrix nobis dedistis et nos vinditores de presente recepimus*» (26).

De nuevo en escritura de venta de 901, «*in aderato et definito precio solidos.iii.*» (27); y en 905, «*in aderato et definito precio solidatas .vii. in rem valentem*» (28). «*In aderato et definito precio solido.i.*» (29). Entonces, 906, precio de una *pieza* de tierra, un *solidus*, «*de precio quod inter nos convenit solido .i.*» (30).

Las cuentas por *solidatas* eran frecuentes; en 908, «*in aderato et definito precio id est, solidatas.viii.tantum*» (31); y en el año siguiente «*in aderato et definito precio solidos .xii.* y (23) también *in precium solidos .iii.* (32).

En 911 «*precium, id est denarios .v.quod tu emtrix nobis dedisti*» (34) y en 913 «*in aderato vel definito precio denarios.viii.*» (35). En el mismo año «*in aderato et definito precio solidatas.iiii.in rem valentem*» (36).

Suficiente repertorio para recordar el visigotismo de fórmulas diplomáticas condales del 800-900; la supervivencia del *solidus* en sus diversas apreciaciones; la romanidad de la metrología; la circulación de monedas godas de Hispalis, en los territorios condales y en éstos el arco de herradura, abriendo torales para iglesias pirenaicas, sedimento godo muy profundo en todos los rincones de la península, los que se aprestaban a reconquistar, cada uno por su lado, lo hundido en 711.

NOTAS

- (¹) Pág. 25.
 (²) Pág. 31.
 (³) *La territorialidad del derecho de los visigodos*, *Estudios visigóticos* I, pág. 114.
 (⁴) Pág. 115
 (⁵) GOMEZ-MORENO, *Documentación goda...* pág. 45.
 (⁶) Pág. 46.
 (⁷) Pág. 48.
 (⁸) *Fuero Juzgo en latín y castellano*, Real Academia de la Historia (1815), pág. 102-103.
 (⁹) GOMEZ-MORENO, pág. 58.
 (¹⁰) Pág. 60 y 63.
 (¹¹) Pág. 65.
 (¹²) Pág. 69.
 (¹³) *El aurum Valentie en los Usatici Barchinone. Estudio de las cláusulas penales pecuniarias de los Usatges*, en «Numisma» (1956) pág. 32.
 (¹⁴) GOMEZ-MORENO, pág. 74.
 (¹⁵) Pág. 76-78.
 (¹⁶) Pág. 80.
 (¹⁷) Pág. 82-84.
 (¹⁸) Pág. 86.
 (¹⁹) Pág. 88-96.
 (²⁰) *Antonio Elias Garcia y la Numismática Visigoda*, *Estudios de Castelo Branco* (1962).
 (²¹) «Analecta Sacra Tarraconensia», vol. XXXIX (1956).
 (²²) UDINA, pág. 109.
 (²³) Pág. 112.
 (²⁴) Pág. 115.
 (²⁵) Archivo de la Corona de Aragón, doc. 15.
 (²⁶) A. C. A. doc. 16.
 (²⁷) UDINA, pág. 128.
 (²⁸) Pág. 132.
 (²⁹) Pág. 133.
 (³⁰) Pág. 134.
 (³¹) Pág. 137.
 (³²) Pág. 139.
 (³³) Pág. 140.
 (³⁴) Pág. 148.
 (³⁵) Pág. 166.
 (³⁶) Pág. 155.

ALGUMAS MOEDAS CUNHADAS NO PORTO NO REINADO DE D. JOÃO I

(*Singelo subsidio para o estudo da numismática portuense*)

Por J. A. PINTO FERREIRA

«...Cuando no se dispone de fuentes literarias o de narraciones de geógrafos o historiadores, estos pequeños monumentos fijan fechas, señalan dinastías, demuestran intercambios y relaciones de todo orden y, si se sabe interpretarlos, constituyen elocuentes páginas de geografía histórica y de historia económica, artística y política» (1).

Todas as ciências podem contribuir para a elaboração da História, visto que entre elas existem elos de relação excluindo quaisquer limites absolutos. Desde a matemática à psicologia, passando pela medicina e geografia, pela sociologia, antropologia e economia, nenhuma ciência se alheia da História (2). Mais ou menos directamente todas contribuem para o seu progresso, porquanto «a História é uma ciência social, indissolúvelmente ligada às outras ciências do Homem, que nunca devem ser deixadas de parte e com as quais deve colaborar fraternalmente» (3). Poderíamos sintetizar o pensamento deste autor nestas palavras: a diversidade das ciências contribui para a sua unidade, consequentemente para a unidade da História (4).

Mas há um grupo de ciências mais intimamente ligadas à História: aquelas de que o historiador de continuo lança mão, aquelas sem as quais seria impossível fazer investigação histórica digna de crédito. Tais ciências foram surgindo à medida que o trabalho de investigação se aperfeiçoava e são vulgarmente chamadas «ciências auxiliares da História». Entre elas mencionaremos a linguística ou filologia, a paleografia, a arqueologia, a epigrafia, a diplomática, a sigilografia ou esfragística, a heráldica, a numismática e tantas outras.

Ao falar-nos da numismática como ciência auxiliar da História, o erudito Jean Babelon é de opinião «que esta ciência dificilmente se resigna a exercer

(1) Vid. Felipe Mateu y Llopis, *La Moneda Española (Breve historia monetaria de España)*, Barcelona — Editorial Alberto Martín, 1946, pág. 5.

(2) Acerca das diferentes definições de História, veja-se Charles Samaran, *L'Histoire et ses Méthodes*, Encyclopédie de la Pléiade, Bruges, 1961, pág. XII e XIII.

(3) Charles Samaran, obra cit.^a pág. XII.

(4) Vid. ainda Magalhães Vilhena, *Unidade da Ciência, Coimbra, 1941*.

o papel de serva. Como fonte de conhecimento histórico, única por vezes a revelar-nos a existência de um monarca ou de uma cidade, única a fazer ressurgir um monumento ou um facto histórico, ela reivindica uma autonomia que lhe assegure o seu próprio objectivo, como seria um fenómeno social ou económico» (1).

Todavia, não é fora de propósito advertir que esta e outras ciências auxiliares procuram estabelecer uma *certa independência* relativamente aos seus métodos e fins específicos.

A numismática, estudando as moedas (2) e as medalhas (3), reveste-se do maior interesse em ordem ao progresso do conhecimento político, económico, social, artístico e religioso.

★

Testemunham a existência de *Casa da Moeda* no Porto, onde se *lavrou moeda* na época fernandina, além de outros documentos, o «Regimento e Ley que El Rey D. Fernando fez sobre moedas», datado de 1378 (4) e a carta régia concedida por aquele monarca aos «moedeyros» da cidade do Porto, outorgando-lhes importantes privilégios. É esta como segue:

«D. Fernando pella graça de Deos Rey de portugal e do algarve. Aquantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e merçee ao meu Alcayde e moedeyros e officiaaes da minha moeda da Cidade do Porto por mujto serujço que amym fizeram e fazem em essa minha moeda, lhes outorgo por priujlegio e franqueza, assy aos que hora som come os outros Alcaydes e moedeyros e officiaaes que depós elles veherem pella gujsa que se adeante segue. Oqual priujlegio lhes outorgo consijrando o dito serujço que me fizeram e farom ao deante e pera elles auerem mayer uoontade de o fazerem (5) cada que amym comprir.

(1) Vid. *L'Histoire et ses Méthodes*, obra cit.^a pág. 329.

(2) Do galego e do latim: noumisma ou numisma.

(3) Do italiano *medaglia* (medalha). Vid. ainda o meu estudo, *Medalhística Religiosa — algumas espécies encontradas em Numão*, Porto, 1963. Sobre as imagens das moedas e suas inscrições, vid. principalmente, Manoel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa, 1791-T. II, pág. 1; e o meu trabalho *O Simbolismo nas moedas Suevas e Bizantinas*, Braga — 1962.

(4) Este Regimento vem publicado na *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal* por A. C. Teixeira de Aragão, Tomo I, Lisboa, 1874, pág. 349 a 351.

(5) Cada vez que a mim cumprir (convier).

Primeyramente mando e outorgo que o alcayde e moedeyros e officiaaes da dita minha moeda seiam escusados de todas fntas e talhas que os concelhos lançarem antressy pera rrefazimentos de muros e doutras quaaesquer cousas. Eoutrossy mando que sejam escusados que nom paguem portagem per todo o meu senhoryo nem jugada nenhuma. Outrossy mando que seiam jsentos de toda seruydoem que os concelhos som theudos de seruyr e de pedida de Rey e de emprestido. Outrossy mando que nenhum nom pouse com elles em seu bayrro nem em ssás pousadas em que elles morarem nem lhes tomem sás rroupas nem palha nem lenha nem galjnhas nem outras cousas nenhumaes que elles teuerem, contra sás uoontades. Outrossy mando que nom seiam constrangidos parahirem servir per terra em fronteyra nem em armada per mar. Outrossy mando queo alcayde da moeda seia juiz e ouça e liure todollos feitos dos ditos moedeyros e officiaaes, tambem crimjnaaes come çuees, de qualquer condiçom, que seiam ⁽¹⁾ mouudos contra elles per qualquer pessoa, e dos feitos crimjnaaes que elles officiaaes e moedeyros antressy ouuerem e os determijnhem per sentença ou sentenças que assy forem dadas, ⁽²⁾ valham e tenham em todo e per todo com dereyto e seiam aguardadas per todo meu senhoryo, resaluando para mym e meus subcessores as apellações e juzo delles se as hi ouuer. Outrossy mando queo dito Alcayde lhes dê mancebos e mançebas quaes vir que comprem que os seruam per sás soldadas, segundo ataussaçon do concelho, eos possa constranger e punir como vir que compre pera auer de servir e viuer com os ditos moedeyros e officiaaes da dita minha moeda. E possa dar pousada e moradas daquellas que som alquyadas, ajnda que outras pessoas hi morem por alquyer, aos ditos moedeyros e officiaaes da dita minha moeda no seu Bairro. Outrossy mando que os meus corregedores nem os concelhos do dito meu senhoryo nom possam poer nem ponham posturas nem hordinhações sbre elles nem sobre seus bens nem sobre outras cousas que aelles perteeçam per que elles percam nem possam perder este meu priujlegio. Outrossy mando que as sentenças que assy forem dadas per o dito Alcayde valham e ⁽³⁾ tenham comprimento como dito he e sse comprem as outras minhas justiças da terra, e os corregedores as compram e façam cumprir em todo e per

(¹) Movidos

(²) Faltam esta palavras no apógrafo.

(³) Falta no apógrafo, esta palavra. O copista escreveu apenas: — e tenha como dito he.

todo e aguardar e executar ⁽¹⁾ cada que per el ou per seu recato forem rrequeridos. Outrossy mando que tragam sás armas per todo o meu Senhoryo. Outrossy mando atodollos meus corregedores e atodallas outras minhas justiças do meu Senhoryo que aguardem per todo e em todo aos ditos meus alcaydes e moedeyros e offiçiaaes este meu priujlegio e liberdade e franquezas como suso he contheudo e lhes per mym som outorgados e todollos outros boons husos e costumes deque estam em posse. Emando-lhes e deffendo que nom vão em nenhuma gujsa contra elles. Equero e mando que aquelles ou aquel que contra ello for pague por cada huma uez que contra ello for para o cabidoo dos meus moedeyros Cjnquoenta lijuras. Eem testemunho desto lhes mandey dar este priujlegio e franquezas assinaado per minha mão. Dante em Lisboa, tres dias de março. Elrrey omandou. Esteue anes affez. Era de Mil e quatrocentos e oyto anos ⁽²⁾.

★

Devemos, ainda, considerar fontes históricas fidedignas, não só para o estudo do sistema monetário português no reinado do *Rei Formoso* (1367-1383), como também para a história da Casa da Moeda do Porto, as espécies ali cunhadas com um simbolismo distinto do das outras moedas. Sirvam de exemplo as seguintes: a *dobra gentil* de ouro, com P (Porto) no reverso, o *tornês* de bolhão com o busto do Rei coroado entre P — O:Porto, outro *tornês* de bolhão (Esendo) p. cima: P : Porto entre : OR — TO. Reverso, (uma cruz), o *meio tornês* também de bolhão (busto pequeno — P — à direita): (Porto), o *meio tornês* (busto grande — P — à direita: Porto), *meio tornês*, variante do anterior — P — à direita: Porto), todas elas de bolhão; a *barbuda* (tendo à direita P: Porto — com escudo deitado), a *barbuda* (busto entre l — P : Porto, com Escudo deitado), a *barbuda* (busto entre G R — P — : Porto, com escudo deitado), a *barbuda* com reverso semelhante aos *gentis*, mas com P (Porto), a *meia barbuda* (à esquerda da roseta e P : Porto), a *quarto-barbuda*, celada, à direita — P : cant. cruz: O—R—T—P—Porto), o *grave* (Escudo com F. entre + P — Porto), *grave* (Anverso semelhante aos de Lisboa), mas do Porto : P), *grave* (Escudo com F. entre 2 cruzes — P: Porto), *grave* (Escudo com F. entre + — Porto : P), *grave* (Escudo com F. entre + — Porto: P), *grave* (Escudo com F. entre + — l — Porto — P), *pilarte* (sob uma grande coroa : P : Porto). Todas estas moedas que aca-

(¹) Cada vez.

(²) Vid. Corpus Codicum... Vol. I, pág. 111.

bamos de mencionar são de bolhão. Podem ainda hoje admirar-se nas colecções pertencentes aos nossos museus como nas dos particulares ⁽¹⁾.

★

Temos clara confirmação dos privilégios concedidos por D. Fernando aos moedeiros do Porto, em duas cartas régias, que a seguir transcrevemos, e das quais consta o rigor imposto por D. João I quanto à não admissão como funcionários moedeiros de quaisquer vassallos, que habitualmente trabalhassem no comércio ou fosse artista ou mesteiral. Isto é, o moedeiro era exclusivamente moedeiro, ficando assim bem certo do gozo dos respectivos privilégios.

1.^a carta (Lisboa 1427)

«Don Joham pella graça de deus Rey de portugall e do algarue. A uos juizes da cidade do Porto E a outros quaes quer que esto ouuerem de veer saude; ssabede que o Concelho e homens boons dessa cidade nos anujarom dizer per seus procuradores em cortes que algumas pessoas dessa cidade tomam officios em na moeda da dita cidade E questo fazem per serem escusados dalguns encarregos, por os preuilegios e liberdades que os ditos moedeiros ham, e nom por seruirem na dita moeda E que esto lhes E grande prejuizo por rrazom dos encargos que ham de soportar per nosso seruiço E pedyãonos sobrello merce E nos veendo que nos assy dizer e pedir enujarom Teemos por bem e mandamos-vos que aquellas pessoas que vos fordes certos que nom servem continuamente na dita moeda e servem mais em outros officios de fora que em ella que lhes nom guardedes os ditos preuilegios e mandamos que see nom ajudem delles E aquelles que nos em ella continuamente servirem servem, e vos guardadelhjs e fazedelhe cumpurir e aguardar seus preuilegios como em elles he contheudo; vos aal nom façades, dada na cidade de Lisboa XIIjº dias de março Elrey o mandou por Martins da maya e Gonçalo peres seus vassallos e veedores da sua fazenda. Martim uaaques afez Era de mil IIIjº.XXVII annos. Martim da maya» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ A. C. Teixeira de Aragão, obra cit.^a, págs. 177 a 194.

⁽²⁾ Vid. in Arq.^o do Gabinete de História da Cidade, *Livro 3.^o de Pergaminhos*, Doc. 13 e o *Códice 699, fls. 99*, da Bib. da Universidade de Coimbra.

2.^a carta (Coimbra 1436)

«*Del Rej dom João I sobre os moedejros*».

«Dom Joam pella graça de deus Rei de portugal, e do algarue a vos juizes, e conselho, e homens boons da nossa cidade do porto saude. Sabede que em estas cortes que ora fazemos em esta cidade de Coimbra nos forão dados artigos especiais por os procuradores desse conselho antre os quaes nos foi dado hum que tal he outro si senhor na ditta cidade ha mujtos preuilegiados por vossas cartas assj como moedejros, ferreiros, carpinteiros, almocreues, e outros muitos por tal guiza que quando acontece por nosso seruiço ou para algum lugar de lançar talha ou pedido que ficam tam poucos para o soportar que por nenhuma guisa o nom podem sofrer, E o que peor he que alguns mercadores por se escusarem desta conta se vão asentar na nossa moeda, Etomão titolos de moedejros e elles na dita moeda, em todo o anno nom lavrão hum dia porque carregão suas mercadorias, e sevão com ellas para frança seja Vossa merce de mandar que pois que todos moram na cidade que todos seião teudos a contribuir nos encargos do conselho demais os que de taes malicias usam dos preuilegios ao qual capitolo nos demos em resposta que mandamos ao bispo dessa cidade que sajba quays som os que usam de malicia na moeda. E que mande que lhe nom valham os preuilegios; E quanto he aos outros preuilegiados que elles nom seião preuilegiados de pagar em nenhuns encargos que seiam lançados pera feito de guerra posto que seiam lançados pello conselho nem de vellar, e Roldar. E que em oal que he pouco perjuizo a esse conselho que nom pode ora revogar os preuilegios que tem dados. Porem mandamos ao ditto Bispo que veia isto e que o cumpra e guarde, e faça cumprir e guardar, como no ditto artigo, e resposta del he conteudo. E nom baa nem consenta ir contra ello em nenhuma guisa que seja porque nossa mercee he de ser assj cumprido, e guardado, vos al nom façades. Dada em Coimbra dous dias de Feuereiro; Elrej o mandou por Roj Lourenço licenceado em decretos Deam de Coimbra, e por Joam afonso de Santarem seu vassalo ambos do seu desembargo. Lopo Vasques a fez era demil e IIII e trinta e seis annos. Conimbricens. Decanus» (1).

(1) Vid. in Arg.º do Gabinete de História da Cidade, Livro A, fls. 127 e 127 v.º e o Códice 699, fls. 121 da Bib. da Universidade de Coimbra.

ESTAMPA I



1



2



3



4



5



6



7



8



9

★

As moedas que servem de exemplificação da cunhagem na urbe portu-
calense, no reinado de D. João I, e que a seguir apresentamos em fotografura,
são valiosos documentos elucidativos da economia monetária do *Rei de Boa*
Memória. Ainda hoje é verdade o que escreveu Manuel Severim de Faria:
«nas imagens das Moedas e suas incripções, se conserva a memoria dos
tempos, mais que em nenhum outro monumento» (1).

Detenhamo-nos, por isso, a descrever algumas características pertinentes.

EST. I e II

Fig. 1 — Real.

AV. — + IHNS : REX : POR... ALIE :... GARB.

Quinas dentro de uma cercadura dupla quadrilobada,
cantonadas superiormente por florões, e inferiormente,
por P-O (Porto).

RV. — + ADIVTORIVOM * NOSTRVM * QVI *
* FECIT * CEELVM * ETERRAM *, em duas
linhas. No centro, IHNS sob a coroa real; por baixo P
(Porto), acostado por cruces.

Fig. 2 — Real de 3 1/2 libras.

AV. — + IHNS * DEI * GRA * REX * POR • ETA.

Dentro de uma cercadura dupla, octilobada, IHNS,
sob a coroa real; por baixo, P (Porto).

RV. — ...VTORIVM : NOSTRVM : OVIFE... Quinas
cantonadas por castelos.

Fig. 3 — Real de 3 1/2 libras.

AV. — + IHNS : DEI : GRA : REX : POR... No centro,
dentro de uma cercadura dupla, octilobada, IHNS,
sob a coroa real; por baixo, P (Porto).

RV. — + ADIVTORIVM * NOST... Quinas cantonadas
por castelos.

(1) Vid. autor cit.º, *Noticias de Portugal*, Lisboa, 1791, Tomo II, pág. 1.

Fig. 4 — Real.

Legendas iguais às da fig. 1.

Fig. 5 — Meio real cruzado.

AV. — + PORTVG...ET : ALGARBI : REX. No centro IHNS, sob a coroa real; por baixo, P (Porto).

RV. — + RE...IO : R...VBLICE. Escudo, com as quinas, assente sobre a cruz de Aviz.

Fig. 6 — Real de 10 soldos.

AV. — + IHNS : DEI : GRA : REX : PORTV : . Quinas dentro de uma cercadura dupla, quadrilobada.

RV. — + ADIVTORIVM * NOSTRVM : . No centro, IHNS, sob a coroa real; por baixo, P (Porto).

Fig. 7 — Real de 10 soldos.

AV. — + ... DEI : GRA : ... No centro y, sob a coroa real; à esquerda, P, e, à direita, o (Porto).

RV. — + ADIVTO... No centro, as quinas.

Fig. 8 — Meio real cruzado.

AV. — ... No centro, IHNS, sob a coroa real; por baixo, P. (Porto).

RV. — + PORTVGALI.....Escudo, com quinas assente sobre a cruz de Avis. À esquerda, P, e, à direita, O (Porto).

Fig. 9 — Real de 10 soldos.

AV. — + IHNS, : DEI : GRA : REX : POR. Quinas, cantonadas por círculos, dentro de uma cercadura dupla, quadrilobada.

RV. — + ADIVTORIVM * NOSTRV : . No centro, IHNS, sob a coroa real; por, P (Porto).

ESTAMPA II



1



2



3



4



5



6



7



8



9

EST. III e IV

Fig. 10 — Real de 10 soldos.

AV. — + IHNS : DEI : GRA : REX : PO : AL. Dentro de uma cercadura dupla octilobada, IHNS, sob a coroa real; por baixo, P (Porto).

RV. — ... Quinas, cantonadas por castelos.

Fig. 11 — Real de 3 ½ libras.

AV. — + IHNS : DEI : GRA... Dentro de uma cercadura dupla, octilobada, IHNS, sob a coroa real; por baixo, P (Porto).

RV. --- ... Quinas cantonadas por castelos.

Fig. 12 — Real.

Legendas iguais às da fig. 1.

Fig. 13 — Real de 10 reais ou real branco.

AV. — + ... NS : DEI : GRA : REX : PORTVGALI...
Quinas dentro de uma cercadura dupla, quadrilobada.

RV. — + ADIVTORIUM : NOSTRVM : QI : FECIT :
: CELM, em duas linhas. No centro, y (yoannes),
sob a coroa real; à esquerda, P (Porto).

Figs. 14 e 15 — Descritas sob n.º 13, com pequenas variantes nas legendas (¹).

(¹) A descrição mais extensa destas moedas podem os estudiosos encontrá-la em: A. C. Teixeira de Aragão, obra cit.ª, Tomo I, Lisboa, 1874, págs. 199 a 204; Pedro Batalha Reis, *Preçário das Moedas Portuguesas de 1140 a 1960*, 2.ª edição, Porto, 1964; Damião Peres, *Catálogo das Moedas Portuguesas do Museu Municipal do Porto*, Tomo II, Porto, 1934, e Alexandre Ferreira Barros, *Numismática Portuense in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XV, Fasc. 1-2, 1952, págs. 124 a 145.



A Casa da Moeda do Porto viveu sujeita a intermitências de laboração. Sabemos, por exemplo, que funcionou nos reinados de D. Fernando I, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião, Filipe II, Filipe III, D. Pedro II, D. João V e D. Maria II (1).

Uma das interrupções da Casa da Moeda consta do alvará de 30 de Agosto de 1608, onde se lê: «Eu El Rey faço saber... que o juiz, vereadores e mais officiaes da Camara da cidade do Porto me enviarão dizer que por nella não haver recolhimento para o pão da terra e do mar que se vende... me pedião ouvesse por bem que se fizesse o ditto recolhimento nas *casas da moeda* que eu ora extingui na dita Cidade...» (2).

Em 12 de Setembro de 1721 fechou-se «...a porta da dita Casa de pedra e cal por ordem do Senhor Rey D. João o 5.º de glorioza Memoria e em 8 de Março de 1733 se tornou a abrir, e nella se recolheo todo o dinheiro que estava em poder do Superintend.º da mesma moeda Pedro da Costa Lima, que tinha vindo de Lisboa encarregado para se entregar as partes pello que S. Mag.^{de} tinha mandado recolher; hoje não existe da dita Caza mais que o Portico e o pateo com algumas cazas, inda que poucas porque as mais se unirão por ordem de S. Mg.^{de} aos Armazens da Alfandega com que partia para maior comodidade, alojamento das fazendas, que por falta de haver onde se recolhessem padecião muitas avarias...» (3).

Nesse tempo estava a Casa da Moeda situada na freguesia de S. Nicolau «...no meyo da Rua Nova, que para a sua guarda tinha hũa Companhia, com seu Capiitam e Alferes, a quem os Senhores Reys derão muitos Previlégios, era Luzidissima por se compor dos homens de negocio mais ricos desta Cidade, que a toda a deligencia, pertendião nella ser soldados, para entre outros terem o privilegio de trazerem seus contendedores, a responder perante o seu Conservador, que era o Corregedor da Comarca desta Cidade; a qual não deixava de dar mais nobreza e Lustre; nesta Caza mandou o Senhor Rey D. João o 4.º bater moeda como diz Severim. *Notic. de Portug.*

(1) Vid. Damião Peres, *A Casa da Moeda do Porto no sistema monetário português*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XIII, fasc. 1-2, págs. 323 a 325.

(2) Vid. *Livro 4 de Próprias* in Arq.º do Gabinete de História da Cidade, fls. 202 e 202 v.º.

(3) Vid. no Arq.º Nacional da Torre do Tombo, Padre Luiz Cardoso, *Dicionário Geográfico do Reino de Portugal...*, Tomo XXX (Notícia da Freguesia de S. Nicolau... pelo Abade Sylvestre da Costa Lima), fls. 1737 e seguintes.

ESTAMPA III



10



11



12



13



14



15

ESTAMPA IV



10



11



12



13



14



15

Discursos, 4 § 34, fls. 190, continuandosse nella a bater em moeda; pois foi a primeira conforme a melhor openião, onde no Reyno se bateo, e diz o mesmo Severim no dito discurso §22, fls. 175 e que por esta rezão tem os seitis antigos hñas Torres, e hñ Rio por divisa, que são as armas desta Cidade...» (1).

Na *Casa do Infante*, hoje sede do Gabinete de História da Cidade do Porto, pode ver-se e reconhecer-se o forno da fundição de moeda, que se julga ser dos fins do séc. XVII. A chaminé deste forno é feita de cantaria lavrada. Possivelmente este forno com sua chaminé indica a localização da Casa da Moeda. Esta ligar-se-ia às *casas da Rua Nova* (hoje Rua do Infante D. Henrique) onde tinha a sua sede a *Companhia de Soldados* «com seu capitam e Alferes» para guarda da referida Casa da Moeda. Por sua vez, esta ficaria contíguo aos Armazens da Alfândega «para alojamento das fazendas...», segundo o erudito Padre Luiz Cardoso.

(1) Vid. Padre Luiz Cardoso, obra cit.ª, fls. 1755. Com referência à Casa da Moeda do Porto, podem consultar-se no Arq.º do Gabinete de História da Cidade, os seguintes documentos: *Livro 3 de Pergaminhos*, Doc. 13; *Livro 4 de Pergaminhos*, Docs. 46 e 74; *Livro 7 de Pergaminhos*, Doc. 1; *Livro A*, fls. 163 v.º; *Livro 1 do Registo Geral*, fls. 144; *Livro 3 do Registo Geral*, fls. 268 e 557 v.º; *Livro 4 do Registo Geral*, fls. 244, 245 v.º e 246; *Livro 5 do Registo Geral*, fls. 163; *Livro 8 do Registo Geral*, fls. 398 e 595; *Livro 1 de Próprias*, fls. 21 a 28 e 136; *Livro 2 de Próprias*, fls. 23, 230 e 291; *Livro 4 de Próprias*, fls. 202; *Livro 5 de Próprias*, fls. 204 v.º a 309 e fls. 555.



NÓTULAS E CONSIDERANDOS SOBRE O TOSTÃO
DE D. JOÃO III, N.º 19 DE TEIXEIRA DE ARAGÃO.
À MEMÓRIA DO DR. PEDRO BATALHA REIS

Por JOSÉ TOMÁS DA GRAÇA

Por especial deferência dum amigo, consegui que viesse a fazer parte da minha modesta colecção, uma moeda, que tem levantado sérios reparos por parte de alguns insignes numismatas.

Trata-se do Tostão n.º 19 de D. João III, marcado com asterisco, na estampa XVI, do 1.º volume da «DESCRIPÇÃO DAS MOEDAS CUNHADAS EM NOME DOS REIS, REGENTES E GOVERNADORES DE PORTUGAL» do Mestre Teixeira de Aragão.

A peça referida tem dado motivo a variadas formas de estudo, razão porque, — para mal dos meus pecados — também meto, «foice em seara alheia», nuns considerandos, ainda que me falte alguma habilidade e jeito...

A veracidade da emissão deste numisma, assim como de outros deste reinado, tem suscitado dúvidas, não conhecendo até à data, qualquer estudo, que cientificamente determine com absoluta firmeza, tratar-se de moeda corrente, ou outra qualquer espécie enumerada.

As letras monetárias que ladeiam a maioria das moedas de D. João III, ainda que estudadas, não dão conhecimento exacto, sobre o «mistério» que as envolve.

Vários estudiosos que se dedicaram a estas moedas, chegaram a uma conclusão, no que diz respeito a algumas letras, aceitando-se um critério honesto, mas que oferece algumas dúvidas.

Assim, L-V, está argumentado: Lisboa V vinténs, O-V, Olissipo V vinténs, P-O ou O-P, casa monetária do Porto. Mas a incógnita mantém-se indecifrável, quando aparecem as letras, L-R, R-L, L-P, R-P, R-C, P-P, R-I, L-I, I-O e A-A!...

Vou, pois, fazer uma pequena resenha, transcrevendo alguns estudos

* Só quando este artigo já estava no prelo, tive conhecimento de que é errada a leitura «R—I, L—I e I—O» dos exemplares N.ºs 88, 94 e 99 da «Cartilha», devendo ser corrigida, respectivamente, para: «R—L, L—R (Rev. o—L) e P—O», interpretação obtida pela observação directa dos originais.

O engano, diz o possuidor das moedas, tem a sua explicação na mediocre conservação dos exemplares que não permitiu uma boa leitura, o que todavia não elimina a possibilidade de efectivamente existirem moedas, com a letra «I», no monetário de D. João III.

feitos por ilustres numismatólogos, para assim tomarmos conhecimento do que se escreveu a respeito desta moeda.

Começo pelos «Contos para Contar» da autoria do Engenheiro Paulo de Lemos, «NVMMVS», volume III, n.º 2, cujo argumento principal é baseado no seguinte:

- 1) Manufactura por fundição. (O Senhor Niepoort, contudo, tem um exemplar que não é fundido);
- 2) A irregularidade da Cruz de Cristo, não vista em outros numismas do reinado;
- 3) A semelhança, vamos dizer a igualdade, do anverso com contos .(89 com 88, e 91 com 90 e 92);
- 4) O n.º 89 apresenta 9 castelos no escudo, em vez de 7.

«Relativamente ao n.º 96, (Tostão n.º 19 de Aragão) em que a palavra PORTUGAL se apresenta grafada como PVRTVGAL, e as quinas em cruz, levaram já a afirmação de se tratar de obra de curioso e não moeda na acepção legal e numismática do termo. Nós juntaremos a seguinte observação: o exemplar existente no Museu Numismático Português pareceu-nos, (ao Ex.^{mo} Conservador e a nós), uma peça fundida, o que me leva a afirmar que se deve tratar de um conto, e a ornamentação, excepcional em moedas, estaria de acordo com a índole das peças que tratamos».

Transcrevo o estudo feito pelo Engenheiro Raul Couvreur, no que se refere a esta moeda: «A grafia IOANES e a gravura permitem, com o peso, colocá-lo no segundo grupo de lavramento de Tostões do reinado do Piedoso e compará-lo portanto com os do tal lavramento».

Começando pelo reverso, nota-se um excesso de ornato em relação aos Tostões do grupo, pois ao passo que nestes apenas se encontra a Cruz de Cristo, no exemplar n.º 19, além desta, existe um ornato semelhante ao empregado nos «PORTUGUESES» que não me lembro de ter visto noutra moeda daquele valor.

A própria Cruz, permita-se-me a expressão, é baixa e gorda, ao passo que nos Tostões do grupo tende para alta e magra. No anverso, o caso complica-se.

Além da grafia PVRTVGALIE, que só encontro antes de D. João III, no exemplar a que me referi ao tratar do INDIO, nota-se, o que também considero caso único até então, o facto de os besantes das quinas estarem em cruz, em vez de na posição normal que sempre apresentaram desde que, em lugar de número variável, dos primeiros reinados, se fixaram em cinco.

Será possível admitir que «moedeiros d'el rey» desconhecêssem a forma de escrever o nome do País, substituindo-a pela fonética, que de igual forma ignorassem a posição, já secular, dos besantes, e ainda que, mesmo em ensaio, se atrevessem a modificar uma e outra?

Não creio tal possível dentro de Casa de Moeda!

Serão erros de gravura em T. de Aragão? Não são, porquanto no exemplar reproduzido fotograficamente na estampa 41 da Cartilha do Senhor Dr. Pedro Batalha Reis, que tivemos ocasião de ver em original, se notam os mesmos erros.

Finalmente, não sendo de extraordinária raridade os Tostões do grupo a que me refiro, verifica-se que peças do tipo do n.º 19 de Aragão apenas se conhecem duas.

As indicações dadas não permitirão pois pensar que se trata de obra de curioso, e não de moeda na acepção legal e numismática do termo?

«Para mim estou convencido que sim».

O numismata Sr. Dr. Pedro Batalha Reis, menciona ensaios, neste e noutros Tostões; talvez esteja um pouco dentro da razão: descreve as tentativas diferentes de amoedação, falta de bons técnicos e o seu pouco sentido artístico, principalmente nos lavramentos feitos no Porto. Digo talvez, pelo seu tipo característico e pela raridade dos exemplares!...

Na «NUMARIA DE D. JOÃO III», cujo autor é o Académico de número Senhor Dr. Damião Peres, o seu último estudo sobre este reinado, cujos documentos são os mais completos, observa e muito bem este Ilustre historiador, as dificuldades que se lhe depararam para um estudo completo sobre a emissão destes numismas, principalmente o mistério que envolve a letra «R» e no Tostão n.º 19 de T. de Aragão diz: «alguma marca de fantasia, como aquela que ostenta o n.º 19 de Aragão».

Deixe para o fim, o que o Senhor Dr. Teixeira de Aragão, escreveu sobre o Tostão em causa: — IOANES 3: R: PVRTVGALI...GV. Armas do Reino; em baixo, a meio círculo, uma facha, disposta como ornato, parecendo conter em cada extremo um A. Reverso: IN: HOC: SIGNO: VINCES. — Cruz da Ordem de Cristo, cantonada por doze pontos. Pesa 156 grãos (está cerceada) Tostão, AR de 12 dinheiros. Pertence à colecção do Sr. José Lamas.

Mais adiante informa: — «Sem alterar a liga nem o peso nem o valor, foi mudado o cunho, parecido ao dos PORTUGUESES, e cujas variedades não representadas nos números 14 a 19, sendo esta última muito rara».

Encontro assim neste numisma, uma série de opiniões que divergem entre si, ficando quase com a impressão da impossibilidade de se chegar a uma conclusão definitiva.

Em ligeira análise, temos:

Conto para Contar	— Engenheiro Paulo de Lemos
Obra de Curioso	— Engenheiro Raul Couvreur
Ensaio	— Dr. Pedro Batalha Reis
Tostão	— Dr. Damião Peres
Tostão	— Dr. Teixeira de Aragão

Resta-me fazer uns ligeiros comentários.

Contos para Contar: — Não sou profundo conhecedor deste assunto, nem quero de forma alguma anular definitivamente a hipótese apresentada pelo Eng.º Paulo de Lemos, mas tão somente a razão da minha discordância. O facto de serem fundidos alguns Contos, não oferece bases concretas e não são provas suficientes, para determinar que punhamos o vocábulo conto, numa moeda. É que «houveram tentativas para amoedação, sem ser pelo processo do martelo». (Cartilha-Batalha Reis, volume I, página 222).

A igualdade no averso, também não tem influência, sobre este ou outros numismas. Em contrapartida o reverso, é positivamente de moeda corrente, não se encontrando nenhum Conto para Contar, nas condições deste exemplar. Também sobre o metal, somente conheço na Bibliografia que tenho consultado, um Conto, mas esse diz respeito a D. Sebastião. Manuel Joaquim de Campos, nos seus escritos atesta que somente os metais Bolhão, Cobre e Latão, serviram para Contos!...

Sobre obra de curioso, na quase afirmação do Engenheiro Raul Couvreur, discordo, porque se encontra, na numária do PIEDOSO, uma variedade tão grande de numismas, com e sem ornatos, o ordinal em árabe e romano, coroas tão diferentes, disposição de arabescos, que nos causam fantástica admiração!... Os aversos e reversos de quase todas as moedas são tão prolixos em erros de nomenclaturas, notando-se nalgumas uma falta de orientação e competência dos abridores de cunhos. Sendo assim, não estará englobado algum ensaiador, que quisesse imitar os «PORTUGUESES», desconhecendo a total disposição dos besantes ou buscasse realçar o seu sentido artístico, alterando ornatos e tipo de moeda?!...

TOSTÃO DE D. JOÃO III



Ainda mais, os Tostões n.º 19 de Aragão, de que presentemente dou notícia, resumem-se a três exemplares, quaisquer deles diferentes. Seria possível que o falsário, fizesse um cunho para cada moeda? Creio não ser possível?

Resta-me dizer alguma coisa mais sobre os competentes historiadores Senhores Drs. Damião Peres e Teixeira de Aragão: — ambos são da opinião de ser Tostão corrente, — qualquer deles estudou o assunto dentro dos seus enormes conhecimentos e possibilidades, verificando minuciosamente as anomalias existentes na época. O primeiro deixa em suspenso o misterioso «R», atestando que quando se descobrir a incógnita das letras monetárias, tudo estaria decifrado, opinando que a decifração, só é possível, procurando a sua razão, nos reinados anteriores...

Do Mestre Teixeira de Aragão, sabemos a sua dedicação à causa; os seus conhecimentos são vastos e dentro dum critério sensato; resolveu a maioria dos problemas numismáticos, numa base científica, os seus trabalhos são monumentais, servindo de estudo a quase todos os tratados de grande nomeada. Se o Mestre indicou como moeda corrente este Tostão, lá tinha as suas razões!

O numisma que tenho em meu poder, tem as seguintes legendas: — IOANES: 3.º: R: PVRTV GALIE: A: GV — reverso: IN HOC: SIGNO: VINCE., foi achado em 1941, numa propriedade na Conceição, (Concelho de Faro) junto a outras moedas do mesmo reinado; não é fundido, o seu peso regula aos do 2.º tipo dos Tostões de D. João III, o exemplar está muito bem conservado, levando-me à conclusão, que é *moeda corrente da época*.

Mas... como na numismática, tudo é relativamente possível e ainda porque esta achega não é suficiente para resolução deste problema, gostaria que os competentes e estudiosos numismatas, respondessem à pergunta que formulo.

Conto para Contar, moeda curiosa, ensaio ou Tostão?!...

Obras consultadas: Descrição das Moedas cunhadas em nome dos Reis,	
Regentes e Governadores de Portugal	— Teixeira de Aragão
Cartilha da Numismática Portuguesa	— Pedro Batalha Reis
Moedas de D. João III — Tostão n.º 19	— Raul Couvreur
Numária de D. João III	— Damião Peres
Contos para Contar	— Paulo de Lemos

UM CALAIM INÉDITO, DOS FINS DO SÉCULO XVI

Por JOAQUIM FRONTEIRA

Sucede aparecer à venda, de quando em quando, um exemplar da numária luso-indiana ainda desconhecido ou, pelo menos, inédito. E esse facto causa, normalmente, grande satisfação a duas pessoas: ao vendedor que, se de tal é sabedor, procura tirar partido da «raridade»; e ao comprador que, ignorando o facto, ao adquirir a apetecida moeda, se sente feliz por haver enriquecido o seu numofilácio. Foi o que nos aconteceu há uns seis meses. Comprámos o «calaim» de que vamos ocupar-nos como sendo, possivelmente, um soldo de Filipe III, de Malaca.

Não tentámos sequer discordar da opinião do vendedor, de resto pessoa culta e amável, mas, uma vez na posse do exemplar, procedemos ao seu estudo e, aliás sem vislumbre de dogmatismo, cremos poder afirmar tratar-se de uma moeda destinada a circular em Moçambique, batida na Índia Portuguesa, talvez em Goa. Com efeito, segundo informa Teixeira de Aragão, «Em Goa amoedou-se prata e calaim com destino especial para Moçambique, etc.»⁽¹⁾; e ainda que: «A sede do governo portuguez na Africa Oriental residiu em Sofala até aos primeiros annos do seculo XVII; por essa época foi mudada para Moçambique, continuando a fazer parte do vice-reinado da India, d'onde se separou pelo decreto de 19 de Abril de 1752 para constituir um governo geral com todas as prerrogativas que gosavam os do Rio de Janeiro e Angola.»⁽²⁾

Passemos à descrição da moeda em causa:

Anverso ⁽³⁾— Escudo de cunho bárbaro, ladeado talvez por duas letras, difficilmente visíveis e não identificáveis;

Reverso — Grande «M»; *Espessura* — 3,5/3 mm;

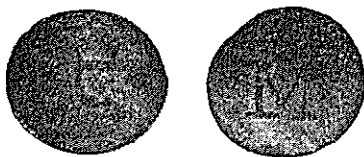
Módulo — 25/23,5 mm; *Peso* — 9,27 g;

Metal — Calaim; *Ângulo axial das faces* — ca. 160°.

(¹) V. «Descrição historica, etc.», de T. de Aragão, vol. III, pág. 413.

(²) Id., id., pág. 414. Anteriormente, tratando da Índia Portuguesa, no reinado de D. José, informa: «A carta régia de 9 de Maio de 1752 separou do estado da India a parte da Africa Oriental que comprehende Moçambique e suas dependencias». (Obra cit., vol. III, pág. 307). Como se vê há uma diferença apenas de uns 20 dias.

(³) As designações de anverso e reverso não obedecem, como é sabido, a normas absolutamente rígidas, mórmente quanto aos numismas luso-indianos.



Crítica destes dados:

Anverso — O escudo, quase limitado ao contorno, semelhante aos dos bastardos e soldos de D. João III, flamengo, ou seja com a ponta boleada, oferece a possibilidade de tratar-se de uma cunhagem do século XVI, pelo que limitamos o seu fabrico ao período decorrente entre o reinado daquele monarca e o do primeiro dos Filipes.

Reverso — De início considerámos o «M» como sendo, talvez, a inicial do nome do monarca (D. Manuel I) em cujo reinado a moeda houvesse sido batida, como no caso do «S» dos reais e bazarucos de D. Sebastião ou do «F» dos bazarucos filipinos, e não como letra monetária, pois que, para tal, nos parecia demasiado grande. Porém, atentando melhor no anverso, o escudo flamengo invalidou essa suposição «a priori».

O facto deste exemplar ter sido mal batido no anverso, mais até do que o seu uso, do que resultou apenas serem visíveis, e dificilmente, duas das quatro quinas do escudo — quase escudete — impede a apresentação da sua fotogravura, o que procurámos suprir com a de um desenho feito sobre um decalque tirado com a possível perfeição.

Metal — Designam-se, genéricamente, por «calains» as moedas luso-indianas feitas de um estanho muito fino ⁽¹⁾ vindo de Ceilão ou da China, mais puro do que o então extraído na Europa. Nele se batiam na Índia Portuguesa — ou fundiam, consoante o processo de fabrico — os seguintes tipos de moedas: *bastardos*, *soldos*, alguns *dinheiros* e *bazarucos* e as curiosas «*rodas*» de D. João V.

Peso — Das listas que apresentamos no final constam os pesos, expressos em gramas, de cada um dos 109 «calains» do século XVI respigados nas fontes

⁽¹⁾ Além do *calaim* (liga para amoeção formada por estanho, chumbo e algum cobre) foram também utilizadas outras ligas de estanho: a *tutanaga* ou *tutanaga*, o *peltre* e talvez a *salala*. A *tutanaga* era uma liga de estanho, cobre, zinco, ferro e níquel (?); o *peltre* era uma liga baixa de estanho e chumbo; quanto à *salala*, pois que parece ser desconhecida a significação dessa palavra — «enigmática salala» lhe chamou o Prof. Damião Peres — se bem que averiguado não ter existido Casa da Moeda em Sofala, será de supor um lapso de interpretação do Dr. Teixeira de Aragão, devendo ler-se «bazarucos (mandados) de Sofala?» (Cfr. «Descrição das Moedas, etc.», vol. III, pág. 508, Doc. N.º 52).

mencionadas, os quais foram classificados e arrumados dentro do respectivo reinado conforme os tipos e pesos indicados, sem tomar em consideração possíveis repetições do mesmo exemplar em fontes diversas.

Desses 109 «calains» 45 são *bastardos*, 40 *soldos*, 13 *dinheiros* e 11 *bazarucos*; sendo, no conjunto, 43 de D. Manuel I, 43 de D. João III, 22 de D. Sebastião e 1 de Filipe I. A sua distribuição, dentro de cada reinado, feita por tipos e segundo o anverso e reverso respectivos, pode sintetizar-se no esquema seguinte:

D. Manuel I	{	Cruz/esfera	9	} Bastardos	Escudo em ponta/esfera . . .	21	Soldos	12
		Cruz/esfera	12		Dinheiros	1		
		Cruz/esfera	1				43	
			22		21			
D. João III	{	Esc. em ponta redonda/esfera	10	} Bastardos	Esc. em ponta redonda/esfera	17	Soldos	24
		Cruz/esfera	7		Dinheiros	9		
		Esc. em ponta redonda/esfera	2				43	
		Cruz/esfera	7		14	29		
D. Sebastião	{	3 setas/esc. em ponta redonda	5	} Bastardos	3 setas/esfera	4	Soldos	4
		3 setas/esfera	3		Dinheiros	3		
		3 setas/esfera	6		} Bazarucos	10		
		2 setas/esfera	1					
		Esc. em ponta redonda/nau .	3					
					14	8	22	
Filipe I		Esc. em ponta redonda/cruz .	1	Bazaruco				1

Da análise dos elementos assim agrupados ressalta que dos «calains» luso-indianos apresentados tanto os de D. Manuel I, como os de D. João III ostentam a esfera armilar numa das faces; dos de D. Sebastião só uns 64 % mostram a esfera, que já não se encontra nos de Filipe I, só voltando a aparecer no século XVII num bazaruco de cobre de Filipe II; mas nenhum tem o «M».

Assim o nosso exemplar — que, pela forma e rudeza do escudo, poderemos considerar como de D. João III e, pelo peso (v. tabela final), como que

um tipo aberrante dos bastardos de o «piedoso» — embora não seja um bastardo — terá sido batido sobre um «flan» fundido nos fins do seu reinado, já na transição para as cunhagens do tempo de D. Sebastião, mas destinado desde início a Moçambique, como parece indicar o «M» (1) do reverso, pois não cremos que fosse cunhado para ter curso na Índia Portuguesa, mas na nossa África Oriental.

Não terá sido, portanto, um numisma luso-indiano posteriormente enviado para Moçambique para aí correr, não só porque o «M» não resultou de carimbagem posterior como porque, nesse caso, essa letra era sempre mais pequena e em baixo relevo.

Tão-pouco cremos não ser de considerar a hipótese de o «M» ser a inicial de Maranhão — ou de Minas — não só por idênticas razões, como ainda por não haver notícia de ali terem corrido «calains».

Resta-nos agradecer aos nossos Confrades e Amigos Ex.^{mos} Senhores Eduard Marius van der Niepoort, Eng.^o Ferraro Vaz e José Maria da Folgosa as informações e as valiosas opiniões expendidas sobre este «calaim», que tiveram a gentileza de enviar-nos. A todos o nosso «muito obrigado».

(1) Atente-se na sua semelhança com os «M» das barrinhas de ouro e das onças, patacas ou «canelos» de prata, de Moçambique, do reinado de D. Maria II.

FONTES

- H. — «On a collection of coins from Malacca» e «On a second collection of coins from Malacca» — Dr. K. R. Hanitsch — Singapura, 1903 e 1905.
(Trad. portuguesa do Dr. Luís Pinto Garcia — Lisboa, 1955).
- N. I. P. Gr. — «Numismática Indo-Portuguesa» — H. T. Grogan — Singapura, 1908 a 1918.
(Trad. portuguesa do Dr. Luís Pinto Garcia — Lisboa, 1955).
- J. M. — Collection de feu le Dr. Jules Meili, à Zurich. 1ère partie — Schulman — Amsterdam, 1910.
- T. G. — Collection Henry Thomas Grogan — Schulman — Amsterdam, 1914.
- P. et B. — Portugal et Brésil — Schulman — Amsterdam, 1921.
- M. P. — Catálogo das Moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto — Damião Peres — Porto, 1924.
- M. N. P. — Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Numismático Português — Damião Peres — Lisboa, 1963.
- J. F. — Colecção do autor.

«Calains» (peso em gramas)

	N.º	BASTARDOS			SOLDOS			DINHEIROS	BAZARUCOS	
		1.a Emissão	2.a Emissão	Emissões posteriores	1.a Emissão	2.a Emissão	Emissões posteriores			
D. Manuel I										
H. = Malaca . . .	2			10,3						
	e 2-a			a 10,8						
	I	41,5								
	e I-a	a 37,0								
	II									
	e II-a	45,0								
	III									
	e III-a,									
	IV									
	e IV-a						4,1			
N.I.P.Gr.=Malaca .	117	46,66								
	118						4,77			
	119			11,50						
	120			12,90						
	121						3,75			
J.M. = Malaca? . .	1365							3,70		
T.G. = Malaca . . .	1291	46,66								
	1292	38,39								
	1293				3,37					
	1294				4,77					
	1295				3,43					
	1296		12,96							
	1297		12,39							
	1298		11,46							
	1299		12,06							
	1300		11,56							
	1301						3,75			
P. et B. = Malaca .	1034				3,70					
	1035			12,23						
	1036			12,17						
	1037			12,16						
	1038			11,46						
	1039			12,06						
	1040			11,56						
M.P. = Malaca . .	4						3,77			
M.N.P. = Malaca .	11	43,73								
	12				4,78					
	13				4,87					
	14		38,38							

«Calains» (peso em gramas)

	N.º	BASTARDOS			SOLDOS			DINHEIROS	BAZARUCOS	
		1.ª Emissão	2.ª Emissão	Emissões posteriores	1.ª Emissão	2.ª Emissão	Emissões posteriores			
	15		37,67							
	16			14,62						
	17			11,27						
	18			12,50						
	19			11,67						
	20			12,06						
J.F.	691			11,18						
	697				4,13					
D. João III										
H. = Malaca . . .	3			10,0						
	e 3-a			a 11,2						
	8				6,3					
	e 8-a				a 6,4					
	9					3,20				
	e 9-a					a 3,90				
	10						2,00			
	e 10-a						a 2,30			
	13					3,80				
	e 13-a					a 3,90				
N.I.P.Gr.=Malaca .	121-a				5,35					
	122					3,90				
	123					4,00				
	124					2,00				
	125			8,50						
T.G. = Malaca . . .	1302						1,98			
	1303						2,11			
	1304				3,97					
	1305					3,01				
	1306				5,35					
	1307					3,16				
	1308					2,85				
	1309			8,54						
	1310			9,51						
P. et B. = Malaca .	1041						2,11			
	1042					3,01				
	1043						3,16			
	1045					2,85				
	1046			9,51						

«Calains» (peso em gramas)

	N.º	BASTARDOS			SOLDOS			DINHEIROS	BAZARUCOS	
		1.a Emissão	2.a Emissão	Emissões posteriores	1.a Emissão	2.a Emissão	Emissões posteriores			
M.N.P. = Malaca	36			8,69						
	37						3,34			
	38							1,96		
	39							1,66		
	40							4,50		
	41							3,67		
	42							3,45		
	43			6,18						
	44			6,79						
	45						4,81			
	46			6,31						
	47						4,84			
	48						4,99			
J.F. = Malaca	808						* 2,88			
D. Sebastião										
H. =	4			11,3						
p.ª Baçaim?	e 4-a			a 11,9						
	6									2,2
Malaca?	e 6-a									a 2,4
	12							3,5		
p.ª Baçaim?	e 12-a							a 3,7		
N.I.P.Gr.=Malaca	126			8,75						
	127			6,17						
	128								4,00	
	129								4,60	
	130									2,70
J.M. = Baçaim?	1370									2,50
	1371									2,50
T.G. = Malaca	1311								4,02	
	1312									2,80
P. et B. = Malaca	1047								4,02	
M.N.P. = Malaca	63			7,13						
	64						4,04			
	65						3,60			
	66							2,87		
J.F.	719						3,95			
	961						3,81			
Filipe I										
J.M.	1386									1,90

* Muito cerceado.

A QUEBRA DE ESCUDOS E DE CUNHOS E AS MOEDAS HÍBRIDAS

Por: PAULO FERREIRA DE LEMOS

A quebra de cunhos e escudos era uma prática observada até ao século XIV e consistia na destruição de cunhos monetários, escudos de armas nobiliárquicas e selos, imediatamente à morte do soberano, constituindo um sinal de luto e correspondendo à tradicional fórmula «Morreu o Rei». «Viva o Rei».

Este problema foi tratado por Batalha Reis que, muito acertadamente, opôs a ideia de que as moedas híbridas de dois reinados resultaram dum mero acidente ou engano na confecção dos numismas, à hipótese de que essas moedas mostram a associação ao trono do futuro soberano.

E assim diz: «As moedas híbridas, não são mais, pois que o resultado duma troca de cunhos, sem qualquer significado que não seja a de simples deficiência de fabricação».

Por feliz acaso posso adiantar pequeno aditamento, pois que, por deferência do senhor José Maria Serrano Vieira, distinto coleccionador, foi-me possível incluir na minha colecção um real branco de D. Afonso V, híbrido com D. Duarte, isto é, de anverso em nome de Afonso e de reverso em nome de Duarte, mas a amabilidade do referido coleccionador não ficou por aqui, e assim permitiu que outro exemplar idêntico, esse da sua colecção, em melhor estado de conservação, servisse de base a este artigo. Aqui lhe ficam os agradecimentos devidos.

Esta moeda, que se descreve é sem dúvida testemunho que a prática da quebra de cunhos remonta a data mais antiga do que a indicada por Batalha Reis.

Diz o referido autor:

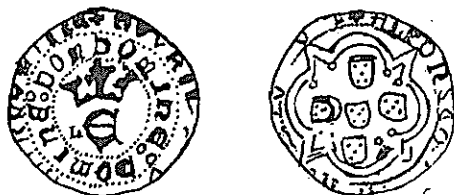
«Olhando o panorama monetário verifica-se que a moeda híbrida mais antiga que se conhece data do reinado de D. João II, com o cruzado híbrido D. Afonso V — D. João II.....» e ainda que «essa antiga prática de quebra efectiva dos cunhos deixou de se realizar com vigor desde o final do século XV».

Batalha Reis não conhecia o real branco a que nos estamos referindo e daí esta sua opinião e também a de que a prática da quebra dos cunhos é do fim do século XV quando, tendo em vista esta moeda, fácil é dizer que «essa antiga prática de quebra efectiva dos cunhos deixou de se realizar»

pelo menos no segundo quartel do século XV, visto o começo do reinado de Afonso V ter sido no ano de 1438.

A hipótese da associação ao trono do herdeiro presuntivo é, por outro lado, de rejeitar, por incongruência, visto D. Afonso V ter sucedido a seu pai, apenas com 6 anos, idade pouco própria para ter sido associado ao trono e assim ficará muito abalada a teoria da associação no trono, de Afonso V, de D. João II, resultante do conhecimento do cruzado híbrido a que Teixeira de Aragão faz referência.

Apresenta ainda esta moeda uma particularidade extremamente interessante que consiste em a legenda do reverso, em nome de D. Duarte, ser muito diferente de todos os reais brancos meus conhecidos.



Assim a legenda do círculo exterior não tem inscrita a fórmula ADIVTORIVM-NOSTRUM e mais parece ser uma inscrição com o nome de EDUARDUS, todavia a dificuldade de leitura não permite assegurar que assim seja; o mesmo não sucede ao círculo interior, pois esse se encontra extraordinariamente bem conservado e nele se lê: DOMINE : DOMINE : : DOM quando em outros exemplares descritos ou de mim conhecidos a inscrição é a continuação da legenda do círculo exterior, isto é: QI — FECIT — CELU.

A descrição completa da moeda, cuja gravura acompanha este escrito, será então::

Anverso:

O escudo das quinas, cercado por arcos ogivados com um círculo de pontos tendo em volta a legenda: ALFONSU ... RE ... GAL.

Reverso:

No campo, dentro de um círculo de pérolas, «E» coroadado, com a letra monetária L à esquerda. Em dois círculos concêntricos, separados por um círculo de pérolas, a legenda: EVVAVS ... D ... A ... NO DOMINE : : DOMINE : DOM.

VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUESAS DA 4.^a DINASTIA

Por J. O. DE SOUSA NUNES

Possuímos na nossa colecção algumas moedas assaz curiosas e também de muito interesse. De cinco destas, vamos dar conhecimento aos nossos Ex.^{mos} Consócios, das quais três são moedas de prata de D. João IV, um ensaio de cobre de D. Pedro II e outro, de chumbo de D. João V.

Para as primeiras, desejamos chamar particularmente a vossa atenção, pelo facto de parecer estarmos em face de uma nova série de prata do nosso primeiro monarca da 4.^a Dinastia, isto por terem a coroa formada com pérolas.

São as seguintes:

Moedas de D. João IV, carimbadas no reinado de D. Afonso VI (lei de 22/3/1663).

D. AFONSO VI

- CRUZADO, de Lisboa, de D. João IV coroa de pérolas e a primeira contramarca (SOO).
- MEIO CRUZADO, de Lisboa, de D. João IV coroa de pérolas e a primeira contramarca (2SO).
- MEIO CRUZADO, de Lisboa, de D. João IV coroa de pérolas e a segunda contramarca (250).



O cruzado, adquirimo-lo há cerca de três anos e os meios cruzados em duas outras ocasiões que se nos proporcionaram.

A circunstância de termos já comunicado (NVMMVS n.º 24) o aparecimento do tostão, igualmente com coroa de pérolas, é que nos leva a pensar numa nova série de prata de D. João IV.

Não temos conhecimento se os cruzados e os meios cruzados deste tipo existem limpos de carimbo, mas será natural a sua existência, pois alguns deverão ter escapado à carimbagem geral.

ENSAIO DE COBRE

D. PEDRO II

— CRUZADO NOVO, do Porto, de 1688 — ENSAIO

A legenda está dividida em duas partes; em cima, pela coroa e em baixo pelo escudo.

PETRVS · II · D · G ·

REX · PORTVG

Armas do reino, tendo à esquerda «4» entre dois florões e à direita «00» entre dois florões, formando o valor, 400.

R/ CRUZ DA ORDEM DE CRISTO cantonada, na junção dos seus braços por 4 PP; entre os braços de cruz, a divisa em círculo dividida em grupos de 4 letras —

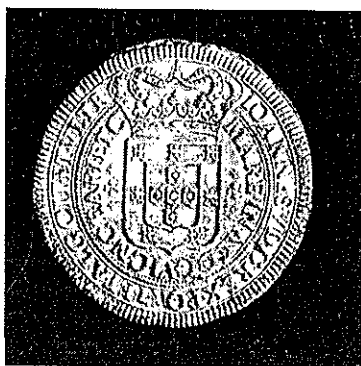
: INHO C · SIG NO · VI NCES ·

e, ainda, pela parte de fora, quatro florões a cantonar a cruz, no exergo a era, 1688, entre dois pontos.



Este ensaio deve ser extremamente raro, desconhecido até agora, pois difere muito dos desenhos publicados nas obras abaixo mencionadas: no anverso, pela coroa, pela divisão da legenda e pela terminação; no reverso, pela omissão da data.

VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUEASAS
DA 4.^a DINASTIA



- HISTÓRIA GENEALÓGICA DA CASA REAL PORTUGUESA de D. António Caetano de Sousa.
- DESCRIÇÃO GERAL E HISTÓRICA DAS MOEDAS CUNHADAS EM NOME DOS REIS, REGENTES E GOVERNADORES DE PORTUGAL, de A. Teixeira de Aragão.
- CATALOGO DAS MOEDAS PORTUGUESAS, de J. Ferraro Vaz.
- CARTILHA DA NUMISMÁTICA PORTUGUESA e
- PREÇÁRIOS DAS MOEDAS PORTUGUESAS, de P. Batalha Reis.
- MEMÓRIA DAS MOEDAS CORRENTES EM PORTUGAL, de Manuel Bernardo Lopes Fernandes.

Esta última obra não traz a reprodução do ensaio, mas faz referência à História Genealógica, dizendo o autor — «Nunca o vimos».

É óbvio que os desenhos publicados por Teixeira de Aragão, a pág. 66, por Ferraro Vaz, sob o n.º 7 dos ensaios, e por Batalha Reis, sob o n.º 100, têm todos a mesma origem — História Genealógica.

Esta peça tem um furo no centro, que parece ter sido produzido por um prego. Este facto faz-nos recordar perfeitamente de termos visto muitas vezes, no nosso tempo de rapaz, moedas pregadas nos tampos dos balcões de certos estabelecimentos, quer no Porto, quer noutras terras do Norte.

Moeda falsa que aparecesse era pregada no balcão e aquela a que nos referimos, decerto, assim teria sido considerada.

PEÇA DE CHUMBO

ENSAIO do Português de D. João V

Armas do reino cortando a legenda, tendo de cada lado três florões.

IOANNES.V.D.G.REX.PORT.ET.ALG.CIT.ET.VLTR.

MARE.IN.AF.D.GVIC.N.C.ÉT.A.P.I.ETC

escrito em duas linhas circulares separadas por circuito granulado entre dois filetes.

R/ 1718 ❖❖❖ IN ❖❖❖ HOC ❖❖❖ SIGNO ❖❖❖ VINCES ❖❖❖

No campo a cruz da Ordem de Cristo, cantonada por quatro florões e tendo em cada topo dos braços da cruz três pequenos florões, campo também separado da legenda por circuito granulado entre dois filetes.

Este lindo exemplar, de perfeitíssima cunhagem, só reproduzido em desenho na HISTÓRIA GENEALÓGICA, Vol. IV, n.º 175, será o único representante fiel conhecido de uma espécie desaparecida, pois não há razões para duvidar do douto Caetano de Sousa quando, ao descrever a sua gravura, afirma peremptoriamente: «vi esta moeda de ouro».

Como a única reprodução é, como se disse, da HISTÓRIA GENEALÓGICA, e esta não está ao alcance de todos, damos a reprodução fotográfica directa da moeda.

Este ensaio faz parte da nossa colecção há muitos anos, tendo-nos sido dito pelo nosso saudoso Amigo e ilustre numismata e numismógrafo, Dr. Pedro Batalha Reis, ter elementos para poder garantir ser peça única, este ensaio de chumbo.

A morte, infelizmente, arrebatou-o antes de escrever o artigo que, a nosso pedido, ia fazer, historiando a sua origem e a reusa real em aceitá-lo.

Lisboa, Agosto de 1967.

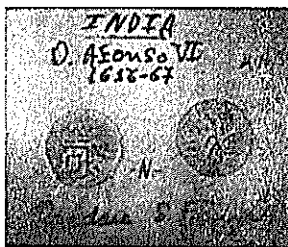
UM PARDAU SÃO TOMÉ, PERDIDO

Por: JOSÉ MARIA FOLGOSA

Há anos, num encontro com um amigo, o sr. Manuel Afonso Mourão, confrade notável, por ele me foi dito ter adquirido duas pequenas moedas de ouro, sendo uma de Moçambique e outra da nossa Índia, esperando ouvir a minha opinião sobre as ditas moedas.

Dias depois fez-me entrega dos numismas, sendo uma delas os 1000 réis de D. José I, 1755, para a África Oriental Portuguesa; mas quanto à segunda o caso era mais sério, pois era peça que completamente desconhecia.

Assim, tratei de procurar nos catálogos, elementos que me levassem à classificação da moeda em referência, encontrando no esplêndido catálogo Meili, uma moeda similar, assim descrita:



N.º 1410— Afonso VI— 1656/67— Pardau S. Thomé de effigie...
S V R E. Ecusson couronné; à dr. G.
Rev.— M T O, le saint debout, nimbé, tourné à g. portant hâche.
Inédite— Unique. Pesa 2,80 gramas.

Por sua vez, a moeda em estudo apresentava as seguintes características:

Escudo coroadado, com sinais na orla, pouco legíveis, parecendo tratar-se das letras N S, à direita.

Rev.— No campo: o Santo nimbado, 3/4 à esquerda, com o braço esquerdo flectido e segurando com a mão o mangual, que apoia no ombro do mesmo lado. Na orla: da direita para a esquerda; sinais ilegíveis, da esquerda para a direita ... H T S (esta invertida).
Pesa, 2,835 gramas — módulo, 16,3 mm. AV.



Creemos tratar-se de um segundo exemplar de pardau S. Tomé da época de D. Afonso VI, batido na nossa Índia, e assim o dissemos ao nosso amigo, fazendo-lhe entrega da moeda e de um decalque.

O sr. Mourão ficou radiante, como era de esperar, pois seria a melhor peça da sua colecção, mas dias depois sucedeu o inesperado.

Tendo de sair da sua repartição a uma dada hora e como ainda faltassem alguns minutos para se pôr a caminho, resolveu, em muito má hora, limpar os bolsos dos papéis inúteis. Saiu na hora precisa e dias depois lembrou-se de colocar a moeda junto às outras que possuía.

Aqui começou o alarme; procurou em todos os bolsos, nos fatos que usara, nas gavetas da secretária, na repartição e nas de casa, chegando à triste conclusão de que quando limpava os bolsos das coisas que reputava inúteis, por um lamentável engano, aliviou-se também do pequeno subscrito onde a moeda se encontrava.

Ficou atordoado e quando reagiu revolveu céu e terra e até os empregados da Câmara Municipal, encarregados da limpeza da cidade, foram em massa vasculhar na licheira do forno crematório, mas tudo em pura perda. E assim desapareceu, para sempre, uma moeda que julgamos raríssima.

Lourenço Marques, Dezembro de 1966.

MOTIVOS NUMISMÁTICOS

*Modesta homenagem ao Muito Ilustre escritor,
Dr. Pedro Batalha Reis*

POR: CARLOS SOUSA SANTOS

Há na cidade do Rio de Janeiro, uma notável igreja cuja fachada tem as linhas arquitetónicas do mais puro estilo barroco e que é sem dúvida a mais sumptuosa, mais bela e mais grandiosa da capital carioca.

Situa-se na Avenida Presidente Vargas, e a sua construção foi iniciada em 1775. A igreja, porém, só foi inaugurada em 1898, numa cerimónia presidida pelo imperador D. Pedro II.

No entanto, é curioso notar que a capela é do século XVII, que o tecto abobadado, foi decorado por João Zeferino Costa, entre 1880 e 1883, e que as portas, púlpitos e balaustrada são do ano de 1900.

É conhecida pelo nome de Candelária, ou Templo da Candelária, e a sua traça é em forma de basilica de 3 naves, com planta em cruz latina.

Para comemorar o acto inaugural foi cunhada a medalha a que me vou referir e embora ela não tenha grande trabalho artístico nem qualquer realce extraordinário, tem no entanto uma gravação perfeita e reproduz bem o que se pretendeu consagrar com a cunhagem.

Há, porém, uma razão especial para justificar a minha referência a esta medalha e que é a de fazer salientar que para a construção da igreja se aproveitou bom trabalho de artistas portugueses.

O risco original do templo era de João Francisco Roscio, da Academia Militar de Lisboa, embora depois tenha sido alterado por António Paula Freitas.

Foi o escultor Teixeira Lopes, quem modelou as célebres portas que depois foram fundidas em bronze e que são uma obra-prima como tudo o que saiu das mãos do mestre, a quem neste ano em que se comemora o seu centenário, também quero acompanhar nas honras a sua memória.

A páginas 40 e 41 do livro «Brasil», por João de Barros, José Osório de Almeida e Gastão de Bettencourt, Edições Europa — Lisboa, 1938, estão reproduzidas duas portas do templo e logo a seguir na página 43, vem o interior da igreja, com o altar que a medalha nos apresenta.

Candelária é o nome da festa de apresentação de Nossa Senhora, no Templo e da purificação da Virgem.

Esta festa católica realiza-se a 2 de Fevereiro e na procissão que se organiza todos os fiéis levam círios na mão.

Candela, significa círio, daí, pela etimologia, o nome da igreja, vem dessas velas grandes de cera que nas cerimónias religiosas são como que a confirmação da fé dos devotos.

A medalha comemorativa foi cunhada em cobre e depois dourada e na face da frente, entre dois círculos concêntricos os dizeres:

* CANDELARIA * REFUGIUM PECCATORUM *

Na parte central, ou campo da medalha e no interior dos círculos, vê-se o altar de Nossa Senhora, que tem a sua imagem com o menino Jesus, num braço e o ceptro na mão direita.

O altar, é também em estilo barroco, está encimado por três coroas reais, tendo de cada lado um candelabro com 5 velas que comprovam o nome candela.

À sua volta tem um friso com um ornamento na parte mais alta e no meio deste enfeite estão as letras A M, sobrepostas, formando manograma e que são as iniciais da saudação angélica «Avé Maria».

O reverso tem uma grinalda feita com dois ramos de carvalho e no meio a figura do cordeiro imaculado (Jesus Cristo) que se vê, com a cruz, deitado sobre um livro significativo das Sagradas Escrituras.

Por baixo deste símbolo tem os dizeres «INAUGURAÇÃO DO TEMPLO 1898» e entre a grinalda e o reboredo vêem-se as palavras «SS. SACRAMENTO DA CANDELARIA».

Com os nomes de Candelária há duas freguesias nos Açores, uma na Horta e a outra em Ponta Delgada, e assim é denominada também uma serra em Minas Gerais, no Brasil.

Porto, Maio de 1966.

MOTIVOS NUMISMATICOS



“PARALELAS” DE RIO SOB D. JOÃO P. REGENTE

Por L. NOGUEIRA DA GAMA FILHO

Durante a permanência de D. João VI no Brasil, as alterações introduzidas no numerário circulante e conseqüente confusão devida à diversidade de nominais, de contramarcas e de recunhos, eram convite sedutor à prática de contravenções.

Circulavam moedas de prata, «Nacionais», de 200 e 400 valendo 240 e 480; moedas de 300 e 600, com escudete, valendo 320 e 640; pesos hispano-americanos contramarcados para 960, com grande elevação do valor intrínseco. Ao lado disso, peças de 320, de 640 e de 960.

Moedas de 4 000 réis ouro, que no reinado de D.^a Maria I, feitas em Lisboa, não totalizaram 20 000, passaram a ser cunhadas aqui e só a «casa» do Rio cunhou perto de um milhão com a legenda de D. João P. R.

E ainda havia as moedas de cobre, grandes e pequenas, leves e pesadas, com e sem escudete. O que parecia verdadeiro era falso e o suposto falso era legal...

Surgiu uma indústria monetária PARALELA à oficial. As moedas circulavam e eram tidas como boas.

Moedas falsas?

SIM —se o seu valor intrínseco não correspondia ao facial. O falsário ganha com a própria moeda, iludindo a quem a recebe.

NÃO —se a moeda valia o que marcava. O fabricante não lesava a quem a adquiria. Seu lucro consistia no avanço legal de valor, no caso da prata, ou em fugir ao «quinto» no caso do ouro.

Funcionários da própria «Casa da Moeda» levavam para lá os 200 e 400 réis portugueses para recunhá-los, em substituição aos 300 e 600 réis «J», em peças de 320 e 640. Muito provável que levassem, também, pesos hispano-americanos, saindo com os mesmos já recunhados em peças absolutamente legítimas.

Estas peças, «idênticas», provenientes da própria «Casa da Moeda», são impossíveis de distinguir, salvo nos poucos casos em que o recunho não foi bem feito e há vestígios da moeda portuguesa primitiva. Tivemos oportunidade de examinar um 160 réis de 1813 recunhado em seis vinténs portugueses, com legenda «PETRUS. II. D. G. PORT.» ainda visível. É peça ainda não citada pelos que escreveram a respeito, que só se referem aos valores 320 e 640. Hoje esta peça está integrando a «Colecção NUNES» de Belo Horizonte.

Em 1811 alguns foram despedidos, mas a maroteira continuou. Se na própria «Casa da Moeda» acontecia isso, cá fora a coisa era mais fácil, embora não dispusessem de instalações completas e apropriadas. Fossem operários despedidos, fossem gravadores particulares ou fossem gravadores oficiais fazendo «biscates», cunhos foram abertos e inúmeras peças foram cunhadas nessa INDÚSTRIA PARALELA. E o povo as recebia, acostumado que estava com a diversidade de cunhos em moedas do mesmo valor.

É provável que pessoas, directa e indirectamente bem situadas junto à máquina administrativa, fizessem «vista grossa», cooperassem, ou, mesmo, patrocinassem a indústria «paralela», usando de suas influências e regalias. Isto talvez explique a relativamente grande percentagem de ouro amoedado clandestinamente nesse período, o mesmo se podendo dizer das pratas recunhadas.

As «supostas» para aqui ou para acolá, pertencem a essa «indústria paralela». Talvez de fabrico simultâneo, ostentavam datas variadas, para despistamento. Peças com o mesmo ANV ou com o mesmo REV usados com intervalo de dois e três anos podem ter sido cunhadas com esse intervalo. Mas é pouco provável, principalmente em oficinas clandestinas, *sem determinados «amparos»*.

Se o fabrico foi simultâneo ou sucessivo, intermitente ou regular, se a cunhagem foi feita no Rio, em Minas ou em qualquer outro lugar, são questões de resposta positiva difícil. O que podemos inferir é que, se o fabrico foi simultâneo, a época da cunhagem deve ter sido 1816 ou depois. Não iriam cunhar peças de 1816 em 1813...

A existência de uma 1816 recunhada em peso sevilhano da mesma data, sigla CJ, indica cunhagem depois de 1816. Consta que na «Colecção Corsino» há uma «paralela» recunhada sobre peso de Madrid com data 1818. Não vimos a peça. Fora de qualquer cogitação está o «palpite» de terem sido cunhadas durante a Regência. (*) Nesta época o custo dos pesos hispano-americanos

(*) Regência durante a menoridade de D. Pedro II do Brasil.

estava acima do valor nominal 960, logo a operação seria deficitária. O custo de tais pesos era de 750rs em 1809, de 840rs em 1814, chegando a 1050rs em 1826, conforme artigos publicados na Revista da S.N.B. (n.º 3 de 1935, pág. 146) e na Revista «Numária» (ns. 1-4 de 1943 pág. 89).

O facto inegável é o de que as peças foram cunhadas e circularam. «Supostas para São Paulo», «Serra da Estrela» e outras expressões quejandas são fantasias, enquanto não estiverem devidamente documentadas.

Não as consideramos «falsas» no rigor do termo. Preferimos designá-las pela expressão de «PEÇAS PARALELAS», conforme a sugestão de J.B.C. NUNES. Em nosso caso «Paralelas de Rio» porque imitam as da «Casa» do Rio.

Por peças PARALELAS entendemos as pratas de 960 réis (patações), *recunhadas* sobre pesos hispano-americanos, e as peças de 4 000 rs de ouro do mesmo período, cujas características de cunho e amoedação lhe são similares.

As de prata apresentam as datas de 1814, 1815, e 1816. As de ouro 1810 a 1816. Deviam imitar as moedas de «Rio», mas resultaram mais parecidas com as de «Bahia». O ouro de «Rio» e de «Bahia», sem letra monetária, são de «estilos» diferentes, logo, as paralelas, imitando «Rio», são inconfundíveis.

Nas de prata, com letra monetária, é interessante notar que há 1814 com letra «R», com «R» emendado para «B» e com letra «B», todas com o mesmo ANV. Nas outras datas somente aparece a letra «B». Isso indica a intenção de imitar as peças da «casa» do Rio, mas, como saíram mais parecidas com as da Bahia, julgaram mais acertado colocar a letra «B». Sendo 1814 a primeira data, isso também constitue argumento para que se admita «cunhagem sucessiva».

Os cunhos se distinguem, quer pelo talho próprio do gravador quer, principalmente, pela deficiência dos meios de cunhagem e das circunstâncias em que foi realizada. Tanto em peças de prata como em peças de ouro notamos, às vezes, claros indícios de amoedação a quente, o que torna irregular o relevo e o próprio contorno das letras da legenda, ficando também o campo com menor polimento.

Na grande maioria das peças, quer de ouro como de prata, as características principais estão no «diadema» e no «alfabeto»:

- a) *Diadema* — traços separados por quatro pontos em cruz (tipo «O»). Os florões do diadema são do tipo «Y»: miolo grande ao centro de um

trifólio, cada folha formada por três traços em Y invertido, isolados entre si e do miolo.

- b) *Alfabeto* — Letra «G» sem arremate superior, letras «R», «B» e «P» geralmente «abertas», isto é:

R — a «cintura» não encosta na «perna».

B — idem e às vezes as curvas não se juntam.

P — a parte inferior da curva não encosta na «perna».

Examinando o «alfabeto» e características da coroa, podemos concluir que:

- 1.º) Houve mais de um gravador ao serviço dessa indústria clandestina.
- 2.º) O mesmo gravador abria, às vezes, cunhos para os dois metais, o que se verifica confrontando determinadas «supostas para São Paulo» com peças de 4 000 réis ouro: reconhecemos o mesmo estilo de gravação e de amoe-dação.
- 3.º) Tratava-se de verdadeira «indústria», dado o volume da produção, concorrendo com o fabrico oficial e não de qualquer contraventor esporádico trabalhando isolado.
- 4.º) Havia serviço perfeitamente regular e organizado, para fabrico e distribuição. Seria impossível explicar de outro modo a grande variedade de cunhos de 960 réis «paralelos de Rio», embora com letra «B». Se não houvesse «incentivo», relativa «segurança» e regularidade de distribuição, a indústria morreria no nascedouro, sem chegar à necessidade de abertura de tantos cunhos. Igual reparo pode ser feito em relação ao valor 4 000 réis, irmão gêmeo dos 960 na indústria clandestina desse período.

A lenda de barricadas cheias de «supostas» encontradas em Goiás, e o próprio nome «supostas» para São Paulo se justificam. O derrame de «paralelas» longe do local onde eram cunhadas as legítimas, dificultaria a identificação rápida e facilitaria a aceitação. Uma vez em circulação, como eram ouro e prata de lei, seguiam o curso de qualquer moeda normal.

Não são falsas e nem «supostas para». São «paralelas de Rio», sob D. João P.R.

«PARALELAS» de 4 000 réis

Examinamos e anotamos minuciosamente cerca de duzentos exemplares, entre «normais» e «paralelos», no Museu Histórico Nacional, no Museu do Banco do Brasil e em colecções particulares. Do confronto e estudo dos dados colhidos chegamos às seguintes conclusões:

1.^a — *PEÇAS NORMAIS*: distribuem-se em três grupos estatísticos perfeitamente distintos:

A — 1808-1811

Coroa larga e de caracois
 Cruz singela ou radiada
 Diadema SEM traço infero-posterior
 ET do ANV em monograma
 Tipo do diadema: losango mediano tendo de cada lado, pela ordem: três pontos na horizontal, traço (o ponto do meio maior)

B — 1811-1815

Coroa estreita SEM caracois
 Cruz singela ou radiada
 Diadema COM traço infero-posterior, recto ou curvo
 ET do ANV em letras separadas
 Tipo do diadema: losangos e pontos alternados (em algumas peças losangos separados por dois pontos na horizontal)

C — 1815-1817

Coroa estreita e de caracois
 Cruz radiada
 Os outros elementos como no Grupo «B»
 (em 1817 são frequentes arcos duplos na coroa)

2.^a — *PEÇAS PARALELAS*: podem ser distribuídas em dois grupos:

a) *Imitando as do Grupo A* — 1810-1816

Coroa larga e de caracois, geralmente atípicos
 Cruz singela
 Os outros elementos como no Grupo A
 NOTA: há peças de 1811 e 1813 com o mesmo ANV, o mesmo acontecendo com peças de 1814 e 1816

b) *Imitando as do Grupo B* — 1811-1816

Coroa larga ou estreita SEM caracois
 Cruz singela

Tipo do diadema: traços separados por quatro pontos em cruz
Os outros elementos como no Grupo B

NOTA: há peças de 1811 e 1814 com o mesmo ANV, o mesmo acontecendo com peças de 1813 e 1816.

3.^a — *CUNHOS OFICIAIS*: Devido, talvez, ao excesso de trabalho, falta de pessoal e urgência requerida para a abertura dos cunhos, estes deixam muito a desejar, mórmente nos anos 1811 a 1814 o que, de certo modo, facilitou a aceitação e circulação das PARALELAS.

De facto, se peças «legais» saiam com

Arcos da coroa tóscamente feitos

PROT em lugar de PORT

181.2 com 2 enorme, longe do UM e com um ponto de permeio
E.T. no reverso

legenda «incoerente» como «JOANNES. D. G. PORT. ET.
BRAS. P. REGENS.»
«ET. BRASILIAE. DOMINUS.
ANNO.»

como poderia o leigo distinguir as peças NORMAIS das PARALELAS se hoje, mesmo para os entendidos, há casos dúbios?

Na época, creio, a atenção do recebedor só se traduzia nas perguntas: é ouro? de lei? peso normal? e deixa a moeda rolar!

4.^a — *VARIANTES PRINCIPAIS*: Embora tivéssemos identificado cerca de 80 cunhos diferentes da «Casa do Rio» entre os anos de 1808 e 1817, podemos destacar como variantes mais importantes as seguintes, dentre as PEÇAS NORMAIS:

- × 1808 × Valor e florões sem pontos. Cruz radiada.
- × × Valor e florões sem pontos. Cruz singela ..DO-MINUS.
- × 1809 × REGENS sem ponto. Cruz radiada.
- × × A de ANNO sem corte.
- + + REVERSO HORIZONTAL. Cruz radiada.
- × 1810 × REGENS sem ponto. Cruz singela. Emendada de 1809.

- × 1811 × Coroa larga, de caracois, ET em monograma. Radiada.
 × × Coroa estreita, ET em monograma. Cruz singela.
 × × Coroa estreita, ET em letras separadas. Radiada.
 × 1812 × PROT em vez de PORT. Cruz radiada.
 + × PORT. ET. BRAS. Cruz radiada.
 + × PORT. ET. BRAS. Cruz singela.
 × 1813 × REVERSO INVERTIDO. Cruz radiada.
 + + AAA sem corte no ANV. Cruz radiada.
 + + Arco interno esquerdo bífido e incompleto. Singela.
 × 1814 × AE de BRASILIAE com A sem corte. Cruz radiada.
 × 1815 × E.T. no REV. Emendada de 1814. Cruz singela.
 + + PORT. ET. BRAS. Cruz radiada. REGENS s/pt. Emendada de 1814.
 + 1816 + Dois florões entre a data e o ET. Cruz radiada.
 + + Dois pontos antes da data e antes do ET. Radiada.
 × 1817 × Arcos frontais duplos. Cruz radiada.
 + + Arcos duplos, salvo intermediário externo. Radiada.

5.ª — PARALELAS de RIO:

a) *Imitando as do Grupo A*

- × 1810 × Coroa larga, de caracois atípicos. Cruz singela
 pérolas: 6x6-0x0-6x7-2
 Diadema: pontos e traços alternados
 E.ALG. RRR mal feitos. A de AE pernas paralelas 1
 × 1811 × Coroa larga, de caracois atípicos. Cruz singela
 Pérolas: 6x7-2x2-8x9-2
 Diadema: losango, três pontos, traço.
 ET em monograma no ANV. No REV BRASILIAE com o S maior e o L mais alto do que os ii em baixo. 1
 + 1813 + Mesmo ANV anterior

		No REV L de BRASILIAE nivelado com os ii em baixo 2	
×	1814	×	Coroa larga, de caracois. Cruz singela. Pérolas: 6x8-2x?-7x8-3 Diadema: losango, três pontos, traço. ET em monograma no ANV e mais alto que o T de PORT. AE de BRASILIAE com talho inferior no relevo do espaço interior. ANNO com dois pontos depois (:) 3
+	1816	+	Mesmo ANV anterior ANNO com 2 pontos antes e 3 depois 1
+		+	Mesmo ANV anterior No REV ET com T maior e para cima. AE mais afastado do I que nos reversos anteriores 2
			b) <i>Imitando as do Grupo B</i>	
×	1811	×	Coroa estreita. Cruz singela. Pérolas: 5x5-3x3-7x7-3 Diadema: traços separados por quatro pontos em cruz parte infero-posterior curva Arco interno esquerdo muito mais oblíquo Arcos frontais terminam nos internos No REV DOMINUS com US menores e para cima, desalinhados de ANNO em baixo 1
?	1814	?	Mesmo ANV anterior No REV Florão depois da data com o 2.º ponto mais baixo. Claros indícios de amoeção a quente 2
+	1813	×	Coroa larga. Cruz singela. Pérolas: 6x6-3x3-6x6-3 Diadema: traços separados por quatro pontos em cruz parte infero-posterior recta Sem arcos internos (pérolas soltas) Arcos frontais terminam nas pérolas dos intermediários, que ladeiam as da base da cruz. letras «P»: a curva, em baixo, não toca na «perna».	



Fig. 1

ANV da 1814 — 6x6 — 3x3 — 7x7 que trabalhou com os REV
«R» (fig. 2) e «B» emendado de «R» (fig. 3).
NOTA — Há outro ANV 1814 com 7x7 — 4x4 — 8x8

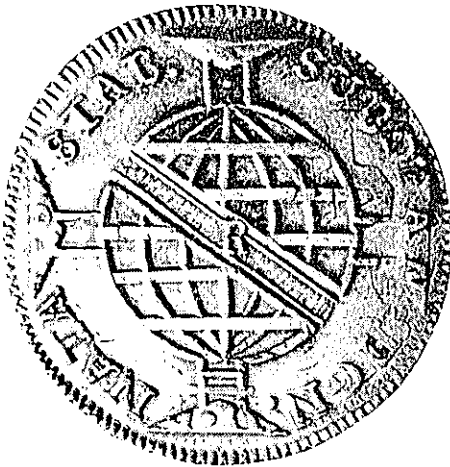


Fig. 2

REV letra «R» da 1814

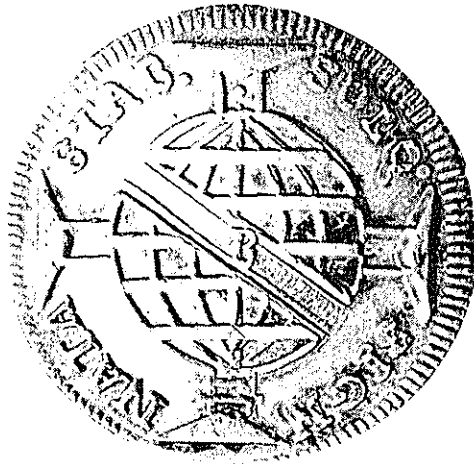


Fig. 3

Mesmo REV emendado para «B»

- letras «R»: a «cintura» não encosta na «perna»
 No REV.: Cruz grande: 13 mm (11 é o normal)
- letra «R»: a «cintura» não encosta na «perna»
 A de AE com «marquise». Ponto depois de
 DOMINUS ao nível da metade do «S». 2
- + 1816 × Mesmo ANV anterior
 No REV.: Cruz grande (13 mm)
 Cintura do «B» longe da «perna» (a do «R»
 menos)
 DOMINUS com MIN maior, letras largas, e o
 ponto depois nivelado com o «S» em cima. 1
- ? 1816 ? Coroa larga. Cruz singela
 Pérolas: 6x6-?x3-6x6-3?
 Arcos frontais em «V» (como o anterior)
 Diadema: traços separados por quatro pontos
 em cruz; florões mais ou menos nor-
 mais («N»)
 Florões do campo com os pontos próximos
 Letras «P» e «R» abertas.
 No REV.: Data próxima do «ET»
 Letras «R» e «B» abertas.
 A cercadura central é uma elipse vertical 1
- ? 1816 ? Coroa larga. Cruz singela.
 Pérolas: 7x7-3x3-7x7-2
 Arcos frontais em «V»
 Diadema: losangos separados por 4 pontos em
 cruz; florões em «Y»
 Florões do campo com os pontos afastados
 Letras «R» abertas.
 No REV.: Data bem separada do «ET»
 Letras «R» e «B» abertas
 Cercadura central tende para elipse horizontal 1

NOTA — Nas peças de 4 000 réis da «Casa» do Rio a data apresenta, antes e depois, um florão hexapétalo entre pontos. Os sinais «+» e «×» indicam se o florão é vertical ou oblíquo. Quando vertical há um ponto superior e um inferior; quando oblíquo há dois pontos em cima e dois em baixo. (Os

florões são formados por seis pontos em torno de um ponto central que é o miolo).

O sinal «?» indica que a posição dos florões não pode ser precisada ou que não foi anotada (caso das duas últimas peças).

«PARALELAS» de 960 réis

Examinamos pouco mais de uma centena de patações entre «paralelos» e «falsificados», com legenda de D. João P. R.

OS FALSIFICADOS, geralmente em *disco próprio* e prata baixa, apresentam com frequência NATA com ponto depois, o zodíaco raramente corta os círculos polares, cortando mal os trópicos e até mesmo não os cortando.

Os florões do diadema são do tipo «N», isto é, mais ou menos normais e apresentam letra monetária «R» ou «B». Examinamos com letra «R» 1810, 1811, 1813, 1816 e 1818. Com letra «B» 1814, 1815 e 1816 (só em 1816 os encontramos com as duas letras).

OS PARALELOS são *recunhos* de pesos hispano-americanos, NATA sem ponto depois, zodíaco cortando bem os trópicos e, em geral, também os círculos polares.

Florões do diadema em «Y» na grande maioria, letra monetária «B», salvo a primeira de 1814, que tem letra «R», letra «R» emendada para «B» e letra «B», conforme já dissemos.

As principais características dos patações «paralelos» estão, como no caso do ouro, no diadema e no alfabeto. Diadema: traços separados por quatro pontos em cruz, salvo as de 1814 e uma de 1816, parte superior «festionada» e infero-posterior recta.

O «bico» da esfera possui um ponto central e o eixo da esfera está às vezes prolongado no «bico» (o que não observamos nas «falsificadas»).

OBSERVAÇÕES: 1.^a) Anotamos duas variantes que possuem exemplares de prata DP (*disco próprio*), uma das quais também possui exemplares de cobre (Prova?)

2.^a) Especificamos os «sectores», isto é, qual o «gomo» da esfera que é mais largo (ao nível do equador): se o 1.^o (externo) ou se o 2.^o (intermediário), de cada lado. Exemplificando:



Fig. 4

ANV da 1816 — 7x7 — 3x3 — 6x6 (n.º 25) comparado com o ANV do 4.000 réis ouro de 1811 e 1814



Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7

ANV da 1816 — 6x6 — 0x0 — 7x7 POPRT (n.º 19) comparado com o ANV do 4.000 réis ouro de 1813 e 1816 (arcos frontais em V)

21 — à esquerda o 2.º é o mais largo; à direita é o 1.º

22 — o 2.º é o mais largo de ambos os lados

10 — à esquerda o 1.º é o mais largo; à direita nenhum, isto é, são equivalentes.

Resumimos em quadros as «paralelas» e «falsificadas» que pudemos observar, dando a seguir as convenções nos mesmos empregadas.

«PARALELAS» DE 960 RÉIS

N.º	DATA	COROA				DIADEMA		ESFERA					MINOCIAS	PEÇAS			
		TIPO	Arco-frontal	Pérolas		Florações	Tipo	Setores	Zodiaco	Trópicos	Eixo	Pé			Dímetro		
1	1814	L	I	6x6	3x3	7x7	3	N	B	21	CMI	I	P	4	23,0	Letra «R»	2
2		»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	» «B» emendada de «R»	2
3		»	»	»	»	»	»	»	»	11	ZCM	I	—	4	23,5	» «B» 1.º CD e CE longe do eixo	1
4		»	»	»	»	»	»	»	»	11	ZNC	I	—	4	24,0	» «B» 1.º CD passa o eixo em cima	2
5		L	I	7x7	4x4	8x8	3	N	a	00	ZNC	I	—	4	22,5	«B». Pé torto para a esquerda	3
6	1815	A	I	5x6	0x0	6x6	3	Y	O	10	ZNC	I	P	1	20,2	960 com 2 pontos depois	6
7		»	»	»	»	»	»	»	»	12	CMI	I	P	1	20,5	Idem. CP, TP, EQ oblíquos	8
8		»	»	»	»	»	»	»	»	21	ZNC	I	P	1	21,0	Idem.	1
9		»	»	»	»	»	»	»	»	11	CMI	I	—	1	22,2	Idem. Eixo para a esquerda	1
10		»	»	»	»	»	»	»	»	12	ZCM	—	—	4	22,0		1
11		L	B	6x6	3x3	6x6	3	Y	O	11	CMI	I	P	2	22,5		4
12	1816	P	I	5x5	0x0	6x6	3	N	A	21	CMI	A	—	3	23,5	.ETBRAS. Eixo p.ª esq. em cima	23
13		M	B	6x6	0x0	6x6	3	Y	O	01	CMS	A	—	1	23,7	Equador mais baixo à esquerda	8
14		»	»	»	»	»	»	»	»	12	ZNC	—	—	1	23,5		4
15		M	V	6x6	0x0	6x6	3	Y	O	01	CMI	—	—	1	24,0	um sobre Sevilha 1816 CJ	8
16		L	B	6x6	0x0	6x6	3	Y	O	11	ZCM	—	—	1	24,2	uma DP. Perna do 6 p.ª cima	12
17		L	?	6x6	?	?	?	Y	O	11	ZCM	—	—	4	24,2	DP. Perna do 6 recurvada	3
18		M	I	6x6	0x0	7x7	3	Y	O	22	ZNC	A	—	1	23,5	«B» da casa aberto	2
19		M	V	6x6	0x0	7x7	3	Y	O	21	ZCM	A	—	1	23,6	POPRT - 960: — ETBRAS	14
20		M	I	6x6	3x3	6x6	3	Y	O	00	ZNC	A	—	1	23,2	sobre Sevilha CJ 1815	2
21		A	B	6x6	3x3	7x7	3	Y	O	11	ZNC	—	—	1	22,2	3DP 2AE Zodiaco longe dos CP	13
22		L	I	7x7	0x0	6x6	3	Y	O	01	ZNC	—	—	1	24,0	ETBRAS	1
23		M	I	7x7	0x0	6x6	3	Y	O	21	CMI	—	—	1	23,5	«B» da casa aberto	4
24		M	I	7x7	0x0	7x7	3	Y	O	01	CMI	—	—	1	23,0		1
25		A	I	7x7	3x3	6x6	3	Y	O	11	ZNC	—	P	1	20,3	uma sobre peso de 1793	2
26		»	»	»	»	»	»	»	»	21	CMS	—	—	1	22,0	Eixo p.ª a direita em cima	4
27		»	»	»	»	»	»	»	»	01	ZCB	A	—	1	22,2	Eixo quebrado. Pé torto	1
28		»	»	»	»	»	»	»	»	00	ZCB	A	—	1	23,0		2
29		L	I	8x8	0x0	7x7	3	Y	O	22	ZNC	—	—	1	23,0		1
												TOTAL: 136 peças					

«FALSIFICAÇÕES» DE 960 RS SOB D. JOÃO P. R.

N.º	DATA	LETRA	COROA				DIADEMA			ESFERA				MINÚCIAS	PEÇAS			
			Tipo	Arco-frontal	Pérolas		Florões	Tipo	Cimo	Base	Setores	Zodiaco	Trópicos			Pé		
1	1810	R	M	V	5x5	3x3	7x6	3	N	+	S	C	01	CMT	—	1		2
2		R	P	B	8x8	10x6	9x9	3	N	+	S	R	21	ZNC	—	1	DP Cruz Radiada	1
3	1811	R	P	B	5x5	3x3	7x7	3	N	+	S	R	11	ZNT	—	1	DP PB REV horizontal (270º)	1
4		R	P	I	5x6	3x3	7x7	3	N	+	S	R	12	CMT	—	1	DP NATA.	1
5	1813	R	P	B	5x5	3x3	7x7	3	N	X	S	R	11	ZNT	—	1	DP PB REV horizontal (270º)	2
6	1814	B	M	B	6x6	0x0	8x9	3	N	+	F	R	11	ZNC	—	0	NATA.	1
7		B	A	V	6x6	3x3	6x6	2	Y	C	F	A	11	ZNC	—	4	Florões separados por 2 pontos	1
8		B	M	B	7x7	0x0	6x6	3	N	D	F	R	11	ZCM	—	5	«B» da casa invertido	1
9	1815	B	M	B	6x6	0x0	6x7	2	N	O	F	R	11	ZNC	—	4	DP	1
10		B	M	B	6x7	0x0	5x5	3	N	O	F	R	11	ZNC	A	4	DP	1
11	1816	R	A	V	5x5	3x3	6x6	3	N	O	S	C	20	CMT	—	5	DP PB NATA. Q com corte p.ª o lado	2
12		»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	20	CMT	—	1	DP PB NATA. Q com corte p.ª cima	1
13		B	M	B	6x6	0x0	6x7	3	N	A	F	R	11	ZNC	—	4		1
14		B	M	B	6x6	0x0	7x8	3	N	?	F	R	11	ZNC	—	4		1
15		B	M	B	?	?	?	?	N	D	F	R	01	CMI	A	4	Ponto só em STAB	1
16		B	M	B	7x7	3x3	8x8	3	N	+	S	R	11	ZNC	—	4	DP NATA. Q com corte p.ª baixo	1
17	1818	R	A	V	5x5	3x3	6x6	3	N	+	S	A	20	CMT	—	5	DP NATA. PREGEN-SE. T	1
18		R	A	V	5x5	3x3	7x8	3	N	+	S	R	12	CMT	—	1	DP NATA.	1
TOTAL: 21 peças																		

CONVENÇÕES

I—COROA

- a) TIPO: L—Larga M—Média P—Pequena A—Alta
- b) PÉROLAS: foram contadas, pela ordem, nos arcos: Externos, Internos, Intermediários e Frontal.
- c) ARCOS FRONTAIS:

B — em Barrica (ligados ao pé da cruz)
 I — ligados aos arcos Internos
 V — ligados às pérolas que ladeiam a cruz



Fig. 8

ANV da 1816 — 8x8 — 0x0 — 7x7 coroa grande,
única conhecida com perolagem 8x8

(Colecção J. B. C. NUNES — Belo Horizonte)

II — DIADEMA

a) FLORÕES:

- N — mais ou menos Normais
 Y — trifólio em «Y» invertido, peças isoladas do miolo

b) TIPO:

- O — traços separados por 4 pontos em cruz
 A — traços separados por 3 pontos em triângulo
 a — Idem, mas nos extremos há um só ponto em vez de três
 B — traço mediano tendo
 à direita: 4 pontos em cruz, traço, 2 pontos na horizontal
 à esquerda: 3 pontos em triângulo, traço, 2 pontos na horizontal
 C — traços separados por um ponto
 D — losangos separados por um ponto
 + — losangos separados por uma cruz
 X — losangos separados por um «X»

c) CIMO:

- F — Festonado S — Serrilhado

d) BASE:

- A — Aberta (sem traço infero-posterior)
 C — traço infero-posterior Curvo
 R — traço infero-posterior Recto

III — ESFERA

a) ZODÍACO:

- CMI — só Corta, e Mal, o círculo polar Inferior
 CMS — só Corta, e Mal, o círculo polar Superior

CMT — Corta Mal os Trópicos
 ZCB — Corta Bem os dois círculos polares
 ZCM — Corta Mal os dois círculos polares
 ZNC — Não corta e nem cobre os círculos polares
 ZNT — Não corta os trópicos

b) TRÓPICOS:

I — o inferior está incompleto à direita
 A — Ambos estão incompletos; o superior à esquerda

c) EIXO:

P — Prolongado no «bico»

d) PÉ:

0 — UIM SÓ TRAÇO cortando o braço da cruz
 1 — DOIS traços cortando, o superior menor
 2 — idem. O de cima igual à direita
 3 — idem. O de cima igual à esquerda
 4 — O traço superior não corta o braço da cruz
 5 — DOIS traços IGUAIS cortando o braço da cruz

IV — ABREVIATURAS:

AE — Cobre
 CD — Coluro direito
 CE — Coluro esquerdo
 CP — Círculo polar
 DP — Disco próprio
 EQ — Equador
 PB — Prata baixa
 TP — Trópicos

V — POSIÇÃO

O ângulo de rotação do REV é medido em sentido contrário ao dos ponteiros de um relógio, isto é, para a esquerda, em cima. $270^\circ = 90^\circ$ para a direita.

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA



N.º 31

VOL. IX-3

JANEIRO 1972

PORTO

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME IX - 3 — N.º 31

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PAGINAS

Condições de assinatura para 1972:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 40\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações

Alexandre Ferreira Barros
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Morais Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort
Dr. Mário de Castro Hipólito
Dr. Raul Ferreira Gonçalves
Secretário — *Avelino Braga*

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MARCA

Rua Morgado Mateus, 55 — PORTO

SUMÁRIO

	Págs
Metais pobres amoedados na Índia Portuguesa, <i>por Joaquim Fronteira</i>	121-180
A Exposição Numismática do Museu Gulbenkian, <i>por M. de Castro Hipólito</i>	181-186
Algunas Consideraciones sobre el arte monetario de los Griegos, <i>por Antonio Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	187-222
Uma incógnita que se esclarece, <i>por José Oliveira de Sousa Nunes</i>	223-224
Denário Serrado de Tibério, <i>por Mário Gomes Marques</i>	225-228
As novas moedas portuguesas, <i>pele eng.º J. Ferraro Vaz</i>	229-230
Numismatas Contemporâneos - 1, <i>por Raul Ferreira Gonçalves</i>	231-233
Nota Bibliográfica, <i>por M. de Castro Hipólito</i>	234-237
Biblioteca	239-241
Vida Social	243-251

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 31

VOL. IX-3

JANEIRO 1972

P O R T O

METAIS POBRES AMOEDADOS NA ÍNDIA PORTUGUESA

Por: JOAQUIM FRONTEIRA

Em oposição ao geral conceito de *metais nobres* — como eram chamados o ouro e a prata ¹ — empregaremos a designação de *metais pobres* para o conjunto formado pelo cobre, bronze, calaim e tutenaga (ou tutanaga) ², materiais utilizados na Índia Portuguesa para neles se bater, vasar ou cunhar — consoante o sistema empregado — o numerário de menor valia. E, assim dizendo, seja-nos permitido divergir da denominação algo depreciativa usada por vários numismatas que, sob os termos genéricos de «bazarucos» e «bazarucada», classificam os mais modestos mas, por vezes, bem curiosos e típicos numismas luso-indianos.

Com a elaboração da lista de tipos de moedas que se segue — e que, de forma alguma, pode supor-se completa — procurámos abranger as muitas centenas de moedas de que tivemos conhecimento, agrupando-as segundo as suas principais características (época, valor, data e peso), tal como fizemos com as de ouro ³ e de prata ⁴, sem discriminar ligeiras variantes, mas acrescentando, num ou noutro caso, alguns breves esclarecimentos.

-
- (1) Vimos, há uns cinquenta anos, em casa do notário e numismata Sr. Dr. José António de Azevedo Borralho, possuidor de riquíssimo numofilácio, uma libra transvaliana de platina dourada, com a efígie do presidente Paulo Kruger. Mas, então, a quando da sua cunhagem, a platina cotava-se abaixo do ouro... Normalmente a platina não é amoedada, pelo que não a incluímos neste grupo.
- (2) Ao referirmo-nos às moedas cunhadas a partir de 1926 consideramos também as de alpaca (Alp), cupro-níquel (CNi) e cupro-zinco (CZ).
- (3) «Ouro amoedado da Índia Portuguesa», 1961-1962.
- (4) «Moedas de prata da Índia Portuguesa», 1965.

Note-se que sempre que um tipo de moeda se encontra representado por um único exemplar, ou quando tal é julgado conveniente, mencionamos a fonte onde colhemos a sua referência, seja ou não conhecido o seu peso. No caso de haver vários exemplares do mesmo tipo, mas sem indicação de peso e apenas um com esse atributo, a menção de origem é feita, também, quando caso disso e como é natural, mas apenas em relação a este último.

Se já não foram poucas as dificuldades com que deparámos quanto às moedas de ouro da Índia Portuguesa e, depois, quanto às de prata, elas subiram de ponto no presente trabalho sobre as cunhadas (*latu sensu*) em metais pobres. Com efeito, não só o número de moedas-tipo foi aumentando sucessivamente com o crescente número das respectivas denominações e fracções, em particular nestas últimas, como também a mesma moeda — quando não o mesmo exemplar — foi encontrado classificado, às vezes, por forma diferente, o que tornou um tanto difícil a comparação entre os elementos fornecidos por alguns catálogos ou, até mesmo, entre obras da especialidade. De resto, os pesos originais, isto é, aqueles que os exemplares teriam tido ao sair da oficina — e não nos referimos aos legais pelo actual desconhecimento de muitas estivas de então — apresentam, com frequência, desvios e afastamentos tais que bem podem justificar muitas discrepâncias. Acresce ainda que vários catálogos, por motivos óbvios, perdem-se em minuciosas descrições de certos exemplares, mas não indicam pesos; outros apenas os módulos; e, ainda no tocante a pesos, ao passo que nas moedas de ouro e nas de prata eles constam quase sempre, é frequente serem omitidos quando se trata de metais pobres. Pois se já vimos um catálogo onde nem sequer se referiam as datas dos exemplares!

Assim, algumas vezes tivemos que efectuar «ajustamentos» entre descrições de idênticos exemplares do mesmo tipo, desde que os pesos indicados o permitiram fazer com razoável segurança. Outras vezes houve, simplesmente, que excluir certas descrições, por manifestamente erradas ou fantasistas.

Também não foram consideradas as cópias galvanoplásticas, contrariamente aos chamados «ensaios», dos quais se dá notícia.

Quanto à sistemática-base seguida foi, como já dissemos: época, valor e data; mencionando-se como atributo complementar, e sempre que conhecido, o peso expresso em gramas⁵ do numisma em causa, quando único, ou o má-

(⁵) Quando tivemos que efectuar a conversão de grãos em gramas utilizámos a equivalência seguinte: 1 grão português = 0,0498 do grama, com o habitual arredondamento.

ximo e o mínimo dos exemplares considerados, dado que alguns houve que eliminar em vista de erros tão grosseiros que nem o desgaste normal, nem o lucro *anormal* do moedeiro seriam justificação bastante para o anómalo peso indicado. Também nos vimos forçados a correr o risco de «interpretar» ou «traduzir» certas descrições de exemplares mencionados em alguns catálogos, tal a forma sincopada como se apresentavam.

No que toca a épocas e a datas procurámos respeitar, quanto a estas, a cronologia dentro da época respectiva, salvo poucas excepções aconselháveis ou impostas para maior facilidade na composição tipográfica do texto.

E, já agora, diremos que, quanto a valores, os atribuídos a certas moedas em diversas fontes, como, por exemplo, a vários bazarucos e atíãs de Diu, cremos que foram baseados, por vezes, em verdadeiros palpites, quando não ao desejo de criar valores extravagantes ou, pelo menos, «inéditos».

Do cotejo de catálogos e outras fontes de informação numismática concluímos facilmente que havia repetições do mesmo exemplar, pois que alguns figuravam — e até por mais de uma vez! — em sucessivas descrições, o que quase sugeriria uma paciente investigação da *velocidade de circulação numismática* desses exemplares já fora da circulação monetária. Quantas colecções desfeitas esse facto traduz!...

No que se refere às duas faces da moeda considerámos, normalmente, como *anverso*, a que apresenta as armas de Portugal, quase sempre coroadas, ornamentadas ou não, e o nome ou o busto do monarca (em ensaios). O *reverso* mostra, em geral, o valor e, com frequência, a data quando tais atributos não constam do anverso (na marquilha).

Porém, há muitas moedas sem indicação do nome do monarca; outras sem as armas de Portugal; outras ainda sem valor nem data explicitos. Nelas o anverso é preenchido por uma cruz de Cristo, como nos *leais* e *bazarucos de Diu*; do Santo Sepúlcro, como em *bazarucos de Damão* e *Chaul para Baçaim*; do Calvário, em *bazarucos de Goa*; equilátera, também em *bazarucos de Goa*, etc. No reverso pode então ver-se a esfera armilar, como nos *bastardos*, *leais* e *meios-leais*, *bazarucos* e alguns *soldos*. Em outras moedas, cujo anverso é ocupado pelas armas de Portugal, temos no reverso a roda de Santa Catarina, como nas *rodas* de Goa, Damão e Chaul-Baçaim; ou a cruz de Cristo, em *bazarucos* e *atíãs de Diu*, etc.

Como vemos a designação aplicada às duas faces é um tanto variável, digamos um tanto subjectiva, estando longe de obedecer a uma regra absolutamente rígida.

Lançadas a circular pelos portugueses as suas moedas de cobre e de estanho, nessa longínqua e milenária Ásia, a pouco e pouco *bastardos, soldos e dinheiros* de Malaca; *leais, meios-leais e cepaiças* de Goa; e *bazarucos, atíás e meios-atíás* de Diu foram substituindo as primitivas moedas indígenas de mais baixo valor.

Pode afirmar-se que em todas as Casas da Moeda abertas pelo extremo oriente português, nomeadamente nas da Índia Portuguesa, se fabricou destas humildes moedas, quer no uso de um direito magestático, quer em regime de disputado monopólio concedido a várias entidades. Recordemos os nomes dessas oficinas ou de cidades às quais se destinavam, e as respectivas letras monetárias ⁶ de que tivemos conhecimento:

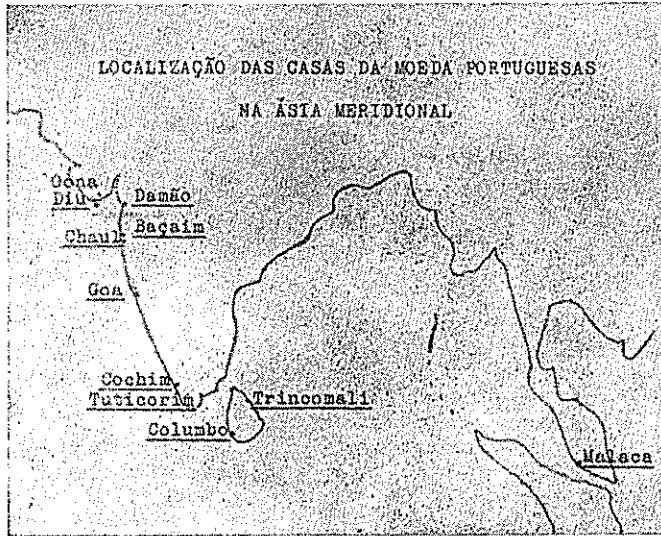
GOA (G-A, D-G, J-A, S-A, ()-A, -A e G-); MALACA (M-A, A-M e D-M); COLOMBO ou COLUMBO e CEILÃO (C-L^o e D-S); TUTICORIM (D-T); DAMÃO (D^o, D, D-A e D-O); BAÇAIM (B e B-~~B~~); DAMÃO para BAÇAIM (D-B, D.B e B-B); CHAUL e CHAUL para BAÇAIM (C-B e B-C); DIU (D-D, D-(), ()-D, -(), ()-(), O-O, D-o, D-d, A-D, d-D, D-A, D-d, -d, A-d, d-D, O-d, e DIO); COCHIM (IC); e, ainda, a problemática TRINCOMALI⁷ e a clandestina UNÃ⁸, antiga SUNA, actualmente SOONA (a uns 10 quilómetros de Diu, em território então britânico). Em abono da verdade, deve dizer-se que algumas destas letras monetárias apresentam-se, por vezes, de tal forma imprecisas, confusas ou deturpadas que se prestam a diversas interpretações...

(⁶) Nem todas estas letras monetárias se encontram representadas nas moedas de metais pobres.

(⁷) *Trinquimale* lê-se no mapa que acompanha a «Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão», escrita em 1685 pelo Capitão João Ribeiro. No texto (V. pág. 7) cita-se a fortaleza de *Trequimalé*, junto à enseada (ou enxada, no mapa) dos Arcos. Serão correctas as três grafias atendendo, é claro, à cronologia?

(⁸) Manuel Joaquim de Campos. in «*Estudos de numismática colonial portuguesa*» — 4. «*O supposto meio atíá de 1828*»: «Trata-se de um dos productos da fabrica clandestina de Unã, antigamente Suna, que demora cerca de 10 kilometros de Diu, em territorio inglês». (V. «O Archeologo Português», VIII, págs. 55 e segs.). — Jeronymo Quadros, in «*Diu, apontamentos para a sua historia e chorographia*», Nova Goa, 1899: «Os atíás de 1827 e 1828 (conhecidos por atíás *jamnins*) foram cunhados no castello e, posteriormente, mandados retirar da circulação por constar que em Unã se havia cunhado igual moeda».

Damos a seguir, esquemáticamente, a localização destas Casas da Moeda portuguesas, indicando também a da fábrica clandestina de Unã com a grafia inglesa (Oona) e que, por não ser lusa, não figura sublinhada).



Postas estas ligeiríssimas considerações — como que generalidades — passaremos à apresentação da lista das moedas, na qual mencionaremos cerca de 300 «tipos», portanto sem considerar datas, e perto de 450 «subtipos» (exemplares diferentes), assim pretendendo sintetizar as muitas centenas de exemplares acerca dos quais obtivemos elementos ou por conhecimento directo ou por descrição alheia, durante a elaboração deste modesto contributo para o estudo da numária luso-indiana, pois que trabalhos desta natureza nunca se poderão dar por concluídos, mas simples achegas para um desideratum sempre inatingido.

CONVENÇÕES

<i>Ae</i> = cobre	<i>f</i> = sobre ou noutra linha
<i>Br</i> = bronze	<i>/</i> = de... a...
<i>C</i> = calaím	<i>x</i> = peso ignorado ou não indicado
<i>E</i> = estanho	<i>≠</i> = pesos diferentes de moedas diversas
<i>L</i> = latão	<i>?</i> = indicação que levanta dúvidas
<i>cm</i> = contramarca	<i>s. d.</i> = sem data

D. MANUEL I

(Reinou na Metrópole desde 25 de Outubro de 1495
a 13 de Dezembro de 1521)
(Na Índia de 1510 a 20 de Agosto de 1522)

*BASTARDO**1.ª emissão*

A — Cruz de Cristo. Legenda.

R — Esfera armilar. Legenda.

E1. 01 — s. d.	Malaca	(E)	46,66/36,90
----------------	--------	-----	-------------

2.ª emissão

A — Escudo coroado de Portugal. Legenda.

R — Esfera com 7 paralelos.

E1. 02 — s. d.	Malaca	(E ou C)	38,39/37,67
----------------	--------	----------	-------------

*Emissões posteriores*A — Escudo coroado de Portugal. L-V, V-L, V-O, O-V ou pontos.
Legenda.

R — Esfera armilar com 5, 6 ou 7 paralelos.

E1. 03 — s. d.	Malaca	(E ou C)	14,62/10,76
----------------	--------	----------	-------------

*SOLDO**1.ª emissão*

A — Cruz de Cristo ou equilátera vasada. Legenda.

R — Esfera armilar.

E1. 04 — s. d.	Malaca	(E ou C)	4,87/3,37
----------------	--------	----------	-----------

2.ª emissão

A — Cruz de Cristo.

R — Esfera armilar.

E1. 05 — s. d.	Malaca	(E ou C)	3,75
----------------	--------	----------	------

T.G., 1301.

LEAL

A — Cruz de Cristo. GA.

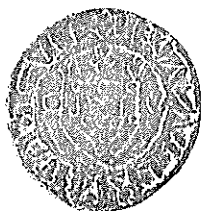
R — Esfera armilar.

E1. 06 — s. d.	Goa	(Ae)	16,88/14,04
----------------	-----	------	-------------

D. MANUEL I



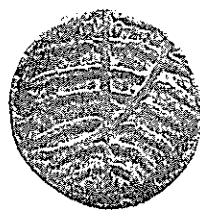
01



03



10



03



06



12



MEIO LEAL

A — Cruz de Cristo.

R — Esfera armilar.

E1. 07 — s. d. Goa (Ae) 8,50/6,32

BAZARUCO

A — Escudo coroado de Portugal. G.

R — Esfera armilar.

E1. 08 — s. d. Goa (Ae) 2,34
C.N., 283/4.*CEPAICA*

A — Armas de Portugal. I (?).

R — Esfera armilar.

E1. 09 — s. d. Goa (Ae) 5,70/3,09

A — Armas de Portugal. I.

R — Esfera armilar sob trifólio.

E1. 10 — s. d. Goa (Ae) 3,24
C.N., 282/3.*DINHEIRO*

A — Cruz de Cristo.

R — Esfera armilar.

E1. 11 — s. d. Malaca (C) 3,70
J.M., 1365.

A — Armas de Portugal. Legenda.

R — Esfera armilar. Legenda

E1. 12 — s. d. Malaca (C) x
T.A., 14.

A — Grande A grego.

R — Esfera armilar.

E1. 13 — s. d. Goa (Ae) 5,13/4,98

*Classificação duvidosa**QUARTO DE BASTARDO (?)*

A — Armas de Portugal (cunho bárbaro). Legenda.

R — Esfera armilar.

E1. 14 — s. d. Malaca (C) x
C.R., 25.

BAZARUCO (?)

A — Grande M.

R — Esfera armilar.

E1. 15 — s. d.

(Malaca?)

(C)

x

C.R., 26.

D. JOÃO III

(Reinou na Metrópole desde 13 de Dezembro de 1521
a 11 de Junho de 1557)

(Aclamado em Goa a 23 de Agosto de 1522)

BASTARDO

A — Escudo de Portugal. Estrela e pontos em cruz.

R — Esfera armilar.

J3. 01 — s. d.

Malaca

(E ou C)

9,51/8,54

A — Escudo coroadado de Portugal. Legenda.

R — Esfera armilar com 4 paralelos.

J3. 02 — s. d.

Malaca

(C)

6,79/6,18

(Há exemplares com a legenda invertida=C.R., 28.)

SOLDO

A — Escudo coroadado de Portugal. Legenda.

R — Esfera armilar com 4 ou 6 paralelos.

J3. 03 — s. d.

Malaca

(C)

5,35/2,85

(Há diversas variantes)

A — Cruz equilátera vasada. Legenda.

R — Esfera armilar.

J3. 04 — s. d.

Malaca

(C)

3,34/3,19

LEAL

A — Grande Y coroadado. Dois grupos de 4 pontos em cruz.

R — Esfera armilar.

J3. 05 — s. d.

Goa

(Ae)

15,25/14,32

A — Grande Y coroadado. Dois grupos de 4 pontos em cruz.

R — Cruz equilátera.

J3. 06 — s. d.

Goa

(Ae)

8,78/8,48

MEIO LEAL

A — Grande Y coroado. Dois grupos de 4 pontos em cruz.

R — Esfera armilar.

J3. 07 — s. d.	Goa	(Ae)	5,06
<i>T.G., 1497.</i>			

DINHEIRO

A — Grande Y coroado. Dois grupos de 4 pontos em cruz.

R — Esfera armilar com 5 paralelos

J3. 08 — s. d.	Goa	(Ae)	4,50
<i>M.N.P., 23.</i>			

A — Cruz equilátera vasada. Legenda.

R — Esfera armilar.

J3. 09 — s. d.	Malaca	(E ou C)	2,11/1,66
----------------	--------	----------	-----------

A — Escudo coroado de Portugal. Dois grupos de 4 pontos em cruz.

R — Esfera armilar.

J3. 10 — s. d.	Malaca	(Ae ou C)	3,67/2,99
----------------	--------	-----------	-----------

A — Cruz de Cristo cantonada pelas letras I S M A.¹

R — Esfera armilar.

(²) J3. 11 — s. d.	Malaca		3,90/3,80
---------------------------------	--------	--	-----------

QUATRO BAZARUCOS

A — Escudo coroado das armas de Portugal.

R — TO (ou CO?) ∫ BC.

J3. 12 — s. d.	Cochim? Chaul-Baçaim?	(Ae)	20,92/19,87
----------------	-----------------------	------	-------------

A — Escudo coroado das armas de Portugal.

R — BC ∫ CO.

J3. 13 — s. d.	Baçaim-Coulão (Ceilão)	(Ae)	19,80/19,75
----------------	------------------------	------	-------------

DOIS BAZARUCOS

A — Grande Y coroado. Dois grupos de 4 pontos em cruz.

R — Esfera armilar.

J3. 14 — s. d.	Goa (?)	(Ae)	13,79
<i>M.C., 542.</i>			

(¹) *I(OANE)S M(ALAC)A* — Dr. Hanitsch in «*Journal of the Straits*».

(²) *Museu Raffles, de Singapura (cit., in R. C.)*.

BAZARUCO

- A — Grande Y coroado. Dois grupos de 4 pontos em cruz.
 R — Esfera armilar.
 J3. 15 — s. d. Goa (Ae) 6,66
M.C., 543.
- A — Grande Y coroado. Pequena cruz.
 R — Cruz equilátera cantonada por 4 pontos.
 J3. 16 — s. d. Goa (Ae) 9,26/5,71
- A — Grande Y coroado. 3 pontos à esquerda, em triângulo.
 R — Esfera armilar.
 J3. 17 — s. d. Goa (Ae) x
C.L., 17-4-1904, 940.
- A — Grande Y coroado.
 R — Cruz equilátera cantonada pela data.
 J3. 18 — 1532. Goa (Ae) 7,10
 (A mais antiga moeda portuguesa datada, até hoje conhecida). *MC., 2.*
- A — Grande Y coroado e ornamentado.
 R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada por 4 pontos.
 J3. 19 — s. d. Goa (Ae) 4,29
T.G., 1503.
- A — Grande Y não coroado, sob pequena cruz.
 R — Cruz equilátera cantonada por 4 pontos.
 J3. 20 — s. d. Goa (Ae) 9,13
M.C., 6.
- A — Grande Y coroado, com ponto no meio.
 R — Círculo com ponto no centro.
 J3. 21 — s. d. Goa (Ae) 5,68
T.A., 18.
- A — Grande Y coroado. Quatro pontos à esquerda.
 R — Esfera armilar.
 J3. 22 — s. d. Goa (Ae) x
J.M., 1368.
- A — Armas coroadas de Portugal. G-A.
 R — Esfera armilar.
 J3. 23 — s. d. Goa (Ae) x
C. & L., 17.

BAZARUCO (continuação)

A — R. ou B (?).

R — I (1 bazaruco?).

J3. 24 — s. d.	Goa	(Ae)	8,96
<i>T.A., I,5.</i>			

MEIO BAZARUCO

A — Grande Y coroadado.

R — Cruz equilátera cantonada por 4 pontos ou estrelas.

J3. 25 — s. d.	Goa	(Ae)	7,74/4,43
----------------	-----	------	-----------

A — Grande Y não coroadado, sob pequena cruz ou estrela.

R — Cruz equilátera cantonada por 4 pontos ou 4 estrelas.

J3. 26 — s. d.	Goa	(Ae)	4,40/3,44
----------------	-----	------	-----------

A — Grande I com o por cima.

R — Cruz equilátera.

J3. 27 — s. d.	Goa	(Ae)	3,31
<i>M.C., 3.</i>			

*Classificação e autenticidade duvidosas**SOLDO (?)*

A — Cruz de Malta (?). -O. I.

R — Cruz equilátera vasada (?), cantonada por 4 pontos grossos ou glóbulos.

J3. 28 — ISSO (1550?)	Diu?	(C)	5,84
<i>Colecção do autor.</i>			

D. SEBASTIÃO

(Reinou na Metrópole desde 11 de Junho
de 1557 a 4 de Agosto de 1578)

(Aclamado em Goa em Setembro de 1558)

BASTARDO

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Três setas cruzadas. S-B.

S. 01 — s. d.	Ceilão-Baçaim (?)	(C)	11,25/8,72
(Há exemplares sem escudo coroadado).			

SOLDO

A — Três setas cruzadas. B-A.

R — Esfera armilar com paralelos rectos. Eclítica descendo da esquerda para a direita.

S. 02 — s. d. Baçaim (?) (C) 4,04/3,60

QUATRO BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Seta armada num arco e duas cruzadas.

S. 03 — s. d. Cochim-Chaul (Ae) 20,10/19,70

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Seta armada num arco e duas cruzadas.

S. 04 — s. d. Cochim-Chaul (Ae) 20,20/20,10
(Batidos sobre um *Dam d'Akbar?*)
*J.M., 1374.**DOIS BAZARUCOS*

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Seta armada num arco e duas cruzadas.

S. 05 — s. d. Cochim-Chaul (Ae) 10,68/9,97

A — Três setas cruzadas. B-A.

R — Esfera armilar com paralelos rectos.

S. 06 — s. d. Baçaim (?) (C) 4,02/2,80

A — Grande S.

R — Cruz do Calvário (?).

S. 07 — s. d. Goa (Ae) 6,91
*M.N.P., 53.**BAZARUCO*

A — Armas coroadas (?) de Portugal.

R — Três setas cruzadas (sem arco).

S. 08 — s. d. Cochim-Chaul (Ae) 5,22
Colecção do autor.

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Seta armada num arco e duas cruzadas.

S. 09 — s. d. Cochim-Chaul (Ae) 5,94/5,10

BAZARUCO (continuação)

A — Grande S.

R — Cruz de Cristo cantonada por estrelas.

S. 10 — s. d. Goa (Ae) 6,90/2,70

A — Armas coroadas de Portugal. -A.

R — Cruz de Cristo cantonada por estrelas.

S. 11 — s. d. Goa (Ae) x
C.L. 28-8-1904, 5.*MEIO BAZARUCO*

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Três setas cruzadas (com arco).

S. 12 — s. d. Cochim p.^a Chaul (C) 3,19/3,14
R.C., 113, 114.*DINHEIRO*

A — Três setas cruzadas. B-A.

R — Esfera armilar com paralelos rectos. Eclítica descendo da direita para a esquerda.

S. 13 — s. d. Baçaim (C) 2,87/2,50

REAL

A — Coroa aberta f. Grande S f R.

R — Coroa aberta. Data sobre pequena cruz do Santo Sepulcro.

S. 14 — 1562. Cochim-Chaul (Ae) 3,02/3,00

A — Cruz do Santo Sepulcro. C f R.

R — Cruz do Santo Sepulcro. Data f C.

S. 15 — 1564. Cochim (Ae) 2,97/2,90

*Classificação duvidosa**BAZARUCO (?)*

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Caravela.

S. 16 — s. d. (?) (C) 2,40/2,20
Museu Raffles, de Singapura, cit. in R.C., 130, 131.

BAZARUCO (?) (continuação)

A — Grande S.

R — Coroa sobre duas setas.

S. 17 — s. d. Goa (?) x
Daniel Hawort, de Berlim, cit. in R.C., 92.

A — Grande S.

R — Cruz de Cristo.

S. 18 — s. d. Goa (?) (C) 3,43/2,81

A — Grande S.

R — Cruz de S. Jorge cantonada por estrelas.

S. 19 — s. d. Goa (C) 1,13
M.P., 8.

CARDEAL D. HENRIQUE

A — Escudo coroado das armas de Portugal. Legenda.

R — S. Tomé, de pé. S-T. Legenda.

H. 01 — s. d. Goa (Ae) x
 Ensaio em cobre do S. Tomé. *T.G., 1511.*

FILIPE I

(Reinou na Metrópole desde 17 de Julho de 1580
 a 13 de Setembro de 1598)

(Aclamado em Goa a 3 de Setembro de 1581)

SETE BAZARUCOS E MEIO

A — Coroa aberta

R — 7 ½.

F1. 01 — s. d. Goa (Ae) 6,67
T.A., 1,12.

DOIS BAZARUCOS

A — Grande F direito, ou voltado à esquerda.

R — Grande R direito, ou voltado à esquerda.

F1. 02 — s. d. Goa (Ae ou Br) 10,66/8,62

BAZARUCO

A — Grande F voltado à esquerda.			
R — Grande R direito, ou voltado à esquerda.			
F1. 03 — s. d.	Goa	(Ae)	8,70/4,99
A — Escudo coroado de Portugal. -A.			
R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada por estrelas.			
F1. 04 — s. d.	Goa	(Ae)	2,90/1,90
A — Grande F.			
R — Grande S voltado à esquerda.			
F1. 05 — s. d.	Goa	(Ae)	6,90
C.R., 4.			

FILIPE II

(Reinou na Metrópole desde 13 de Setembro de 1598 a 31 de Março de 1621)
(Aclamado em Goa em fins de 1599)

CINCO BAZARUCOS

A — Escudo coroado de Portugal. V-B. Legenda.			
R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada por estrelas. Data.			
F2. 01 — 1611.	Damão	(Ae)	14,64/14,39

DOIS BAZARUCOS

A — Grande F.			
R — Grande R.			
F2. 02 — s. d.	Goa	(Ae ou Br)	10,76/5,00

BAZARUCO

A — Grande F.			
R — Grande R.			
F2. 03 — s. d.	Goa	(Ae)	6,10/5,25
A — Armas coroadas de Portugal. I-B ou B-I.			
R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada por estrelas.			
F2. 04 — s. d.	Baçaim?	(Ae)	2,98/2,36

BAZARICO (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. ?-B.

R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada pela data.

F2. 05 — 1607 (7 virado).	Goa	(Ae)	4,24
<i>M.C., 15.</i>			

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Esfera armilar.

F2. 06 — s. d.	Goa	(Ae)	3,14/3,00
----------------	-----	------	-----------

A — Vestígios de esfera armilar (?).

R — Cruz de Cristo cantonada por estrelas.

F2. 07 — s. d.	Goa	(Ae)	x
<i>C.L. 28-8-1904, 6.</i>			

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Esfera armilar oblonga.

F2. 08 — s. d.	Goa	(Ae)	2,03
<i>Colecção do autor.</i>			

A — Grande R.

R — Cruz equilátera de braços delgados e longos, cantonada por 4 pontos.

F2. 09 — s. d.	Chaul	(Ae)	x
<i>C.R., 48.</i>			

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada por ★-2-C-D.

F2. 10 — s. d.	Goa	(C)	2,56
<i>T.G., 1522 (TANGA?)</i>			

FILIPE III (?)

BAZARICO

A — Esfera armilar.

R — Grelha de S. Lourenço.

F3. 01 — s. d.	Columbo	(C)	2,99
<i>Grog. in «Numismatic Circular», Fev. 1914, cit. R.C., 157 a.</i>			

A — Esfera armilar. Legenda.

R — Grelha de S. Lourenço.

F3. 02 — s. d.	Columbo	(C)	1,41
<i>Grog. in «Numismatic Circular», Fev. 1914, cit. R.C., 157 b.</i>			

D. JOÃO III



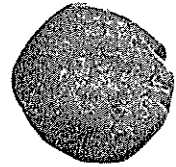
03



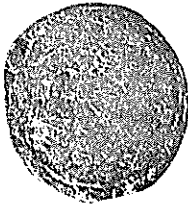
09



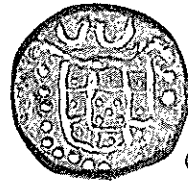
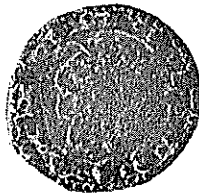
24



D. SEBASTIÃO



01



03



FILIPE I



02



FILIPE II



04



D. JOÃO IV

(Reinou na Metrópole desde 1 de Dezembro
de 1640 a 6 de Novembro de 1656)
(Aclamado em Goa a 11 de Setembro de 1641)

BAZARUCO

A — Armas coroadas de Portugal. C-B ou $\text{B} \sim \text{C}$
R — Cruz de Cristo cantonada por 4 estrelas e pela data.
J4. 01 — 1654 Chaul-Baçaim (Ae) 4,22/4,09

MEIO BAZARUCO

A — Armas coroadas de Portugal.
R — Esfera armilar.
J4. 02 — s. d. (?) (Ae) x
C. & M., Jul. 1961, W187.

OITAVO DE BAZARUCO

A — Armas coroadas de Portugal.
R — Esfera armilar.
J4. 03 — s. d. (?) (Ae) x
C. & M., Jul. 1961, W188.

D. PEDRO REGENTE

(Regente na Metrópole desde 22 de Novembro de 1667 a 12 de
Dezembro de 1683)
(Em Goa desde 30 de Março de 1669 até 28 de Outubro de 1684)

BAZARUCO

A — Armas coroadas de Portugal. D-O, O-D, -O ou -D.
R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada pela data.
¹ PR. 01 — 1670 Diu (Ae) 4,30
² PR. 02 — 1678 Diu (Ae) 4,43
³ PR. 03 — 1679 Diu (Ae) 6,15
PR. 04 — 1680 Diu (Ae) 4,18/3,70
A — Armas coroadas de Portugal. D-O, O-D, -O ou -D.
R — Cruz de Cristo cantonada pela data.
PR. 05 — 1680 Diu (Ae) 3,97
M.P., 14.

¹ J.M., 1421; ² T.G., 1367; ³ T.G., 1368.

D. PEDRO II

(Reinou na Metrópole desde 12 de Dezembro
de 1683 a 9 de Dezembro de 1706)

(Aclamado em Goa em fins de Outubro de 1684)

CINCO BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal entre J-A (cunho bárbaro; granitos).

R — Cruz de Cristo cantonada por 4 pontos.

P2. 01 — s. d.	Goa	(C)	9,24/5,29
----------------	-----	-----	-----------

DOIS BAZARUCOS E MEIO

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro; granitos). D-O.

R — Cruz de Cristo.

P2. 02 — s. d.	Diu	(C)	5,22/4,80
----------------	-----	-----	-----------

DOIS BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal. D-O.

R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada pela data.

P2. 03 — 1686	Diu	(Ae)	7,17/5,82
---------------	-----	------	-----------

¹ P2. 04 — 1688	Diu	(Ae)	5,38
----------------------------	-----	------	------

P2. 05 — 1689	Diu	(Ae)	6,80/6,42
---------------	-----	------	-----------

¹ C.N., 621/2.

A — Armas coroadas de Portugal. D-O, O-D, -O, -D ou D-C.

R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada pela data.

¹ P2. 06 — 1696	Diu	(Ae)	x
----------------------------	-----	------	---

P2. 07 — 1698	Diu	(Ae)	5,68/4,60
---------------	-----	------	-----------

P2. 08 — 1699	Diu	(Ae)	7,51/5,44
---------------	-----	------	-----------

² P2. 09 — 1700	Diu	(Ae)	8,13
----------------------------	-----	------	------

ATIA

A — Armas coroadas de Portugal. D-O.

R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada pela data.

P2. 10 — 1700	Diu	(Ae)	8,16
---------------	-----	------	------

T.G., 1377 e P.B., 1063.

¹ C. & L., 53. ² TG., 1376.

ATIÁ (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

P2. 11 — 1704 (1705?)	Diu	(Ae)	7,27
<i>M.C., 31.</i>			

*Classificação e autenticidade duvidosas**QUATRO BAZARUCOS (?)*

A — Armas coroadas de Portugal. R-I (ou B-I?)

R — Cruz equilátera cantonada por 4 pontos. C-D. Seta / S.

P2. 12 — s. d.	Baçaim	(C)	x
<i>C.R., 47.</i>			

DOIS BAZARUCOS (?)

A — Três cruzes do Santo Sepulcro e data.

R — Três cruzes do Santo Sepulcro e data.

P2. 13 — 1693	Damão?	(Ae)	13,21
<i>M.N.P. II, 146 e C.R., 53.</i>			

BAZARUCO (?)

A — Cruz do Santo Sepulcro acostada pela data.

R — Cruz do Santo Sepulcro acostada pela data.

P2. 14 — 1693	Damão	(Ae)	6,93/4,79
---------------	-------	------	-----------

A — Grande B f s.

R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada por pontos.

P2. 15 — s. d.	Baçaim?	(Ae)	0,98
<i>M.N.P. II, 149.</i>			

A — Escudete coroada. R — I.

R — Cruz de Cristo. 3 cravos, 4 pontos. C-D-S.

P2. 16 — s. d.	(?)	(C)	2,86
<i>M.N.P. II, 150.</i>			

(O Sr. Prof. Damiano Peres põe a hipótese de tratar-se de fichas particulares V. M.N.P. II, pág. 120).

A — Armas coroadas de Portugal. -D.

R — Cruz de Cristo.

P2. 17 — s. d.	Damão (?)	(C)	x
<i>M., N.º 49, 225.</i>			

D. JOÃO V

(Reinou na Metrópole desde 9 de Dezembro
de 1706 até 31 de Julho de 1750)
(Aclamado em Goa em Outubro (?) de 1707)

VINTE RÉIS

A — Grande coroa f I. V. f palmas cruzadas f data.

R — Três setas cruzadas. D-B. Valor.

¹ J5. 01 — 1729 (?)	Damão-Baçaim	(Ae)	17,40
J5. 02 — 1735	Damão-Baçaim	(Ae)	18,36/17,80
² J5. 03 — 1739	Damão-Baçaim	(Ae)	17,80

QUINZE RÉIS

A — Grande coroa f I. V.

R — I S numa coroa de louro.

J5. 04 — s. d.	Goa	(Ae)	14,73/12,95
----------------	-----	------	-------------

DEZ RÉIS

A — Grande coroa f I. V. f palmas cruzadas f data.

R — Três setas cruzadas. D-B. Valor.

J5. 05 — 1753	Damão-Baçaim	(Ae)	9,19/8,00
---------------	--------------	------	-----------

SETE RÉIS E MEIO

A — Grande coroa f I. V.

R — 7 ½ Coroa de folhagem.

J5. 06 — s. d.	Goa	(Ae)	6,67/6,55
----------------	-----	------	-----------

CINCO RÉIS

A — Grande coroa f I. V. f data.

R — 5 numa coroa de folhas.

¹ J5. 07 — 1711	Goa	(Ae)	4,37
² J5. 08 — 1712	Goa	(Ae)	3,71
¹ T.G., 1586. ² M.P., 30.			

¹ J.M., 1482. ² P.B., 1055.

VINTE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O ou O-D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

J5. 09 — 1748	Diu	(C)	18,00/13,62
J5. 10 — 1749	Diu	(C)	x

M., N.º 78, 1149.

A — Armas coroadas de Portugal. D-B.

R — Cruz de Cristo.

J5. 11 — s. d.	Damão-Baçaim	(C)	19,92
----------------	--------------	-----	-------

J.S., 2018, cit. R.C., 312.

QUINZE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — $\overset{\circ}{I}$ IS.

J5. 12 — s. d.	Goa	(C)	16,60/15,13
----------------	-----	-----	-------------

DEZ BAZARUCOS

A — Armas coroadas. G-A.

R — $\overset{\circ}{I}$ IO. Data (sobre o $\overset{\circ}{I}$ ou sobre o IO).

¹ J5. 13 — 1710	Goa	(C)	x
J5. 14 — 1722	Goa	(C)	9,58/7,95
² J5. 15 — 1723	Goa	(C)	7,87
³ J5. 16 — 1727	Goa	(C)	x
J5. 17 — s. d.	Goa	(C)	11,65/8,15

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-B.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

J5. 18 — 1723	Damão-Baçaim	(C)	19,80/18,95
---------------	--------------	-----	-------------

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, D-B ou O-D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

J5. 19 — 1734	Damão-Baçaim	(C)	16,11/16,10
J5. 20 — 1740	Diu	(C)	10,71/ 9,53
¹ J5. 21 — 1748	Diu	(C)	8,07

¹ *M., N.º 68, 665.* ² *T.A., III, 13.* ³ *W.K., 1571.*

¹ *M.N.P., II, 298.*

SETE BAZARUCOS E MEIO

A — Grande coroa f I:V ou V:I f data.

R — 7 ½ dentro de uma coroa de folhagem.

J5. 22 — 1711	Goa	(Ae)	7,40/6,03
¹ J5. 23 — 1715	Goa	(Ae)	7,30/6,72
² J5. 24 — s. d.	Goa	(Ae)	6,58

¹ C.R., 9. ² T.G., 1583.

A — Armas coroadas. G-A.

R — 7 ½ f $\overset{\circ}{I} \overset{\circ}{S}$ f data.

J5. 25 — 1722	Goa	(C)	12,60/8,83
¹ J5. 26 — 1727	Goa	(C)	9,42
² J5. 27 — s. d.	Goa	(C)	13,58/12,30

¹ T.G., 1578. ² T.G., 1579.

CINCO BAZARUCOS

A — Grande coroa f I. V. f data.

R — .5. dentro de um círculo de pérolas ou de folhagem.

J5. 28 — 1711	Goa	(Ae)	4,72/4,48
¹ J5. 29 — 1715	Goa	(Ae)	4,60

¹ M.C., 36.

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). G-A.

R — Cruz do Calvário f *-S f data.

J5. 30 — 1722	Goa	(C)	8,69/4,75
¹ J5. 31 — 1723	Goa	(C)	7,17
² J5. 32 — 1727	Goa	(C)	x
J5. 33 — s. d.	Goa	(C)	8,20/6,77

¹ C.N., -/28. ² J.M., 1483.

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O ou D-B.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ J5. 34 — 1745	Diu ou Damão-Baçaim	(C)	4,67
J5. 35 — 1748	Diu ou Damão-Baçaim	(C)	5,94/3,81

¹ M.C., 78.

DOIS BAZARUCOS E MEIO

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — $\overset{\circ}{\text{I}}\overset{\circ}{\text{S}} \int 2 \frac{1}{2} \int$ data.

J5. 36 — 1722	Goa	(C)	4,85/2,94
¹ J5. 37 — s. d.	Goa	(C)	x
¹ J.M., 1477			

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Cruz do Calvário. *-2. Data.

J5. 38 — 1722	Goa	(C)	?
¹ J5. 39 — s. d.	Goa	(C)	3,78/2,69
¹ TG., 1572			

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Cruz do Santo Sepulcro.

J5. 40 — s. d.	Goa	(C)	2,34
C.N., 311/32.			

DOIS BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Cruz do Calvário. *-2. Data.

¹ J5. 41 — 1722	Goa	(C)	3,1
J5. 42 — s. d.	Goa	(C)	4,70/3,31
¹ P.B., 1133.			

BAZARUCO E MEIO

A — ???

R — $\text{IS} \int 1 \frac{1}{2}$.

J5. 43 — s. d.	Goa	(C)	x
J.M., 1477-a.			

BAZARUCO

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Cruz do Calvário ou cruz de Cristo.

J5. 44 — s. d.	Goa	(C)	2,80/1,40
----------------	-----	-----	-----------

«RODA» DE VINTE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal. D-B.

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 45 — s. d.	Damão-Baçaim	(C)	19,92/19,42
J.S., 2020, 2021.			

«RODA» DE QUINZE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal. D-B.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ J5. 46 — 1728	Damão-Baçaim	(C)	x
² J5. 47 — 1734	Damão-Baçaim	(C)	x

¹ J.M., 1456. ² J.M., 1457.

A — Armas coroadas de Portugal. D-B.

R — Roda de Santa Catarina 15 ou 1S.

J5. 48 — s. d.	Damão-Baçaim	(C)	x
----------------	--------------	-----	---

J.M., 1454.

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Roda de Santa Catarina. 1S.

J5. 49 — s. d.	Goa	(C)	17,03/16,44
----------------	-----	-----	-------------

OITO «RODAS» (ou VINTÉM)

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Roda de Santa Catarina 15.

J5. 50 — s. d.	Goa	(C)	19,05/16,23
----------------	-----	-----	-------------

A — Armas coroadas de Portugal. D-O.

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 51 — s. d.	Diu	(C)	x
----------------	-----	-----	---

C. & L., 104.

«RODA» DE DEZ BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal. D-A.

R — Roda de Santa Catarina. 1o.

J5. 52 — s. d.	Damão	(C)	19,80
----------------	-------	-----	-------

M.N.P., II, 272.

A — Armas coroadas de Portugal. D-C.

R — Roda de Santa Catarina. 1o.

J5. 53 — s. d.	Damão e Chaul	(C)	21,81/21,55
----------------	---------------	-----	-------------

M.N.P., II, 283 e 284.

A — Armas coroadas de Portugal. D-B.

R — Roda de Santa Catarina. 1o.

J5. 54 — s. d.	Damão-Baçaim	(C)	20,60/16,45
----------------	--------------	-----	-------------

«RODA» DE DEZ BAZARUCOS (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. D-G.

R — Roda de Santa Catarina. Io.

J5. 55 — s. d. Goa ou Damão-Goa (?) (C) 21,71
T.G., 1560.

A — Armas coroadas de Portugal. D-O (?)

R — Roda de Santa Catarina. Io.

J5. 56 — s. d. Diu (?) (C) 21,50
V.M., 31.

«RODA» DE CINCO BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-A.

R — Roda de Santa Catarina. (5 virado).

J5. 57 — s. d. Damão (C) 6,60/5,08
Colecção do autor e M.N.P., II, 273.

CINCO «RODAS»

A — Armas coroadas de Portugal. G f S.

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 58 — s. d. Goa (C) 8,86
C.N., 332/53.

TRÊS «RODAS»

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 59 — s. d. Goa (C) 5,63/3,49

A — Armas coroadas de Portugal. D-B.

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 60 — s. d. Damão-Baçaim (?) (C) x
J.M., 1458.

DUAS «RODAS»

A — Armas coroadas de Portugal. (G-A)?

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 61 — s. d. Goa (?) (C) 5,64/3,83
M.C., 68.

«RODA»

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 62 — s. d. Goa (C) 2,60/1,70

A — Armas coroadas de Portugal. A-D.

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 63 — s. d. Damão (C) x
J.M., 1460.

A — Armas coroadas de Portugal. D-B ou B-B. (Gravura bárbara).

R — Roda de Santa Catarina.

J5. 64 — s. d. Damão-Baçaim (C) 4,32/3,68
T.G., 1345; P.B., 1052; M.N.P., II, 270 e 271.

ATIA

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ J5. 65 — 1709	Diu	(Ae)	x
J5. 66 — 1748	Diu	(Ae)	9,19/8,18
J5. 67 — 1750	Diu	(Ae)	9,06/8,67

¹ *C.R., 60.*

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data f 4.

J5. 68 — 1750 Diu (Ae) 8,96/8,01
(Há exemplares com o 5 voltado).

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data f 354.

J5. 69 — 1750 Diu (Ae) 9,41
Colecção do autor.

MEIO ATIA

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

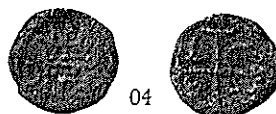
¹ J5. 70 — 1748	Diu	(Ae)	4,65/4,52
J5. 71 — 1750	Diu	(Ae)	5,24/3,98

¹ *M.C., 87.*

D. JOÃO IV



D. PEDRO REG.



D. PEDRO II



D. JOÃO V



QUARTO DE ATIA

A — Armas coroadas de Portugal. D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

J5. 72 — s. d.	Diu	(Ae)	3,05
<i>M.N.P., II, 307.</i>			

Autenticidade duvidosa

DEZ «RODAS» (?)

A — ?

R — Roda de Santa Catarina, com 8 raios e aspecto octogonal.

J5. 73 — s. d.	(?)	(C)	28,97
<i>M.N.P., II, 308.</i>			

«RODA» (?)

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).

R — Data. Grande R.

J5. 74 — 1743	(?)	(C)	4,38
<i>M.C., in «O Archeologo Português», vol. VIII, pág. 260.</i>			

D. JOSÉ I

(Reinou na Metrópole desde 31 de Julho de 1750

a 24 de Fevereiro de 1777)

(Aclamado em Goa a 1 de Dezembro de 1751)

TANGA = 60 réis

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Tanga. Coroa de louro.

Jo. 01 — s. d.	Goa	(Ae)	48,40/41,30
----------------	-----	------	-------------

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 60 f réis. Coroa de louro.

Jo. 02 — s. d.	Goa	(Ae)	39,92/38,28
----------------	-----	------	-------------

MEIA TANGA = 30 réis

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Meia f Tanga. Coroa de louro.

Jo. 03 — s. d.	Goa	(Ae)	21,48/18,95
----------------	-----	------	-------------

MEIA TANGA (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 30 R / ★ G ★ / data.

¹ Jo. 04 — 1759	Goa	(Ae)	21,06
Jo. 05 — 1762	Goa	(Ae)	21,23/18,35
² Jo. 06 — 1763	Goa	(Ae)	21,05
Jo. 07 — 1764	Goa	(Ae)	21,05/20,72
³ Jo. 08 — 1766	Goa	(Ae)	19,23
⁴ Jo. 09 — 1768	Goa	(Ae)	18,53
⁵ Jo. 10 — 1769	Goa	(Ae)	21,00
⁶ Jo. 11 — 1770	Goa	(Ae)	20,92
⁷ Jo. 12 — 1771	Goa	(Ae)	20,87
⁸ Jo. 13 — 1773	Goa	(Ae)	18,68
Jo. 14 — 1774	Goa	(Ae)	26,90/19,60
⁹ Jo. 15 — 1776	Goa	(Ae)	19,82
¹⁰ Jo. 16 — 1778	Goa	(Ae)	x
¹¹ Jo. 17 — s. d.	Goa	(Ae)	18,61

¹ *M.N.P.*, II, 346; ² *Colecção do autor*; ³ *M.N.P.*, II, 370; ⁴ *M.P.*, 75;
⁵ *M.N.P.*, II, 426; ⁶ *M.N.P.*, II, 427; ⁷ *M.N.P.*, II, 429; ⁸ *M.N.P.*, 431;
⁹ *M.*, n.º 62, n.º 330; ¹⁰ *C. & L.*, 253; ¹¹ *T.G.*, 1689.

VINTE RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 20 R f ★ G ★ f data.

¹ Jo. 18 — 1770	Goa	(Ae)	13,27
² Jo. 19 — 1772	Goa	(Ae)	13,16
Jo. 20 — 1774	Goa	(Ae)	13,88/12,27

¹ *M.N.P.*, 428; ² *M.N.P.*, 430.

A — Armas coroadas de Portugal.

R — ★ G ★ f 20.

Jo. 21 — 1762	Goa	(Ae)	x
<i>A.N.</i> , 1015.			

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Vinte f Réis. Coroa de louro.

Jo. 22 — s. d.	Goa	(Ae)	14,70/13,33
----------------	-----	------	-------------

DOZE RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas.

R — 12 R ∫ * G * ∫ data. Coroa de louro.

Jo. 23 — 1762	Goa	(Ae)	8,68/7,25
¹ Jo. 24 — 1764	Goa	(Ae)	x
² Jo. 25 — 1767	Goa	(Ae)	7,26
Jo. 26 — 1768	Goa	(Ae)	7,80/7,06
Jo. 27 — 1769	Goa	(Ae)	7,65/7,16

¹ *E. Borges Ávila, 9, cit. R.C.*; ² M.N.P., II, 371.

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Doze ∫ Réis. Coroa de louro.

Jo. 28 — s. d.	Goa	(C)	8,07
----------------	-----	-----	------

(Há exemplares com RES). *C.N.*, 407/128.

DEZ RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas, G-A.

R — 10 R ∫ * G * ∫ data. Coroa de louro.

Jo. 29 — 1760 (Io)	Goa	(C)	11,01 (?)/8,4;
Jo. 30 — 1769 (Io)	Goa	(C)	7,42/6,15
Jo. 31 — 1774	Goa	(Ae)	6,77/5,86

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Dez * ∫ Réis. Coroa de louro.

Jo. 32 — s. d.	Goa	(Ae)	6,47/6,42
----------------	-----	------	-----------

SEIS RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 6 R ∫ * G * ∫ data. Coroa de louro.

Jo. 33 — 1762	Goa	(Ae)	4,19/3,74
Jo. 34 — 1764	Goa	(Ae)	4,41/3,21
Jo. 35 — 1768	Goa	(Ae)	3,66

T. G., 1694.

CINCO RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. G-A.

R — 5 R ∫ * G * ∫ data. Coroa de louro.

¹ Jo. 36 — 1760	Goa	(C)	4,08
Jo. 37 — 1774	Goa	(Ae)	3,44/2,92

¹ *T.A.*, V, 35.

VINTE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ Jo. 38 — 1763	Diu	(C)	16,90
Jo. 39 — 1765	Diu	(C)	18,07/14,01
Jo. 40 — 1768	Diu	(C)	15,13/13,94
Jo. 41 — 1777	Diu	(C)	23,94/13,97

¹ C.N., 637/18.

QUINZE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal. G-A.

R — 15. Coroa de louro. Data.

Jo. 42 — 1760	Goa	(C)	11,95/10,76
Jo. 43 — 1769	Goa	(C)	12,95/10,66

DOZE BAZARUCOS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. G-A.

R — XII f data. Coroa de folhas de louro.

Jo. 44 — 1769	Goa	(C)	16,70/11,80
---------------	-----	-----	-------------

(Há exemplares com uma pequena cruz na coroa)

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro; granitos).
A-G (sic).

R — Cruz de Cristo. Data.

Jo. 45 — 1770 (17-70)	Goa	(C)	11,40
-----------------------	-----	-----	-------

M.C., 149.

DEZ BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 10. Coroa de louro. Data.

¹ Jo. 46 — 1760	Goa	(C)	7,99
Jo. 47 — s. d.	Goa	(C)	7,47/7,62

¹ M.N.P., II, 353.A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro; granitos).
A-G (sic).

R — Cruz de Cristo. Data.

Jo. 48 — 1770 (17-70)	Goa	(C)	9,50
-----------------------	-----	-----	------

R.C., 379 e R.C.C.

DEZ BAZARUCOS (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ Jo. 49 — 1765	Diu	(C)	x
Jo. 50 — 1777	Diu	(C)	8,70/8,68

¹ *V.S.B.*, 282.*SEIS BAZARUCOS*

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. G-A.

R — VI f data. Coroa de folhas de louro.

Jo. 51 — 1769	Goa	(C)	9,99/6,52
---------------	-----	-----	-----------

(Há exemplares com uma pequena cruz na coroa)

A — Armas coroadas de Portugal. (?) -A.

R — Cruz de Cristo com 4 pontos ou glóbulos. Data.

Jo. 52 — 1770 (17-70)	Goa	(C)	6,67/6,04
-----------------------	-----	-----	-----------

CINCO BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 5. Coroa de louro. Data.

Jo. 53 — 1760	Goa	(C)	4,08
---------------	-----	-----	------

M.N.P., II, 354.

A — Armas de Portugal, coroadas com 3 ferros de lança. Cunho bárbaro. G-A, J-A ou \mathfrak{A} -A.

R — Cruz de Cristo com 3 ou 4 glóbulos. Data.

Jo. 54 — 1770 (17-70)	Goa ou Damão?	(C)	4,10/3,93
Jo. 55 — 1775 (granitos)	Goa ou Damão?	(C)	7,30/4,12

A — Armas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Jo. 56 — 1765	Diu	(C)	4,20/3,59
¹ Jo. 57 — 1768	Diu	(C)	3,48
Jo. 58 — 1777	Diu	(C)	5,18/3,78

¹ *M.N.P.*, II, 496

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O ou -D.

R — Cruz do Santo Sepulcro cantonada pela data.

Jo. 59 — 1777	Diu	(C)	4,48/3,80
---------------	-----	-----	-----------

CINCO BAZARUCOS (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Jo. 60 — 1778	Diu	(C)	x
<i>P.B., 1082.</i>			

QUATRO BAZARUCOS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. G-A ou \odot -A.

R — IV f data. Coroa de folhas de louro.

Jo. 61 — 1769	Goa	(C)	5,28/2,79
---------------	-----	-----	-----------

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). (?) -A.

R — Cruz de Cristo. Data.

Jo. 62 — 1770 (17-70)	Goa	(C)	4,10/3,75
-----------------------	-----	-----	-----------

DOIS BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).

R — II.

Jo. 63 — s. d.	Goa	(C)	2,21/1,99
----------------	-----	-----	-----------

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). (?) -A.

R — Cruz de Cristo dividindo a data.

Jo. 64 — 1772 (17-72)	Goa	(C)	1,94
<i>C.N., 391/112. (Classificada por C. Nazareth como 4 bazarucos).</i>			

ATIA

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ Jo. 65 — 1750 f 4	Diu	(Ae)	x
² Jo. 66 — 1756	Diu	(Ae)	8,91
³ Jo. 67 — 1758	Diu	(Ae)	8,02
Jo. 68 — 1767	Diu	(Ae)	9,29/8,86
Jo. 69 — 1768	Diu	(Ae)	9,27/8,33
⁴ Jo. 70 — 1770	Diu	(Ae)	x
⁵ Jo. 71 — 1776	Diu	(Ae)	x
⁶ Jo. 72 — 1777	Diu	(Ae)	9,17

¹ *N.G., 364/8;* ² *Colecção do autor;* ³ *C.N., 636/17;* ⁴ *M., N.º 68, 682;*⁵ *W.K., 1589;* e ⁶ *M.N.P., II, 514.*

MEIO ATIA

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-D ou D-O.
 R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ Jo. 73 — 1762	Diu	(Ae)	x
² Jo. 74 — 1767	Diu	(Ae)	4,44
Jo. 75 — 1768	Diu	(Ae)	4,67/4,24

¹ *A.T.*, 42 e *M.*, N.º 48, 286; ² *M.C.*, 134.

*Classificação duvidosa**DEZ BAZARUCOS (?)*

A — Armas de Portugal (cunho bárbaro). Coroa com ferros de lança.
 Granitos. -A.

R — Cruz de Cristo. Ponto no topo de cada haste. Data.

¹ Jo. 76 — 17-70	Damão (?)	(C)	6,67
² Jo. 77 — 1775	Damão (?)	(C)	5,96
Jo. 78 — s. d.	Damão (?)	(C)	6,88/5,16

¹ *M.N.P.*, II, 522; ² *M.N.P.*, II, 525.

QUATRO BAZARUCOS (?)

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz do Santo Sepulcro. Data.

Jo. 79 — 1770 (17-70)	Diu	(C)	x
-----------------------	-----	-----	---

J.M., 1619-a.

DOIS BAZARUCOS (?)

A — Armas coroadas de Portugal. -A.

R — Cruz de Cristo cantonada por 4 cruces.

Jo. 80 — s. d.	Damão	(C)	1,81
----------------	-------	-----	------

M.N.P., II, 517.

D. MARIA I

(Reinou na Metrópole desde 24 de Fevereiro
 de 1777 a 15 de Julho de 1799)

(Aclamada em Goa a 25 de Fevereiro de 1778)

D. MARIA I e D. PEDRO III)

DUAS TANGAS

A — ?

R — T₂ (uniface?)

MP., 01 — s. d (?)	(?)	(Ae)	x
--------------------	-----	------	---

C.R., 21.

TANGA = 60 réis

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).

R — * ∫ Tanga ∫ data. Coroa de louro.

¹ MP. 02 — 1782	Goa	(Ae)	x
² MP. 03 — 1787	Goa	(Ae)	38,58
MP. 04 — s. d.	Goa	(Ae)	43,10/43,05

¹ V.S.B., 283; ² T.G., 1790.

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Tanga. Coroa de folhagem.

M.P. 05 — s. d.	Goa	(Ae)	43,33
-----------------	-----	------	-------

Joaquim José Colaço, cit. R. C., 417.

A — Armas coroadas de Portugal (escudo de D. José I, T. A., 22).

R — 60 ∫ Réis. Coroa de louro (D. Maria I, T. A., 23).

MP. 06 — Tanga híbrida.		(Ae)	x
-------------------------	--	------	---

M., N.º 62, 342.

MEIA TANGA = 30 réis

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).

R — 30 R ∫ * G * ∫ data. Coroa de louro.

¹ MP. 07 — 1779	Goa	(Ae)	10,41
² MP. 08 — 1782	Goa	(Ae)	x

¹ C.N., 410/31; ² C. & M., May 1961, 136.

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).

Meia

R — Tanga ∫ data. Coroa de louro.

¹ MP. 09 — 1782	Goa	(Ae)	x
² MP. 10 — 1787	Goa	(Ae)	20,18

¹ V.S.B., 283-a; ² T.G., 1791.

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).

* *
Meia

R — Tanga. Coroa de louro.

MP. 11 — s. d.	Goa	(Ae)	22,01/20,45
----------------	-----	------	-------------

D. JOSÉ I



42



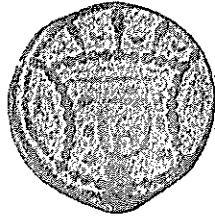
33



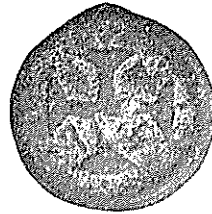
42



51



55



51



75



75

D. MARIA I e PEDRO III



05



13



05

VINTE RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).

*
R — Vinte
Reis f data.

MP. 12 — 1787	Goa	(Ae)	14,55/13,52
MP. 13 — s. d.	Goa	(Ae)	12,79/11,40

DOZE RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).

*
R — Doze f reis

MP. 14 — s. d.	Goa	(Ae)	13,03 (?)
----------------	-----	------	-----------

(Há exemplares com *doze res*). T.G., 1789.

ATIA

A — Armas de Portugal (cunho bárbaro), D-O, O-D, -O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

MP. 15 — 1778	Diu	(Ae)	9,29/9,00
---------------	-----	------	-----------

(Há muitas variantes nos algarismos e na sua posição).

MEIO ATIA

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O e -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ MP. 16 — 1778	Diu	(Ae)	3,88
² MP. 17 — 1781	Diu	(Ae)	4,58

¹ C.N., 647/28; ² M.C., 198.

QUARTO DE ATIA ou DUGNY

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

MP. 18 — 1778	Diu	(Ae)	2,19
---------------	-----	------	------

T.A., V, 43.

(D. MARIA I)

TANGA

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas.

R — Tanga f data. Coroa de louro.

Ml. 01 — 1787	Goa	(Ae)	38,52/37,65
---------------	-----	------	-------------

TANGA (Continuação)

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).
 R — 60 f Reis. Coroa de louro.
 Mi. 02 — s. d. Goa (Ae) 39,60/37,72

MEIA TANGA = 30 réis

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas.
 R — Meia f Tanga f data. Coroa de louro.
 Mi. 03 — 1787 Goa (Ae) 18,80/17,33

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas.
 R — 30 f Reis.
 Mi. 04 — s. d. Goa (Ae) 31,97/18,55

VINTE RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).
 R — 20 f Reis.
 Mi. 05 — s. d. Goa (Ae) 12,38/8,96

DOZE RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).
 R — 12 f Reis.
 Mi. 06 — s. d. Goa (Ae) 7,85/5,53

SEIS RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).
 R — 6 f Reis.
 Mi. 07 — s. d. Goa (Ae) 4,44/3,29

QUATRO RÉIS E MEIO

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas.
 R — 4 ½ f Reis.
 Mi. 08 — s. d. Goa (Ae) 2,89/2,43

TRÊS RÉIS

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).
 R — 3 f Reis.
 Mi. 09 — s. d. Goa (Ae) 1,96/1,85

REAL E MEIO

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas (escudo Luís XV).

R — 1 $\frac{1}{2}$ f Reis.

Ml. 10 — s. d.	Goa	(Ae)	x
<i>T.A., VII, 30.</i>			

ATIA

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Ml. 11 — 1787 *	Diu	(Ae)	9,10/9,06
Ml. 12 — 1799	Diu	(Ae)	9,16/7,36

(* *M.C., N.º 228*, cita um exemplar com a data errada 7187 e o peso de 9,10 g.).

MEIO ATIA

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Ml. 13 — 1787	Diu	(Ae)	4,46/4,45
¹ Ml. 14 — 1788 (?)	Diu	(Ae)	4,47
Ml. 15 — 1789	Diu	(Ae)	4,75/4,38
Ml. 16 — 1799	Diu	(Ae)	4,64/4,35

(Diversas variantes na posição dos algarismos da data).

¹ *M.P., 97.*

QUARTO DE ATIA ou *DUGNY*

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ Ml. 17 — 1787	Diu	(Ae)	2,09
² Ml. 18 — 1788 (?)	Diu	(Ae)	2,27

¹ *C.N., 648/29;* ² *M.P., 98.*

VINTE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Ml. 19 — 1799	Diu	(C)	19,30/11,45 (?)
Ml. 20 — 1800	Diu	(C)	23,10/15,77
Ml. 21 — 1801	Diu	(C)	17,55/13,99

(Diversas variantes na posição dos algarismos da data).

QUINZE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

¹ Mi. 22 — 1799	Diu	(C)	12,20
Mi. 23 — 1800	Diu	(C)	14,68/12,53
Mi. 24 — 1801	Diu	(C)	16,00/13,50

(Diversas variantes na posição dos algarismos da data).

¹ J.M., 1713

DEZ BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Mi. 25 — 1799	Diu	(C)	7,76/4,98
Mi. 26 — 1800	Diu	(C)	9,44/7,62

CINCO BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Mi. 27 — 1799	Diu	(C)	4,24/3,48
Mi. 28 — 1800	Diu	(C)	4,18/3,44
Mi. 29 — 1801	Diu	(C)	4,62/3,43

(Diversas variantes na posição dos algarismos da data).

QUATRO BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Mi. 30 — 1799	Diu	(C)	x
---------------	-----	-----	---

A.T., 34; M., N.º 44, 219.

TRÊS BAZARUCOS

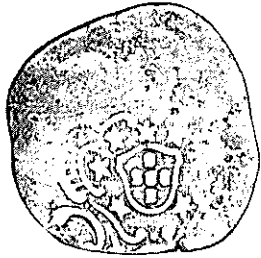
A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Mi. 31 — 1800	Diu	(C)	2,79
---------------	-----	-----	------

T.A., VII, 35.

D. MARIA I



01



06



08



06



02



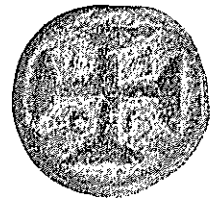
13



26



31



26

*Classificação duvidosa**DOIS BAZARUCOS E MEIO (?)*

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

Ml. 32 — 1800	Diu	(C)	x
---------------	-----	-----	---

C.N., 660/41.

BAZARUCO (?)

A — Escudo coroadado.

R — Grinalda f ÍNDIA.

Ml. 33 — s. d.	Diu	(C)	x
----------------	-----	-----	---

J.M., 1715.

(Por vezes há certa confusão entre moedas de «D. Maria I e D. Pedro III» e de «D. Maria I», quando não datadas. De metais pobres não sabemos que haja moedas cunhadas com as duas efigies).

D. JOÃO REGENTE

(Regente na Metrópole desde 15 de Julho de 1799
a 20 de Março de 1816)

(Proclamado em Goa em dia e mês ignorados de 1807)

TANGA = 60 réis

A — Escudo oval, coroadado e ornamentado (cunho bárbaro).

R — 60 f Reis f data.

JR. 01 — 1818	Diu	(Ae)	38,47/32,20
---------------	-----	------	-------------

(Variantes nos tipos de ornamentação e disposição dos algarismos da data e ainda nas letras).

JR. 02 — s. d.	Goa	(Ae)	40,38/34,27
----------------	-----	------	-------------

MEIA TANGA = 30 réis

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Escudo oval ornamentado.

JR. 03 — 1814 (<i>ensaio</i>)	Goa	(Ae)	13,99
---------------------------------	-----	------	-------

T.A., VII, 8.

A — Escudo oval, coroadado e ornamentado (cunho bárbaro).

R — 30 f Reis f data.

JR. 04 — 1818	Diu	(Ae)	19,60/19,05
JR. 05 — s. d.	Goa (?)	(Ae)	19,95/16,78

QUINZE RÉIS

A — Escudo oval, coroado e ornamentado.

R — 15 f Reis.

JR. 06 — s. d. Goa (Ae) 10,15/8,61
(Variantes nas dimensões do escudo).**DOZE RÉIS**

A — Escudo oval, coroado e ornamentado.

R — 12 f Reis.

JR. 07 — s. d. Goa (Ae) 7,83/6,99
(Variantes nas dimensões do escudo).**DEZ RÉIS**

A — Escudo oval, coroado e ornamentado.

R — 10 f Reis.

JR. 08 — s. d. Goa (Ae) 6,47/5,98
(Há exemplares com o S virado).**SETE RÉIS E MEIO**

A — Escudo oval, coroado e ornamentado.

R — 7 1/2 f Reis; 7 2/4 f Reis ou 7 = f Reis.

JR. 09 — s. d. Goa (Ae) 4,80/4,39

SEIS RÉIS

A — Escudo oval, coroado e ornamentado.

R — 6 f Reis.

JR. 10 — s. d. Goa (Ae) 3,92/3,07

QUATRO RÉIS E MEIO

A — Escudo oval, coroado e ornamentado.

R — 4 1/2 f Reis.

JR. 11 — s. d. Goa (Ae) 2,72/2,61
(Há exemplares com *Res* em vez de *Reis* e com 4 / Reis).**TRÊS RÉIS**

A — Escudo oval, coroado e ornamentado.

R — 3 f Reis.

JR. 12 — s. d. Goa (Ae) 1,53
M.C., 354.**CINCO BAZARUCOS**

A — Armas de Portugal (cunho bárbaro). D-O.

R — Cruz de Cristo canonada pela data.

JR. 13 — 1807 Diu (C) 4,04
M.P., 176 e *W.K.*, 1621.

D. JOÃO VI

(Reinou na Metrópole desde 20 de Março de 1816
a 10 de Março de 1826)
(Em Goa desde 1818-1819 a 18 de Outubro de 1827)

TANGA = 60 réis

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 60 f Reis.

J6. 01 — s. d. Goa (Ae) 39,73/37,09

A — Armas do reino unido de Portugal e Brasil (sem coroa?); escudo reentrante na ponta.

R — 60 f Reis.

J6. 02 — s. d. Diu (Ae) x

Almeida, Basto & Piombino & C.ª, L.ª.

(Há um exemplar sem coroa, mas com a ponta do escudo em bico, com 39,5 g., na colecção do Sr. Dr. Joaquim Fontes Pacheco, de Olhão).

(Exemplar com nítidos vestígios de coroa: *T.A., III, 21*, com 39,14 g.).

MEIA TANGA = 30 réis

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 30 f Reis.

J6. 03 — s. d. Goa (Ae) 19,91/18,85

A — Armas do reino unido de Portugal e Brasil (sem coroa).

R — 30 f Reis (S virado, com ponto).

J6. 04 — s. d. Diu (Ae) 20,10
C. & L., 433; M., N.º 48, 312; A.T., IX, 36 e M.C., 564.

QUINZE RÉIS

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 15 f Reis.

J6. 05 — s. d. Goa (Ae) 9,96/8,64

QUINZE RÉIS (Continuação)

A — Armas do reino unido de Portugal e Brasil (sem coroa). Cunho bárbaro.

R — 15 f Reis.

J6. 06 — s. d. Diu (Ae) 9,99/9,52
(Variantes destes tipos, com esfera grande e esfera pequena).

DOZE RÉIS

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 12 f Reis.

J6. 07 — s. d. Goa (Ae) 7,72/6,97
(Há exemplares cunhados em bronze. Falsos?)

A — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, sem coroa (cunho bárbaro).

R — 12 f Reis.

J6. 08 — s. d. Diu (Ae) 8,07
(Variantes com esfera grande e esfera pequena). *M.C.*, 406.

DEZ RÉIS

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 10 f Reis.

J6. 09 — s. d. Goa (Ae) 6,92/5,72
(Variantes com esfera grande e esfera pequena).

NOVE RÉIS

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 9 f Reis.

J6. 10 — s. d. Goa (Ae) 5,98/5,66

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — Nove f Reis

J6. 11 — s. d. Goa (Ae) 6,68/4,88
(Variantes: com esfera grande e esfera pequena; com escudo largo e escudo estreito; com ponto e sem ponto no I).

D. JOÃO REGENTE



JOÃO VI



SETE RÉIS E MEIO

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 7 $\frac{1}{2}$ f Reis; 7 $\frac{3}{4}$ f Reis; 7= Reis ou 7 f Reis.

J6. 12 — s. d. Goa (Ae) 4,72/4,38

SEIS RÉIS

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 6 f Reis

J6. 13 — s. d. Goa (Ae) 3,90/3,29

A — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, sem coroa (cunho bárbaro).

R — 6 f Reis

J6. 14 — s. d. Diu (Ae) 3,08
M.C., 407.

QUATRO RÉIS E HEIO

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 4 $\frac{1}{2}$ f Reis ou 4= f Reis.

J6. 15 — s. d. Goa (Ae) 3,21/2,81

A — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, sem coroa (cunho bárbaro).

R — 4= f Reis.

J6. 16 — s. d. Diu (Ae) 2,91/2,82
(Variantes com escudo largo e escudo estreito).

TRÊS RÉIS

A — Armas coroadas e ornamentadas do reino unido de Portugal e Brasil.

R — 3 f Reis.

J6. 17 — s. d. Goa (Ae) 2,94/1,84

A — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, sem coroa (cunho bárbaro).

R — 3 f Reis.

J6. 18 — s. d. Diu (Ae) x

N.P.A., cit. R.C., 581.

*Autenticidade duvidosa**REAL E MEIO*

A — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, sem coroa (cunho bárbaro).

R — 1 1/2.

J6. 19 — s. d.	Diu	(Ae)	x
<i>N.P.A., cit. R.C., 582.</i>			

D. PEDRO IV

(Reinou na Metrópole desde 10 de Março de 1826
a 30 de Junho de 1828)

(Aclamado em Goa a 18 de Outubro de 1827)

VINTE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O,
-O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

P4. 01 — 1827	Diu	(C)	23,64/15,39
P4. 02 — 1828	Diu	(C)	20,55/14,95
(Variantes na posição dos algarismos da data).			

QUINZE BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O,
-O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

P4. 03 — 1827	Diu	(C)	x
<i>J.M., 1814</i>			

DEZ BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O,
-O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

P4. 04 — 1827	Diu	(C)	7,9
<i>J.M., 1815.</i>			

D. PEDRO IV



06



06



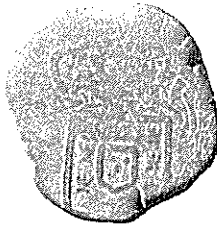
01



D. MIGUEL I



01



04



CINCO BAZARUCOS

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro). D-O, O-D, O-O, -O ou -D.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

P4. 05 — 1827	Diu	(C)	5,07/4,18
¹ P4. 06 — 1828	Diu	(C)	x

¹ *J.M., 1820 e P. B., 1109.*

(Variantes na posição dos algarismos e na cruz do Santo Sepulcro em substituição da de Cristo).

MEIO ATIA

A — Armas coroadas de Portugal. D-O.

R — Cruz de Cristo cantonada pela data.

P4. 07 — 1828	Diu	(C)	11,2
<i>J.M., 1821 (V. «O Archeologo Português», VIII, 53).</i>			

D. MIGUEL

(Reinou na Metrópole desde 30 de Junho de 1828
a 26 de Maio de 1834)

(Aclamado em Goa a 1 de Dezembro de 1829)

TANGA = 60 réis

A — Armas coroadas de Portugal, sem quaisquer ornatos.

R — AP ∫ T, coroa de louro ou dois ramos de louro.

Mi. 01 — s. d.	Goa	(Ae e Br)	43,30/35,27
Mi. 02 — s. d. * (c. m. PR ∫ 809)	Goa	(Ae e Br)	41,10/33,22

* (Variantes com c. m. sobre moedas de D. Maria I (1787), de D. João regente e de D. João VI, em 1831/32)

A — Escudo oval de D. João regente, coroadado e ornamentado.

R — Coroa de louro. AT.

Mi. 03 — Recunhagens de 1832 sobre diversas moedas de reinados anteriores.			
— s. d.	?	(Ae)	≠

(Há exemplares com módulos diferentes).

MEIA TANGA = 30 réis

A — Armas coroadas de Portugal, com ou sem ornatos.

R — AP ∫ ½ T. Coroa de louro ou dois ramos de louro.

Mi. 04 — s. d. c. m. PR ∫ 809 Goa (Ae e Br) 20,24/18,32
 (Há exemplares batidos sobre meias tangas de D. José, D. Maria I e D. Pedro III, D. João regente, etc.).

Mi. 05 — s. d. carimbos div. Goa (Ae e Br) 21,22/15,93

A — Armas coroadas de Portugal.

R — A ½ ∫ T.

Mi. 06 — s. d. Goa (Ae) ≠
 (Recunhagens de 1832 sobre diversas moedas com a c. m. PR ∫ 809, etc.).

D. MARIA II

(Reinou na Metrópole desde 20 de Setembro
 de 1834 a 15 de Novembro de 1853)

(Aclamada em Goa a 10 de Janeiro de 1834)

TANGA = 60 réis

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — Coroa de louro e carvalho. 60 ∫ R.

M2. 01 — 1834 (*ensaio*) Goa (Ae) 33,86
T.A., X, 11.

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — Dois ramos de louro ou coroa de louro. 60 ∫ R.

M2. 02 — 1840 Damão (Ae) 42,83/36,26
 M2. 03 — s. d. (1846?) ? (L) x
 (Carimbo 60. c. m. PR ∫ 809. *J.M., 1871 e 1873*).

A — Armas de Portugal coroadas.

R — 60 ∫ T. Coroa ou dois ramos de louro.

M2. 04 — s. d. (1846?) Goa (Ae) 39,73/33,86
 (Exemplares diversos com o carimbo 60).

MEIA TANGA = 30 réis

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — Coroa de louro e carvalho. 30 ∫ R.

M2. 05 — 1834 (*ensaio*) Goa (Ae) 19,54/19,27

MEIA TANGA = 30 réis (Continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — Coroa de dois ramos de louro. 30 f R.

M2. 06 — 1840	Damão	(Ae)	19,87/17,73
(Exemplares com o carimbo 30).			

M2. 07 — s. d. (carimbo 30)	Goa	(Ae)	14,94
(Recunhagens de 1846 sobre meia tanga de 1762?). C.N., 375/96.			

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas.

R — 30 f 1/2 T. Coroa de dois ramos de louro.

M2. 08 — 1845	Goa	(Ae)	7,47
R.C., 643-a.			

M2. 09 — 1845	Goa	(Ae)	20,33/19,06
---------------	-----	------	-------------

¹ M2. 10 — s. d. (carimbo 30)	Goa	(Ae)	19,04/19,01
(Recunhagens sobre meias tangas de reinados anteriores. Há também notícia de um ensaio no módulo dos 60 réis).			

¹ M. 62 e 63, N.º 361 e 236.*QUINZE RÉIS*

A — Armas coroadas de Portugal. Dois florões. Data.

R — 15•R f D.

M2. 11 — 1843	Damão	(Ae)	9,71/7,13
---------------	-------	------	-----------

A — Anepigrafado (ou quase), 1/4 Tanga (?), muito gasta.

R — Carimbo 15.

M2. 12 — s. d. (Recunhagem de 1846)	Goa	(Ae)	9,50/8,89
-------------------------------------	-----	------	-----------

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 15 f R. Coroa de louro.

M2. 13 — s. d.	Goa	(Ae)	10,07/8,96
----------------	-----	------	------------

DOZE RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 12 f R.

M2. 14 — s. d.	Goa	(Ae)	8,04/7,71
----------------	-----	------	-----------

DEZ RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — 10 f R. Coroa de louro.

M2. 15 — 1834 (ensaio)	Goa	(Ae)	6,45/6,23
------------------------	-----	------	-----------

DEZ RÉIS (Continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. Data.

R — 10 f R. Coroa de louro.

M2. 16 — 1845	Goa	(Ae)	6,89/6,33
---------------	-----	------	-----------

SETE RÉIS E MEIO

A — Armas coroadas de Portugal. Data.

R — 7 ½ R ou 7 1/R.

M2. 17 — 1845	Goa	(Ae)	5,12/4,53
M2. 18 — 1846	Goa	(Ae)	5,24/4,37
M2. 19 — 1848	Goa	(Ae)	4,94/4,68
M2. 20 — s. d.	Goa	(Ae)	5,04/4,01

SEIS RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal. Data.

R — 6 f R.

M2. 21 — 1845	Goa	(Ae)	3,87/3,37
M2. 22 — 1846	Goa	(Ae)	3,99/3,86
M2. 23 — 1848	Goa	(Ae)	4,06/4,00
M2. 24 — s. d.	Goa	(Ae)	4,12/3,73

CINCO RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — 5 f R. Coroa de louro.

M2. 25 — 1834 (<i>ensaio</i>)	Goa	(Ae)	3,09
---------------------------------	-----	------	------

*T.A., X., 14 e J.M., 1844.**QUATRO RÉIS E MEIO*

A — Armas coroadas de Portugal. Data.

R — 4 ½ f R.

M2. 26 — 1845	Goa	(Ae)	3,15/2,78
M2. 27 — 1846	Goa	(Ae)	3,20/2,93
¹ M2. 28 — 1847	Goa	(Ae)	x
² M2. 29 — 1848	Goa	(Ae)	x
³ M2. 30 — s. d.	Goa	(Ae)	2,03

¹ C.N., 578/299; ² C.N., 582/303; ³ M.C., 448.*TRÊS RÉIS*

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — 3 f R. Coroa de louro e carvalho.

M2. 31 — 1834 (<i>ensaio</i>)	Goa	(Ae)	2,16/2,07
---------------------------------	-----	------	-----------

D. MARIA II



04



06



04



11



12



20



21



TRÊS RÉIS (Continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. Data.

R — 3 ∫ R.

M2. 32 — 1845	Goa	(Ae)	2,03/1,74
¹ M2. 33 — 1846	Goa	(Ae)	1,53
M2. 34 — 1848	Goa	(Ae)	2,10/1,98
M2. 35 — s. d.	Goa	(Ae)	2,03/1,52

¹ T.G., 2078.*ATIA*

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. Legenda. Data.

R — Cruz de Cristo.

M2. 36 — 1851 (*ensaio*) Diu (Ae) 7,95/7,47(Há um *ensaio* com 7,777 g., na colecção de Joaquim de Araújo. T.A., XV, 9).*MEIO ATIA*

A — Armas de Portugal. Legenda. Data

R — Cruz de Cristo.

M2. 37 — 1851 (*ensaio*) Diu (Ae) 3,83

(Ensaio de cobre da colecção de Joaquim de Araújo). T.A., XV, 10.

RUPIA

A — Armas coroadas de Portugal. Seis rosetas. Legenda.

R — 600 ∫ R. Coroa de louro. Data.

M2. 38 — 1834 (*ensaio*) Goa (Ae) 9,51

P.B., 1374.

Discos anepígrafos com o valor em algarismos numa das faces

M2. 39 — 60 (réis) Goa (Ae) 39,07/37,97

M2. 40 — 30 (réis) Goa (Ae) 19,04/19,01

M2. 41 — 15 (réis) Goa (Ae) 9,44/ 8,89

D. PEDRO V

(Reinou na Metrópole desde 15 de Novembro
de 1853 a 11 de Novembro de 1861)

(Aclamado em Goa a 1 de Janeiro de 1854)

TANGA = 60 réis

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — 60 ∫ R.

P5. 01 — 1854 Damão (Ae) x

C.N., 678/4.

MEIA TANGA = 30 réis

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro. Data.

R — 30 f R. Dois ramos de louro.

P5. 02 — 1854 Goa para Damão (Ae) 20,40/17,83

QUINZE RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal. Dois florões. Data.

R — 15 R f D.

P5. 03 — 1854 Goa para Damão (Ae) 9,76/9,65

D. LUIZ I

(Reinou na Metrópole desde 11 de Novembro
de 1861 a 19 de Outubro de 1889)

(Aclamado em Goa a 15 de Maio de 1862)

TANGA = 60 réis

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. Legenda. Data.

R — *TANGA* f 60 f REIS. Coroa de dois ramos de louro.

L1. 01 — 1871 Bombay (Ae) 38,06/37,56

MEIA TANGA = 30 réis

A — Armas coroadas de Portugal. Dois ramos de louro.

R — 30 f Data. Coroa de dois ramos de louro.

L1. 02 — 1868 (*Ord tangá*) Bombay (Ae) x
M. J. Campos, in «O Archeologo Português, 1903, VIII, 85.

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. Data.

R — $\frac{1}{4}$ f *TANGA* f 30 f REIS. Coroa de louro.

L1. 03 — 1871 Bombay (Ae) 19,06/18,77

QUARTO DE TANGA = 15 réis.

A — Armas de Portugal, coroadas e ornamentadas. Legenda. Data.

R — $\frac{1}{4}$ f *TANGA* f 15 f REIS.

L1. 04 — 1871 Bombay (Ae) 9,66/9,36

QUARTO DE TANGA = 15 réis. (Continuação)

A — Busto à esquerda. Legenda. Data.

R — Coroa ∫ QUARTO ∫ DE TANGA. Legenda.

L1. 05 — 1881 *	Calcutta ou Bombay (Ae)	6,95/6,41
¹ L1. 06 — 1884	Calcutta ou Bombay (Ae)	6,30
L1. 07 — 1886 **	Calcutta ou Bombay (Ae)	6,32/6,31
L1. 08 — 1888	Calcutta ou Bombay (Ae)	6,48/6,40

(* Há ensaios unificas. ** Há ensaios sobre «flans» polidos).

¹ *M.C., 533.**OITAVO DE TANGA*

A — Busto à esquerda. Legenda. Data.

R — Coroa ∫ OITAVO ∫ DE TANGA. Legenda.

L1. 09 — 1881 *	Calcutta ou Bombay (Ae)	3,28/3,16
¹ L1. 10 — 1884	Calcutta ou Bombay (Ae)	3,14
L1. 11 — 1886 **	Calcutta ou Bombay (Ae)	3,35/3,21

(* Há ensaios unificas. ** Há ensaios sobre «flans» polidos).

¹ *N.G., 339/164.**DEZ RÉIS*

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. Data.

R — 10 ∫ REIS. Coroa de louro.

L1. 12 — 1871	Bombay	(Ae)	6,32/5,42
---------------	--------	------	-----------

CINCO RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. Data.

R — 5 ∫ REIS. Coroa de louro.

L1. 13 — 1871	Bombay	(Ae)	3,21/3,18
---------------	--------	------	-----------

TRÊS RÉIS

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. Data.

R — 3 ∫ REIS. Coroa de louro.

L1. 14 — 1871	Bombay	(Ae)	1,93/1,86
---------------	--------	------	-----------

(Há um exemplar cunhado em ouro. *A.B.P., V, 1233*).

D. CARLOS I

(Reinou na Metrópole desde 19 de Outubro
de 1889 a 1 de Fevereiro de 1908)
(Aclamado em Goa a 28 de Dezembro de 1889)

MEIA TANGA

A — Busto à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal. Legenda. $\frac{1}{2}$ TANGA.

C1. 01 — MCFI	(Ae)	13,00/12,65
¹ C1. 02 — MCFIII	(Ae)	x
¹ N.G., 347/172.		

QUARTO DE TANGA

A — Busto à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal. Legenda. $\frac{1}{4}$ TANGA.

C1. 03 — MCFI	(Ae)	6,32/6,25
¹ C1. 04 — MCFIII	(Ae)	x
¹ N.G., 348/173.		

OITAVO DE TANGA

A — Busto à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal. Legenda. $\frac{1}{8}$ TANGA.

¹ C1. 05 — MCFI	(Ae)	3,25/3,10
² C1. 06 — MCFIII	(Ae)	x

¹ M. J. Campos, in «O Archeologo Português, 1903, VIII, pág. 111; ² N.G., 349/174. Há exemplares recunhados na Índia, em tempo do Grão Mogol Mohamed Akbar, entre 1805 e 1870! V. «Cartilha Numismática», do Dr. Pedro Batalha Reis, vol. I, pág. 388, R. 8, N.º 8.

DUODÉCIMO DE TANGA (*pandurú*)

A — Busto à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal. Legenda. $\frac{1}{12}$ TANGA.

¹ C1. 07 — MCFI	(Ae)	1,97/1,88
² C1. 08 — MCFIII	(Ae)	x

¹ M. J. Campos, in «O Archeologo Português», 1903, vol. VIII, pág. 111.
² A.B.P., lista 5, 1364.

D. PEDRO V



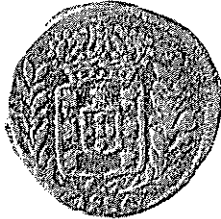
01



03



01



02



02

D. LUÍS I



11



03



13



D. CARLOS I



04



08



04



REPÚBLICA NACIONALISTA

(Desde 1926)

RUPIA

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Valor.

R — Escudo f esfera armilar f Cruz de Cristo. Legenda. Data.

R2. 01 — 1952	Lisboa	(Alp)	11,99
R2. 02 — 1954 (prova)	Lisboa	(Alp)	x

MEIA RUPIA

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Data.

R — Legenda. Valor.

R2. 03 — 1947	Lisboa	(Alp)	5,60
R2. 04 — 1952	Lisboa	(Alp)	5,56

QUARTO DE RUPIA

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Data.

R — Legenda. Valor.

R2. 05 — 1947	Lisboa	(Alp)	2,85
R2. 06 — 1952	Lisboa	(Alp)	2,84

6\$00

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Valor.

R — Escudo f esfera armilar f Cruz de Cristo. Legenda. Data.

R2. 07 — 1959	Lisboa	(Alp)	13,99
---------------	--------	-------	-------

3\$00

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Valor.

R — Escudo f esfera armilar f Cruz de Cristo. Legenda. Data.

R2. 08 — 1958	Lisboa	(Alp)	8,00
R2. 09 — 1959	Lisboa	(Alp)	8,00

1\$00

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Valor.

R — Escudo f esfera armilar f Cruz de Cristo. Legenda. Data.

R2. 10 — 1958	Lisboa	(Alp)	5,61
R2. 11 — 1959	Lisboa	(Alp)	5,61

4 TANGAS

A — Escudo do Estado da Índia. Legenda. Data.

R — Escudo com 5 quinas. Legenda. Valor.

R2. 12 — 1934	Lisboa	(CNI)	3,89
---------------	--------	-------	------

2 TANGAS

A — Escudo do Estado da Índia. Legenda. Data.

R — Escudo com 5 quinas. Valor.

R2. 13 — 1934	Lisboa	(CNI)	2,95
---------------	--------	-------	------

TANGA

A — Escudo do Estado da Índia. Legenda. Data.

R — Escudo com 5 quinas. Legenda. Valor.

R2. 14 — 1934	Lisboa	(CZ)	3,92
---------------	--------	------	------

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Data.

R — Legenda. Valor.

R2. 15 — 1947	Lisboa	(Ae)	x
R2. 16 — 1952	Lisboa	(Ae)	4,01

\$60

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Valor.

R — Escudo f esfera armilar f Cruz de Cristo. Legenda. Data.

R2. 17 — 1958	Lisboa	(Alp)	x
R2. 18 — 1959	Lisboa	(Alp)	3,49

\$30

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Data.

R — Legenda. Valor.

R2. 19 — 1958	Lisboa	(Ae)	3,99
R2. 20 — 1959	Lisboa	(Ae)	3,99

\$10

A — Escudo novo do Estado da Índia. Legenda. Data.

R — Legenda. Valor.

R2. 21 — 1958	Lisboa	(Ae)	2,00
R2. 22 — 1959	Lisboa	(Ae)	2,00
R2. 23 — 1961	Lisboa	(Ae)	x

REPÚBLICA NACIONALISTA



01



12

03

14



15



16

16

Terminamos, assim, a relação das moedas da Índia Portuguesa batidas, vasadas ou cunhadas em metais pobres — portanto com exclusão das de ouro e de prata — que elaborámos com os possíveis cuidados e mediante consultas a livros da especialidade, catálogos e colecções.

Temos a consciência da imperfeição do trabalho realizado, pois que grandes foram as dificuldades encontradas que procurámos resolver; bastas as limitações e deficientes os recursos numismáticos de que dispusemos. Não obstante estamos convictos de que, mesmo assim, mais algumas pedras transportámos para a construção do majestoso edifício da numismática luso-indiana.

Que nos sejam relevados os erros e as omissões involuntariamente cometidos. Que o entusiasmo e a boa-vontade postos na execução deste insignificante trabalho sejam levados em conta a quando da apreciação do que de mau nele se contiver.

SINOPSE DOS TIPOS, SUBTIPOS E EXEMPLARES
APRESENTADOS

			Tipos	Subtipos e exemplares
D. Manuel I	= E1.01	a E1.15	15	15
D. João III	= J3.01	a J3.28	28	28
D. Sebastião	= S.01	a S.19	19	19
Cardeal D. Henrique	= H.01		1	1
Filipe I	= F1.01	a F1.05	5	5
Filipe II	= F2.01	a F2.10	10	10
Filipe III	= F3.01	a F3.02	2	2
D. João IV	= J4.01	a J4.03	3	3
D. Pedro regente	= PR.01	a PR.05	2	5
D. Pedro II	= P2.01	a P2.17	11	17
D. João V	= J5.01	a J5.74	47	74
D. José I	= Jo.01	a Jo.80	35	80
D. Maria I e				
D. Pedro III	= MP.01	a MP.18	11	18
D. Maria I	= MI.01	a MI.33	21	33
D. João regente	= JR.01	a JR.13	11	13
D. João VI	= J6.01	a J6.19	19	19
D. Pedro IV	= P4.01	a P4.07	5	7
D. Miguel	= Mi.01	a Mi.06	4	6
D. Maria II	= M2.01	a M2.41	20	41
D. Pedro V	= P5.01	a P5.03	3	3
D. Luís I	= L1.01	a L1.14	9	14
D. Carlos I	= C1.01	a C1.08	4	8
República nacionalista	= R2.01	a R2.23	13	23
			<hr/>	<hr/>
	Totais		298	444

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA
(Correspondência alfabético-cronológica)

A.B.P.	28	C.N.	7	M.C.	9	S.P.N.	33
A.L.	16	C.R.	29	M.N.P.	35	T.A.	5
A.R.	17	F.C.	4	M.P.	24	T.G.	22
B.N.L.	21	F.S.	20	M.S.	8	V.B.	25
C.A.	36	G.C.	30	N.G.	19	V.M.	6
C.C.	12	Grog.	31	N.P.A.	3	V.S.B.	2
C.F.	37	J.M.	18	P.B.	23	W.K.	11
C.L.	10	J.S.	15	R.C.	26		
C. & L.	14	L.F.	1	R.C.C.	32		
C. & M.	34	M.	27	S.B.	13		

(Por ordem cronológica)

- 1 = L.F. — Memoria das moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos romanos, até o anno de 1856.— Manoel Bernardo Lopes Fernandes. Lisboa, 1856-1857.
- 2 = V.S.B. = Catalogo descriptivo das moedas e medalhas portuguezas que formam parte da collecção do Visconde de Sanches de Baena.— A. C. Teixeira de Aragão. Lisboa, 1869.
- 3 = N.P.A. — Numismatica Portuguesa.— José do Amaral. Porto. 1872-1884.
- 4 = F.C. — Catalogo da collecção de moedas e medalhas portuguezas e outras pertencentes a Eduardo Luis Ferreira do Carmo.— P. A. D. (Pedro Augusto Dias). Porto, 1877.
- 5 = T.A. — Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal.— A. C. Teixeira de Aragão. Vol. III. Lisboa, 1880.
- 6 = V.M. — Collecção numismatica de Julio Meili. Moedas Portuguezas. Variedades e alguns exemplares ineditos. Zürich, 1890.

- 7 = C.N. — Numismática da Índia Portuguesa. — José Maria do Carmo Nazareth. Nova Goa, 1896 (2.^a edição).
- 8 = M.S. — Catalogo das moedas e medalhas portuguesas e estrangeiras existentes na coleção da Sociedade Martins Sarmento. — José de Freitas Costa e Abade de Tagilde. Porto, 1900.
- 9 = M.C. — Numismática Indo-Portuguesa. — Manoel Joaquim de Campos. Lisboa, 1901.
- 10 = C.L. — Catálogos da Liquidadora. — Maria Guilhermina de Jesus. Lisboa, 1902-1910.
- 11 = W.K. — Collection White King, 1.^{ère} partie. — J. Schulman. Amsterdam, 1904.
- 12 = C.C. — Collection Cyro Augusto de Carvalho. — J. Schulman. Amsterdam, 1905.
- 13 = S.B. — Catalogo da collecção numismática pertencente ao espólio de Joaquim Gomes de Sousa Braga, organizado por Augusto de Souza Lobo, por ordem do Consulado de Portugal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1906.
- 14 = C. & L. — Collections Manoel Joaquim de Campos e José Lamas. — J. Schulman. Amsterdam, 1906.
- 15 = J.S. — Collection Joaquim José Júdice dos Santos. — J. Schulman. Amsterdam, 1906.
- 16 = A.L. — Catalogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo. — Arthur Lamas. Lisboa, 1907.
- 17 = A.R. — Collection de Mr. Alvaro de Araujo Ramos, de Bahia. — J. Schulman. Amsterdam, 1909.
- 18 = J.M. — Collection de feu le Dr. Jules Meili à Zürich, 1.^{ère} partie. — J. Schulman. Amsterdam, 1910.

- 19 = N.G. — Catalogo das moedas do Gabinete Numismatico da Biblioteca Nacional de Nova Goa. Parte I. — José Agostinho Xavier. Nova Goa, 1910.
- 20 = F.S. — Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, à Ponta Delgada et de Mr. le Dr. jur. M. V. Calmon Vianna, à Rio de Janeiro. — J. Schulman, Amsterdam, 1911.
- 21 = B.N.L. — Inventario das moedas portuguesas da Biblioteca Nacional de Lisboa. Vol. II. Lisboa, 1914.
- 22 = T.G. — Collection Henry Thomas Grogan. — J. Schulman. Amsterdam, 1914.
- 23 = P.B. — Portugal et Brésil. — J. Schulman, Amsterdam, 1921.
- 24 = M.P. — Catalogo das moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto. — Damião Peres. Porto, 1924.
- 24-a = G.N. — O Gabinete Numismático. — Ernesto Ennes. Lisboa, 1927.
- 25 = V.B. — Colecção de moedas de Manuel Victorino Baptista. Coimbra, 1933.
- 26 — R.C. — Numismatica indo-portuguesa (Bazarucos). — Raúl da Costa Couvreur. Lisboa, 1943.
- 27 = M. — A Moeda, N.º 1 a 78. — Lisboa, 1948-1956.
- 28 = A.B.P. — Listas de moedas, N.º 1 a 6. Lisboa, 1951-1957.
- 29 = C.R. — «Conjunto de raridades». — P. B. R. Lisboa, 1953.
- 30 = G.C. — Contribuições para o estudo da Numismática Indo-Portuguesa. — J. Gerson da Cunha. Trad. do Dr. Luís Pinto Garcia. Lisboa, 1955.
- 31 = Grog. — Numismática Indo-Portuguesa. — H. T. Grogan. Trad. do Dr. Luís Pinto Garcia. Lisboa, 1955.

- 32 = R.C.C. — Numismática Indo-Portuguesa. — Raúl da Costa Couvreur. Porto, 1957.
- 33 = S.P.N. — Leilões por correspondência. — Sociedade Portuguesa de Numismática. Porto, 1959-1967.
- 34 = C. & M. — Seaby's Coin and Medal Bulletin. London, 1961-1962.
- 35 = M.N.P. — Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Numismático Português. — Damião Peres. Lisboa, 1963-1964 (Vols. I e II).

Sem indicação de data:

- 36 = C.A. — Colecções Conde de Ameal. Numismática. — Coimbra, s/d.
- 37 = C.F. — Apontamentos sobre as moedas portuguesas. — Cesar Famin. Mns. s/d, da Biblioteca Nacional de Lisboa, pastas n.º 8866 a 8868.

NOTA DA REDACÇÃO — A devolução pelo Instituto Nacional de Estatística das provas fotográficas que enviáramos ao autor deste trabalho, acompanhada da nota «faleceu», surpreendeu-nos dolorosa e profundamente. Não teve o autor a alegria de ver dado à estampa mais este valioso trabalho dedicado à numária da Índia Portuguesa e fruto de longas e difíceis pesquisas dada a escassez do material estudado.

Quem teve o privilégio de conhecer o Dr. Joaquim Carlos do Rego Fronteira embora apenas através das cartas que inevitavelmente se trocam entre autor e redacção, pôde aperceber-se da sensibilidade e fino espírito que possuía para além do rigorismo de um investigador probo.

De inteligência e coração voltados para a cultura dedicou-se ao estudo do Românico em Portugal e da numismática da nossa Índia, além dos trabalhos de carácter profissional. Não podemos deixar de assinalar que sobre Arte Românica publicou, de 1938 a 1958, 100 artigos em «O Comércio do Porto» e mais seis em «O Tripeiro» de 1945 a 1950. Com excepção de um — Recunhagem Luso-Indiana sobre moedas nativas — publicado em 1966 pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, todos os seus trabalhos e estudos numismáticos foram insertos em «Nummus». O trabalho que precede estas linhas não esgota o labor profundo a que se dedicou: aguardando a próxima oportunidade temos ainda dois pequenos artigos seus, tradutores do seu amor ao estudo e, particularmente, ao estudo da Numismática.

A EXPOSIÇÃO NUMISMÁTICA DO MUSEU GULBENKIAN

Por: M. DE CASTRO HIPÓLITO

Com a abertura do seu novo museu, solenemente inaugurado em 2 de Outubro de 1969, como parte das novas instalações que a Fundação Calouste Gulbenkian fez erigir em Lisboa nos extensos terrenos do antigo Parque de Santa Gertrudes, foi pela primeira vez dado ao público a possibilidade de apreciar devidamente elevado número de peças da singular colecção de obras de arte reunidas durante cerca de quarenta anos por Calouste Sarkis Gulbenkian, que não tinham sido apresentadas no anterior e provisório museu, instalado desde 1965 em parte do Palácio Pombal, em Oeiras. Entre as novas peças agora expostas encontram-se exactamente as que constituem uma selecção do seu admirável núcleo de moedas gregas antigas, pelas quais o criador da colecção nutriu uma afeição tão constante e especial que é mesmo possível através da colecção surpreender algo do coleccionador. Este revela-se-nos a um tempo tão esclarecido como dotado de forte personalidade estética e, como tal, altamente selectivo nas suas opções e exigências, em face da imensa variedade de produções oferecida por uma arte que na sua evolução de cerca de seis séculos percorreu todos os caminhos que vão desde o arcaísmo primitivo até ao helenismo tardio.

Como acontece para toda a colecção apresentada, também o visitante da secção numismática pode beneficiar substancialmente a sua visita com o concurso de um guia (*Museu Calouste Gulbenkian. Suplemento do Roteiro I. Arte Greco-Romana, Numismática*) que lhe oferece, para cada peça, a identificação do centro emissor e muito sumária identificação do tipo, além de indicações de peso, metal e data aproximada de cunhagem. Este guia não inclui qualquer texto de comentário à exposição em geral ou a peças singulares. Mas também aqui um comentário é, contudo, posto à disposição do visitante. Trata-se de um pequeno texto no qual se oferece uma fugaz apreciação relativamente a cada uma das quatro vitrinas da exposição, em conjunção com o mapa que também figura na exposição e no qual se localizam os principais centros e áreas emissores de moeda grega do século VII ao século I a. C.

Além de 398 moedas, a selecção exposta compreende ainda onze «medalhões» greco-romanos. Estas onze peças, de ouro, são parte dos vinte «medalhões» do celeberrimo achado verificado em 1901, muito possivelmente em Abuquir (Egipto), e datarão da primeira metade do século III. Atendendo ao seu extraordinário valor documental e originalidade — são um documento precioso para o estudo da arte greco-romana do século III, que só tem paralelo em peças do achado de Tarso, ocorrido antes, em 1872 — foi-lhes na exposição dado especial relevo. Em vitrina exclusivamente a eles dedicada, figura na exposição a totalidade dos «medalhões» que a Calouste S. Gulbenkian foi dado reunir. Para ilustrar a face oculta de cada peça recorreu-se a electrótipos, de boa execução técnica, que se encontram expostos de maneira a que o observador não os possa confundir com as peças genuínas ao lado das quais elles figuram. No já citado comentário refere-se algo acerca das circunstâncias e história do achado, bem como a interpretação que sugere que tais peças foram preparadas para distribuir como prémios aos vencedores dos jogos olímpicos celebrados em 242-243 em Bereia (Macedónia) em honra de Alexandre Magno que é, efectivamente, o grande herói da série. O que faz o interesse particular dos «medalhões» é o que neles há de inspiração em modelos helenísticos, os quais estabeleceram tradições e tipos de expressão do retrato humano que ecoarão em certas emissões imperiais romanas, mesmo depois do século III. Terá sido exactamente essa dependência de modelos helenísticos — compare-se, por exemplo, o anverso da moeda 211 com a mesma face dos «medalhões» 3 e 4 e não deixe de apreciar-se o impressionante anverso do «medalhão» 6 — servida por grande cuidado de execução, que terá interessado Calouste Gulbenkian.

O núcleo de 398 moedas compreende espécies cunhadas nas diferentes províncias do que em sentido lato se tornou convencional designar por numismática grega. Podem assim admirar-se na selecção oferecida peças provenientes de centros emissores cultural, geográfica e cronologicamente muito diversos, onde, ao lado de peças provenientes de comunidades genuinamente gregas da Itália, Sicília, Grécia Central e Oriental se encontram desde exemplares de comunidades itálicas e peças emitidas pelos Cartagineses (em Espanha, Sicília e África) até às produzidas pelas pequenas cidades ou grandes monarquias do Próximo Oriente ou mesmo das províncias asiáticas contíguas à Índia, como resultado das conquistas de Alexandre e consequente formação e difusão da cultura helenística. Cronologicamente, a exposição apresenta peças que se distribuem do século VI até à segunda metade do século I a. C., com especial incidência no século V e época helenística.

A totalidade das moedas encontra-se distribuída por três vitrinas, apresentando-se expostas segundo um critério primariamente geográfico e secundariamente cronológico. Apenas uma face das moedas é exposta, não havendo quaisquer electrótipos ou moldagens, mas houve a preocupação de tirar o devido proveito dos recursos oferecidos pela colecção no sentido de ilustrar a face oculta dos numismas. Recorreu-se, por isso, com muita frequência, a exemplares com faces cunhadas por cunhos com os mesmos tipos ou muito similares nos seus elementos estruturais ou características artísticas, havendo mesmo casos frequentes de verdadeiros «duplicados». A vitrina 1, com um total de 162 unidades, é exclusivamente dedicada ao Ocidente (Itália, Sicília e Cartago), com peças desde o último quartel do século VI até aos fins do século III a. C. No comentário chama-se a atenção para os principais centros representados, com especial relevo para Catânia e Siracusa, esta última indiscutivelmente o mais progressivo centro monetário do mundo grego no século V a. C. e que na exposição é representado por nada menos que 54 peças. As primeiras 40 deste total situam-se cronologicamente no período de pouco menos de cem anos (c. 485-395) que é, talvez, o mais excitante de toda a numismática grega. Trata-se do lapso de tempo que assistiu à surpreendente evolução que, partindo de modelos arcaicos, veio a gerar as maravilhosas produções clássicas como as cabeças idealizadas, de frente e de perfil, e as quadrigas a galope, com as assinaturas de Címon, Evéneto e outros, produções que, como obras clássicas, dificilmente foram ultrapassadas. Um tal relevo dado ao Ocidente e uma tão larga representação de Siracusa pretendem fazer justiça ao que é, por um lado, a área mais importante da moeda grega no século V e, por outro, dentro da colecção Gulbenkian, um dos seus núcleos mais valiosos, pela excelência, número e variedade das peças, ao lado da geral qualidade das mesmas no que se refere a estado de conservação.

As vitrinas 3 e 4 introduzem-nos nas províncias geográficas exactamente onde, depois do colapso da Sicília às mãos dos Cartagineses e Romanos, a arte monetária grega pôde continuar o seu natural desenvolvimento e enriquecer-se com novas dimensões. Elas podem ser associadas na mesma breve referência. Trata-se de um total de 233 peças, que vão desde Acanto, nas costas nórdicas do Egeu, até ao Egipto e das margens do Adriático até às províncias do Próximo Oriente e confins ocidentais da Índia. Como se salienta no comentário, a selecção apresentada permitirá seguir concretamente, pela consulta do já referido guia em conjunção com o mapa já igualmente citado, a progressiva expansão geográfica dos centros monetários a partir da área de invenção da moeda, na zona de contacto entre a Jónia e a Lídia, no

começo da segunda metade do século VII a. C. Tal selecção habilita também a seguir, de algum modo, nas suas linhas gerais de desenvolvimento, as grandes vicissitudes da moeda grega na Grécia Central e Oriental desde o século V, já que o período anterior está na colecção Gulbenkian, como resultado das preferências estéticas do seu autor, muito mal representado. Como se demonstra pelo exame da geografia e densidade dos centros emissores, natureza das denominações cunhadas e volume de produção, a moeda grega nesta área na segunda metade do século atrás referido foi afectada pela política imperialista de Atenas, bem traduzida na declarada pretensão, a que foi mesmo dada formulação jurídica, de impor as suas «corujas» como única moeda circulante. Com o colapso de tal política e a derrota final na guerra do Peloponeso, cessa um tal condicionalismo e assiste-se a uma renovação de certas cunhagens e expansão da geografia emissora, ao mesmo tempo que outros aspectos novos, como a regularidade de emissão de ouro por certos centros, surgem na numismática do século IV. A um visitante atento, suficientemente paciente e interessado, não escapará que a selecção que lhe é oferecida ecoa estes factores. Resultado da emergência e rápida expansão da casa real da Macedónia como potência política dominante, um novo grande elemento intervem no desenvolvimento da numismática grega: além da substituição de um sem número de emissões diversas na sua geografia, metal e tipologia, pelas emissões bimetálicas regulares e de tipologia constante saídas dos centros monetários do império de Alexandre, a moeda imperial de prata — exactamente o metal tradicional por excelência — dotada de tipos muito sàbiamente escolhidos no seu simbolismo, estava destinada a causar profunda e duradoura influência, a que não pode de maneira nenhuma ser alheio o quase sobrenatural prestígio do herói macedónico. Tal é atestado pelas peças da exposição cunhadas após a fraccionação do império de Alexandre. Tal fraccionação veio a quebrar imediatamente a unidade momentaneamente estabelecida pela moeda imperial mas ao mesmo tempo veio abrir a moeda grega ao que já então havia feito a sua aparição como tipo monetário mas só a título excepcional e pròpriamente à margem da cultura e tradições genuinamente gregas: o retrato monetário. Da excepcional riqueza da colecção Gulbenkian neste capítulo, do ponto de vista artístico sem qualquer margem de dúvida o mais criador e sugestivo aspecto de toda a moeda helenística, dá devida mostra a extraordinária galeria de retratos que foi seleccionada para a exposição, tão interessante em si mesma que, justificando especial atenção do visitante, merece também aqui algumas referências individuais. Os mais antigos retratos existentes na exposição são os dos sátrapas Orontes (n.º 317, data 362, de Lâmpsaco) e Farnabazo

(n.º 366, data 379-374, de Tarso). Apesar dos precedentes pré-helenísticos, de que as duas peças que se acabam de citar não são sequer os mais antigos, Alexandre não cunhou com a sua própria efígie. Como se pode apreciar nos numismas expostos, o seu retrato, idealizado e com atributos divinos, aparece sim mas só depois da sua morte, por iniciativa dos seus sucessores e herdeiros políticos, primeiro sob Ptolomeu I do Egipto (n.º 394), depois sob Seleuco I da Síria mas acolhido à protecção de Ptolomeu (n.º 372) e Lisímaco da Trácia (n.º 211). Ao que parece, a Demétrio Poliorceta (n.ºs 190 e 194) cabe a honra e a ousadia de, perfeitamente de acordo com a psicologia que as suas aventuras castrenses nos fazem conhecer, cunhar pela primeira vez em território grego europeu moeda com a efígie de um homem vivo. A apreciação da trajectória percorrida pela arte do retrato, com os seus acentos idealistas ou realistas, oferece-se através das diversas séries reais apresentadas, com especial relevo, pelo facto de apresentar uma quase completa sucessão cronológica até quase ao meio do século I antes da nossa era, para as moedas da casa real da Síria, cujo último espécime apresentado, de Tigranes I (n.º 389, data 83-69) exhibe já a característica orientalização sofrida pelos modelos gregos no ocaso da arte grega do retrato monetário. O sentido escultural de certos tipos de reverso e os novos aspectos revelados pelas legendas destas moedas reais são outros tantos motivos de interesse. **Importa** acentuar, contudo, que o conjunto altamente seleccionado das vitrinas 2 e 3 reserva ainda muitas outras atracções a quem se dispuser a descobri-las. Apenas como sugestão da variedade que aí se oferece e do interesse a títulos diversos de tal núcleo mencionaremos: os diversos cunhos com cabeças de frente segundo modelos siracusanos do final do século V e, revelando a impressão causada por tais obras primas, provenientes de áreas muito diversas, tais como Anfípolis, Rodes, Clazómenas e Cária; a decadracma ateniense, possivelmente associada com a vitória do helenismo e Atenas sobre os bárbaros persas; as tetradracmas da mesma origem datadas do terceiro quartel do mesmo século mas propositadamente arcaicas na sua expressão artística, ao lado do exemplar emitido em 407-6 com o ouro das vitórias do Pártenon nas circunstâncias dramáticas que as fontes literárias nos fazem conhecer; as magníficas peças clássicas de Élis, associadas com os jogos olímpicos aí celebrados; a grande série de electro de Cízico que, não obstante o metal, foi moeda internacional e se caracteriza pela variedade dos anversos e excelência de gravação; a galeria de anversos de Lâmpsaco, do século IV, igualmente diferenciados e simplesmente magníficos na sua perfeição técnica; a mais antiga peça de toda a selecção exposta, de electro, cunhada em Mileto, cerca de 575-550; a peça de ouro já persa mas que, cunhada antes da intro-

dução do tipo nacional do «arqueiro», continua o modelo de Cresô da Lídia (561-546), que foi o criador do primeiro sistema de bimetalismo monetário conhecido; a riquíssima galeria de tipos exibindo os grandes deuses ou personalidades secundárias do Panteão helénico tais como Zeus, Apolo, Hércules, Posídon, Deméter, Dioniso, Hermes, sátiros, cabiros, ninfas e ménades, em versões cronológicas, geográficas e culturalmente diversas a que não faltam mesmo as imagens híbridas em que as divindades helénicas recebem atributos orientais; tipos que são ilustrações plásticas de mitos diversos; os numismas das muitas cidades da Ásia Menor que no século II lograram cunhar prata e que são tão característicos no seu fabrico e temática tipológica.

Todo este conjunto numismático exposto quando da abertura do Museu Gulbenkian não poderá deixar quaisquer dúvidas a um visitante esclarecido acerca do invulgar valor da colecção Gulbenkian de moedas gregas. Mas tal conjunto é apenas uma selecção e selecção que obedece a um certo critério, entre vários possíveis. É de esperar que as amplas possibilidades da colecção não deixem de ser devidamente exploradas no futuro. É de esperar também que aos simples amantes de obras de arte como aos verdadeiros cultores da numismática e professores seja também oferecida uma oportunidade que o Museu Gulbenkian já proporciona no que se refere a muitíssimas das suas peças de outros sectores artísticos: a possibilidade de, através de diapositivos, levar a sua documentação numismática, onde pontificam peças notabilíssimas pelo seu excepcional estado de conservação, até aos seus domicílios ou até à sala de aula dos estudantes de ramos diversos das ciências históricas.

Ao pretender-se apenas assinalar numa publicação especializada a abertura ao público do que supomos ser em Portugal a primeira exposição verdadeiramente representativa de moedas gregas antigas — exactamente dos mais belos cunhos monetários jamais abertos por mão humana e em idade em que não mais que utensilagem muito rudimentar lhe era acessível para se expressar — parece oportuno recordar que a Fundação Gulbenkian, bem consciente do valor artístico e científico deste material, está desde há anos empenhada no estudo deste sector valiosíssimo da sua colecção, com vista à publicação de um catálogo adequado e completo e que o primeiro volume de tal publicação, dedicado à Itália, Sicília e Cartago, se anuncia para muito breve.

Dado que *Nummus* interessa também aos cultores da medalhística, parece justificar-se recordar aqui que o Museu Gulbenkian oferece-lhes também, na secção de arte europeia, exemplares de magníficas produções de artistas italianos do Renascimento como Pisanello, Matteo de Pasti, Enzola, Sperandio de Mântua e Caradosso.

Outubro de 1969

ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE EL ARTE MONETARIO DE LOS GRIEGOS

Por: ANTONIO MANUEL DE GUADAM Y LÁSCARIS COMNENO

Hablar sobre el arte monetario de los griegos es cosa en extremo difícil, pues aparte de que hablar sobre Arte no puede nunca sustituir a la pura impresión visual, se corre el peligro de o bien generalizar demasiado, con lo que el problema aparece desenfocado y sencillo, cuando es todo lo contrario, o concretar con exceso, lo que lleva consigo necesitar un tratado, en lugar de la extensión normal de un artículo.

Me ha parecido una solución aceptable, el exponer en primer lugar algunas de las más modernas teorías sobre la influencia religiosa en el arte de la Grecia Clásica, así como de la evolución de este mismo Arte, para pasar después a considerar algunos pocos ejemplos de arte monetario, seleccionados entre los que pueden mejor demostrar la importancia de la coiduntica helénica su interdependencia con las restantes manifestaciones artísticas de su época y su jalonnemento a lo largo de todo el decurso de la evolución del arte monetario.

Como es lógico, estas breves consideraciones no pueden tocar puntos tan importantes y cuestiones tan complicadas, como las de técnica monetaria, encuadramiento histórico, escuelas de coiduntas, secuencias de cuños, evolución de tipos, metrología etc. etc. y han de limitarse a muy escasos ejemplos prácticos. Prescindo también de todo aparato erudito en este artículo, limitandome a citar al final las obras modernas de carácter general, de más importancia en estas cuestiones, donde puede encontrar el aficionado amplia documentación y ejemplos abundantes.

A la misma distancia de una extremada especialización que de una divulgación simple, el único objeto de estas páginas es concretar una vez más lo tantas veces expuesto por los mejores numismáticos actuales, la enorme

importancia artística de las acuñaciones monetarias Griegas, entre las que se hallan verdaderas obras maestras en su género, y su posición de evidente privilegio entre los restantes monumentos arqueológicos, por el gran número de ejemplares existentes y la relativa facilidad de estudio directo de los mismos.

Como Charles Seltman expone con fina ironía «...aquellos que ven por primera vez una buena moneda griega, e los que al volver la página de un libro tropiezan con una fotografía de ellas, experimentan una extraña impresión, como se se encontrasen de pronto sumergidos en un frío y tempestuoso mar. Sabíamos, nos dirán, que los griegos hacían monedas, pero no nos figurábamos que fuera así».

Los griegos de la antigüedad no podían desdeñar ninguna posibilidad de belleza en todo objeto de uso diario, y a ello debemos sus incomparables ejemplos de arte monetario.

I

INFLUENCIA RELIGIOSA EN EL ARTE DE LOS GRIEGOS

El sentido espiritual y aun mejor podríamos decir, místico, de todo el arte griego y en especial la escultura y el bajo relieve, ha sido demostrado por autores de la talla de Charles Picard, A. Laumonier, Gernet, Boulanger, etc., como una lógica contrapartida de la tendencia anterior a profanar y comercializar el arte de los helenos, con el único pretexto de su independencia estética. Su religiosidad ha sido siempre muy intensa y ha servido de nexo de unión entre el mundo exterior y el mundo interno, haciendo el papel de educador de las masas, preparándolas para el conocimiento de las más puras doctrinas morales y filosóficas.

Los griegos como casi todos los pueblos antiguos, han tenido siempre el pleno conocimiento del carácter sagrado y misterioso del Arte. Su origen mismo lo atribuían a divinidades, titanes e demonios, como por ejemplo Atenea, Efestos, Hermes, Apolo e Prometeo; los patrones de las primeras confraternidades de los talleres artísticos, son los «kourétes» e los «kabiros» con sus ritos secretos y su misticismo, que poco a poco se va desvaneciendo hasta llegar al período helenístico.

Los grandes espíritus de entonces, artistas, héroes, iniciados, sacerdotes (Platón mismo nos ha dejado a Diótimo como personaje de este carácter en su «Banquete») traducen en mitos adaptables a la mentalidad de la época

los eternos grados de correspondencia entre el Hombre y el Universo, entre el mundo físico y el mundo invisible, entre la materia y el espíritu, y los toreutas graban en sus cuños monetarios la plasmación gráfica de estos mitos, de tan extenso uso en toda la numismática antigua.

La escultura y el relieve eran en la Grecia clásica una verdadera escuela espiritual. Varrón, ve en las estatuas y figuras de los dioses, la idea de «...elevar a aquellos que entendieron los misterios ocultos en sus simbolismos, hasta la contemplación intelectual del alma del mundo», y el mismo Fidias formula la misma idea filosóficamente, en toda su espléndida obra artística. En los griegos la expresión artística no está añadida como algo contingente y auxiliar al puro pensamiento religioso, por el contrario forma un cuerpo con él.

Por otra parte en Grecia, más que en ningún otro estado, el arte está solicitado por la Religión; el culto debe de ser ocasión de placeres públicos y la sociedad religiosa se confunde con la sociedad política; el sujeto colectivo en la religión no es una Iglesia sino la misma «polis» que se afirma como tal en su gloria y en sus fiestas, todas sus manifestaciones religiosas están marcadas por una preocupación particular de su aspecto estético y artístico.

La imagen y especialmente la estatua de culto es en términos helenicos un «agalma». En los primeros tiempos del helenismo no existía puesto que Homero desconoce esta palabra en su sentido religioso, y le aplica únicamente el de adorno u objeto de donación e votivo. Es una imagen del dios desde que los helenos le han hecho una «forma» de la ofrenda y tiene por objeto honrar la divinidad y en consecuencia exaltar la propia personalidad del oferente. Múltiples son los ejemplos de monedas ofrecidas, no como carácter de dinero e peculio sino como «agalma» u ofrenda votiva.

Desde un principio también el arte griego está obligado, como expresión de un tipo divino, a ser hierático por su función y cultural en cuanto a sus fines, y en cierto modo esta tendencia arcaizante que luego estudiaremos en algunos casos, constituye una forma estética de la piedad, tal y como se interpretaba en aquellos siglos.

Resumiendo, debe tenerse en cuenta que el arte religioso griego siempre ha distinguido el «xoanon» la estatua de culto en madera, arcaica y antiquísima, de la imagen moderna, de pura belleza, perfecta en el terreno artístico. La primera es la imagen sagrada, de manera distinta a la obra de arte, que únicamente instruye sobre la divinidad, en frase de Clemente de Alejandría, y ya no puede presentarse a los espíritus la primera sin la segunda, como Fidias se inspira en Homero para encontrar la fórmula de una estatua de Zeus.

En la evolución tan rápida, tan intensa de la escultura y relieve griegos siempre se han distinguido tres grandes etapas, que hasta cierto punto se pueden asimilar a las de la vida humana y a las de cualquier cultura humana en ciertos aspectos:

La *Juventud* es el arcaísmo, y el hombre se representa aun en lenguaje jeroglífico; es una imagen que no se distingue de la del dios, y que trasciende a una esencia más noble que la del individuo en sí, ignorando todo lo pasajero y particular. Esta imagen es la de la fuerza, de la acción, de la alegría, de la vida en sí misma como diría Platón; así de las estatuas y de los relieves de los «kouroi» y de las «koré» emana una verdadera mística de la energía vital, la de los pueblos jóvenes, de los adolescentes.

Progresivamente esta fuerza se concentra en su interior, pierde expansión externa; el hombre aumenta en experiencia, la imagen de los dioses se espiritualiza más que nada por el influjo del misticismo de Eleusis, de Orfeo y de la dadiuria de Delfos. Las viejas fuerzas naturales y telúricas, se transforman en fuerzas de la razón; la vida del alma comienza a reflejarse en el gesto de la imagen; el movimiento espontáneo del arcaísmo, este movimiento casi reflejo, puramente animal, se convierte en armonía de orquesta buscando y encontrando en la inmovilidad su cánón estético.

Entonces aparece la segunda etapa del arte griego en todas sus manifestaciones: a la mística de la vida sucede una mística de la razón, cosa propia de la *edad adulta*. A la fuerza exterior sucede también la inteligencia pura, la introspección, la preocupación por el más allá, por lo invisible, por lo eterno. El concepto Pitagórico del número, la catársis Órfica, la ética Socrática, la sensibilidad secreta e íntima de Eleusis, se aunan y funden en el Partenón, en el Zeus de Olympia, en los relieves votivos, en los cuños monetarios del siglo V, en las estelas funerarias. El hombre al mismo tiempo se ennoblece, se eleva al nivel de los dioses y estos por su parte se humanizan, se endulzan y suavizan en sus fuertes aristas del período arcaico.

Esta proximidad, este parentesco del hombre y de la divinidad, tan hondamente intuitos por Fidias, prepara las almas a recoger siglos más tarde a Jesús hecho hombre como Dios, después de haber aceptado antes el reverso del simbolismo en la apoteosis del culto de los Emperadores romanos.

La tercera etapa, es la *de la vejez*, la de la mística del sentimiento que ya aparece en la segunda mitad del siglo V, pero que más comúnmente se identifica con la idea estética del siglo IV antes de J. C. Su característica es la enorme exaltación de la afectividad, la nostalgia, el sufrimiento y la dulzura. Así aparecen como principales jalones de este arte, el Zeus de Mylasa, la Bacante de Scopas, el Hermes de Praxiteles, el Alejandro de

Lysipo, los decadracmas de Evainetos. Por ellos queda claramente expuesto que hay vias de acceso a lo divino, que no son unicamente la fuerza (lo arcaico) o la razón (lo clásico), y que el «delirio que viene de los dioses» el corazón, la ascética, son medios de elevación a una especie de superconsciencia.

Charles Picard, ha dicho «...es una iniquidad ver solamente en este arte de la Grecia nueva, los ojos convulsionados y el tormento externo de las almas. Cuando la Academia reemplaza a la Acrópolis nacen las estatuas de Praxiteles, imágenes de un real simbolismo Platónico, seres irreales que parecen viajar sin fin entre el mundo de las ideas puras y el paraíso secreto de las almas inspiradas».

El alma griega en menos de dos siglos, siente una nueva y hasta entonces desconocida indulgencia por la feminidad, la vejez, la miseria y el dolor, y esta comprensión espiritual prepara también a la humanidad para la recepción del magno mensaje de Cristo.

Del Asclepios, amigo del pueblo se pasa sin esfuerzo a la concepción artística de Cristo en el trono, y la posición de Jesús en la cruz, que no aparece hasta el siglo IX, tiene su antecedente plástico en la inclinación de la cabeza de Marsyas en suplicio e en la de un Ixion sobre la rueda cósmica.

El arte griego no es simplemente un Museo de formas efímeras y transitorias, es una verdadera cantera de simbolismos, un santuario del espíritu.

II

EVOLUCION DEL ARTE GRIEGO

Concretándonos al arte en su relación con las acuñaciones monetarias y prescindiendo por lo tanto del Cretense (2000 a 1000 antes de J. C.) y del Homérico (1000 a 800 antes de J. C.), restan los cuatro periodos clásicos de la evolución artística en Grecia, al que hay que añadir, ya solo a efectos puramente numismáticos un quinto periodo o fase evolutiva que pudiera denominarse de Arte Imperial, y que se liga con los primeros ejemplos del pre-Byzantino y Byzantino.

A) — ARTE ARCAICO (800-500 antes de J. C.)

Los primeros cuños monetarios conocidos entran de lleno en la primera época del Arte Arcaico (800-650 antes de J. C.) siguiendo la clásica definición de Winter. Las escuelas de Samos y Mileto se hallan en plena actividad

y años mas tarde adquiere un florecimiento completo su tecnica que se refleja en los frontones de Egina e en los Apolos de Kanacos e Tenea. La principal característica del Arte Arcaico en sus inicios es la pobreza de medios con que cuenta y su caracter tímido y reflexivo, trabajando dentro de un círculo muy limitado. Mas tarde la decoración varia y a los fines de este arte, dentro del campo numismático, corresponden entre otras las maravillosas series de estáteros de electrum de Kyzikos en Mysia, con su arte refinado y vigoroso, su energía que trasciende de todos los planos de la moneda y sus interesantes manifestaciones desde el punto de vista simbólico.

Desde luego no se puede considerar el arte arcaico griego como autónomo, ya que su influencia Oriental, fenicia y egipcia, mesopotámica y asiria han contribuido a su formación, crecimiento y expansión, en gran manera, pero es característico de él sus formas siempre medidas y contenidas, cada vez menos rígidas e inflexibles. Otra característica esencial es que las figuras de esta época, de busto redondo, no se hallan nunca ligadas por ninguna dependencia de tipo tectónico o decorativo con el ambiente que las rodea; tienen personalidad independiente por sí mismas y se yerguen en el paraje sagrado sin consideración estética alguna a lo que las rodea. Tampoco su policromía es imitación de la realidad, dominan los tonos azules, rojos y amarillos así como los verdes limpios y jugosos, lo que debía de producir una extraña impresión, al menos para los ojos de los hombres de nuestra época moderna.

Por regla general en este arte, nunca se acentúa ninguna forma que no sea importante por su función orgánica, y viceversa aquellas que corresponden a funciones orgánicas poco importantes se desprecian; es una consecuencia lógica de la mística de la energía vital que impregna todas sus manifestaciones. Tampoco el eje del cuerpo en las estatuas, se admite que se tuerza hacia un lado u otro; la figura debe de estar completamente de frente, y los ojos no pueden mirar hacia los lados, reminiscencia aun de sus orígenes egipcios y asiáticos.

En resumen: una vida juvenil, fuerte y sana, anima con su clásica sonrisa, todo el arte arcaico de los griegos, y en su conjunto es algo mas que un simple eslabón en la cadena evolutiva iniciada; es un verdadero conjunto orgánico, con su principio, su medio y su fin.

B) — ARTE CLÁSICO DEL SIGLO V. ANTES DE J. C.

Sin entrar en el terreno de las discusiones acerca de la madurez ideal de los valores artísticos de expresión que ha de constituir el Arte Clásico, sin duda alguna ya en los últimos decenios del siglo VI, se observa una

rapida evolución en los cuños monetarios, que en cierto modo es paralela a la mas conocida de la escultura y la arquitectura, variando el canon de belleza hacia lo que mas tarde se ha de conceptuar como clásico. Dentro del conjunto de este arte hay una primera etapa, que algunos han llamado de arte sublime (Siglo V) y otra mas modelada y suave (Siglo IV) conocido por época del arte bello.

La primera mitad del siglo V. antes de J. C. es el llamado clásico-preliminar, que se puede dar por terminado con la construcción del Partenon hacia el año 447. Las fuertes conmociones politicas, determinaron un desarrollo de la conciencia nacional helénica, fenómeno que se ha repetido muchas veces en siglos posteriores, que se tradujo en el terreno del Arte en las concepciones mas sublimes y grandiosas de toda su historia, y que no fué propiamente hablando un enriquecimiento en orden a la composicion, sino mas bien debido a la distribucion y aprovechamiento del espacio, lo que en la Numismática de la época conduce a las obras mas perfectas.

El nuevo sentido del movimiento, no lleva consigo un aumento de la actividad corporal, antes al contrario, al reposo externo de las figuras va en aumento y los medios fisiognómicos de la expresión, los ojos, las manos, los rostros en su conjunto, son los interpretes de los sentimientos, para lo cual no habia posibilidad alguna en el arte arcaico.

El periodo posterior o de madurez del arte clásico, abarca desde el año 450 al 350 antes de J. C con un fuerte caracter unitario muy importante, ya que no esta afectado apreciablemente por influencias exteriores; el dibujo pierde la primitiva rudeza que hacia encerrar a los objetos en un contorno excesivamente rigido, y los cuños monetarios como las restantes manifestaciones artisticas de este periodo, tienden hacia un movimiento giratorio de los objetos representados, con una matizacion y gradacion de planos perfecta. La ornamentacion utiliza cada vez mas motivos vegetales, y la movilidad anímica, proporciona al conjunto un sentido de verdadero arte expresivo, con mayor intensidad que en ninguna otra época.

Los griegos de este siglo poseian en sumo grado todas las aptitudes necesarias para animar el cuerpo con la expresion de un sentimiento, facultad que sin duda ejerció una benéfica influencia sobre la conducta espiritual del pueblo. Se evita por regla, todo gesto violento, y se economiza por asi decirlo, la expresión, lo que hace que las cabezas de la época parezcan inertes cuando se las considera aisladas del cuerpo, fuera del conjunto armónico y la posicion para lo que fueron ideadas. En algunas monedas de esta época se aprecia el mismo fenómeno, aunque ciertamente solo en casos extraordinarios se intentó por los toreutas del siglo V. la copia de ninguna escultura coetánea.

Ya en los últimos decenios de este siglo, se desenvuelve el relieve votivo y funerario monumental, enlazándose sin solución de continuidad con el arte del siglo IV.

C) — ARTE CLASICO DEL SIGLO IV. ANTES DE J. C.

Esta segunda edad de oro del arte clásico, como se la ha llamado con frecuencia, no es una época de degeneración o de decadencia de la anterior, sino de un cambio en su íntimo sentido estético; el ablandamiento y la humanización cada vez mayores, le da un cierto parecido con los finales del período de arte arcaico.

Su cualidad más destacada es el apartamiento progresivo de lo natural, apareciendo así el modo de expresión, blando, voluptuoso e indolente, en intensa correspondencia con la necesidad de lujo y de esplendor externo, de vida regalada y de goces materiales que se va extendiendo cada vez más durante los días de Praxiteles, y que en el Oriente griego produce formas mucho más exuberantes que en el Ática.

Es interesante señalar que en todos los momentos de blandura del arte griego, se han producido acontecimientos que no solo han detenido la decadencia en ciernes sino que han dado nuevos impulsos y vigor a las debilitadas fuerzas artísticas de la época. Una vez fué la exuberante floración de las Guerras Médicas, otra la aparición de Alejandro el Magno, una tercera distante en el tiempo pero no en contenido, el Renacimiento pictórico posterior a la pérdida de Constantinopla en 1204.

El descubrimiento de la elasticidad de las líneas y de las superficies se adapta a la ornamentación casi siempre ondulada, con ramas y guirnaldas colgantes; las construcciones son esbeltas y delicadas y el movimiento adquiere un sentido de gracia suave, no siendo atractivo ya para el gusto de la época las rudas expresiones de fuerza de los períodos anteriores.

La forma plástica es más suelta y blanda, las materias flexibles de las telas toman finas calidades y vida propia, y el cuerpo humano adquiere una blandura exuberante en el juego de los músculos, llegando en los últimos decenios a adquirir las imágenes de hombres, encantos casi femeninos. Los Apolos de los reversos de los cuños monetarios Se'eúcidas, son como una prolongación de este tipo evolutivo que comienza en Praxiteles, con su nuevo ideal de belleza corpórea; los cinceles acarician la piedra e el metal en lugar de tallar, y as superficies adquieren así una acertada gradación de la tonalidad y de las sombras que sobrevive en parte durante el período helenístico.

Resumiendo: el siglo IV antes de J. C. adopta una aptitud de abandono de cansancio, de pereza en todo su arte, y el mismo cansancio como tema de representacion propia adquiere una gran amplitud entre los asuntos de la época. Como ha dicho Ernesto Curtis «...el arte del siglo IV alcanza la máxima altura en la expresion de la vida subjetiva, en tanto que cada vez va desentendiendose mas de las leyes formales del arte severo, cayendo en lo inconmensurable, uniendo lo que no puede unirse y mezclando procesos reales con ideas fantasticas».

D) — ARTE HELENISTICO

Esta época representa para el arte griego un considerable aumento cuantitativo de la producción. La Grecia continental no es ya mas que una muy pequeña parte del inmenso territorio que comprende todos los países del mediterraneo oriental; las brillantes metrópolis de Antioquia, Pergamo y Alejandria, sobrepasan el esplendor de Atenas, y dan un tono especial a este llamado arte helenistico, nuevo, profundo, vivo y real, tan cercano en muchos aspectos el arte moderno.

Aumenta considerablemente el interes por el retrato y los cuños monetarios nos han legado magníficos ejemplares de este arte en bustos de reyes y dinastas, no superados en realidad de expresion, y gradacion de planos por ningun arte distinto.

El verdadero comienzo de esta nueva orientacion cae dentro de la segunda mitad del siglo IV, pues Lisipo dió a la plástica un impulso completamente nuevo, que se sale ya de los límites del clasicismo. Se ha dicho que el Apoxiómeno «es la primera imagen de un hombre moderno», y asi es en efecto, pues a partir de esta fecha durante cerca de 300 años, permanecen incommovibles en sus fundamentos el poder y el valor de las nuevas conquistas estéticas, desenvolviendose con una riqueza y variedad cada vez mayor hasta los últimos decenios de la Republica Romana que fué el final del periodo.

Puntualicemos por ultimo sus características: grandeza, pluralidad de figuras, acumulacion de fajas ornamentales, mezcla de estilos, continuas alteraciones, agrupamientos inarmónicos, efecto de profundidad en la perspectiva y sobretudo una orientacion en el sentido del eje de profundidad, que con la asimetria en la composicion, son la base de las acuñaciones cistofóricas, otro de los mayores ejemplos monetarios del llamado arte helenistico.

E) — ARTE IMPERIAL GRIEGO

No merece propiamente, y aun menos si se le compara con los anteriores, el calificativo de arte propio, pero numismáticamente considerado es muy interesante su estudio, mas por razones arqueológicas e históricas, que puramente artísticas.

Su especial característica es la fiel reproducción de estatuas y grupos escultóricos de artistas celebres de las épocas clásicas, en la mayor parte de los cuños monetarios, con lo que se efectua un a modo de primer renacimiento y al mismo tiempo quedan grabadas imagenes plasticas de obras de arte, tan solo conocidas por descripciones literarias mas o menos defectuosas, entre las que destaca por su importancia las del primer viajero y comentarista de arte, Pausanias.



No es solo la manera de ver las cosas, lo que caracteriza el arte griego, sino mas bien por la totalidad de la ideación y por la propia estructura psicológica de la raza es por lo que se distingue de los demas tipos de arte que conocemos. El arte monetario griego ha ido por sendas en las cuales ningun otro pueb'o ha podido aventurarse sin perderse.

El secreto, la médula de vida que permanece dentro de estas variaciones evolutivas que hemos reseñado, aun no ha podido ser hallado y es difícil que lo sea. Mucho ha influido la habilidad toreutica, el duro aprendizaje, la tecnica depurada, pero su esencia es la misma de aquella criatura radiante «...que nació de la espuma del Mar Egeo, y unicamente bajo el sereno cielo de Grecia, pudo llegar al pleno desarrollo de su esplendor y de su belleza. Y que solo ha existido una vez en el Mundo».

III

EL ARTE EN LAS MONEDAS GRIEGAS

Ya hemos visto a grandes rasgos, la evolucion del arte griego en general y su distinta fisionomía, contenido e interpretacion, que son como afloraciones del intimo sentir de cada época, depuradas y afinadas por una extraordinaria tecnica, al servicio de unos maestros sin par en la Historia.

La toreutica e confección de cuños para monedas sigue una marcha paralela, con una intima interdependencia entre aquella e la escultura e grabado puesto que pueden facilmente hallarse en cada ciudad emisora, las

diferencias de estilo, consiguientes a las evoluciones artisticas generales, con gradaciones lentas unas veces, pero en otras ocasiones con bruscas interrupciones ocasionadas por acontecimientos politicos e militares. En la mayor parte de los casos, a una ocupacion militar e a una derrota guerrera sucede una variacion de estilo con clara influencia de la potencia vencedora, lo que ha llegado a originar poco a poco una cada vez mayor área del mismo estilo artistico, con la vida victoriosa de Alejandro o las expansiones guerreras de Atenas siglos antes, hacia el Oriente y el Occidente.

La clasificacion de las monedas por su estilo y los supuestos periodos de arte decadente, etc., etc., esta ya por completo abandonada, pues aparte de las mas elementales consideraciones sobre estos periodos artisticos, se ha demostrado, plenamente que es un problema muy dificil una datacion exacta de las monedas por su estilo simplemente, y que induce a errores mayusculos solo tener en cuenta este dato; al abandonarse este sistema se utiliza ahora el de secuencia de cuños, mucho mas cientifico que el anterior, pero de muy dificil adaptacion a las cecas con pocos ejemplares conocidos.

Dado el caracter general de estos comentarios, conviene utilizar un sistema de grandes grupos, sin entrar para nada en detalles tecnicos, orientando el estudio unicamente hacia una comprension de lo que fueron los estilos artisticos griegos aplicados a la Numismatica.

Muchos pueden ser los ejemplos a citar en cada uno de los grupos, pero limitandonos por razones de espacio a unicamente dos en cada uno, hemos procurado seleccionar ciudades emisoras con tipos diferentes y situaciones geograficas dispares, hasta donde ha sido posible, agrupando como arte helenistico todo el comprendido hasta el siglo I desde el III antes de J. C. Se detallan unicamente piezas mayores que el dracma, bien estateros o tetradracmas, excepto en el periodo V. onde el cobre y el «vellon» son los mas caracteristicos.

La distribucion de cecas emisoras será pues la siguiente:

I) — ARTE MONETARIO ARCAICO

a) — CORINTO

b) — CAULONIA.

II) — ARTE MONETARIO DEL SIGLO V. antes de J. C.

c) — NAXOS (SICILIA)

d) — ACANTHOS.

III) — ARTE MONETARIO DEL SIGLO IV. antes de J. C.

e) — AINOS

f) — SIRACUSA.

IV) — ARTE MONETARIO HELENISTICO

g) — PERGAMO *h)* — BACTRIA.

V) — ARTE MONETARIO GRIEGO BAJO
EL IMPERIO ROMANO

i) — ATENAS *j)* — ALEJANDRIA.

I) — ARTE MONETARIO ARCAICO

A) — CORINTO

La importancia comercial de Corinto, que controlaba todas las rutas marítimas del mar Egeo, así como las terrestres desde el Norte de Grecia al Peloponeso, fue sin duda la causa de su amonedación tan abundante y tan antigua, en la que se pueden observar claramente los periodos artísticos Arcaico y Clásico.

Antes de Sisyphus el legendario fundador de su segunda dinastía, los datos históricos faltan, pero su nombre está ligado por su nieto Belerofonte al mito de Pegaso y a la invención de la brida, temas estos que han de utilizarse ya en todas sus emisiones monetarias tanto de la ciudad como de sus futuras Colonias.

Las primeras monedas de Corinto, pertenecen al reinado de Cypselus o sea aproximadamente en los años 657 a 625 antes de J. C.

Dentro del periodo artístico Arcaico, corresponden los siguientes tipos de monedas:

- a)* — Época de Cypselus — 657 a 625 antes de J. C.
- b)* — Época de Periandro — 625 a 540 antes de J. C.
- c)* — Época de puro estilo Arcaico — 540 a 480 antes de J. C.

a) — TIPO DE CYPSELUS — Flan grueso

Anv/ — Pegaso con alas curvadas, «koppa» arcaica entre las patas.

Rev/ — Incuso de tipo de aspa de molino.

Este tipo es una clara derivación de los estáteros de Egina, las primeras amonedaciones del continente griego, a los que imitan en cuanto a espesor de flan, técnica monetaria, y figuración del reverso, por lo que no pueden ser

considerados como un tipo autóctono Corintio, excepto en la figuración del caballo alado. Su estilo es vigoroso, con alas muy recurvadas, fuerte modelación y cabeza con labios entreabiertos, como resoplando bajo la tensión de la brida. Son ejemplares muy raros.

b) — TIPO DE PERIANDRO — Flan delgado

Anv/ — Como el anterior.

Rev/ — Incuso en tipo que va evolucionando hacia el llamado de svastika con un escalon intermedio de dibujo cuatripartito, con un nódulo en cada uno de los espacios incusos.

No es posible marcar una línea segura de evolución en las figuraciones del reverso, ni menos aun basarse en concepciones estilísticas para graduar la evolución del Pegaso arcaico; artísticamente no se diferencia del tipo anterior, y solo el espesor del flan marca la línea de diferenciación entre ambos. Este tipo de amonedación ha debido de ser el modelo de todas las acuñaciones llamadas Aqueas en la Magna Grecia, que luego estudiaremos.

c) — TIPO DE PURO ESTILO ARCAICO — Flan grueso

Anv/ — Como los anteriores.

Rev/ — Atenea con yelmo en la cabeza, sobre un cuadrilátero incuso.

En las series más modernas comienzan a utilizarse símbolos secundarios detrás del casco de Atenea.

La cabeza de Atenea «Xalinitis» representada en Corinto por primera vez, es del más puro estilo arcaico de arte, con ojos vistos de frente, sonrisa estilizada, ligera inclinación, casco sin cubre-nuca y collar claramente indicado. Se ha discutido ampliamente, hasta nuestros días, acerca de si puede considerarse o no como copia de alguna obra escultórica de la misma diosa, que desde luego había de hallarse en Corinto, ya que era su protectora, pero el nexo de unión del simbolismo con el de Belerofonte y Pegaso, hace suponer se trata de un cuño original, que más tarde pasa a formar el tipo principal del estatero, relegando la imagen del Pegaso al reverso. Lo que si puede asegurarse es que no se trata de una reproducción de la estatua armada de Afrodita a que se refiera Pausanias (II,4,6) como vista por él en el Acrocorinto, ya que Afrodita con yelmo no ha existido nunca y solo ha tenido

por arma el escudo que usa como espejo, como claramente se observa en algunos bronceos de la época Imperial.

La Atenea «Xalinitis», advocacion que desde Babelon esta identificada con estos reversos de Corinto, parece tenia un templo propio en la plaza del mercado de la Ciudad, pero no nos queda ninguna descripcion literaria de la misma.

B) — CAULONIA

Esta ciudad de Bruttium en la Magna Grecia, tiene una interesante acuñacion de estilo arcaico, que coincide como en las demas cecas influenciadas por las doctrinas Pitagoricas, con un periodo de florecimiento del tipo incuso con la misma figuracion en reverso, entre los años 550 y 480 antes de J. C.

Los tipos subsiguientes con reverso en relieve, que se escalonan hasta el año 388, fecha en que Caulonia fue destruida por Dionisio, solo presentan en sus ejemplares mas antiguos el tipo de arte arcaico puro, para ir evolucionando lentamente bajo el influjo de las tendencias artisticas de los siglos V y IV. Limitandonos al tipo de reverso incuso, sus caracteristicas en los estáteros, son las siguientes:

Anv/ — Figura masculina desnuda, con el pelo en trenzas, avanzando hacia la derecha. En la mano diestra lleva una rama, y sobre el brazo izquierdo que tiene extendido, una pequeña figura corriendo, con sandalias aladas y una rama en cada mano. A la derecha del campo una cierva retrospectiva.

Rev/ — El mismo pero en incuso, con notables variaciones a veces, pues suele faltar la pequeña figura alada, o bien aparece como retocada o en silueta en otros casos.

Leyenda/ — KAVLO en caracteres arcaicos, a veces abreviada o retrogradada e no siempre en los reversos.

Desde el punto de vista artistico la figura desnuda que avanza hacia la derecha es un puro ejemplar de arte arcaico griego. La modelacion del cuerpo, la actitud, la fuerte musculatura, la forma del peinado, su misma posicion de avance son tipicas del arte de su época, y aun del siglo anterior al de su emision.

El lado izquierdo de la base arcaica del muro de Temistocles en Atenas nos ha proporcionado con la unica diferencia del peinado, un antece-

dente escultórico, de técnica, gracia y armonía muy semejantes, en el celebre friso de los jugadores de pelota, con su aparente verticalidad que encierra en cambio un completo movimiento en cada actitud estática, y de la sensación visual de un vivo movimiento en todas las figuras de los efebos. Y aun el peinado del efebo de Caulonia tiene su analogía en el de la figura extrema izquierda del friso, con sus bucles «jónicos» en oposición al peinado de tipo «ático» del resto de los jugadores.

Comparando estas amonedaciones de Caulonia con el resto de las figuraciones monetarias que se atribuyen a Apolos arcaicos desnudos, hay ciertamente muchas analogías; el de los bronce de Egina de la época helenística tiene también la pierna derecha avanzada con el arco en la mano izquierda y un ramo en la derecha, copia de un «xoanon» que Pausanias describe en un santuario de la Isla, como estatua de culto. Otros ejemplos se pueden citar en Anactorium, como símbolo; en Tanagra, en Apolonia, en Creta, etc., pero el de Sinope es sin duda el más importante de todos, en el reverso de los raros tetradracmas de los siglos III y II antes de J. C., con la figura desnuda llevando una rama de laurel, y avanzando en forma parecida al de Caulonia.

A pesar de todas estas analogías aparentes, que sólo prueban la similitud de figuración pero no de simbolismo, he sostenido ya en trabajos anteriores mi teoría de que las amonedaciones Aqueas de la Magna Grecia, no podían ciertamente, de no romper con uno de los más principales postulados Pitagóricos («no pongas nunca la imagen de un dios dentro del círculo de un anillo») utilizar la figura desnuda como símbolo del dios Apolo, y por lo tanto debe de interpretarse como la imagen de un Dios-Río del lugar, en clara analogía con Sybaris y su toro, Dios-Río también.

Aparte de esto la figurilla alada que corre por su brazo, Agon el dios de los juegos muy semejante a la de Peparethos en el mar Egeo, también del siglo VI antes de J. C., hace muy difícil suponer sea sostenida por Apolo, al que hay únicamente que conceder su simbolización en la cierva de la derecha del flan monetario.

Otro detalle de importancia son las líneas de puntos e basamentos de las figuras, colocadas a alturas diferentes, como indicación de figuraciones independientes unas de otras.

Más tarde, desaparecido el tipo de reverso incluso con la destrucción de la hermandad Pitagórica, la cierva sola ya y en relieve ocupa todo el flan de la moneda, pero no por ello desaparece en algunos casos la pequeña cierva del anverso, ni la rama de «kaulós», otro de los posibles parásimonos de la ciudad.

II) — ARTE MONETARIO DEL SIGLO V. a. J. C.

C) — NAXOS (SICILIA)

Dentro del arte monetario griego del siglo V. nos corresponde considerar unicamente las acuñaciones de tetradracmas de los grupos III, IV y V o sea de los años 461-430; 430-420 y 420-403 antes de J. C. que nos proporcionan un bellissimo ejemplo de la toreútica helénica de este sig'o, en tres cuños muy diferentes en sí, pero ligados por su simbolismo y figuracion a la evolución de todo el Arte griego de su época.

Naxos, la actual Capo di Schisso en Sicilia, fué una de las mas florecientes colonias griegas en la Isla, desde aproximadamente 735 antes de J. C. en que fué fundada por um gran contingente de colonos de la Isla de Naxos, a lo que debe su nombre, hasta el año 403 en que fué completamente destruida por Dionisio.

III GRUPO (461 a 430 antes de J. C.)

Solo se conoce un doble cuño de tetradracmas de este periodo, que ha dado lugar por lo menos, a 56 ejemplares hallados hasta la fecha, lo que constituye en realidad un record, pues de ningun otro par de cuños monetarios de la antigüedad griega nos han quedado tantas muestras, aunque en algunos casos su número sea tambien extraordinario. (21 en Metaponto, 45 en los Decadracmas de Evainetos, 26 en los Tetradracmas de Himera por ejemp'o).

Su figuracion es la siguiente:

Anv/ — Cabeza de Dionisos mirando a la derecha. Larga barba y cabello recogido por medio de un nudo en la nuca. Coronado con hojas de yedra. Sobre el labio superior bigote lineal que se une a la barba. Las hojas de yedra son en numero de 5 en cada lado, cuatro delante y una detras de la oreja. Ojos en perfil. Grafila de puntos.

Rev/ — Si'eno barbado, desnudo o ithyfálico, de fuerte ascendencia arcaica, orejas puntiagudas, largo rabo. Sentado de frente y con la cabeza ladeada hacia la izquierda. En una mano tiene un «kantharos» y se sostiene en el suelo con la otra. Fuerte musculatura sobre todo en el torax y abdomen.

Leyenda — N — AXI — ON.

Estos tetradracmas, una de las mas bellas monedas de todos los tiempos, presentan una modelacion, una gradacion de planos y una sutileza

de detalles que los hacen entrar en la categoría de excepcionales, aunque se desconozca por desgracia el nombre del toreuta que los ideó, conocido únicamente por el nombre de «el maestro de Aetna», según la escuela numismática inglesa.

El motivo del reverso tiene una indudable ascendencia en el arte clásico griego, y entre otros se pueden citar los siguientes antecedentes pictóricos y plásticos:

a) — Un vaso de figuras rojas con un sileno sentado en actitud análoga en el Metropolitan Museum de Nueva York. Obra de hacia el año 510 antes de J. C. (G. Richter. Redfiguren Vases. lám. 9,4).

b) — Una piedra tallada del Cabinet des Medailles de París. Hacia el año 480 antes de J. C. Existente en la colección de Luynes.

c) — Un pequeño bronce del Museo de Historia del Arte de Viena, con un negro durmiendo. Obra de hacia el año 450 antes de J. C.

La fecha de emisión de estos tetrádracmas corresponde por evolución de estilo a una etapa intermedia entre los antecedentes de París y de Viena, lo que demuestra la atribución de los mismos al período 461-430 antes de J. C., ya que estas emisiones como los Damareteion de Siracusa, los tetrádracmas de Aetna, los de Himera y tantos otros, son consecuencia de la época de prosperidad y florecimiento que reinó en toda Sicilia, en el segundo año de la Olimpiada 79 o sea en el 462-461 antes de J. C., como lo relata Diodoro (... toda la Sicilia aumentó en prosperidad, desde que Siracusa y las demás ciudades de la Isla, sacudieron el yugo de la tiranía. XI-72-1).

Los sicilianos rivalizaron en encargarse de la confección de los cuños monetarios de sus ciudades, a los mejores artistas de Grecia, se volvió a disfrutar de la belleza de la moneda artística, y la Humanidad tiene una deuda de gratitud con los que ordenaron y dirigieron una tan hermosa vulgarización del arte clásico, que por fortuna ha llegado hasta nosotros.

IV GRUPO (430-420 antes de J. C.)

Solo cinco cuños es la representación actual de este tipo, más evolucionado que el anterior y con 51 ejemplares conocidos. Las dos partes de la moneda se hicieron nuevas por completo; en el anverso la misma cabeza de Dionisos pierde todo su resto de arcaísmo, el cabello y la barba quedan más cortos, en la cabeza figura una ancha cinta o stéfane, el ángulo de los párpados más inclinado; todo el cuño adquiere la especial característica del

estilo mas fino de grabado, de mas suavidad en la modelacion que el anterior. La figura del reverso tambien evoluciona mucho; el Sileno aunque sentado en la misma forma, se suaviza en su modelado muscular, aparece un «thyrsos» a la derecha del campo y un racimo de pampanos ocupa el lado izquierdo; el flan monetario se rellena con simbolos en lugar de utilizar las propias letras de la leyenda, y esta toma una forma diferente N A — I O N.

En resumen, los simbolos pasan a ocupar un lugar preferente, y la modelacion se afina, hecho que se repite en todas las emisiones griegas. El conjunto constituye un tetradracma que sin llegar al vigor y fuerza expresiva del anterior, es en cambio modelo de delicadeza en el grabado artistico.

V GRUPO (420-403 antes de J. C.)

Este ultimo tipo evolutivo de los Tetradracmas de Naxos es el mas raro de todos. Solo se han hallado cuatro ejemplares de un único cuño, lo que prueba que las emisiones fueron mucho mas cortas en tiempo que las anteriores. De nuevo cambian por completo el anverso y el reverso de las monedas. Su evolucion es hacia lo que hemos convenido en llamar, arte bello y no sublime, mas propio del siglo IV que del V.; Dionisos en el anverso sin cinta en el cabello, es un joven con rostro algo efeminado, y su figura nos recuerda mucho la mano de Evainetos, sobretodo en sus cuños de Camarina. El Sileno del reverso continua con el «kantharos», pero en lugar del tirso del campo monetario, aparece un pellejo de vino a medio llenar, lo que da una nota de mayor realismo a la escena. Las hojas de yedra, por otra parte, llenan ya todo el campo tanto a derecha como a izquierda del Sileno.

En estos ultimos cuños se nota aun mas que en los anteriores, el simbolismo conjunto de ambos lados de la moneda; es un canto a la Vida en su mas puro estilo Platónico, a los placeres de la vida, alegre, natural, primitiva y sana, y Dionisos y el Sileno se conjuntan en Naxos, como en Sicilia y en toda la Hélade.

D) — AKANTHOS

Los hermosos tetradracmas de la ciudad de Akanthos, situada en el siglo VI antes de J. C. en la llanura que se extiende al pie del Monte Athos, hoy Erisso, en el istmo de la península de Akté, precisamente la mas Oriental de las tres penínsulas que la Calcidica prolonga en el Mar Egeo, son otro ejemplo sobresaliente del mas puro y recio arte del siglo V. evolucionando a un mas bello y suave modelado en sus ultimas emisiones.

Toda la region del Norte de Grecia se ha caracterizado siempre por la magistral representacion de animales en sus tipos monetarios y los caballos de los Bisaltes, los bueyes de los Orreskios y de los Derrones, han tenido justa fama desde la antigüedad.

Akanthos utiliza en sus cuños de anverso el compacto grupo en lucha de un toro que ha caido de rodillas ante el impulso feroz y el peso de un leon, que ha clavado ya sus garras en la carne de su victima, abrazandola con abrazo mortal. Las variedades, dentro de esta clase general, son muchas, pero hay cuatro características fundamentales, que no dejarn de presentarse en ninguno de estos tetradracmas:

- 1) — El leon esta siempre por completo, encima del toro.
- 2) — Su orientacion es siempre la contraria de su victima.
- 3) — El leon muerde la grupa del toro.
- 4) — El grupo esta circundado de grafila de puntos.

El tema del leon atacando al toro, ha sido siempre favorito de los griegos desde tiempos de Homero. Recordemos los famosos versos «...como el rojo y animoso toro, a quien devora un leon que se ha presentado entre los flexipedes bueyes, brama, al morir entre las mandibulas de la fiera» (Iliada, XVI-487) y tambien «...como vacas aterrorizadas por un leon, que presentandose en la escuridad de la noche, da cruel muerte a una de ellas, rompiendo su cerviz». (Iliade, XI-172).

El relato Homerico ha tenido tambien abundante representacion gráfica ya desde los tiempos de la construccion del templo arcaico de Apolo en Delfos, donde en el angulo izquierdo del fronton Oriental, un toro de marmol de paros, con las heridas teñidas en rojo, agoniza bajo las garras de un leon.

Sigue aun en pie la controversia, acerca de si realmente fue este grupo en lucha, el blason de la ciudad de Akanthos, de donde se derivaron los cuños monetarios que estamos estudiando. Como norma general este grupo se encuentra tambien en otras regiones de la Grecia clasica, ya en Xanthos en la Licia o bien en la misma Acropolis de Atenas, con un indudable origen Oriental, ya registrado en algunos cilindros mesopotamicos y asirios.

Concretandonos al siglo V. antes de J. C. los tetradracmas de Akanthos, presentan los dos tipos siguientes:

- a) — De patron de peso Euboico-Atico. 500 a 424 antes de J. C.
- b) — De patron de peso fenicio. 424 a 400 antes de J. C.

Los primeros se pueden subdividir, siguiendo un orden cronológico, en la siguiente forma:

Primer grupo— Anteriores a 480 antes de J. C. De puro tipo arcaico.
Segundo grupo— Desde 480 a 424. Arte clásico, evolucionado.

Para esta clasificación y en general para el estudio de la amonedación completa de Akanthos, han servido de base los reversos montearios más que los anversos, pues por estío del grupo del toro y el león es mucho más difícil concretar una fecha exacta de emisión, y las célebres «leonas» punteadas aun son consideradas por algunos numismáticos ingleses, anteriores a los tipos de león, de indudable prioridad para otros especialistas belgas y franceses.

Los reversos como los de todas las series traco-macedonias, se inician por el cuadrado incuso, con cuatro impresiones desiguales, no separadas por las rayas en forma de cruz; pueden tener el aspecto de aspas de molino como los de Egina y Corinto (tipo Eginético) o de cruz gamada (tipo Corintio evolucionado), más o menos perfecto. A este primer tipo sucede un segundo de cuadrado incuso, dividido en cuatro partes iguales por una cruz en relieve, lo que demuestra ya un primer adelanto de técnica. Desde el año 480 aparece la leyenda con el nombre de la ciudad, en un recuadro rectangular exterior al primitivo cuadrado incuso. La forma de colocar las letras y la misma configuración y colocación aparente de ellas, proporciona los últimos detalles, para fijar las fechas de evolución de estas monedas, con una precisión mucho mayor que en las series de otras ciudades.

Los tetrádracmas de Akanthos, son muy raros en las colecciones, y por el'o han sido objeto de múltiples tentativas de falsificación, y aun algunos ejemplares, indudablemente falsos, figuran en colecciones y aun Museos de importancia.

El celebre Becker, también se ocupó de copiar esta acuñación, con el mejor resultado conocido entre todos los demás falsarios; pero basta comparar su obra con el cuño que ha servido de modelo, para apreciar, que no obstante su habilidad suma, hay todavía un abismo entre la mano y la habilidad actual de un grabador y la de un toreuta griego de la época clásica. (Anverso 133 según Desneux y pieza falsa en la Colección Locket de Londres. Syloge Numorum Graecorum, número 1284).

III) — ARTE MONETARIO DEL SIGLO IV a. J. C.

E) — AINOS

La ciudad de Ainos en la desembocadura del Maritza, enfrente de la Isla de Samotracia, debe su importancia comercial en la antigüedad a su inmenso puerto, ahora inexistente, y cuya situación extremadamente favorable ya fué apreciada por los primeros colonos griegos de aquellas costas. El nombre tracio de la ciudad donde se establecieron los colonos Eolios, era, según Estrabon el de Poltymbria, es decir, la ciudad del héroe Poltys, con la misma formación lingüística de las similares Selymbria y Messembria.

La monedación comenzó ya en la mitad del siglo V. antes de J. C. y desde luego es posterior a la conquista del Quersoneso de Tracia por los Atenienses, de cuya Capital quedó en lo sucesivo como aliada, no solo comercialmente sino hasta también en el campo artístico, pues pocos cuños monetarios de la Tracia llevan tan marcado el carácter ateniense de sus grabadores como el de Ainos.

Dentro del siglo IV. antes de J. C. o sea en la época del arte bello corresponde examinar únicamente la amonedación del llamado segundo período, cuyo inicio es casi exactamente el del siglo. Sus características son las siguientes:

Anv/ — Cabeza de Hermes de frente, con un «petassos» ajustado a la cabeza, sin alas. Cabello abundante y rizado, que escapa por los lados del sombrero.

Rev/ — Macho cabrío mirando hacia la derecha casi siempre; delante de él un símbolo variable. Ligeramente cuadrado incuso.

Entre los símbolos utilizados, destaca por su importancia histórica, una pequeña estatua en madera o «xoanon» de Hermes, que aparece más tarde también en algunas amonedaciones de Alejandro en Ainos. Por lo tanto debe de considerarse como un símbolo ligado a un antiquísimo ídolo de madera, que se veneraría en algún santuario de la ciudad, y del que un texto de Callimaco nos ha proporcionado un pintoresco relato. Unos pescadores de Ainos encontraron en cierta ocasión enganchado en sus redes de pesca, un trozo de madera con una forma casi humana, que no pudieron partir de ningún modo y que tampoco ardía en la hoguera. Considerándolo sin utilidad práctica, lo arrojaron de nuevo al mar, pero volvieron a pescarlo de nuevo pocos días después. Comprendieron entonces que el madero era la imagen de

un dios, y en efecto se trataba de una modelacion en extremo arcaica, labrada segun la tradicion por Epeios, el mismo que construyó el caballo de Troya.

El texto original de Callimaco que acabamos de traducir, esta muy deteriorado, pero modernamente se ha podido reconstruir su contenido, y el nombre propio del Hermes salvado del mar, que era el de Hermes Perpheraios, y que en frase de Ch. Picard es un verdadero «incunable» de la escultura griega.

Volviendo al aspecto artistico de estas acuñaciones, los tetradracmas de Ainos del segundo periodo, presentan las siguientes variaciones sobre los del siglo V:

a) — La cabeza del Hermes del anverso, se presenta de frente o $\frac{3}{4}$ de frente, pero nunca de perfil como la del siglo V. Esta tendencia a representar bustos de frente es característica del siglo IV, ya que la suavidad del modelado se presta mas en estas figuraciones amplias, para conseguir una impresion estetica de conjunto, que en los escasos planos que puede representar la misma figura de perfil. Los cabellos tambien evolucionan en cuanto a sua interpretacion plastica, ya no se trata del peinado Atico, sino de una cabellera abundante, casi helenistica, con bucles que escapan del sujeto «petasos» e «pilos».

b) — Los reversos varian asimismo, no solo en las leyendas con mayor numero de letras que en el siglo V. sino en la misma figuracion del macho cabrio, que potente, musculoso y con poca profundidad de planos en cuanto a desnivel entre cabeza y rabo, pasa en los tetradracmas del siglo IV a una figura muy diferente, de cabeza erguida y modelacion mas suave.

Mucho antes de que Hermes haya estado asociado al Comercio, tenia ya el caracter de protector de los rebaños y en especial los de cabras, tan abundantes en las regiones montañosas de la Tracia y Macedonia. Todo el arte Ateniese y en especial el de los vasos de figuras negras, esta lleno de ejemplos de este simbolismo, y los dibujos de los machos cabrios, magistralmente delineados son calcos de los dos tipos de estos tetradracmas, que han elegido a este animal en su potencia y fortaleza, encerrada en un cuerpo relativamente pequeño, como prototipo de energia concentrada y fuerza vital.

F) — SIRACUSA

No podia faltar en este ligero comentario al arte de las monedas griegas en el siglo IV, la mencion de Siracusa, y hablar de Siracusa es tanto como referirnos a los dos majores grabadores monetarios del siglo, Kimon y Evainetos.

De entre las múltiples manifestaciones artísticas de ambos, fueron los dos extraordinariamente prolíficos en cuños monetarios, hay que seleccionar alguna como ejemplo y por ello citaremos únicamente los Decadracmas de Evainetos y los Tetradracmas de Kimon con el busto de Arethusa de frente, que han sido siempre considerados como las obras maestras de ambos toreutas.

1) — DECADRACMAS DE EVAINETOS

Estas magníficas piezas monetarias, sobradamente conocidas para necesitar una descripción, fueron acuñadas después de la victoria sobre los Atenienses, y las armas que figuran al exergo del reverso, son las conquistadas a estos en la batalla, para conmemorar la cual, se establecieron en adelante los juegos Assinarios. Por ser estos decadracmas los premios a los vencedores en los juegos, se encargó de abrir los cuños a los mejores grabadores del siglo, siendo los de Kimon los primeramente emitidos.

Evainetos no se encontraba en Siracusa en aquellos años y únicamente en una fecha indeterminada entre los años 412 y 393 antes de J. C. se encargó de confeccionar los cuños monetarios, acompañado en su taller por varios de sus mejores discípulos.

Toda su obra se reduce a 42 cuños de anverso y 24 troqueles de reverso combinados entre sí en forma variable, por lo menos esto es el total de piezas halladas hasta la fecha.

Durante 2000 años han sido considerados estos decadracmas como una de las piezas maestras del arte griego de todos los siglos y ya en la Antigüedad Romana eran altamente cotizados y servían de fondo para vasos y copas de toda índole; lo más curioso es que estas copas y vasos (una en Hamburgo y otra en el Louvre) tienen en su centro un relieve que ha sido sin duda alguna confeccionado por medio de un cuño de decadracma de anverso de Evainetos, pero sin embargo no es ninguno de los conocidos hasta ahora, aunque muy semejante al tipo F. VII a) de Gallatin. Esto indica que más de los 42 cuños han salido de manos del maestro o de sus inmediatos discípulos, y en Sicilia los hallazgos de monedas de este tipo, no se interrumpen de año en año.

Dentro del tipo general de estos decadracmas hay algunos firmados por Evainetos y otros sin firma, aunque no sean precisamente estos últimos los peores desde el punto de vista artístico.

Indudablemente un artista como Evainetos, que llega a firmar sus cuños, cosa no muy frecuente en la toreutica helenica, no es lógico sea el abridor directo de los otros ejemplares no firmados, y tampoco parece probable que

los símbolos del anverso sean la sustitución de la firma en otros casos. Lo cierto es que ningún decadracma de esta clase lleva al mismo tiempo firma y símbolo, con la sola excepción de dos monedas con el símbolo «delta» y aun en una de ellas este símbolo ha sido retocado posteriormente. Es muy posible que en vista del gran número de cuños que hacían falta en Siracusa varios de los discípulos de su taller confeccionaron troqueles del mismo tipo, y en este caso se identificaban por los símbolos del anverso, quedando reservado únicamente para el maestro el privilegio de firmar su obra.

Otra solución que se ha propuesto es considerar los símbolos como marca de talleres, donde los discípulos de Evainetos, copiaban el primitivo modelo de este, lo que no era obstáculo para que en otro taller de la ciudad se repitiese la copia por otro grupo de discípulos, que ponían otro símbolo diferente.

Como prueba de ello se cita la gran semejanza de estilo y de técnica entre todas las monedas de Siracusa con símbolo de estrella de ocho puntas, tanto en plata como en oro, y en todas las series coetáneas.

Desde luego ninguno de los cuños ni de anverso ni de reverso han sido ideados por Kimon y Evainetos en su esencia. Eran prototipos ya en uso en su época, pero el genio de estos maestros hizo aun algo más difícil que idear la simbolización; tomando el mismo modelo en líneas generales, hizo cada uno de ellos un subtipo característico, que pudiera diferenciarse como de arte sublime y más a tono con la estética del siglo V. el de Kimon y como prototipo del arte bello, de la modelación suave y de la humanización de las figuraciones el de Evainetos.

Algunas observaciones saltan a la vista, contemplando estas piezas maestras: porque razón se continuaron abriendo cuños que indudablemente eran demasiado grandes para el diámetro del cospel? Los primeros casos pudieron ser un error, pero la repetición de la misma técnica anula esta posibilidad. Monedas con el troquel ocupando el campo bien centrado son raras, casi siempre falta algo de la periferia o los bordes resultan mal marcados. Y esto en contraste con la exacta proporción de los decadracmas de Kimon que casi siempre llenan por completo el campo de la moneda.

El tipo G. I. de Gallatin, es también otro enigma. Parece sin terminar el perfil es distinto y no lleva ninguna inscripción. Sin embargo reaparece más tarde corregido con un símbolo de cabeza de «grifo» y con la concha su verdadero símbolo borrada. Es posible que esto tuviese algún significado en relación con los juegos Assinarios.

En cuanto a la «delta» que aparece en otro tipo, generalmente se la considera como una conmemoración del décimo aniversario de la victoria, y

en este caso se pueden fechar como emitidos el año 401 antes de J. C. Su mucha demanda probablemente ocasionaria la ruptura del primitivo cuño (D I) y la correccion de uno ya utilizado antes (CXVI) al que se añadió la «delta» convirtiendo'o en el (D.II).

La fecha de emision de estas monedas puede tambien deducirse por otro calculo difrente: esta demostrado fisiologicamente que a los 40 años el ojo humano normal, esta ya practicamente acabado para poder grabar cuños monetarios sin ayuda exterior, y con los medios tecnicos con que contaban los griegos. El D. I. es el ultimo cuño que lleva la firma de Evainetos. Si entonces, año 401, tenia 40 años, pudo firmar otros cuños diferentes desde los 18 años proximadamente, lo que hace una carrera artistica de 22 años poco mas o menos. Sus primeros tetradracmas firmados, corresponderian asi a 1423 antes de J. C., lo que esta comprobado por los hallazgos monetarios en otras ciudades de Italia y Sicilia, con firmas de este maestro, y fecha de emision exactamente probada por outros datos historicos y literarios.

Otro de los simbolos de los anversos, el punto, puede significar el 20 aniversario de la victoria; esto nos llevaria a considerar el final de estas emisiones en el año 391 antes de J. C. aproximadamente.

En cuanto a los reversos de estos decadracmas presentan la cuadriga victoriosa, en el tipo conocido por «galope del Partenon», combinacion del galope extendido con el galope corto, que proporciona una impresion de movimiento tan verdadera, que en todos los tiempos ha sido admirada la exacta proporcion de sus actitudes. La modelacion delicada del friso del Partenon ha sido tambien utilizada por Evainetos en sus monedas, aunque la posicion del observador es por completo diferente en ambos casos. En el Partenon que habia de observarse de abajo arriba, el ojo humano partiendo de la linea del suelo, ve en primer lugar las patas traseras de los caballos, continua con as admirables curvas de sus cuerpos hasta las patas delanteras, y para ello le hace falta unas fracciones de segundo, lo suficiente para que viaje en el espacio lo mismo que en el tiempo; las patas de'anteras han tenido el momento necesario para extenderse; esta es la mágica animación de la figura.

Por desgracia estas maravillosas piezas de Evainetos, han sido la predileccion de los falsificadores, y aparte de las de burda modelacion o de las copias galvanoplasticas, facilmente reconocibles, nada menos de 10 tipos falsos se conocen, todos ellos acuñados a martillo sobre plata de la epoca, y aun con la patina oscura tan dificil de separar de las monedas antiguas.

Segun la classificacion de Gallatin corresponden a los tipos de anversos C. VIII — C. XIV — C. XV — D. II — F. II — J. III e J. VI — sin que esto quiera decir que no haya tambien de los otros tipos, con mejor o peor fortuna.

2) — TETRADRACMAS DE KIMON

Mucho mas raras que las anteriores, pues solo se conoce un cuño, son los tetradracmas de Kimon con la cabeza de Arethusa de frente, su obra maestra sin lugar a dudas. Su fecha de emision aproximada es del año 410 antes de J. C. pero su estetica esta por completo dentro de la del siglo IV.

La cabeza de Arethusa en estas piezas es la mas hermosa representacion de una cabeza humana en una moneda, en todos los tiempos.

La Diosa-ninfa Arethusa, mira al observador, con su cabello rizado y movido por el viento y con el unico adorno de una ancha cinta sobre la frente, donde el artista ha puesto su nombre; en el cuello un collar con diez gruesas perlas, pendientes de un aro de metal. Los delfines juguetean a su alrededor, escondiendose entre los rizos de la diosa, y su numero de cuatro queda ya como una tradicion fija en Siracusa.

Hay un algo indescriptible de finura en la modelacion, de candidez y fuerza en la mirada, de suave inclinacion, de juventud esplendorosa, que lleva en si, las mejores cualidades del arte Ático.

Solo 15 ejemplares se han hallado de este unico cuño, y de ellos un solo ejemplar casi perfecto, el de la coleccion Penisi.

IV) — ARTE MONETARIO HELENISTICO

G) — PERGAMO

Aun con ser Pergamo una ciudad mucho menos importante que Antioquia o Alejandria, la dinastia de los Atálidas hizo de ella el hogar mas ardiente y mas puro del helenismo en su siglo, y en este aspecto hemos seleccionado la ceca de Pergamo, como la mas representativa del sistema helenistico de acuñacion monetaria, puesto que fue la iniciadora de esas magnificas series de retratos, realistas, veraces y ampliamente modelados, de los que se han de derivar despues los mejores cuños Romanos, perdiendo en gracia y espiritu helénico lo que ganan en rudeza y materialidad del busto.

Aparte de las primeras acuñaciones muy escasas y de poco valor artistico, anteriores a la constitucion en Pergamo del tesoro de 9000 talentos que Lysimaco dejó a cargo de su hombre de confianza y tesorero Philetero, puede decirse que el año 284 antes de J. C. marca el inicio de las series monetarias helenisticas en esta ciudad.

Cronologicamente consideradas, estas emisiones se pueden agrupar en la siguiente forma:

a) — *Cuños de Lysimaco*

Son todos anteriores a la independencia del Reino de Pergamo, y por tanto emitidos con el busto idealizado de Alejandro en el anverso y la Atenea Nikefora en el reverso, con la leyenda BASILEOS LYSIMAXOY. La modelación es la característica de las postumas de Alejandro, pero la ceca de Pergamo siempre se ha distinguido por una hermosa finura de detalles, y un estilo muy bello, claro indicio de la utilización en su taller monetario de buenos artistas griegos de la época. Como símbolo secundario aparece al reverso una copia reducida de un idolo semejante a la Artemis Efesia, y en el extremo izquierdo del flan una de las marcas especiales de la ceca, estrella, cuarto creciente o hermes, que luego se repite en casi todas las series de la misma ciudad.

b) — *Cuños con reverso de Elefante*

Entre el año 281 y el mes de Marzo del año 280 antes de J. C. se emitieron unos raros tetradracmas, de bellissimo estilo y factura, con anverso de cabeza de caballo con cuernos y embridado y reverso de elefante en marcha, con la leyenda BASILEOS SELEYKOY. Símbolos secundarios ancla y abeja.

Las suaves tonalidades de su modelado, las hermosas letras de la leyenda y el geométrico círculo de puntos en el anverso, que falta al reverso, son los datos que han servido para identificar estas series como emitidas en Pergamo.

c) — *Cuños del tipo de Alejandro*

La amonedación del tipo anterior fue en realidad muy breve. El asesinato de Seleuco en Macedonia, puso punto final a la misma, y al parecer Filetero prefirió acuñar monedas, en aquellos revueltos días, sin compromiso de aparecer como decidido partidario de alguno de los diadocos en lucha; de aquí se deriva la utilización nueva de los tipos de Alejandro el Grande, y que se distinguen de las restantes monedas del mismo tipo, por la presencia de un pequeño busto de Artemis bajo el águila de Zeus y los símbolos secundarios de la estrella o del crecimiento que antes hemos señalado.

Esta emision tiene una doble leyenda: BASILEOS ALEXANDROY en el año 280, piezas muy raras, y la de BASILEOS SELEYKOY desde el año 279 hasta el 274 aproximadamente. De las primeras solo se conoce como legitimo un ejemplar en el Museo de Berlim.

d) — *Cuños de Seleuco*

Filetero con su reconocida habilidad, una vez calmados los animos y pasados los primeros años de turbulencias, comprendio que la alianza con Antioco sucesor de Seleuco, era preferible a una reconocida independencia y ordeno la acuñacion de este cuarto tipo, que presenta en su anverso la cabeza de Seleuco deificado, con la tenia y circulo de puntos finos y geometrico. Esta cabeza de fuertes rasgos y amplio modelado helenistico es mas perfecta que cualquiera otra de las similares acuñadas en Antioquia, y el reverso de Atenea sentada, apoyando un brazo en el escudo y sosteniendo larga lanza en el hombro, presenta las mismas características de fina modelacion, con el simbolo secundario de la ceca de Pergamo que vuelve a aparecer en forma de hermes, cabeza de Atena, cuarto creciente o bien los monogramas A o bien A.

Esta figuracion del reverso es clara copia de los cuños de Lysimaco pero haciendo desaparecer la Nike que antes llevaba en su mano.

Mas tarde la evolucion se marca con la aparicion de simbolos diferentes como el arco y la hoja de yedra, que han de quedar en lo sucesivo como caracteristicos de los Atálidas.

e) — *Cuños de Eumenes I*

A la muerte de Filetero comienza la acuñacion de Eumenes I, con caracter de completa independencia como Reyes de Pergamo, a consecuencia de la derrota de Antioco ante Sardes el año 262 antes de J. C.

El anverso cambia la efigie de Seleuco por la propia de Filetero, retrato de gran vigor y perfecto estilo y encuadre helenistico, mostrando el busto del habil y astuto tesorero de Lysimaco, con algo ya de la brutal franqueza de un retrato Romano. El rostro grueso, destaca aun mas los pequeños ojos, de mirada dura y penetrante, claro indicio de un caracter tenaz y determinado.

Los restantes reyes de la dinastia Atálida, Atalo I, Eumenes II y Atalo II, continuan utilizando cuños muy semejantes, aunque muy modernamente parece fortalecerse la tendencia a creer no son representaciones de Filetero sino de los propios reyes de Pergamo, hasta la anexion por los Romanos el año 133 antes de J. C.

H) — *BACTRIA*

El límite oriental de las acuñaciones de tipo helenístico, lo constituyen las hermosas series monetarias de los conquistadores de la Bactria y de la India, y si bien las segundas muestran ya casi desde sus orígenes una clara influencia asiática o hindú, con leyendas brahmi e kharosthi cuyo complicado estudio excede de los límites de estas consideraciones, las primeras son en su conjunto una de las más bellas series de retratos de sus reyes que los helenos, sucesores de Alejandro, llevaron hasta los límites del mundo entonces civilizado.

La Bactria, durante su reino griego de poco más de un siglo (250 a 150 antes de J. C. aproximadamente) fue una de las más ricas y florecientes provincias orientales, ocupando un extenso territorio que corresponde a la parte Norte del actual Afganistán y los distritos de Meru, Bokhara y Samarkanda. Sus inmensos recursos agrícolas, entonces en floreciente y cuidado cultivo, sus grandes extensiones de pastos y su concentrada población, pues contaba con más de 1000 ciudades importantes, estaba teóricamente bajo el mando de los Seleucidas, quienes delegaban en un gobernador o satrapa con amplios poderes en todas las materias. Diodoto, satrapa de Bactria, hacia el año 250 dejó de reconocer la autoridad de Antioco II, y se proclamó rey del nuevo estado, que había de durar solo cien años.

Esta mitad del siglo III, marca y no solo en la Bactria, sino también en muchas otras partes del mundo helenístico, un progresivo aumento en la desmembración del Imperio de Alejandro; Antigono Gonatas en Macedonia, Ptolomeo II en Egipto, Antioco II en el Asia Seleucida, Eumenes I en Pergamo, Nicomedes I en Bitinia, Ariarammo en Capadocia, Ariobarzanes en el Ponto, Arsaces I en la Partia y Diodoto en la Bactria, acuñan sus monedas en el más puro estilo helenístico, utilizando en casi todos los casos expertos grabadores griegos, que dieron a los bustos de sus reyes la franqueza objetiva Romana y al mismo tiempo la animación interior, el alma y el carácter del personaje representado, como solo podía hacerlo un artista griego.

En este corto período de cien años, hasta que las tribus Sek o Sakas como relatan los historiadores chinos coetáneos, cayeron como una inundación sobre su frontera Norte y anegaron con su inmenso número la inútil resistencia de los griegos, se suceden por lo menos nueve reyes, cuya exactitud histórica es a veces únicamente determinada por los hallazgos monetarios, ya que en muchas ocasiones nada más ha quedado de ellos.

Seleccionando los tipos mas interesantes desde el punto de vista artistico, merece citar:

I) — *DIODOTO*

Sus amonedaciones presentan dos tipos de tetradracmas ya que la leyenda Antioco cambia luego em Diodoto, siguiendo un proceso evolutivo muy parecido al de los Atálidas de Pergamo.

El anverso con el retrato de Diodoto, es fuertemente realista mostrando la efigie de un hombre con las características raciales macedonicas y con la tenia como simbolo de soberania. El reverso, de Zeus lanzando el rayo no fue nunca empleado por los Seleucidas, por lo que debe interpretarse como el emblema personal de Diodoto.

II) — *EUTHYDEMUS*

No se cree pertenezca a la misma dinastia de Diodoto, pero lo cierto es que hacia el año 208 figura como Rey de Bactria, y era nativo de Magnesia sobre el Hermus. Sus acuñaciones son abundantes con clara evolucion en sus retratos de un hombre de unos 40 años de edad en los primeros e un anciano en los ultimos.

El reverso cambia por completo y aparece una magnifica e bien modelada figura de Hercules sentado en una roca, con la clava en la mano, lo que puede interpretarse como su equiparacion al Apolo seleucida en casi identica figuracion, despues de la paz con Antioco.

III) — *DEMETRIO*

Hijo de Euthydemus es bien conocido por varias fuentes historicas y literarias como la de Justino, tan divulgada en la epoca romana. Extendio sus territorios hacia la India, y acuño uno de los tetradracmas mas bellos entre todos los helenisticos; su anverso muestra un bellissimo busto del conquistador, de la mas fina modelacion y del mas puro realismo, con la cabeza de elefante que corona su casco simbolico, en memoria de sus victorias guerreras, habilmente adaptado de su precedente en la piel del leon sobre la cabeza de Alejandro. En sus reversos el Hercules de su padre, figura en pie y coronandose a si mismo.

IV) — *ANTIMACO*

Ademas de sus abundantes emisiones conmemorativas, que bien pudieran considerarse como «restitutio», sin duda dedicadas a demostrar al pueblo

su directa descendencia de Diodoto y Demetrio, acuñó unos hermosos tetradracmas, con un sombrero extraño en forma de «pétasos» de alas anchas que le da un extraordinario aspecto. Su modelación también es magnífica y el vigor de su gesto y expresión, muestran que el arte monetario estaba en todo su esplendor todavía.

V) — *EUCRATIDES*

Se titula ya Rey de Bactria y de la India, y según Justino fue asesinado por su propio hijo, pero muy pocos años antes de la invasión del país por las tribus del Norte.

Entre sus acuñaciones, muy abundantes, destaca un hermoso medallón de oro con peso de veinte estateros, existente en el Museo de París, y reproducido con profusión. Su anverso muestra la efigie del rey, e el reverso una bellísima figuración de los Dióscuros, sin duda grabada como prueba de su directa descendencia macedónica.

De los últimos reyes de Bactria aun han quedado algunas monedas, que demuestran un continuo florecimiento del arte del grabado y que la destrucción del reino fue rapidísima e imprevista, sin signo alguno de degeneración en el arte monetario.

V) — ARTE MONETARIO GRIEGO BAJO EL IMPERIO ROMANO

I) — *ATENAS*

Propiamente hablando no puede mencionarse la palabra Arte monetario al comentar las acuñaciones de las diversas regiones griegas bajo el Imperio Romano, pues los cuños de esta época rara vez pasan de mediocres, y bello solo en los lugares donde los Romanos dejaron una cierta libertad de amonedación. Pero en cambio queda un aspecto muy interesante, que hace tan necesario un mejor estudio de estas monedas «Imperiales-Griegas», como se las ha llamado con frecuencia, y es el de las reproducciones de estatuas y obras de arte de la Antigüedad, que con tanta frecuencia constituyan sus cuños.

La debilitación del poder de creación artística a partir del fin del Helenismo ya ha sido observada y comentada por todos los especialistas, pero también es cierto que se observa simultáneamente, un aumento del gusto por

la erudición y la curiosidad arqueológica. Picard menciona la importancia extraordinaria que para los estudios históricos y artísticos ha tenido esta tendencia arcaizante, cuando los talleres de copistas comienzan a lanzar al mercado millares de reproducciones de las más conocidas obras de arte antiguas, que van llenando las galerías de los poderosos magnates Romanos. Son los primeros pasos para la Historia del Arte, que puede decirse debe toda su existencia a estos copistas, y que aumentó aun más el gusto por conocer las maravillas de la antigua Grecia, que pasa a ser una especie de Museo Natural, saqueado en todas direcciones por sus nuevos dueños. Pausanias redacta su celebre comentario de viaje, un verdadero inventario de las riquezas artísticas del país y el Emperador Adriano se aficiona a estos monumentos, favorece las tendencias artísticas de la época y de este modo impregna todo el ambiente de este gusto por lo griego, de este, por decirlo así, primer Renacimiento, que también tiene su ejemplo claro en la Numismática.

Por otra parte, aunque ciertamente los cuños monetarios de estos siglos son muy pobres de estilo, han tenido una doble misión que cumplir: en su época unir a los griegos en un recuerdo constante de su pasado y de su conciencia como nación, en la actualidad poder identificar obras de arte perdidas por completo, y de las que solo quedan los cuños monetarios y alguna vaga referencia literaria.

Concretándonos a las monedas de Atenas, únicamente durante el reinado de Adriano parece haberse concedido a la capital el derecho de acuñar moneda propia en bronce, y aun sin la efigie del emperador en el anverso, excepción rarísima en aquellos tiempos. Múltiples tipos de reproducciones de estatuas de Atenas se observan en los reversos de estos bronces, y aun representaciones de otros héroes e dioses del Panteón griego como Poseidón, Apolo, Zeus, Teseo, Asclepios etc. y aun una vista de la Acropolis en el estado en que se hallaba bajo la dominación Romana. De entre todos ellos seleccionamos como más interesantes, dada la brevedad necesaria, los de Atenea Parthenos y Promachos y la reproducción de la Acropolis.

1) — *ATENEA PARTHENOS Y PROMACHOS*

Son los tipos más habituales de estatuas de la Diosa, y ambos se presentan en los cobres Imperiales. La primera con las dos variantes de la colocación de la serpiente Erichthonios es abundantísima, lo que ha inducido a creer a algunos autores que cuando se emplea fuera de Atenas es por especial concesión de la ciudad, que buscaba de esta manera fondos para los

gastos de reconstrucción de la estatua, destruida por un incendio, que según W. B. Dinsmoor, acaeció hacia la mitad del siglo II.

El tipo de Atenea Promachos es mucho menos frecuente y sin duda reproduce la gigantesca Atenea de bronce, luego conocida por Promachos, colocada en la plataforma de la Acropolis, casi en el eje de los Propileos, y cuya construcción se inició hacia el año 465 antes de J. C.

II) — ACROPOLIS

Otro tipo de cobre Atenienses nos presentan una vista de la Acropolis en su conjunto; encima de las rocas, entre los edificios que se pueden identificar fácilmente uno con los Propileos y otro con el Partenon, se observa una estatua de grandes proporciones, otra vez la Atenea Promachos, coloso de bronce que dominaba la ciudad, puesto que los viajeros, veían «... primero la punta de su lanza y la cimera de su casco, cuando venían por mar en la dirección de Sounion», según palabras de Pausanias (I, 28, 2).

Por el examen de estas monedas se puede apreciar aun mejor los detalles de la estatua; la diosa con casco y vestida con el péplos, tiene el brazo derecho en flexión y la pierna izquierda arqueada; en la mano derecha lleva una níké, la lanza en la mano izquierda y el escudo apoyado en el suelo contra la pierna izquierda. Como se ve se trataba de una Atenea Nikéfora, de un parecido muy grande con la Parthenos, lo que ha inducido a algunos autores a identificar ambas. Sin embargo la identificación no es posible pues la Parthenos no estaba al aire libre, sino dentro de un templo y los grabadores griegos eran muy cuidadosos del detalle, ya que hasta la pequeña gruta de Pan, que se abre en la vertiente Norte de la Acropolis esta representada fielmente en el pequeño cuño de estos reversos.

Por otra parte la estatua en bronce de Atenea que fue destruida en un motín popular del año 1203, y que se encontraba en el foro de Constantinopla, ha sido descrita por Nicetas Goniátés con el suficiente detalle para ser identificada con la de las monedas Imperiales de Atenas; estaba situada sobre una alta columna y la estatua sola media 30 pies de alto.

Aun hoy en día la cuestión queda sin aclarar respecto a cual debe ser el nombre verdadero de esta colosal estatua de bronce, tan conocida y admirada en todo el mundo antiguo.

J) — ALEJANDRIA

Un caso por completo diferente del anteriormente estudiado son las acuñaciones de la ciudad de Alejandria, bajo el dominio Romano. Aquí no

hay ciertamente reproducciones de obras de arte de la antigüedad, pero su importancia también es grande puesto que constituyen estas series un verdadero panteón de los dioses Heleno-Egipcios, y su estilo tiene un extraordinario vigor plástico, que se distingue a primera vista de las monedas Romanas de otras cecas y nos da una impresión muy exacta de lo que era el Arte Egipcio de esta época, este Arte singular que se compone de elementos griegos, romanos y egipcios, fundidos en un conjunto homogéneo del que destacan sus tres elementos; el realismo material y subjetivo de los retratos de los Emperadores en sus anversos y los simbolismos egipcios traducidos por los artistas griegos en sus reversos.

Como dice Tácito (*Annal. ii, 59*) «Augustus, inter alia dominationis arcana... deposuit Aegyptum» y efectivamente el Egipto fué hasta el reinado de Diocleciano, la propiedad privada del Emperador, controlado por un Prefecto que solo respondía ante él.

Las series monetarias Alejandrinas, limitandonos a los tetradracmas de vellón, comienzan con Augusto y terminan el año 295 o sea el 12 de Diocleciano, 11 de Maximiano y 4 de los Césares Constancio Cloro y Galerio.

Su clasificación más frecuente por la simbolización del reverso, ya establecida por B. V. Head, es la siguiente:

I) *Tipos puramente griegos*

Como más característicos se encuentran Zeus y Zeus Ammon de clara ascendencia Ptolomaica, Apolo en su atribución de Aktios o Pythios, Atenea, Ares, Artemis, Helios y Selene, Persefone y Tryptolemo, Hermes y Hercules, Perseo y Orfeo.

II) — *Tipos egipcios y greco-egipcios*

El principal y más repetido es el de Serapis, así como los de Isis, Harpocrates, Heramnubis, Apis, el Nilo casi siempre acompañado de un cocodrilo o hipopotamo, Alejandria, Serpiente Uraeus y Agathodaimon, pajaros, esfinges e leones.

III) — *Tipos astronomicos*

Muy empleados el Verano y el Otoño, el ave Fenix en ocasión del comienzo del ciclo Sothico en el año 139, el Zodiaco y varios planetas como Mercurio, Venus, Marte, Jupiter y Saturno, Todos los tipos Zodiacales parecen pertenecer al año 146.

IV) — *Tipos greco-romanos*

Son menos abundantes que los anteriores, y entre ellos figuran el busto de Roma, el trofeo, la loba y los gemelos, y las manos entrelazadas de claro antecedente Imperial.

V) — *Concepciones abstractas*

Son todas ellas copias de antecedentes Romanos, como las de Conscratio, Venus Victrix, Felicitas, Abundantia, Virtux, Pietas, etc.

VI) — *Tipos personales*

Casi siempre se trata del Emperador en pie, sentado o a caballo, algunas veces en biga o cuadriga, y algunos bustos de reversos.

Estos tetradracmas de vellon son muy abundantes, y el contenido de plata va disminuyendo progresivamente, hasta quedar reducidas aunos pequeños discos de aleacion, en que la plata solo tiene una presencia simbolica. Su poder adquisitivo ya era menor que el del denario y conservaban el nombre de tetradracmas como un lejano eco de lo que fueron las acuñaciones de los griegos.

Santander, Enero de 1953

BIBLIOGRAFIA

Obras generales

- BABELON. E. — *Traité des monnaies grecques et romaines*. Paris 1901-1932.
 BLANCHET. J. A. — *Etudes de Numismatique*. Paris 1892-1901.
 COLLIGNON M. — *Histoire de la sculpture grecque*. 2 vol. Paris 1892-1897.
 COCK. A. B. — *Zeus, A study in ancient Religion*. 3 vol. Cambridge 1914-1940.
 DEONNA. W. — *Dédale ou la statue de la Grèce archaïque*. 2 vol. Paris 1930.
 FARNELL. L. R. — *Cults of the Greek States*. 5 vol. Oxford 1896-1907.
 FERGUSSON. W. — *Hellenistic Athens*. London 1911.
 FORRER. L. — *The Weber collection*. 3 vol. London 1922-1929.
 GARDNER. P. — *The types of Greek Coins*. Cambridge 1883.
 GARRUCCI. R. — *Le monete dell'Italia antica*. Roma 1885.
 GERNET y BOULANGER — *El genio griego en la religion*. Barcelona 1937.
 GRUPPE. O. — *Griechische mythologie und Religiongeschichte*. Munich 1906.

- HEAD, B. V. — *Historia Nummorum*. II edic. Oxford 1911.
- HILL, G. F. — *Select Greek coins*. Paris 1927.
- » » » — *L'art dans les monnaies grecques*. Paris 1927.
- HITZIG-BLÜMNER — *Pausaniae Graecia descriptio*. 3 vol. Leipzig 1896-1910.
- IMHOOF-BLUMER — *Antike griechische Münzen*. R. S. N. 1913.
- LACROIX, L. — *Les reproductions de statues sur les monn. grecques*. Liege 1949.
- MACDONALD. — *Coin types*. Glasgow 1905.
- LANCELOT LENGYEL. — *Chefs d'Oeuvre des monn. grecques*. Paris 1952.
- MONTEUIL, H. de — *Collection de monn. grecques*. I vol. Paris 1925.
- PICARD, CH. — *La sculpture antique des origines á Phidias*. Paris 1923.
- PICK, B. — *Die antike Münze als Kunstwerk*. Berlin 1924.
- POSTOLACCA, A. — *Katálogos ton archaion nomismáton*, Atenas 1872.
- MOMMSEN, TH. — *Histoire de la monn. romaine*. 4 vol. Paris 1865-1875.
- PETTAZZONI, R. — *La religione nella Grecia antica fino ad Alessandro*. Bologna 1921.
- REGLING, K. — *Aufsätze zur Numismatik und Archäologie*. Iena 1931.
- » » — *Die griechischen Münzen der Sammlung Warren*. Berlin 1906.
- SELTMAN, C. — *Approach to Greek Art*. London 1948.
- » » — *Masterpieces of greek coinage*. Oxford 1949.
- » » — *Greek coins*. London 1933.
- SUNDWALL. — *Untersuchungen über die attischen Münzen des neueren Stiles*. Helsingfors 1908.
- SVORONOS, J. N. — *Tá nomismata tou kratous ton Ptolemaion*, Atenas 1904-1908.
- SYLLOGE NUMMORUM GRAECORUM. — London 1931-1948. En publication.
- VON SALIS A. — *El arte de los Griegos*. Buenos Aires 1948.

UMA INCÓGNITA QUE SE ESCLARECE

Por: JOSÉ OLIVEIRA DE SOUSA NUNES

Batalha Reis, a folha 135 do II volume da «Cartilha da Numismática Portuguesa», ao descrever a moeda de 5 reis fundida (de 1677) n.º 18 da estampa 77, disse: «Adivinham-se quaisquer gravações aos lados do Escudo que, aliás, não se enxergam devidamente».

Há meses, numa visita que fizemos ao nosso prezadíssimo Amigo e ilustre confrade, Dr. Joaquim Fontes Pacheco, foi-nos dado examinar uma dessas variantes das moedas de 1677, que se nos afigura ser uma variante muito curiosa e rara. À sua descrição é a seguinte:

PETRVSD·G·(P·PO)RTV(G)ALIA

Armas do reino, tendo à direita três pontos sobre o valor 4400 e à esquerda igualmente três pontos sobre uma data esmagada.

R/·PORTVGALIA·E·1677 entre dois fortes círculos granulados. No campo, V entre três círculos e cinco pontos—2 por cima, 2 por baixo e 1 no centro.

Quer na moeda, quer no gesso que fizemos, o antigo valor de 4400 conhece-se nitidamente, embora sobre o segundo 4 tenham posto um ponto e por cima de cada zero outro ponto. À esquerda, os algarismos da data foram totalmente esmagados, não sendo possível distingui-los e fazer a sua leitura.



Pela fotografia acima verifica-se que as «quaisquer gravações aos lados do Escudo» são os algarismos 4400, sobre os quais foram sobrepostos uns pontos, possivelmente no intuito de os fazer desaparecer, pois, segundo nos parece, e tudo leva a crer, aproveitou-se para a fundição da moeda de 5 reis o cunho do anverso da moeda de 4400 de ouro de 16... tendo, pois, o gravador de proceder às necessárias alterações. Na parte esquerda do cunho, ter-se-á procedido à mesma operação — colocar pontos sobre a data que estava inscrita — mas, neste lado, foram os algarismos tão esmagados que não é possível senão vislumbrar um 1 e um 6.

Parece-nos, portanto, que fica resolvida a incógnita.

NOTA — O decalque desta moeda foi que serviu para o desenho a publicar no catálogo de Ferraro Vaz e que virá a ter o n.º 60-A.

Já vi outro exemplar na colecção de Jaime Reis, do Entroncamento.

DENÁRIO SERRADO DE TIBÉRIO

Por: MÁRIO GOMES MARQUES

As emissões de moedas serradas, relativamente frequentes durante o período da República Romana compreendido entre os últimos anos do século II e os meados do século I da era pré-cristã, caíram em desuso a partir do governo de Octaviano, não se conhecendo, até agora, numismas desse tipo cunhados durante o principado de Tibério. Tal facto confere particular interesse à descoberta de um denário serrado pertencente à citada época imperial, denário esse que se descreve no presente trabalho e que fazia parte de uma colecção recentemente desmembrada, em condições que, infelizmente, impossibilitam qualquer tentativa de esclarecimento da sua origem.

DESCRIÇÃO DA MOEDA

Moeda pertencente à classe dos *denarii*, em regular estado de conservação. Apresenta as seguintes características:

Anv. (fig. 1) — Cabeça laureada de Tibério, olhando à direita, circundada pela legenda TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS, desenvolvida em sentido anti-horário. Em redor, grafila de pontos.

Rev. (fig. 2) — Figura feminina (Livia?) sentada, com os pés assentes sobre uma almofada e voltada para a direita. Segura um ramo com a mão esquerda e uma longa vara (ceptro?) com a direita. Os pés, com ornatos, da cadeira, a almofada e a extremidade inferior da vara estão apoiados sobre uma linha única. Circundando o conjunto, a legenda PONTIF MAXIM, desenvolvida em sentido anti-horário. Em redor, grafila de pontos.

Bordo (fig. 3) — Serrado, sendo os dentes de dimensões um tanto variáveis e forma trapezoidal. As incisuras que os delimitam estão irregularmente intervaladas e a sua profundidade, conquanto

também irregular, é, em geral, pequena. Uma das incisuras, possivelmente mais profunda, constituiu um *locus minor resistentiae*, que resultou em perda de um dos dentes e efracção das camadas superficiais da prata em pequenas áreas adjacentes de cada uma das faces.

Diâmetro — 18 a 19 mm.

Peso — 2,96 g.

COMENTÁRIOS

A moeda descrita corresponde ao tipo 3 de Tibério da classificação de Mattingly e Sydenham ⁽¹⁾ e ao subtipo a que pertencem os denários catalogados sob os números 47 a 60 na secção respectiva do *Coins of the Roman Empire in the British Museum* ⁽²⁾, embora diferindo de todos os exemplares citados nas referidas obras pelo carácter serrado dos bordos. Perante esta característica inteiramente original, há que ponderar e tentar exc'uir várias hipóteses antes de admitir que o denário em causa representa o único espécime conhecido de uma série de serrados cunhada sob Tibério.

A primeira hipótese a excluir é a de se tratar de uma falsificação moderna, destinada a valorizar uma moeda de outro modo vulgar, falsificação essa realizada por serragem de um denário cujo bordo seria originalmente liso. O exame sob grande ampliação e a fotografia com iluminação circular (fig. 5 e 6), permitindo afirmar que a cunhagem foi posterior à serragem, excluem inteiramente tal hipótese. A referida afirmação é baseada nos seguintes factos:

a) Não existe destruição parcial de qualquer dos relevos pelas incisuras, mesmo quando os primeiros estão em íntimo contacto com as segundas, ao contrário do que seguramente aconteceria se a serragem tivesse sido efectuada após a cunhagem. O facto é particularmente evidente em relação aos pontos das grafilas (ver setas das fig. 4 e 5), cujos limites, em alguns casos, fazem inclusivamente parte dos bordos laterais dos dentes, revelando assim que as reentrâncias respectivas dos cunhos se adaptaram a tais bordos.



Fig. 1



Fig. 2

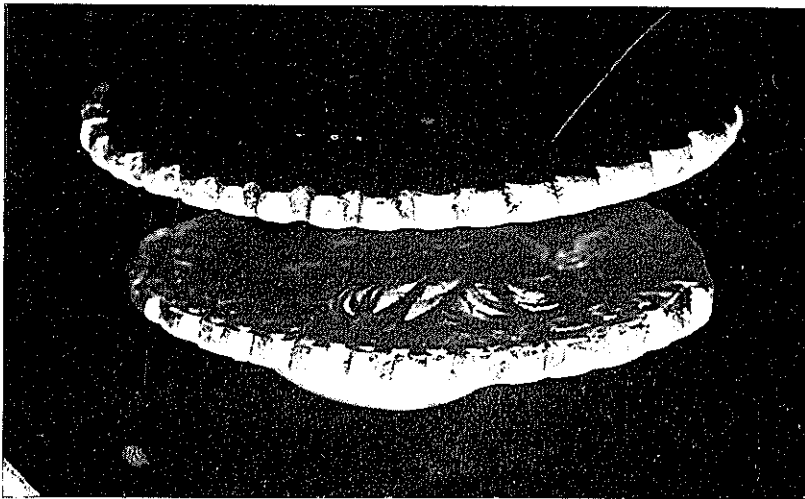


Fig. 3



Fig. 4

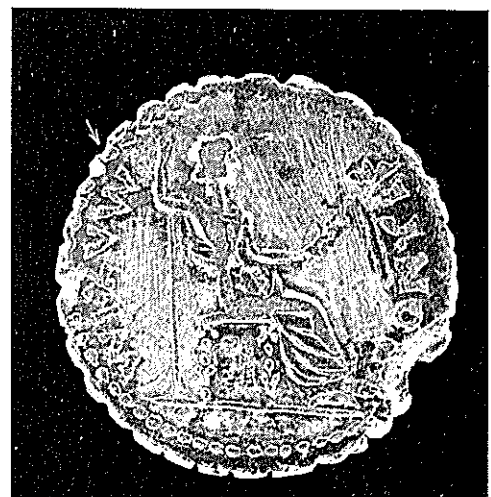


Fig. 5

b) O desgaste dos bordos dos dentes é inteiramente concordante com o desgaste geral das faces, o que certamente não aconteceria se a serragem tivesse tido lugar depois da moeda ter sido retirada da circulação.

A segunda hipótese a excluir é a de se tratar de uma cunhagem, efectuada na época imperial sobre um denário serrado da República. Também a este respeito o exame cuidadoso do exemplar é concludente, visto que nem mesmo com grandes ampliações foi possível evidenciar relevos subjacentes, não obstante as superfícies livres relativamente amplas de qualquer das faces, relevos que inevitavelmente se observam nas recunhagens efectuadas a martelo.

Finalmente, a hipótese de se tratar de uma falsificação perfeita, efectuada segundo os preceitos técnicos da cunhagem dos serrados romanos, é inadmissível visto que:

a) Teria envolvido uma serragem da matriz, intencionalmente irregular, mas irrepreensível quanto aos pormenores que distinguem as serragens autênticas do período republicano.

b) Exigiria a posse de cunhos da época ou a abertura de cunhos falsos com um domínio completo do estilo então utilizado.

c) Uma falsificação executada com tanto requinte só poderia ser destinada a conseguir um preço elevado pe'lo exemplar, que, a ser tomado por autêntico, daria ingresso em colecção importante, onde seguramente ocuparia posição de relevo. Implicaria ainda a introdução da moeda em meio suficientemente evoluído do ponto de vista da numismática clássica, para que despertasse interesse motivador de valorização.

As circunstâncias reais são no entanto, inteiramente diferentes, visto que o exemplar em causa fazia parte de uma colecção relativamente modesta, reunida, ao que parece, sem grande base científica, não ocupando na mesma lugar de evidência.

Uma vez que, pelas razões expostas, a autenticidade da moeda descrita parece não oferecer dúvidas, há que admitir uma emissão de denários serrados durante o principado de Tibério, seguramente muito limitada, visto da mesma só se conhecer um exemplar. Tal emissão pode ter sido efectuada na época em que teve lugar a supressão das cunhagens locais de *aes*, motivada talvez pelo receio de que contribuíssem para a manutenção de nacionalismos. Esta decisão conduziu à necessidade de prover o Ocidente com numerário,

não repugnando admitir que, de par com os aes dos tipos DIVVS AVGVSTVS PATER e AGRIPPA, destinados essencialmente às províncias hispânicas (1), se considerasse útil um suprimento adicional de moedas de prata.

Em tal circunstância, do mesmo modo que foram escolhidos tipos particulares para os aes, seria natural que se procurasse estabelecer uma diferenciação para os denários, recorrendo ao aspecto serrado que, na opinião de Sydenham (3, 4), gozaria de particular apreço entre as populações do ocidente europeu. Contudo, a deficiente conservação de tais moedas, quando do tipo forrado, tipo esse que, é de presumir, constituiria uma considerável fracção do numerário circulante nas regiões limítrofes do Império, pode ter condicionado uma desistência precoce da variante adoptada.

A descoberta de novos exemplares idênticos constituiria, a ter exclusivamente lugar na Península Ibérica, um valioso argumento a favor da doutrina exposta.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Mattingly, H. e Sydenham, E. A. — The Roman Imperial Coinage, Vol. I: Augustus to Vitellius. Spink a. Son, London, 1963.
- (2) Coins of the Roman Empire in the British Museum, London, 1965.
- (3) Sydenham, E. A. — The Coinage of the Roman Republic, Spink a. Son, London, 1952.
- (4) Sydenham, E. A. — The origin of the roman serrati. Num. Chronicle 15:209, 1935.

NOTA — Aos Exm.ºs. Senhores Prof. Dr. Damião Peres e Dr. Mário de Castro Hipólito agradecemos o terem, amavelmente, discutido o assunto do presente trabalho com o espírito crítico resultante dos seus valiosos conhecimentos dos problemas da numismática romana.

Ao Exm.º Senhor Dr. Silva Santos, do Laboratório de Polícia Científica, agradecemos as facilidades concedidas para o exame da moeda no referido Laboratório, assim como a execução das fotografias que ilustram o trabalho.

AS NOVAS MOEDAS PORTUGUESAS

Pelo: ENG.º J. FERRARO VAZ

Com o «Livro das Moedas de Portugal» já no prelo, ainda foi necessário atender às moedas que surgiram e às que surgirão de um momento para o outro a preencher um novo sistema do numerário Nacional. E isto criou mais uma página de gravuras, que se dá aqui à estampa para informação dos coleccionadores e do Grande Público.

Como é notório, a cunhagem da moeda comemorativa do 5.º centenário do nascimento de Pedro Alvares Cabral foi precedida do Decreto n.º 49 001, de 10-V-69, que estabelece as suas características e fixa a quantidade (1 000 000). E para o novo sistema de moeda metálica foi o Decreto n.º 49 167, de 4-VIII-69, que disso tratou, acrescentando uma moeda de 10\$00 (10 000 000) à série já em curso de 5\$00 e 2\$50 (Decreto n.º 45 129, de 12-VII-63); e criando novas espécies de 1\$00 (50 000 000), \$50 (140 000 000), \$20 (175 000 000) e \$10 (250 000 000).

Os metais nobres, com as notáveis oscilações de preço, não poderão ser usados na amoedação de valores legais fixos. Só acidentalmente e com larga margem de senhoreagem se poderá cunhar ouro ou prata.

Assim, a última espécie de prata, a peça de 50\$00 a comemorar o 5.º centenário do Homem que descobriu o Brasil em 1500, teve de ser reduzida a um mínimo aceitável de módulo, peso (18 g.) e título (650‰) a fim de poder ser emitida sem correr o risco de rapidamente ser condenada ao desaparecimento pela lei de GRESHAM... E mesmo assim o entesouramento e a colecção absorveram tudo que apareceu.

Ficará apenas no giro a moeda do novo sistema que, de metais de pouco valor e em grandes quantidades, não promete lucro próximo e chegará para tudo e para todos.

As novas moedas têm bom desenho e são facilmente distinguíveis, como convém. É facto que se perdeu um pouco em aspecto, mas ganhou-se em técnica de evitar confusões.









Depois, desde que todos os instrumentos de troca são fiduciários, o que conta são as facilidades que tais objectos oferecem para o uso:

características que imponham os seus valores à primeira vista; materiais resistentes ao desgaste dentro de um aligeiramento de pesos e volumes; e tudo isto à mistura com uma boa dose de Arte a despertar o interesse pela posse.

Agora, para animar, espera-se que o grande navegador Vasco da Gama inspire uma imponente e bela moeda comemorativa de boa prata, que bem poderia ser acompanhada de uma percentagem conveniente de exemplares em ouro.

Lisboa, 15 de Novembro de 1969

REPÚBLICA II

N.º	METAL NOME - NAME DATA - DATE	TIPO - TYPE & MODULO - DIAMETER	OFICINA MINT PREÇO PRICE
	Prata <i>Silver</i>	1968	Lisboa
R2.82	50 escudos		50\$00
		(Novo sistema - New system)	
	Cupro níquel <i>Copper-nickel</i>	1969	
R2.83	10 escudos		10\$00
R2.84	5 escudos		5\$00
R2.85	2 1/2 escudos		2\$50
	Bronze		
R2.86	Escudo		1\$00
R2.87	1/2 escudo		\$50
R2.88	1/5 escudo		\$20
	Alumínio <i>Aluminum</i>		
R2.89	1/10 escudo		\$10

MUMISMATAS CONTEMPORÂNEOS-1

1 — EDUARD NIEPOORT

De seu nome Eduard Marius van der Niepoort, nasceu na freguesia de Cedofeita da cidade do Porto aos 14 dias de Setembro do ano de 1890. De ascendência holandesa, a sua família fixou-se no nosso país,—na cidade do Porto,—na data longínqua de 1834, conservando os seus membros a nacionalidade dos seus maiores.

Portador de uma cultura merecedora de nota altamente positiva, Eduard Niepoort foi preparado para a vida comercial, por seu pai, que lhe deu uma educação basilarmente prática sem contudo descurar aquela dose da cultura geral humanística, que fica bem a toda a gente, que sempre se revela no contacto pessoal e que tão necessária se torna aos comerciantes de categoria internacional como no caso presente.

Até aos treze anos, a sua educação foi feita no ensino particular e depois disso, de 1903 a 1907, frequentou, em Linden-Hannover, na Alemanha, a Humboldt Schule, estabelecimento modelar de ensino superior, onde adquiriu vastos conhecimentos e uma verdadeira cultura humanística.

Sendo a sua vida comercial — encontra-se há largos anos à frente de uma importante firma exportadora de vinhos do Porto que tem o seu nome — extraordinariamente absorvente e prosaica, Eduard Niepoort encontrou na Numismática excelente «refúgio» para a cultura do seu espírito que desde Linden vinha impondo as suas exigências.

Personalidade de um apuro impressionante, aliando à disciplina germânica o fino trato de um gentleman, destaca-se pelo culto da honestidade, pela simplicidade de maneiras e sobretudo por uma grande modéstia.

Na data já distante de 1914, — exactamente no ano em que eclodiu a primeira guerra mundial — aos 24 anos, portanto, deu início à sua colecção. Todo o material que juntou, e muito é, constitui praticamente obra sua. Mas, Eduard Niepoort, não se limitou a juntar moedas seduzido pelo valor intrínseco do metal em que são cunhadas.

Desde logo nasceu nele um numismata com todos os nobres atributos que nesta expressão se contêm e não um vulgar «ajuntador» como ele, escudando-se por de trás da sua proverbial e real modéstia, a si próprio se classifica.

Juntar moedas sem conhecer os factos históricos que com cada uma delas se relacionavam não era tarefa com que se satisfizesse o espírito de Eduard Niepoort.

Logo se interessou pelo estudo da Numismática-Ciência, adquirindo grande número de obras publicadas, desde os mais importantes tratados até às simples monografias, a numismas dedicados ou a factos que com eles se relacionam.

A sua valiosa biblioteca é um dos mais vastos e importante repositórios de literatura numismática existente no país e, teremos de acrescentar que os livros por si adquiridos, não têm sido um simples ornamento dos seus esca-parates; deles tem feito longas e proveitosas leituras.

Dotado de uma memória excepcional, tudo o que com a numária nacional se relaciona e, aqui, abrimos um parêntese para esclarecer que por numária nacional consideramos todas as moedas que circularam no território de Portugal antes e depois da fundação, da nacionalidade tanto continental, como insular e ultramarino e ainda naqueles que estiveram na posse dos portugueses e hoje já o não estão, se encontra bem arrumado e catalogado dentro dos escaninhos do seu cérebro, dotado de grande poder de evocação.

Dúvidas que surjam sobre qualquer facto relacionado com algum problema difícil da numismática, e que sejam postas à consideração de Eduard Niepoort, logo vem a nota, posta sempre com reticências, como é seu hábito: fulano, no seu estudo tal trata do assunto. Erguendo-se, se está sentado, logo se dirige a determinada estante, retira daí determinado livro e logo o abre em determinada página pondo perante o seu interlocutor maravilhado a solução do problema.

Tudo isto é feito com uma modéstia e uma simplicidade cativantes, íamos mesmo a dizer com uma certa timidez, até um pouco envergonhado, por dar tão prontamente saída a um problema que a outros se afigurava de difícil solução.

Nunca publicou qualquer trabalho sobre numismática, mas todos os que o conhecem o consideram mestre de mestres. A sua opinião é sempre ouvida com o maior respeito e os grandes nomes da literatura numismática contemporânea consideram sempre necessário recorrer aos seus conselhos, nunca desdenhando de os acatar.

Referimos atrás que a sua colecção, valiosíssima, excepcionalmente pelo que tem de bom na primeira e segunda dinastia, é quase totalmente resultado de trabalho seu. Na verdade, se excluirmos a integração no seu numofilácio da colecção que pertenceu ao Sr. Coronel Luz do Porto, e alguma moedas romanas, parte da Colecção Schore, tudo se deve à sua persistência,



EDUARD MARIUS VAN DER NIEPOORT

entusiasmo e espírito coleccionista de que tem dado largas provas. Desde D. Afonso Henriques até ao Estado Novo, a sua colecção é uma das mais completas do país.

Só com muitos anos, muita paciência e muita força de vontade se terá conseguido vencer as inúmeras dificuldades deparadas na recolha de tão valioso material. Quem tiver tido a oportunidade de, com tempo, paciência e olhos de conhecedor, observar esta colecção, terá ficado maravilhado com os numismas arquivados de todos os reis da 1.^a dinastia, particularmente com a difficilissima numária fernandina; com o repositório tão completo quão possível das moedas da 2.^a dinastia e da própria 3.^a, a filipina, sem excluir os Governadores do Reino. Na 4.^a dinastia destaca-se pelo seu valor a numária de D. João IV e a difficil representação de D. Pedro II, não só como Regente, mas também como Monarca, com especial relevo para os exemplares a que foi aposta a serrilha e a orla nova. Conjunto extraordinário.

Da numária pré-portuguesa as suas romanas, tanto imperiais como consulares, constituem um conjunto valiosíssimo. Comporta ainda o seu numofilácio um excelente conjunto de ouro suevo, utilíssimo para o estudo da fixação deste povo no noroeste da Península.

Esta colecção, a todos os títulos digna de ser vista, jámais esteve presente em qualquer exposição. Apenas a sua numária afonsina (1.^a dinastia) fez parte da 1.^a Exposição Biblio-Numismática Portuguesa, comemorativa do 10.^o Aniversário da S.P.N.. É um importante núcleo monetário que merece bem ser conservado, respeitando-se a sua integridade tal como o seu possuidor o criou.

Junto com o conjunto bibliográfico que o completa, merece constituir a base de um museu de Numismática a crear no Norte do País.

Eduard Niepoort, é sócio da Sociedade Numismática Espanhola, mas para si o maior galardão é pertencer à Sociedade Portuguesa de Numismática, instituição que com todo o entusiasmo ajudou a fundar e à qual tem prestado inestimáveis serviços.

Com toda a justiça é o seu sócio fundador N.^o 1, sócio Honorário e Presidente Honorário.

NOTA — Insere «NUMMUS» pela primeira vez esta rubrica. Faz-se isto com o desígnio de dar a conhecer aos seus leitores verdadeiros valores da Numismática, que, embora conhecidos em âmbito restrito, são ignorados pelo grande público. Em cada número se porá à disposição dos leitores um resumo biográfico de alguém que ao estudo da Numismática se haja consagrado. Do Continente, do Ultramar ou do Brasil, indiscriminadamente, será prestada modesta homenagem àqueles que, pelo seu trabalho, têm contribuído para o prestígio da Numismática Ciência.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Patrick M. Bruun, *The Roman Imperial Coinage, vol. VII, Constantine and Licinius A.D.313-337* (edit. C.H.V. Sutherland e R.A.G. Carson), pp. XXXII+778, est. 24, Spink & Son., London, 1966.

Iniciada a sua publicação em 1923, por H. Mattingly e E.A. Sydenham, *R.I.C.* estava destinada a converter-se, desde o começo, na principal obra de referência de todos os interessados nas moedas romanas imperiais, substituindo a conhecida obra de H. Cohen (*Déscrip. hist. des monnaies frappées sous l'empire romain...*) publicada em Paris, primeiro m 1859-68 e depois, em 2.^a ed., em 1880-92 (reimpressão Graz, 1956) que, não obstante o seu mérito para a época, pouco mais era que um registo de material. Com o vol. I de *R.I.C.*, baseado em novos critérios de classificação (cronologia e lugar de emissão) e apoiado em uma quantidade de material sem precedentes, aqueles numismatas ingleses ofereciam ao público um *corpus* de dimensão verdadeiramente científica. Os restantes volumes (II, III, IV, V e IX) foram sucessivamente aparecendo, entre 1926 e 1951, os dois últimos devidos a novos colaboradores. O vol. da autoria do Doutor Bruun, o primeiro da colecção publicado sob os presentes co-editores, e, também novidade, devido à colaboração de um autor não inglês, é, portanto, um dos três volumes previstos para o período entre Diocleciano e Valentiniano I. (O vol. VI anuncia-se para dentro de meses e os dois outros volumes que completarão a colecção, os VIII e X, encontram-se em activa preparação).

A julgar pelos seus anteriores trabalhos e pela presente obra, torna-se difícil não concordar com o juízo dos editores, expresso nas breves palavras de apresentação do volume, quanto à excepcional qualificação do A. para tratar o período 313-37. Está-se na presença do mais profundo estudo de todos os da série o qual oferece ao leitor um trabalho de numismática dentro da melhor orientação, o que, por outras palavras, significa que é tanto um trabalho de numismática como de história e um importantíssimo subsídio para todos os futuros investigadores, numismatas e não numismatas, deste quarto de século. Um prefácio de 8 pp. introduz o leitor em alguns dos aspectos

mais gerais acerca do material e orientação seguida no seu estudo e apresentação. Uma introdução geral, de 75 pp., discute sistematicamente os grandes aspectos numismáticos — o sistema monetário, com problemas de particular dificuldade, e questões de organização e administração relativamente aos três metais, em que o período apresenta aspectos originais do maior interesse — e as circunstâncias históricas em que os diversos aspectos monetários (tipos, legendas, pesos, etc.) se inserem. Dois aspectos em relação com a parte da introdução que se ocupa do sistema monetário parecem dignos de referência. O primeiro diz respeito ao tratamento matemático das principais emissões de prata (pp. 35-6), segundo a fórmula analítica teorizada por S. Bolin (*State and currency*, Stockholm, 1958), que o A. diz expressamente adoptar. O segundo é relativo à prudência com que o A. refere os problemas do bronze (pp. 8-13), em face da manifestíssima insuficiência de dados objectivos, acentuando algumas, pelo menos, das possíveis causas de erro nos cálculos hipotéticos que se poderão tentar. As dificuldades envolvidas são de tal natureza que parece mesmo poder perguntar-se se, para uma moeda de tal instabilidade, soluções mais que muito hipotéticas serão algum dia possíveis. Mas as possibilidades de investigação não estão esgotadas e o Doutor Bruun aponta em direcção exacta quando refere a necessidade de análises químicas. O conteúdo do «apêndice I» (pp. 79-85), que tem exactamente por objecto a «composição química de algumas moedas de bronze», merece por isso ser citado, ainda que se não possa deixar de lamentar não ter o A. podido reunir na p. 78 senão resultados relativamente a 16 moedas, 6 resultados mercê de análises da sua própria iniciativa e os restantes colhidos em literatura relativamente antiga. Começa hoje a ser cada vez mais evidente que a tentativa de solução de certas obscuridades que envolvem os sistemas monetários que desde o começo do séc. III se sucedem até ao colapso total da moeda imperial, pelo final do reinado de Galieno, e das posteriores e sucessivas reformas, parciais ou totais, não pode mais dispensar o recurso a um sistemático emprego de processos rigorosos de análise laboratorial, abrangendo todos os metais, o que até agora não foi feito, e por processos que não dêem apenas leituras muito parciais ou de superfície, o que só a partir de 1960 se começou a divulgar, mercê da extensão ao campo da numismática de novas técnicas de análise não destrutiva. Resultados provisórios, inéditos, de investigação em curso, em relação ao período imperial até à reforma do bronze por Diocleciano (294), devidos a análises por activação por neutrões, demonstram que as esperanças que levaram a «comissão de numismática e de métodos de laboratório» do congresso de Paris (cf. *Congrès intern. de Numismatique, Paris 6-11 Juillet 1953, tome II, Actes*, publ. por J. Babelon e J. Lafaurie, Paris,

1957, p. 32) a emitir o voto de que os numismatas apelassem cada vez mais para os laboratórios não eram infundados. Um dos resultados mais surpreendentes desta investigação é o de que mesmo os dados geralmente admitidos para a prata do alto império carecem de correcção; uma das consequências mais imediatas de tais resultados será a de que certas discussões que até aqui se têm baseado exclusivamente, ou quase, em argumentos de peso — sirva de exemplo a polémica acerca do valor relativo do «antoniniano» e do denário, mesmo em literatura recente — não podem mais ignorar a necessidade de uma prévia segura documentação acerca da composição do metal. É evidente que tais resultados não são apenas de primordial importância para ajuizar do valor relativo de diferentes denominações. O «apêndice» já referido ilustra-o magnificamente. Vale a pena salientar que, contrariamente a outras opiniões, os diversos dados invocados, que se não limitam aos das já referidas 16 peças, sugerem que a presença de prata no «*follis*» da época constantiniana não deve ser considerada como mera impureza.

Do inventário das moedas e «medalhões», precedido por uma sintética introdução para cada centro emissor, deve dizer-se que o que o A. reclama como seu primeiro objectivo («apresentar este material classificado propriamente e disposto em ordem cronológica com todo o pormenor necessário para fundamentar o seu arranjo», cf.p. VII) parece ter sido atingido com real sucesso. As diversas possibilidades que a própria natureza do período oferece em si mesma, independentemente de critérios puramente numismáticos, para uma datação dentro de limites mais ou menos estreitos parece terem sido muito criteriosamente explorados pelo A. de *Studies in Constantinian chronology* (Amer. Num. Soc., Num. Notes and Monog., 146, New York, 1961), embora não seja de surpreender que, como é vulgar e natural, futura minuciosa investigação incidindo especificamente sobre material de âmbito cronológico limitado, sobretudo proporcionado por tesouros, possa obrigar a algumas revisões, circunstância de que o Doutor Bruun está perfeitamente consciente. Tal inventário, baseado fundamentalmente não só no material incorporado em J. Maurice (*Num. Constantiniense*, vol. I-III, Paris, 1908-12, hoje com o seu interesse limitado ao material descrito e ilustrado, e O. Voetter (*Die Münzen der römischen Kaiser... Katalog der Sammlung Paul Gerin*, Wien, 1921) mas também no material da maioria das principais colecções públicas de diversos países e de catálogos de vendas, contém todos os elementos fundamentais que seria de exigir, sendo extraordinariamente valorizado pelo detalhe e abundância das notas. Reclama-se haver-se procedido ao registo de todos os especimens conhecidos das moedas de ouro, prata e múltiplos de bronze, enquanto que para a normal denominação e suas fracções meste

último metal se inclui não só uma referência para cada moeda mas também uma indicação da raridade relativa. A omissão de referências à obra de Cohen é perfeitamente justificável. Como seria de esperar, a obra inclui uma bibliografia, seleccionada, e é servida por bons índices. A qualidade das estampas, cujo número impôs um critério bastante selectivo para o bronze, é perfeitamente satisfatória, apresentando o conveniente sistema de numeração. Como nota final talvez não seja inoportuno referir que material oriundo de Espanha e Portugal não parece ter oferecido qualquer contributo para o trabalho do A., o que deixa de ser surpreendente quando se recorda que muito não tem sido registado e outro, regra geral, não tem sido devidamente publicado.

Dezembro de 1966

M. DE CASTRO HIPÓLITO

BIBLIOTECA

Revistas recebidas de Maio a Dezembro de 1969:

OFERTAS PARTICULARES

- Da Livraria Fernando Machado
— Dicionário de Numismática
- Do Sr. José Maria Folgosa
— Dicionário de Numismática
- Da Associação Recreativa Aurora da Liberdade
— Catálogo da 1.^a Exposição de Numismática e Medalhística do Concelho de Matosinhos
- Do Sr. José Oliveira de Sousa Nunes
— Separata da Caceta Numismática n.º 13
- Do Sr. Dr. Leonel Ribeiro
— O Enigma Ibérico

INTERCAMBIO

- De Óscar Rinaldi: Casteldário — Mantova — Itália
— Itália Numismática, n.º de Maio a Novembro de 1969
- De B. A. Seaby Ltd. — Londres
— Seaby's Coin & Medal — Boletim mensal — N.º de Maio a Dezembro 1969
— A Hoard of Double — Headed Imperial Bronzes
- Da Sociedade Martins Sarmiento — Guimarães
— Revista de Guimarães — Vol. LXXIX, n.º 1-2.
- Da Stadt Und Universitätsbibliothek — Berna
— Schweizer Münzblätter — N.º de Fevereiro, Maio e Agosto
— Schweizer Numismatische Rudschau — Vol. XLVII
- Do British Museum — Londres
— Numismatica Chronicle — Vol. VIII e Vol. VII — 7.^a série

- Do Instituto de Arqueologia da Academia Romena — Bucareste
— Studi si Cercetari de Numismatica
- De Spink & Son Ltd. — Londres
— The Numismatic Circular — N.º de Maio a Dezembro
- Da Institución Príncipe de Viana — Pamplona
— Príncipe de Viana. Ano, 29 N.º 112-113, 1968 — Ano 30, 114-115, 1969
- Do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras — Coimbra
— Conimbriga — Vol VII — 1968
- Da Sociedade Numismática de Puebla — Puebla — México
— Monedas — N.º 39, 40 e 42.
- Da Câmara Municipal do Porto
— Boletim Cultural. Vol. XXXII — Fasc. 1-2 — 1969
- Da J. Vinchon & C. — Paris
— Monnaies de Colection en Or et en Argent
- Da Fundação Calouste Gubenkian — Lisboa
— Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira, Vol. VIII, N.º 4 e IX, N.º 1
- Do Club Français de la Médaille — Paris
— Le Club Français de la Médaille — N.º 23
- Da Ceskoslovenská Akademie Ved — Praga — Checoslováquia
— Slzsky Numismatik 1 (61)
— Science and Books 3/69 e 4/69.
- Da Junta Distrital do Porto
— Revista de Etnografia, Vol. XII — N.º 23 e 24

CATÁLOGOS DE VENDAS DE MOEDAS E DIVERSOS

- Public Auction — Hans Schulman — New York — U. S. A. — N.º 5 e
The Thomas Olive Malbott Collection
- Idem — Ilustrações
- Monnaies — Émile Bourgey — Paris. N.º 82 e Vente a L'Amiable 1969.
- Selos & Moedas — Clube dos Galitos — Aveiro, N.º 25 e 26.
- Price list Periodicals and reference Works — 1969 — Johnson Reprint Corporation — New York — U. S. A.
- Numismática — Giuseppe Toderi — Nápoles — Itália, N.º de Maio e Setembro

Numismática — Giuseppe de Falco — Nápoles — Itália — N.º de Março e Setembro

La Médaille en Belgique — Bibliothèque Royale Albert I — Bruxelles — Bélgica, N.º 1.

Quinto Catálogo de Livros Raros e Esgotados — Manuel Ferreira — Livreiro, Porto.

Monete e Quadri — Orfino — Nápoles — Itália, N.º de Julho e Agosto
Histoire Monétaire de Tournai — Société Numismatique Belgique — Bruxelas

Clube Filatélico de Portugal — Lisboa — Boletim 213/214

F. A. O. Boletins n.ºs 23, 24, 25, 26 e 27

VIDA SOCIAL

Sócios admitidos de 1 de Abril de 1969 a 31 de Dezembro de 1970:

- 807 — Dr. Brian Franklin Head — Coimbra
- 808 — Manuel Alberto Camões Caldeira Gomes — Póvoa de Varzim
- 809 — Eng.º António Barroso — Setúbal
- 810 — Manuel Eugénio Fernandes da Silva — Cascais
- 811 — Jaime Simão Carneiro — Lisboa
- 812 — Dr. Manuel Cabrita Ribeiro da Cruz — Sesimbra
- 813 — Dr. Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita — Lisboa
- 814 — Alfredo Ferreira dos Santos — Caxias
- 815 — Luís Óscar Martins — Lisboa
- 816 — José Francisco de Oliveira Costa — V. N. de Gaia
- 817 — Eng.º Tomás António B. Gama Pimentel P. Vasc. Pessanha — Oeiras
- 818 — João Longo Manteigas — Fundão
- 819 — Carlos Francisco Zagalo — Santiago do Cacém
- 820 — Avelino Ribeiro da Silva — Porto
- 821 — Capitão Guilherme dos Santos — Elvas
- 822 — Gualdino de Abreu de Lima — Viana do Castelo
- 823 — Filipe dos Santos — Évora
- 824 — António José Gomes Dias Leitão — Trofa
- 825 — Fernando Ferreira dos Santos — Braga
- 826 — António Rosa Silva Pedrosa — Lisboa
- 827 — Reverendo António Ambrósio — Lisboa
- 828 — Armando Morais — Porto
- 829 — Dr. António de Oliveira Maia — S. Mamede do Coronado
- 830 — Eduardo Neves Barbieri de Figueiredo — Porto
- 831 — Horácio da Silveira — Porto
- 832 — Manuel Vieira — Tomar
- 833 — Dr. Manuel Vítor Nazareth de Oliveira — Lisboa
- 834 — Banco Agrícola e Industrial Viseense — Lisboa
- 835 — João Luís da Silva Lemos Valentim — V. N. de Gaia
- 836 — Henrique Pereira da Silva — Lisboa
- 837 — Rafael José Leote Pral — Portimão

- 838 — António Emílio de Abreu Ribeiro — Guimarães
839 — Dr. Manuel Rodrigues de Carvalho — Lisboa
840 — Fernando José de Assunção — Lisboa
841 — João Aníbal de Morais Cruz — Lisboa
842 — João Luís de Abrunhosa Pinto Simões — Águeda
843 — António Joaquim da Silva Costa — Matosinhos
844 — Laura da Encarnação Claro — Porto
845 — Manuel Joaquim da Cruz e Silva Sardinha — V. N. de Gaia
846 — Guilherme Constantino Pimentel Sanches — Mogadouro
847 — Virgílio Eduardo de Oliveira — Tavira
848 — Dr. José Benarús — Horta — Faial — Açores
849 — Dr. Pedro Pestana de Vasconcelos — Lisboa
850 — Francisco Nogueira Cavaco — Carcavelos
851 — Dr. António Francisco Pinto de Sousa Serdoura — Moldas — Arouca
852 — António Augusto Craveiro Reis — Nova Oeiras
853 — Dr. João José Paredes — Lisboa
854 — Júlio de Albuquerque França — Funchal — Madeira
855 — Artur de Pina Abranches e Sousa — Oliveira do Hospital
856 — Mabilio Mendes Cardoso do Amaral — Benguela — Angola
857 — Dr. Rafael Nunes Pereira — Santa Cruz — Madeira
858 — João da Silva Bettencourt — Terceira — Açores
859 — Artur Manuel Mota Loureiro — Porto
860 — João Domingues Cravo — Gouveia
861 — Francisco Adelino Esteves Pina — Porto
862 — Carlos Alberto da Silva Santos — Almada
863 — José Pedro Ribeiro Corado — Caldas da Rainha
864 — Fernando José de Carvalho Oliveira — Águeda
865 — Armandino José Vaz — Estoril
866 — Urbano Fernandes Rebelo — Viseu
867 — Fernando José Soares de Abreu — Póvoa de Lanhoso
868 — Dr. Delfim Luís Castel-Branco Ferreira — Porto
869 — Arnaldo da Conceição Mendonça — Porto
870 — Fernando de Paxiuta de Paiva — Estoril
871 — Franklin Gonçalves dos Santos — Rio Tinto
872 — Mário Augusto dos Anjos Coelho — Nova Lisboa — Angola
873 — António Correia Figueiredo — Vouzela
874 — Dr. Alberto Trindade — Castelo Branco
875 — Rui Manuel Meneses Carneiro de Barros — Porto
876 — Joaquim Augusto Gouveia e Silva — Porto

- 877 — Dr. João Agostinho Chaves Veloso — Gouveia
 878 — João Manuel Viveiros — Lobito — Angola
 879 — António Lopes — Leça da Palmeira
 880 — João António Piano Martins — Lisboa
 881 — Eng.º Fernando José da Silva — Vila Franca de Xira
 882 — Rubi António Reis Ávila — Cascais
 883 — Eugénio Correia Monteiro da Silva — Lisboa
 884 — José Baltasar Martins Borges — Cubal — Angola
 885 — Alberto Manuel Marques de Oliveira — Lobito — Angola
 886 — Eng.º Felisberto Lopes da Silva Cardoso — Porto
 887 — Dr. Joaquim José Bravo de Oliveira — V. N. de Gaia
 888 — Arq.º Celestino Filipe de Magalhães — Lisboa
 889 — Dr. John Winston Pereira — Jackson, Califórnia — U.S.A.
 890 — Paulo Jorge Albuquerque Soares — Porto
 891 — Fortunato Ferreira de Oliveira — Viseu
 892 — Eng.º Pedro Manuel da Silva Morais David — Lisboa
 893 — Luís Manuel Rebelo de Sousa — Luanda
 894 — Fernando Monteiro dos Santos — S. Mamede de Infesta
 895 — Francisco Constantino Borges — Baixa da Banheira
 896 — Fernando Luís Montenegro de Pina Araújo — Coimbra
 897 — Dr. Alexandre Henriques Sobral Torres — Porto
 898 — Jorge da Fonseca Cunha — Comerciante — Torres Vedras
 899 — Diamantino Pereira Coelho — Empregado de escritório — Porto
 900 — José António Lessa Quelhas Lima — Estudante — S. Mamede de Infesta
 901 — Fernando Ribeiro Marques de Freitas — Industrial — Lisboa
 902 — Joaquim Moura Esteves — Engenheiro — Lisboa
 903 — Jaime Garcia Martins Carneiro — Agente commercial — Lisboa
 904 — Rogério da Graça Costa — Engenheiro — Lisboa
 905 — António Henrique de Carvalho Martins Almeida — Engenheiro — Porto
 906 — Roberto Duarte Ortigão Espregueira Mendes — Engenheiro — Porto
 907 — José Marcial da Silva Baptista — Empregado de escritório — Lisboa
 908 — António Jacinto Pedro Gomes — Comerciante — Lisboa
 909 — Mário Emílio Mendes Santos Azevedo — Arquitecto — Porto
 910 — João de Deus Rodrigues — Funcionário público — Lisboa
 911 — Pedro António Fonseca Araújo — Empregado de escritório — Porto
 912 — José Luciano Correia Teixeira da Silva — Estudante — V. de Cambra
 913 — Vitor Manuel Gonçalves Carreira — Empregado de escritório — Nampula

- 914 — José Luís Cabrita — Guarda-livros — S. Bartolomeu de Messines
 915 — Manuel Martins Luz Silva — Proprietário — Matosinhos
 916 — Silvestre Reis Ramos — Técnico Verificador — Gaia
 917 — Miguel Cordeiro Vinagre Ramos — Empregado bancário — Évora
 918 — Pedro Manuel Abecassis Empis — Estudante — Lisboa
 919 — José Maria de Matos — Empregado fabril — Lavradio
 920 — António Ferreira Ribas — Viajante — S. João da Madeira
 921 — Alfredo Cardoso Barros — Professor Primário — Freamunde
 922 — Henrique Bento Gonçalves Moreira — Oficial do Exército — Olhão
 923 — Aníbal Pinto de Lima — Prof. de seguros — Braga
 924 — José Manuel Aires Pereira — Estudante — Porto
 925 — António Gabriel Aires Pereira — Comerciante — Porto
 926 — Mário Marques Barbosa — Gerente comercial — Porto
 927 — Óscar Manuel Teixeira de Sousa — Técnico de contas — Porto
 928 — Luís Albertyo Synarle Serpa Soares — Oficial miliciano — Beja
 929 — Rogério António M. Sousa Branco — Correspondente de línguas
 — S. Bartolomeu de Messines
 930 — Manuel Fernandes Luz — Gerente comercial — Lisboa
 931 — Carlos Manuel Lopes Catalão — Estudante — Lisboa
 932 — José Teixeira Rodrigues — Comerciante — Matosinhos
 933 — Armando Manuel Silva Leite — Prof. de seguros — Porto
 934 — Manuel José Barata — Industrial — Luanda
 935 — António Teixeira da Silva — Empregado bancário — Porto
 936 — José Pinto Cardoso — Industrial — Braga
 937 — Manuel Silva Martins Fradinho — Proprietário — Matosinhos
 938 — Jorge Fernando Salazar Pinheiro — Estudante — Gondomar
 939 — José António Jesus Sousa — Empregado de escritório — Porto
 940 — Vítor Carlos Dias Latourrette — Empregado comercial — Porto
 941 — Fernando Silva Fonseca — Industrial — Guimarães
 942 — Maria da Graça Camacho de Sousa — Estudante — Funchal
 943 — Paulo Manuel Jesus Freitas — Estudante — Funchal
 944 — Ana Bela A. Pita da Silva — Prof. de Educ. Física — Lisboa
 945 — Armando Trindade — Funcionário público — Lisboa
 946 — José Gomes Bastos — Arquitecto — Lisboa
 947 — Domingos da Silva Monteiro — Industrial — Porto
 948 — Fernando Ferreira Silva Pinto — Prof. Ens. Secundário — Porto
 949 — Mário Fernando Raposo Simões — Técnico de contas — Amadora
 950 — Alfredo Guedes Rodrigues — Fiscal da Câmara M. Lisboa — Lisboa
 951 — Manuel Ludonino Raimundo — Comerciante — Tomar

- 952 — Carlos Alberto Beja Manaças — Cap. da Marinha Mercante — Lisboa
 953 — Francisco A. Espírito Santo Lopes — Médico — Lisboa
 954 — Manuel Madeira Campos — Relojoeiro — Porto
 955 — José Rebelo Madureira — Empregado de escritório — Porto
 956 — António Elisio Lopes Rodrigues — Médico — Porto
 957 — Luís Marcelino Deslandes Corrêa — Gerente Comercial — Lisboa
 958 — António de Almeida Ribeiro — Comerciante — Viseu
 959 — Carlos Fernando Ribeiro dos Santos — Serralheiro mecânico — Lisboa
 960 — Luís Filipe Monteiro Guimarães — Comerciante — Porto
 961 — José Correia de Azevedo — Empregado de escritório — Santo Tirso
 962 — José de Almeida Vasques Osório — Estudante — Porto
 963 — Manuel Leite Gonçalves — Runcionário púbmlco — Tonce — Oliveira de Azeméis
 964 — Alexandre Machado Pereira Marramaque — Empregado de escritório — Porto
 965 — David Lopes dos Santos — Empregado de escrcitório — Lisboa
 966 — Rafael Machado Andrade Pereira Marramaque — Agente Técnico de Engenharia — Porto
 967 — Armando Ulloa Garmendia — Óptico — Madrid — Espanha
 968 — Joaquim Luís de Sá — Agente Fiscal de Finanças — Espinho
 969 — Gentil Rodrigues Fonseca — Comerciante — Espinho
 970 — Cipriano Vilas — Serralheiro — Lisboa
 971 — José Francisco Nobre Saragoça — Comerciante — Évora
 972 — Fernando Martins Rebocho Pais — Comeriante — Évora
 973 — António Augusto Resina de Melo — Empregado bancário — Lisboa
 974 — Maria Aldina Anahory de Mesquita — Médica — Porto
 975 — Manuel Maria de Queirós Ribeiro — Técnico de Exploração dos C. T. T. — Vidago
 976 — José Luís Correia Brandão de Melo — Eng. Agrónomo — Sintra
 977 — Maurício Baía Pires — Comerciante — Braga
 978 — Luciano Azinheira Francisco — Pintor de automóveis — Lisboa
 979 — João Manuel Santiago Maia — Médico — Montijo
 980 — António Soares — Empregado Comercial — Pontinha
 981 — Manuel Loureiro Costa — Empregado de escritório — Gaia
 982 — José Dias de Matos — Sacerdote — S. Martinho de Dume — Braga
 983 — Vitorino Jesus Soeiro — Empreiteiro — Baixa da Banheira
 984 — Alexandre da Fonseca Queirós — Empregado bancário — Porto
 985 — Sérgio José Cruz Serra Lourenço — Estudante — Porto
 986 — João Hipólito Xisto — Desenhador — Lisboa

- 987 — William A. Pearson — Professor do Ensino Secundário — Novato, Califórnia — E. U. A.
- 988 — Valdemar Martins Ianes — Industrial — Montijo
- 989 — Lino J. Ferreira Carvalho — Empregado Comercial — Porto
- 990 — José Clemente Martins — Major da Força Aérea — Lisboa
- 991 — Teófilo Anjos Fernandes Gonçalves — Empr. de escritório — Lisboa
- 992 — João Ilídio Lopes Garcia — Gerente comercial — Santarém
- 993 — José Filipe Mendes Silva — Enfermeiro militar — Porto
- 994 — Manuel da Luz Afonso — Gerente Industrial — Lisboa
- 995 — José Luís M. Albuquerque Pereira — Engenheiro — Braga
- 996 — Eugénio da Costa Lopes — Empregado de escritório — Lisboa
- 997 — José Maria Cerqueira Soares — Empregado de escritório — Braga
- 998 — Francisco José Dias Franco Canas — Empregado bancário — Lisboa
- 999 — Ana Cristina Mendes de Sousa Braga — Estudante — Porto
- 1000 — Maria João Ilharco Pereira Gonçalves — Porto
- 1001 — Nuno Miguel Ilharco Pereira Gonçalves — Porto
- 1002 — António Henriques Guia — Contabilista — Tomar
- 1003 — Herberto Augusto Oliveira Pinheiro — Guarda-livros — Porto
- 1004 — Fernando da Costa Lima — Bancário — Montijo
- 1005 — António Esteves Brinca — Comerciante — Coimbra
- 1006 — João Henrique Pinho Santos — Empregado bancário — Mealhada
- 1007 — José Augusto Silva e Cunha — Empregado bancário — Porto
- 1008 — Francisco Heitor Catarino — Médico — Lisboa
- 1009 — Benjamim dos Santos Cardoso — Avaliador oficial — Lisboa
- 1010 — Álvaro Queirós de Moraes — Engenheiro — Lisboa
- 1011 — António Martins da Silva Pina — Funcionário público — Lisboa
- 1012 — Ângelo José Correia — Comerciante — Porto
- 1013 — Rogério Guimarães C. Prelada — Agente comercial — Lisboa
- 1014 — Violeta Castel-Branco da Cunha — Prof.^a da Fac. Farmácia — Porto
- 1015 — Eugénio Almeida Ruas — Comerciante — S. Paio de Gramaços
— Oliveira do Hospital
- 1016 — Manuel José Prates — Agricultor — Évora
- 1017 — Américo Mascarenhas Pereira — Empregado de escritório — Porto
- 1018 — Luís Pereira Neves — Comerciante — Porto
- 1019 — Manuel Martins Moreira — Empregado de escritório — Valongo
- 1020 — José Manuel S. Teixeira Afra — Estudante — Queluz
- 1021 — Amândio Luís de Freitas — Marítimo — Lisboa
- 1022 — Manuel Guerreiro Ramires — Industrial — Porto
- 1023 — Eugénio Joaquim Proença Fernandes — Médico — Póvoa de Varzim

- 1024 — Luís Teixeira Almeida Valente Rosa — Engenheiro — Lisboa
 1025 — Jorge Valagão Luz Clara — Regente agrícola — Montijo
 1026 — José Manuel Homem de Macedo Nogueira — Proprietário — Lisboa
 1027 — Manuel Casimiro Tavares da Silva — Agente comercial — Lourenço
 Marques
 1028 — António Barroso Rafael — Empregado industrial — Benguela
 — Angola
 1029 — Eduardo Albino Falcão — Médico — Coimbra
 1030 — Isidro Arménio Franco Ramos — Pintor de Arte — Lisboa
 1031 — Acácio Teixeira da Rocha — Engenheiro — Coimbra
 1032 — Rui Manuel Martins Ribeiro — Militar — Luanda
 1033 — António José Chaves Santos — Empregado bancário — Amadora
 1034 — José Augusto Barreiros Costa Braga — Médico — Tadmim — Braga
 1035 — Manuel Mendes Cunha Marques Saraiva — Gerente comercial
 — Belas — Sintro
 1036 — Filipe Cadima Tavarase — Pintor de Arte — Albufeira
 1037 — Joaquim Alves Dias Coelho — Industrial — Paços de Brandão
 1028 — Eduardo José Valença Baptista — Viajante — Porto
 1039 — Júlio Manuel Ferreira Lopes — Engenheiro — Setúbal
 1040 — João Gonçalves Palmeida — Montijo
 1041 — Luciano Ferreira Bastos da Costa e Silva — Comodoro — Lisboa
 1042 — Brissos Custódio Barnabé — Motorista — Lisboa
 1043 — José Francisco Pontes Araújo — Oficial da Direcção-Geral Cont.
 e Impostos — Porto
 1044 — António Maria Pereira Barros — Sacerdote-Professor — Porto
 1045 — Adriano Filinto Teixeira Trigo — Empregado bancário — Porto
 1046 — Mário Lopes Moitão — Empregado de escritório — Apelação
 — Camarate
 1047 — Henrique Agostinho Pires Santos — Gerente comercial — Bissau
 1048 — Jaime Salvador Nobre — Empregado de escritório — Lisboa
 1049 — Orlando da Silva Barrocas — Comerciante — Setúbal
 1050 — Quintino da Silva Lopes — Empregado de escritório — Vermoim
 — Maia
 1051 — António de Brito Fernandes — Comerciante — Covilhã
 1052 — Camilo dos Santos Morgado — Notário — Matosinhos
 1053 — Waldomiro Ferreira Lopes — Comerciante — S. Paulo — Brasil
 1054 — Raul Barbosa Magalhães Brandão — Estudante — Luanda
 1055 — Diamantino Norberto Marques Silva — Estudante — Gaia
 1056 — José Pinto Magalhães — Comissionista gráfico — Porto

- 1057 — José Roque Gonçalves Costa — Juiz de Direito — Bissau
1058 — António Paulico Gonçalves — Comerciante — Lisboa
1059 — José Nolasco Cruz Martins — Capitão Piloto nav. — Montijo
1060 — Luís Filipe Campos Fidalgo — Engenheiro — Coimbra
1061 — Rui Manuel Ponce Meão e Oliveira — Estudante — Porto
1062 — José Ascensão Lucas — Empregado bancário — Benguela
1063 — António José de Almeida — Func. de finanças — Ovar
1064 — António Manuel Silva Ramalho — Emp. de escritório — Montijo
1065 — Alexandre Marques Lobato — Professor Universitário — Lourenço
Marques
1066 — José Luís Pinto de Sousa — Licenciado em Finanças — Lisboa
1067 — Gonçalo José Sousa Campos Cabral — Regente Agrícola — Viana
do Alentejo
1068 — Sebastião Coelho de Carvalho — Retalhista de Our. e Relojoaria
— Figueira da Foz
1069 — Vasco Fernandes — Empregado de escritório — Cascais
1070 — Francisco Xavier Quadros de Moraes Sarmiento — Engenheiro agrónomo — Chaves
1071 — Manuel Marques Prata — Comerciante — Lavradio
1072 — José Salema Nunes Andrade — Médico — Lisboa
1073 — Peter Wilhelmus d Leeuw — Engenheiro — Haia
1074 — António de Araújo Ogando — Comerciante — Luanda
1075 — António Francisco Ramos dos Santos — Licenciado em Economia
— Porto
1076 — Mário Gabriel Santos Barbosa Cardoso — Despachante — Porto
1077 — António Soares Bezerra — Empreiteiro — Gaia
1078 — Adriano Coutinho Lanhoso — Oficial da Armada — Porto
1079 — Martiniano António Leal — Estudante — Lisboa
1080 — Maria Beatriz Vaz e Domingues Barreto Vieira — Doméstica
— Pareda
1081 — José Celestino Oliveira Rocha — Contabilista — Gaia
1082 — José Maria Silva Pinto Barbosa — Topógrafo — Nova Lisboa
1083 — Joaquim Carreira Tapadinhas — Técnico de contas — Montijo
1084 — Álvaro Pinto de Almeida Costa Alemão Teixeira — Engenheiro
— Condeixa-a-Nova
1085 — Fernando de Azevedo Maia — Emp. bancário — V. N. Famalicão
1086 — Norberto Augusto Silva — Ferroviário — Pinhal Novo
1087 — António Paulo F. Pizarro de Mello Sampaio — Proprietário —
Fronteira

- 1088 — Manuel Frade de Mora Féria — Engenheiro — Lisboa
1089 — Jorge Lobo Fernandes — Administrador de Circunscricção — Lourenço
Marques
1090 — José António Alves — Comerciante — Costa da Caparica
1091 — Carlos Eugénio Cortez Pereira — Gerente comercial — Lisboa
1092 — Carlos Fernando Nunes Santos — Industrial — S. Tomé e Príncipe
1093 — José dos Santos — Comerciante — Vila da Feira
1094 — Alcides Viana Amorim — Industrial — Lisboa
1095 — Acácio da Silva Ribeiro — Engenheiro — Lourenço Marques
1096 — António David de Lencastre Ribeiro da Silva — Sacerdote — Sintra
1097 — José Adrião Tavares Monteiro — Director e Professor Ensino Liceal
Particular — Porto

ÍNDICE

DOS NÚMEROS DO 9.º VOLUME

N.º 29-30, Maio 1968 — N.º 31, Janeiro 1972

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

	N.º	Págs.
A		
ALGUMAS MOEDAS CUNHADAS NO PORTO NO REINADO DE D. JOÃO I — <i>por J. A. Pinto Ferreira</i>	29-30	69- 79
ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE EL ARTE MONETARIO DE LOS GRIEGOS — <i>por Antonio Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	31	187-222
C		
CALAIM INÉDITO, DOS FINS DO SÉCULO XVI (UM) — <i>por Joaquim Fronteira</i>	29-30	87- 93
CONTRIBUIÇÃO DO MAR PARA O ESTUDO DA NUMISMÁTICA (DA) — <i>por Raul Ferreira Gonçalves</i>	29-30	49- 62
D		
DENARIO SERRADO DE TIBÉRIO — <i>por Mário Gomes Marques</i>	31	225-228
E		
EXPOSIÇÃO NUMISMÁTICA DO MUSEU GULBENKIAN — <i>por Mário de Castro Hipólito</i>	31	181-186
I		
INCÓGNITA QUE SE ESCLARECE (UMA) — <i>por J. O. de Sousa Nunes</i>	31	223-224
M		
METAIS POBRES AMOEDADOS NA INDIA PORTUGUESA — <i>por Joaquim Fronteira</i>	31	121-180
MOTIVOS NUMISMÁTICOS — <i>por Carlos Sousa Santos</i>	29-30	103-104

N	N.º	Págs.
NOTA BIBLIOGRÁFICA — <i>por M. de Castro Hipólito</i>	31	234-237
NOTULAS E CONSIDERANDOS SOBRE O TOSTÃO DE D. JOÃO III, N.º 19 DE TEIXEIRA DE ARAGÃO. A MEMÓRIA DO DR. PEDRO BATALHA REIS — <i>por José Tomás da Graça</i>	29-30	81- 85
NOVAS MOEDAS PORTUGUESAS (AS) — <i>por J. Ferraro Vaz</i>	31	229-230
NUMISMATAS CONTEMPORANEOS -1 — <i>por Raul Ferreira Gonçalves</i>	31	231-233

P

«PARALELAS» DE RIO SOB D. JOÃO P. REGENTE — <i>por L. Nogueira da Gama Filho</i>	29-30	105-118
PARDAU SÃO TOMÉ, PERDIDO (UM) — <i>por José Maria Folgosa</i>	29-30	101-102
PEDRO BATALHA REIS (GRANDE LUMINAR DA NUMISMÁTICA NACIONAL) — <i>por Arnaldo Brazão</i>	29-30	3- 48

Q

QUEBRA DE ESCUDOS E DE CUNHOS E AS MOEDAS HÍBRIDAS (A) — <i>por Paulo Ferreira de Lemos</i>	29-30	95- 96
--	-------	--------

S

SOLIDOS... IN ADERATO PRETIO — <i>por Felipe Mateu y Llópis</i>	29-30	63- 68
---	-------	--------

V

VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUESAS DA 4.ª DINASTIA — <i>por J. O. de Sousa Nunes</i>	29-30	97-100
VIDA SOCIAL	31	243-251

ÍNDICE DOS AUTORES

B

BRAZÃO (<i>Arnaldo</i>) — Pedro Batalha Reis (Grande Luminar da Numismática Nacional)	29-30	3- 48
--	-------	-------

C

COMNENO (<i>Antonio Manuel Guadan y Láscaris</i>) — Algunas consideraciones sobre el arte monetario de los griegos	31	187-222
---	----	---------

F	N.º	Págs.
FERREIRA (<i>J. A. Pinto</i>) — Algumas moedas cunhadas no Porto no reinado de D. João I	29-30	69- 79
FOLGOSA (<i>José Maria</i>) — Um pardau São Tomé, perdido	29-30	101-102
FRONTEIRA (<i>Joaquim</i>) — Um Calaim inédito, dos fins do século XVI	29-30	87- 93
FRONTEIRA (<i>Joaquim</i>) — Metais pobres amoedados na Índia Portuguesa	31	121-180
G		
GAMA FILHO (<i>L. Nogueira da</i>) — «Paralelas» de rio sob D. João P. Regente	29-30	105-118
GONÇALVES (<i>Raul Ferreira</i>) — Da contribuição do mar para o estudo da numismática	29-30	49- 62
GONÇALVES (<i>Raul Ferreira</i>) — Numismatas Contemporâneos - 1	31	231-233
GRAÇA (<i>José Tomás da</i>) — Nótulas e considerandos sobre o tostão de D. João III, n.º 19 de Teixeira de Aragão. À memória do Dr. Pedro Batalha Reis	29-30	81- 85
H		
HIPOLITO (<i>Mário de Castro</i>) — Exposição numismática do Museu Gulbenkian	31	181-186
HIPOLITO (<i>Mário de Castro</i>) — Nota bibliográfica	31	234-237
L		
LEMOS (<i>Paulo Ferreira de</i>) — A quebra de escudos e de cunhos e as moedas híbridas	29-30	95- 96
LLOPIS (<i>Felipe Mateu y</i>) — Solidos... in aderato pretio	29-30	63- 68
M		
MARQUES (<i>Mário Gomes</i>) — Denário serrado de Tibério	31	225-228
N		
NUNES (<i>J. O. de Sousa</i>) — Variantes inéditas de moedas portuguesas da 4.ª dinastia	29-30	97-100
NUNES (<i>J. O. de Sousa</i>) — Uma incógnita que se esclarece	31	223-224
S		
SANTOS (<i>Carlos Sousa</i>) — Motivos Numismáticos	29-30	103-104
V		
VAZ (<i>J. Ferraro</i>) — As novas moedas portuguesas	31	229-230

